



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

Matheus Fernando Moreira Dias Sadde Martins

**A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA DE ROSA LUXEMBURGO:
UMA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO CRÍTICO**

Rio de Janeiro

2025

Matheus Fernando Moreira Dias Sadde Martins

**A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA DE ROSA LUXEMBURGO:
UMA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO CRÍTICO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Norberto Montani
Martins

Coorientador: Prof. Dr. Leonardo de
Magalhães Leite

Rio de Janeiro

2025

CIP - Catalogação na Publicação

M386c Martins, Matheus Fernando Moreira Dias Sadde
 A Crítica da Economia Política de Rosa Luxemburgo:
 uma História do Pensamento Econômico Crítico / Matheus
 Fernando Moreira Dias Sadde Martins. -- Rio de
 Janeiro, 2025.
 192 f.

 Orientador: Norberto Montani Martins.
 Coorientador: Leonardo de Magalhães Leite.
 Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
 de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós
 Graduação em Economia, 2025.

 1. Rosa Luxemburgo. 2. História do Pensamento
 Econômico. 3. Problema da Reprodução. 4. Acumulação do
 Capital . 5. Crítica da Economia Política . I.
 Martins, Norberto Montani , orient. II. Leite,
 Leonardo de Magalhães, coorient. III. Título.

Matheus Fernando Moreira Dias Sadde Martins

A CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA DE ROSA LUXEMBURGO: UMA HISTÓRIA
DO PENSAMENTO ECONÔMICO CRÍTICO

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Economia da Universidade
Federal do Rio de Janeiro, como requisito para
a obtenção do título de Doutor em Economia.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2025.

Prof. Dr. Norberto Montani Martins - Presidente
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Leonardo de Magalhães Leite – Coorientador
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Iderley Colombini Neto – Membro Interno
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Jaime Ernesto Winter Hughes Léon – Membro Interno
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. André Guimarães Augusto – Membro Externo
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof. Dr. Thiago Fernandes Franco – Membro Externo
Universidade Federal do Sergipe (UFS)

Dedico esse trabalho à minha mãe Maria Isabel (*in memoriam*). Sua força, resignação, alegria e amor incondicional são em mim eternos. Te amo!

AGRADECIMENTOS

A Gratidão é a virtude que nos dá à luz! Preciosa e nobre ela é atitude, emoção e sentimento para com o que, na vida, é reconhecido por seu valor e legitimidade. O Matheus que finaliza esse trabalho é muito diferente daquele que o iniciou, e essa transformação se deve, em certa medida, a todos aqueles que com afeto, empatia, boa vontade e solicitude me ofereceram o inestimável. Foi compartilhando com essas pessoas tão especiais que o renascer para uma nova vida se tornou possível.

Em primeiro lugar agradeço aos meus pais, Carlos Augusto e Maria Isabel. O amor de vocês não só me deu a vida como também me ensinou, e ainda ensina, a experimentá-la com alegria, sabedoria e, principalmente, amor no coração. Vocês são os meus grandes mestres! Cultivaram em mim valores e virtudes que me são hoje propósito, verdade e fonte de vida! Agradeço também a toda minha família. A comunhão com todos foi o quê, desde o início, me deu força e preparo para lidar com os desafios que a vida traz. Muito Obrigado Tio Beto, Léo, Tia Rosângela, Tia Augusta, Marcela, Mariana, Maura, Guilherme, Marcelo, Júlio, Caio, Vó Nelly, Tia Marluce e Tia Valéria.

Agradeço aos meus orientadores Norberto e Leonardo. A competência, a seriedade, o compromisso e o estilo me são referências de esperança e dignidade. A coragem, a humanidade e a gentileza de vocês para com a situação em que me encontrava no momento em que cheguei até as mãos de vocês é algo que guardo em elevada estima. Norberto me ensinou de modo muito singular que a leveza, a compreensão e a justiça são os verdadeiros pilares de uma conduta profissional generosa e responsável. Leo Leite foi sempre imprescindível. Com ele aprendi que dar voz aos medos e às angústias é perder a sua própria. A atenção, a confiança e a escuta discernente do Leo me foram uma prova viva de que é sempre possível fazer diferente, e até mais do que isso, de que a diferença é sempre um possível.

Um agradecimento especial devo àquele que foi, e continua sendo, para mim e para muitos, o verdadeiro e legítimo douto quando o assunto em questão é o Valor. O Professor Galeno Tinoco me ensinou muito mais do que Economia Política, ele soube, com uma maestria delicada e cautelosa, me mostrar que, apesar de sabermos que em teoria a diferença entre valor e preço se origina da contradição entre essência e aparência, na realidade da vida, são os valores intrínsecos ao nosso ser os que fazem da verdade uma legalidade. Muito

obrigado por toda a sua compaixão, compreensão, generosidade e sabedoria. Obrigado por não ter me julgado e por ter acreditado em mim até mesmo nos momentos em que eu duvidei.

Um outro agradecimento especial vai para um mestre em diligência e praticidade. O Professor João Leonardo, num dos momentos mais terríveis dessa jornada, me mostrou que a virtude também se manifesta na atitude tenaz e objetiva de dar fim aquilo que causa mal. Com o João aprendi que a fortaleza construída na interioridade humana não é obra que vem dos céus, e que a conquista de tamanha força telúrica vem com a perseverança e a consistência que só o propósito condizente com a verdade pode estabelecer.

Um agradecimento muito especial vai para os meus queridíssimos irmãos-amigos da República das “Dayses”. Anneliz, Caio, Fafá, Fernando, Guilherme, Lucas, Marcelo e Renan, vocês foram o meu amparo durante a maior parte do tempo em que estivesse envolvido com a tese. A ternura, a empatia, e o cuidado de vocês para com as minhas questões me ensinou o que é ser família. Com vocês enfrentei medos e inseguranças que pareciam intransponíveis. Aprendi que olhar para dentro com mais carinho é o caminho da compreensão, e que trocar sobre as nossas questões mais profundas pode ser um lugar seguro e, principalmente, de confiança. Foi com vocês que descobri a alegria na convivência, o humor de nosso lado patético e caricatural, a felicidade no estar junto, e a cumplicidade que só a verdadeira amizade pode edificar. Talvez vocês não imaginem, mas só a presença de vocês já me bastava para estar bem. Muito obrigado meus irmãos de vida!

Agradeço a todos os queridos companheiros de LEMA, em especial a Carla, e ao Jaime. A compaixão que todos vocês tiveram em relação a mim num dos momentos mais difíceis da minha trajetória acadêmica é algo que nunca vou me esquecer. Muitas foram as conversas e os conselhos para que a minha mente se assentasse e eu pudesse seguir em frente. O que vocês fizeram por mim é um ato de caridade e de respeito que me marcou profundamente. A sensibilidade da Carla e a temperança do Jaime me fizeram ver a vida e, principalmente, o trabalho com mais esperança e resignação. Foi extremamente gratificante reconhecer que pessoas com tanta sabedoria em conduzir a vida a utilizam para o bem. Dois presentes magníficos que a vida me trouxe.

Outros amigos que me marcaram, e muito, foram os que fiz quando voltei à Niterói para ser Professor Substituto na UFF. Adonnay, Linnit, Sávio e José Lucas são companhias formidáveis e amigos que levarei para sempre. O aconchego que a presença de vocês traz é

algo único e indescritível. A vontade que dá em estarmos reunidos é sempre muito gostosa, e quando estamos juntos é tudo ainda muito mais mágico e delicioso. Com vocês o riso é frouxo, a piada é rasgada e o sorriso é leve. Que alegria e que sonho foram todos os momentos em que juntos fizemos a vida valer a pena. Muito obrigado queridos!

Agradeço também aos meus companheiros de NIEP/MARX. Bianca, Hugo, Eduardo, Filipe, Maurício, André, Renata, João Caetano e tantos outros. Muito obrigado por todo o carinho, atenção e acolhimento. Vocês são formidáveis! Não posso deixar de agradecer também aos colegas e aos professores que tive nos dois PPGE's, o da UFRJ e o da UFF. A convivência com vocês foi motivo de grande satisfação para mim. Digo isso não só por estar na presença de pessoas que muito me ensinaram e continuam ensinando, mas, principalmente, por vocês serem tão generosos para com as questões alheias. Com vocês percebi como o curioso espírito do saber é diversificado, múltiplo e profícuo. Agradeço também aos professores Adriano, Victor Leonardo e Nazira, pois foi com vocês que percebi que a vida docente pode ser agradável e feliz.

No decorrer da experiência como professor substituto me ficou claro o real sentido de uma atividade devotada à sabedoria e ao conhecimento, e é por conta disso que o agradecimento mais justo de ser aqui feito é aos estudantes. Com a sabedoria que se anuncia no horizonte vocês me fizeram descobrir um caminho de realização do meu propósito.

Agradeço também aos professores Maria Malta e Franklin Serrano, pois foram eles que me apresentaram o real caminho de possibilidade de concretização dessa tese, e, agradeço aos professores João Leonardo e Denise Gentil por terem sido a ponte que o viabilizou.

Agradeço enormemente à amiga escritora e poeta Vânia Vidal e à terapeuta Denise Kaner. Ambas foram imprescindíveis. Sem a presença delas eu não poderia ter alcançado a integridade necessária a realização desse conhecimento. Obrigado por terem acreditado em mim e por terem me dado o amparo mais preciso e precioso que já conheci em vida.

Agradeço aos órgãos de fomento à pesquisa no Brasil, o CNPq e a FAPERJ. Sem o trabalho de vocês a pesquisa no Brasil não seria possível. E, por fim, agradeço aos professores membros da banca.

Resumindo: o trabalhador da economia socialista deve mostrar que também pode trabalhar zelosa e ordeiramente sem o chicote da fome, sem o capitalista e seu contramestre por trás, que pode manter a disciplina e fazer o melhor. Isso requer autodisciplina interior, maturidade intelectual, seriedade moral, senso de dignidade e responsabilidade, um completo renascimento interior do proletário. Com homens preguiçosos, levianos, egoístas, irrefletidos, e indiferentes não se pode realizar o socialismo. A sociedade socialista precisa de homens que estejam, cada um em seu lugar, cheios de paixão e entusiasmo pelo bem estar coletivo, totalmente dispostos ao sacrifício e cheios de compaixão pelo próximo, cheios de coragem e tenacidade para ousarem o mais difícil. Mas não precisamos esperar séculos nem décadas para que tal espécie de homens se desenvolva. Precisamente agora, na luta, na revolução, as massas proletárias aprendem o idealismo necessário e adquirem rapidamente maturidade intelectual. Também precisamos de coragem e perseverança, lucidez e espírito de sacrifício para levar a revolução até a vitória. Recrutando bons combatentes para a revolução atual, criamos futuros trabalhadores socialistas necessários como fundamento de uma nova ordem (LUXEMBURG, [1918] 2018, p. 278)

Deve um homem prudente seguir sempre pelas sendas percorridas pelos que se tornaram grandes e imitar aqueles que foram excelentes, isto para que, não sendo possível chegar à virtude destes, pelo menos daí venha a auferir algum proveito; deve fazer como os arqueiros hábeis que, considerando muito distante o ponto que desejam atingir e sabendo até onde vai a capacidade de seu arco, fazem mira bem mais alto que o local visado, não para alcançar com sua flecha tanta altura, mas para poder com o auxílio de tão elevada mira atingir o seu alvo. Digo, pois, que no principado completamente novo, onde exista um novo príncipe, encontra-se menor ou maior dificuldade em mantê-lo, segundo seja mais ou menos virtuoso quem o conquiste. [...] e os obstáculos que se lhes apresentam no conquistar o principado, em parte nascem das novas disposições e sistemas de governo que são forçados a introduzir para fundar o seu Estado e estabelecer a sua segurança. Deve-se considerar não haver coisa mais difícil para cuidar, nem mais duvidosa a conseguir, nem mais perigosa de manejar que tornar-se chefe e introduzir novas ordens. É necessário, pois, querendo bem expor esta parte, examinar se esses inovadores se baseiam sobre forças suas próprias ou se dependem de outros, isto é, se para levar avante a sua obra é preciso que roguem, ou se em realidade podem forçar. No primeiro caso, sempre acabam mal e não realizam coisa alguma; mas, quando dependem de si mesmos e podem forçar, então é que raras vezes perigam. Daí resulta que todos os profetas armados venceram e os desarmados fracassaram. (MAQUIAVEL, [1532] 2009, p. 45-47)

Todos os que já consideraram com alguma atenção o que constitui a natureza da beleza observaram que a utilidade é uma das principais fontes de beleza. [...]. Que a capacidade de qualquer sistema ou máquina para produzir a finalidade para a qual foram planejadas confere certa conveniência e propriedade ao todo e torna agradável tão-somente imaginá-lo e contemplá-lo, é algo tão óbvio que ninguém jamais deixou de notar (SMITH, [1759] 2015, p. 219)

A beleza salvará o mundo (DOSTOIÉVSKI, [1869] 1962, p. 318).

RESUMO

Esta tese analisa a obra *A Acumulação do Capital* (1913) de Rosa Luxemburgo cujo objeto é o problema da reprodução do capital social total. A solução que a sociedade capitalista encontra para esse problema é apresentada quando a autora concluiu que a essência dele reside na impossibilidade de se conciliar a reprodução simples do consumo social total com a reprodução ampliada do capital produtivo total apenas por meio da troca de mercadorias reproduzidas pelo mercado interno capitalista. Luxemburgo conclui que é a troca dessas mercadorias com os produtos do trabalho humano dos mercados externos que conduz o capital social total à reprodução ampliada, solucionando assim o problema da reprodução. No entanto, o que é realmente do interesse da autora é a supressão desse problema e não a sua solução. Para tanto, fez-se necessário a compreensão da dialética envolvida no processo histórico como um todo, e, em particular, na História do Pensamento Econômico. O que se descobriu é que a supressão do modo capitalista de reprodução se refere à superação da contradição interna entre o tempo de trabalho contido e o tempo de trabalho comandado - presente no interior do mercado interno - que é concomitante à superação da contradição existente entre as mercadorias e o produto do trabalho humano. Concluímos que a supressão do problema da reprodução (a contradição entre a mercadoria e os produtos do trabalho humano) que contém em si mesma a superação da contradição interna é a que se dá na reconciliação da reprodução constante e concêntrica do trabalho (a natureza do ser social) com a reprodução eventual e excêntrica das atividades de criação (o imaginário).

Palavras-chave: Rosa Luxemburgo; História do Pensamento Econômico; Problema da Reprodução.

ABSTRACT

This thesis analyzes Rosa Luxemburg's work *The Accumulation of Capital* (1913), whose object is the problem of the reproduction of total social capital. The solution that capitalist society finds is identified by the author when she concludes that the essence of the problem lies in the impossibility of reconciling the simple reproduction of total social consumption with the expanded reproduction of total productive capital only through the exchange of commodities reproduced by the capitalist internal market. Luxemburg concludes that it is the exchange of these commodities with the products of human labor from external markets that leads total social capital to expanded reproduction, thus solving the problem of reproduction. However, what is really of interest to the author is the overcoming of this problem, and not its solution. To this end, it was necessary to understand the dialectics involved in the historical process as a whole, and, in particular, in the *History of Economic Thought*. What was discovered is that the overcoming of the capitalist mode of reproduction refers to the overcoming of the internal contradiction between contained labor time and commanded labor time - present within the internal market - which is concomitant with the overcoming of the contradiction existing between commodities and the product of human labor. We conclude that the overcoming of the problem of reproduction (the contradiction between commodities and the products of human labor) which contains within itself the overcoming of the internal contradiction is that which occurs in the reconciliation of the constant and concentric reproduction of labor (the nature of the social being) with the occasional and eccentric reproduction of creative activities (the imaginary).

Key words: Rosa Luxemburg; *History of Economic Thought*; Problem of the reproduction.

SUMÁRIO

Introdução.....	20
Capítulo 1 – Rosa Luxemburgo e a História do Pensamento Econômico.....	26
1.1. O fenômeno e a ciência da História do Pensamento: dialética e consciência.....	26
1.2. A ciência da História do Pensamento e o capitalismo: o método em História do Pensamento Econômico.....	32
1.2.1. O positivismo e a dialética na História do Pensamento Econômico.	37
1.3. A História do Pensamento Econômico e a Crítica da Economia Política em Rosa Luxemburgo.	40
Capítulo 2 – A reprodução simples do capital social total e o problema da reprodução na controvérsia clássica.....	53
2.1. O capital total e a renda na reprodução do consumo social.	53
2.2. A teoria clássica da acumulação de capital e a tradição Say-Ricardo.....	63
2.3. O problema da reprodução e o problema do valor na controvérsia clássica.	73
2.4. A solução do problema da realização e a controvérsia clássica: os mercados externos e o Princípio da Demanda Efetiva.....	82
2.4.1. Sismondi e o caráter mercantil da reprodução capitalista.....	89
2.4.2. Malthus e o caráter mercantilista da reprodução capitalista.....	97
Capítulo 3 – A reprodução ampliada do capital social total e o problema da acumulação na controvérsia russa..	105
3.1. Os mercados externos de Rosa Luxemburgo e o problema da reprodução.	105
3.2. A demanda por investimento e a teoria macrodinâmica do ciclo econômico.....	121
3.3 A superação capitalista do problema da reprodução.	134
3.4. A superação socialista e nacionalista do problema da reprodução: a controvérsia russa.	144
3.4.1. A supressão socialista e a crítica de Luxemburgo à Tugan-Baranovski.	157
Conclusão	166
Apêndice – Modelo representativo da teoria da reprodução do capital social total de Rosa Luxemburgo.....	180
Referências Bibliográficas.....	185

Introdução

Levando em conta as limitações de significado que são próprias ao termo “convencional”, o presente trabalho se propõe a analisar o conteúdo da obra *A Acumulação do Capital* de Rosa Luxemburgo a partir de uma perspectiva não convencional. Lançada em 1913, essa obra vem sendo alvo de uma compreensão que, desde então, define o **problema da realização** como seu objeto central.

Propõe-se aqui uma abordagem alternativa, que sustenta que o principal objeto da autora é o **problema da reprodução**. Na leitura convencional, os mercados externos, que é a principal categoria da obra, são concebidos como o meio (o método) que promove a realização do valor contido no produto excedente, e não como a solução que os capitalistas encontram, em sua realidade prática, para lidar com a realização do mais valor a ser capitalizado em seu meio (a negação do ser)¹.

A investigação da autora se volta para a descoberta da solução capitalista que supera o problema da reprodução (que não é o mesmo do da realização) para, a partir disso, elucidar as condições de suprassunção da totalidade capitalista, ou seja, as condições de superação do modo capitalista de reprodução. Assim, portanto, esclarecemos que esse trabalho versa sobre a Crítica da Economia Política presente na teoria da reprodução do capital social total de Rosa Luxemburgo.

A singularidade dessa forma de apreender a teoria dessa autora tem por razão o uso da dialética como o elemento que dá integridade à teoria crítica por fim elaborada. Os mercados externos encontram a devida precisão teórica nas duas seções anteriores à seção dedicada à investigação histórica da reprodução do capital social total (o Imperialismo). Sendo, impossível, portanto, compreender o sentido dessa categoria partindo dos capítulos iniciais da seção III.

Na seção I a dialética aparece como o próprio objeto, e é nessa mesma seção que as categorias a serem trabalhadas e o tipo de análise a ser desenvolvida são apresentados. O problema da reprodução faz referência à impossibilidade de se conciliar em definitivo a reprodução simples com a ampliada. Isto nos leva à percepção de que, para Luxemburgo,

¹ FRANCO, T. (2015) encontra como resultado algo muito próximo a isso, porém, os objetivos deste autor com o estudo da principal obra de Crítica da Economia Política de Luxemburgo são outros.

as variações no nível do produto **não** são a causa da reprodução ampliada do capital social total. Uma compreensão que coloca a teoria da autora em oposição a quase todos os teóricos que se dedicaram a investigação das condições de desenvolvimento do capitalismo². Assim sendo, o problema de pesquisa a ser enfrentado é a maneira como Luxemburgo analisa e soluciona **o problema da reprodução**. Problema esse que é pouco reconhecido na História do Pensamento Econômico até os dias de hoje, e que após a Revolução Marginalista e a Keynesiana dificilmente poderia ser reconhecido em sua autenticidade.

Na segunda seção é realizada a História do Pensamento Econômico dedicada ao problema verdadeiramente em tela. Aqui a dialética surge como o movimento das experiências históricas das consciências de si e, por ser trabalhado no plano do ser para si, o terceiro momento do movimento dialético aparece como um fecho em aberto projetador do sentido no qual *o socialismo pode ser visto como o mercado externo (enquanto negação do ser) que suprassume o problema da reprodução*.

Essa seção destaca, portanto, o principal resultado de Lukács (2018 [1923]) em seu texto *Rosa Luxemburgo como marxista*: a identidade do ser em si e do ser para si exprime a dialética como a razão do movimento da consciência, dado que essa é simultaneamente totalidade, unidade e devir:

Seja qual for o tema em discussão, o método dialético trata sempre do mesmo problema: o conhecimento da totalidade do processo histórico. Sendo assim, os problemas “ideológicos” e “econômicos” perdem para ele sua estranheza mútua e inflexível e se confundem um com o outro. *A história de um determinado problema torna-se efetivamente uma história dos problemas*. A expressão literária ou científica de um problema aparece como expressão de uma totalidade social, como expressão de suas possibilidades, de seus limites e de seus problemas. O estudo histórico-literário do problema acaba sendo o mais apto a exprimir a problemática do processo histórico. A história da filosofia torna-se filosofia da história ([LUKÁCS 1923], 2018, p. 117).

Lukács indica que:

O método filosófico de Hegel, que sempre foi – de maneira mais convincente na *Fenomenologia do espírito* – história da filosofia e filosofia da história ao mesmo tempo, jamais foi abandonado por Marx em relação a esse ponto essencial ([LUKÁCS 1923], 2018, p. 116).

Ao seguir essa indicação, é possível constatar, a partir de um estudo da *Fenomenologia* de Hegel, que a razão dialética presente no movimento da consciência do ser se refere à reconciliação, continuamente presente, entre o todo e a parte, e não à identidade plena e

² O que é por nós compreendido como a afirmação de que o movimento histórico é a permanência da contradição, e não a permanência da reconciliação.

absoluta do todo com a unidade. Essa última está mais próxima do que é o vazio, ou o estado absoluto de negação, que, na ontologia de Hegel, é parte do real (o meio) e não o próprio real, pois é reflexo. A reconciliação como a verdadeira suprassunção do todo com a parte (a identidade do ser em si e do ser para si manifestada no sujeito que vivencia o espírito do tempo) é apreendida por Lukács como sendo “o conhecimento da totalidade do processo histórico”, ou seja, o saber.

Porém, isso não é o mesmo que dizer que o método filosófico de Hegel é o que garante a identidade da História da Filosofia com a Filosofia da História como uma espécie de fecho absoluto sobre o qual a Filosofia da História é a própria Filosofia. Reparemos como é necessário a Lukács lidar com a reconciliação como unificação, visto que o ser e o pensamento são tomados por ele, primariamente, como em desassociação. Ele continua a sua explanação sobre o método filosófico de Hegel, defendendo ser também o de Marx, da seguinte maneira:

Pois a unificação hegeliana – dialética – do pensamento e do ser, a concepção de sua unidade como unidade e totalidade de um processo, formam também a essência da filosofia da história do materialismo histórico. Mesmo a polêmica materialista contra a concepção “ideológica” da história é dirigida bem mais contra os epígonos de Hegel do que contra o próprio mestre que, a esse respeito, estava muito mais próximo de Marx do que este pode imaginar em sua luta contra a esclerose “idealista” do método dialético ([LUKÁCS 1923], 2018, p. 116).

A diferença entre a idealidade, o idealismo e a ideologia é muito bem trabalhada pelo velho Lukács (2012), que é aqui usado como referência para o entendimento da contrariedade existente entre a reprodução econômica e a ideológica na sociedade capitalista. No entanto, como a proposta aqui se restringe ao pensamento econômico, julgamos que apostar na ontologia de Hegel é um caminho mais frutífero para lidarmos com os resultados apresentados pelo jovem Lukács, visto que, o Lukács (2012) do *Para uma Ontologia do ser social* não reanalisa o marxismo de Luxemburgo.

Investir na ontologia de Hegel tendo o pensamento econômico como objeto nos pareceu um caminho ainda mais profícuo quando reconhecemos, também seguindo a indicação do jovem Lukács, o modo pelo qual Marx trabalha a dialética e a teoria ricardiana do valor na *Miséria da Filosofia* (2017 ([1847])). No mais, vale deixar claro que a associação do reformismo com o fatalismo é algo muito mais presente no contexto da discussão política daquela época do que nos dias atuais. É claro que sabemos que o reformismo está em relação

de oposição com o socialismo, porém, o que é curioso é perceber que quando o assunto é o futuro do capitalismo as duas posições afirmam a necessidade de mudança:

Fatalismo econômico e nova fundamentação ética do socialismo estão estreitamente ligados. Não é por acaso que os reencontramos da mesma maneira em Bernstein, Tugan-Baranovski e Otto Bauer. E não é somente pela necessidade de encontrar um sucedâneo subjetivo à via objetiva para a revolução, via obstruída por eles mesmos. É também uma consequência metódica do seu ponto de vista econômico-vulgar, uma consequência da ausência da categoria da totalidade, a única capaz de síntese. Para o indivíduo – seja ele capitalista ou proletário –, o mundo ao seu redor, o meio social (e a natureza, enquanto seu reflexo e projeção teórica) devem aparecer como submetidos a um destino brutal e absurdo, como sendo para ele eternamente estranhos. Esse mundo só pode ser compreendido por ele se assumir, na teoria, a forma de “leis eternas da natureza”, isto é, se adquirir uma racionalidade estranha ao homem, incapaz de ser influenciada ou penetrada pelas possibilidades da ação do indivíduo; se o homem adotar a seu respeito uma atitude puramente contemplativa e fatalista. Num mundo como esse, a possibilidade de ação oferece apenas dois caminhos, que, no entanto, são dois modos aparentes de mudar o mundo. Em primeiro lugar, a utilização para fins humanos determinados (a técnica, por exemplo) das “leis” imutáveis, aceitas com fatalismo e conhecidas segundo o modo já indicado. Em segundo, a ação dirigida apenas para o interior, a tentativa de realizar a transformação do mundo no único ponto do mundo que permaneceu livre, o homem (ética). Mas como a mecanização do mundo mecaniza necessariamente também o sujeito (o homem), essa ética permanece igualmente abstrata, apenas normativa, e não realmente ativa e criadora de objetos, mesmo em relação à totalidade do homem isolado do mundo. Ela simplesmente permanece prescritiva, com um caráter imperativo. O elo metódico entre a *Crítica da razão pura* e a *Crítica da razão prática*, de Kant, é obrigatório e inelutável. E todo “marxista” que abandonou a consideração da totalidade do processo histórico, o método de Hegel e Marx, no estudo da realidade econômica e social, para se reaproximar de algum modo da consideração “crítica” do método não histórico de uma ciência específica que busca “leis”, deve necessariamente – desde que se ataque o problema da ação – retornar à ética imperativa abstrata da escola kantiana ([LUKÁCS 1923] 2018, p. 122-124).

De fato, a oposição de Luxemburgo a qualquer tipo de solução ética é investigada por nossa pesquisa como o ponto angular da crítica da autora a Tugan-Baranovski, que é o último autor da História do Pensamento Econômico de Luxemburgo e o único com o qual ela trava debate. O colapsismo que normalmente é apontado como a síntese da teoria da reprodução da autora não se confirma, e isso se deve à incapacidade dessa concepção em apreender que a contradição permanece³.

³ A maior parte dos estudos mais recentes sobre a compreensão de Luxemburgo acerca do colapso do capitalismo converge para o entendimento de que o colapso é uma possibilidade, mas não uma inevitabilidade absoluta. O que, a nosso ver, parece refletir a visão da autora sobre o processo histórico e sobre a revolução socialista. Para um estudo mais detalhado sobre o tema do possível colapso ver os seguintes artigos: DESAI, Mehgnad & VENEZIANI, Roberto. Rosa Luxemburg's Critique of Marx's Schemes of Reproduction: A Re-evaluation and a Possible Generalization. In: BELLOFIORE, Riccardo (ed.). *Rosa Luxemburg and the Critique of Political Economy*. London: Routledge, 2009. p. 24-33;

CHILOSI, Alberto. The Economic System as an End or as a Means, and the Future of Capitalism: An Evolutionary Viewpoint. In: BELLOFIORE, Riccardo; KARWOWNSKI, Ewa; TOPOROWSKI, Jan (eds.). *Economic Crisis and Political Economy. Vol. 2: Essays in Honour of Tadeusz Kowalik*. London: Routledge, 2013. p. 10-28; TOMIDAJEWICZ, Janusz J. 'The Accumulation of Capital' of Rosa Luxemburg and Systemic and Structural Reasons for the Present Crises. In: BELLOFIORE, Riccardo; KARWOWNSKI, Ewa; TOPOROWSKI, Jan (eds.).

Portanto, a ética que Luxemburgo combate é a falsa moral de idealistas pouco comprometidos com a verdade e a natureza das coisas. Já no âmbito do pensamento econômico, torna-se evidente o quanto que a ideia de um colapso progressivo tem a ver com o fato do paradoxo da abundância e da raridade ser tomado como a “explicação” de um estado de escassez relativa. Como esse estado é fruto da propriedade privada do indivíduo independente, que não é verdadeiramente livre, esse paradoxo passa a ser o posto-limite sempre a ser chegado. O papel dos extremos que é preponderante no terceiro momento da dialética passa a ser concebido, pelas mentes colapsistas, como um paradoxo que governa a direção da história reprodutiva da humanidade, e não como a contradição motriz. Anulando o papel dos extremos, portanto, o colapsismo esquece que a ética não é um advir, mas sim um sempre devém, e que a direção dos conflitos de um estado que promove um outro governo é insistentemente dependente da agência de sujeitos que vivenciam o espírito de seu tempo.

O que se observa como sendo o real é o modo dialético pelo qual o capital supera a sua própria natureza contraditória. Concentrando-se na relação do ser em si e para si (o capital) com o seu meio (a sua negação), Luxemburgo busca enfatizar o papel das produções que não se orientam segundo a lógica de reprodução capitalista (a mercantilização que produz capitalização), e, em assim procedendo, mostra como o segredo da reprodução ampliada do capital social total reside na troca entre mercadorias e produtos do trabalho humano. A contradição ser e não ser permanece diante de cada superação da contradição em si/para si. A solução dialética oferecida pela autora é o que nos motiva a argumentar a importância de resgatarmos a análise luxemburginiana do **problema da reprodução**, pois, essa análise demonstra-se como uma “costura” que integra os três principais problemas históricos da teoria econômica - o problema do valor, o problema da realização e o problema da reprodução - numa teoria que é, ao mesmo tempo, uma História do Pensamento Econômico e uma Crítica da Economia Política.

Antecipa-se que algumas implicações podem ser apropriadas a partir dos resultados dessa tese, porém, é a consciência de que isso não pode ser por nós explicitamente afirmado que reforça o entendimento dialético que nos orienta. No entanto, como o vir-a-ser é algo

que continuamente sempre devem, o benefício e a implicação que são da vontade do autor se referem ao caminho de resposta aqui encontrado para o que é a forma aparente da supressão da totalidade capitalista (o modo de reprodução da sociedade socialista). Se o caminho da ética não nos pareceu convidativo - caso sigamos numa relação de fidelidade com o pensamento morto da autora - o caminho da política, no entanto, revelou-se, de modo particularmente vivo, como capaz de dar direção aos conflitos promotores de uma outra realidade. Ainda que isso seja um ato de resignação diante da realidade fragmentada e desassociada, percebemos que é na política de Rosa Luxemburgo que encontramos a direção entre o que é a espontaneidade revolucionária e a autodeterminação de ser de outro modo.

Para guiar os leitores, o trabalho está dividido da seguinte forma. O Capítulo 1 tem como foco apresentar o fenômeno e a ciência da História do Pensamento partindo da ontologia presente na filosofia hegeliana. A dialética presente no movimento da consciência é explicitada de modo a fundamentar a discussão metodológica envolvida na análise da obra de Luxemburgo. O Capítulo 2 tem como objetivo discutir a reprodução simples do capital social total e o problema da reprodução na controvérsia clássica. Nesse capítulo as conclusões mais basilares da autora no que diz respeito à reprodução do consumo social total são investigadas tendo como contexto a controvérsia clássica entre vulgares e céticos. O capítulo 3, enfim, dedica-se a analisar a reprodução ampliada do capital social total e o problema da acumulação na controvérsia russa. O último capítulo aborda a reprodução ampliada do capital produtivo total, o que são os mercados externos em Rosa Luxemburgo, a solução do problema da reprodução e a relação dessa solução com os mercados externos, e também como são as superações capitalista e nacional-socialista do problema da reprodução. Na última seção a supressão socialista do problema da reprodução é apresentada junto da crítica da autora à Tugan-Baranovski.

Capítulo 1 – Rosa Luxemburgo e a História do Pensamento Econômico.

1.1. O fenômeno e a ciência da História do Pensamento: dialética e consciência.

Ter ciência da experiência da consciência é reconhecer que o sujeito produtor de um determinado conhecimento é um fenômeno para si mesmo. Quando se torna ciente da consciência de si, tal sujeito se vê implicado em fazer da experiência viva do pensar um objeto a ser investigado.

Chamemos *conceito* o movimento do saber, e *objeto*, o saber como unidade tranquila ou como Eu; então vemos que o objeto corresponde ao conceito, não só para nós, mas para o próprio saber. Ou, de outra maneira: chamemos *conceito* o que o objeto é *em-si*, e objeto o que é como *objeto* ou *para-um* Outro; então fica patente que o ser-em-si e o ser-para-um-Outro são o mesmo. [...] O Eu é o conteúdo da relação e a relação mesma; defronta um Outro e ao mesmo tempo o ultrapassa; e este Outro, para ele, é apenas ele próprio (HEGEL, [1807] 2021, p. 135).

O sujeito consciente de si e do objeto encontra nessa reflexão especular dele consigo mesmo e dele para com um objeto a possibilidade de reconhecer a unidade e o contorno existentes entre o sentido e o significado (VAZ, 2014). O objeto é reconhecido pela consciência, assim como a consciência reconhece a si mesma no ato de reflexão para com o seu objeto. Assim, podemos dizer que a História das experimentações da consciência sobre o mundo sensível (o sentido) se identifica com a historicidade das consciências de si (o significado) exatamente porque é o *Eu* o instaurador da relação sujeito/objeto e o conteúdo da mesma⁴. Estando no *Eu* a unidade e o contorno, o que é aqui compreendido como totalidade se refere à identidade da verdade da consciência da coisa com a verdade da certeza de si mesmo.

Não precisamos, pois trazer nossas medidas, nem utilizar nossas ideias pessoais durante a pesquisa: ao contrário, é afastando-as que podemos ver a coisa como é em-si e para si-mesma. Mais ainda: nem sequer precisamos efetuar a comparação ou exame, pois a própria consciência se encarrega disso; porque sendo consciência de um objeto e também consciência de si-mesma, é ao mesmo tempo consciência do que é para ela verdadeiro e consciência de seu saber desta verdade. Já que ambos são *para ela*, a consciência é também sua comparação: é para ela que seu saber corresponde – ou não corresponde – ao seu objeto. Há, portanto dois momentos: num, o objeto é *em-si* (momento da verdade); noutro, é *para-a-consciência* (momento do saber). Nesta distinção, a consciência funda seu exame (MENEZES, 1992, p. 32).

No entanto, de acordo com a apreensão que se faz nessa tese da filosofia de Hegel a identidade do sentido com o significado não se verifica pelo reconhecimento de que é o *Eu*

⁴ Para Hegel, a autoconsciência já não é mais o *Eu* do conhecimento e, a partir disso, a autoconsciência se desenvolve como Espírito. Agradeço ao Professor André Guimarães por ter me alertado sobre essa importante diferença.

o conteúdo da relação sujeito/objeto e a própria relação. Isso, na verdade, é apenas o reconhecimento do fenômeno da consciência. Assim, portanto, conscientes de que o *Eu* apenas condiciona a verificação da identidade do sentido com o significado, podemos perceber que o movimento da consciência e do real se identificam não só por sermos conscientes de que a separação sujeito/objeto é produto do ato de reflexão da consciência, mas, sobretudo, por reconhecermos que tal identidade só pode possuir uma origem comum: o mundo sensível.

Do ponto de vista do sujeito autoconsciente, ou, em outras palavras, do ponto de vista do movimento da consciência, o que se alcança com o reconhecimento do mundo sensível como a origem é que, após o seu ato de separação de si mesma no momento em que estabelece a relação sujeito/objeto (o momento da negação), a consciência só tem como via de superação da negação de si mesma a reapropriação do mundo sensível que faz deste não mais o mundo sensível em si, mas sim o mundo real em si e para si ([HEGEL, 1807] 2021). Ao se reapropriar do mundo sensível se apropriando da realidade e superando a negação, a consciência de si deixa de ser apenas reflexo de si mesma e passa a ser consciência de si e para si. Realizando-se como movimento em sua unidade e contorno (o *Eu* e a totalidade) a consciência encontra, por meio da reapropriação, a identidade entre a sua origem (a abstração) e o seu fim (o concreto)⁵ ([HEGEL, 1807] 2021).

Quando o sujeito vivencia o real ciente do caminho de experimentações da consciência em si (que é o seu objeto) e da consciência de si, isto é, reconhecendo-se como parte singular de um todo em movimento (como um sujeito histórico) e como um todo inteiro que é parte de um movimento singular (como um sujeito que tem a sua própria história), ele percebe as diferenças entre a verdade do objeto e a certeza do sujeito - advindas da certeza sensível (o conhecimento imediato) - como a realidade que é própria a consciência. ([HEGEL, 1837] 2018). Mas, quando esse sujeito percebe que a reapropriação do mundo sensível é o meio pelo qual a sua consciência se suprassume (nega a própria

⁵ Partindo do princípio fundamental do pensamento dialético – isto é, do princípio de que o conhecimento dos fatos empíricos permanece abstrato e superficial enquanto ele não foi concretizado por sua integração ao único conjunto que permite ultrapassar o fenômeno parcial e abstrato para chegar à sua *essência concreta*, e, implicitamente, para chegar à sua significação – não cremos que o pensamento e a obra de um autor possam ser compreendidos por si mesmos se permanecerem nos planos dos escritos e mesmo no plano das leituras e das influências. O pensamento é apenas um aspecto parcial de uma realidade menos abstrata: o homem vivo e inteiro (GOLDMAN, 1967, p. 8).

negação que a constitui apartada de seu meio), o que esse sujeito específico conquista é a capacidade de intervenção consciente sobre o real, pois, por agora, o real em si mesmo (a identidade do abstrato com o concreto) é, para o sujeito suprasumido, o real sobre si e o real sobre o outro.

A relação sujeito/objeto reaparece nesse momento em que a consciência ganha agência diante do real (real sobre si/real sobre o outro), porém, essa propulsão não se traduz na transformação do real porque a negação da negação é o terceiro momento do movimento da consciência, e não o terceiro momento do movimento do real ([MARCUSE, 1941] 1978). O que a simultaneidade entre a identificação, na consciência, da origem com o fim e a desassociação do movimento da consciência em relação ao que o movimento do real denota é apenas a permanência do movimento ([LUKÁCS 1976], 2012). Ao nível da consciência o presente pode ser tomado como o fim daquilo que já foi e ainda é, mas é exatamente no nível da consciência que não se pode afirmar que o que foi e ainda é, vai ou não deixar de ser. No entanto, no nível do real, o presente não pode ser tomado como fim porque é exatamente nesse nível que o que foi e ainda é pode vir a ser um outro, da mesma forma que se pode deixar de ser o que se é.

Assim, portanto, chegamos a duas conclusões fundamentais acerca da ontologia presente na filosofia hegeliana. O movimento da consciência está contido no movimento do real tal como o movimento do real depende do movimento da consciência, e, a transformação do real depende da ampliação do movimento da consciência sobre o real, da mesma forma que a ampliação da consciência sobre o real depende da transformação desse último. Por conseguinte, arguimos que a realização de um vir a ser depende da realização da História do Pensamento tanto como fenômeno quanto como ciência. Enquanto fenômeno, a História do pensamento é essa totalidade múltipla e complexa, presente nas infinitas relações reproduzidas, e que constitui e reconstitui, pelo pensamento, o ser em si e o ser para si, em sua própria espacialidade e temporalidade: em seu próprio devir, portanto.

O objetivo dessa tese é, por meio da realização da História do Pensamento como ciência, indicar qual é o vir-a-ser que suprassume o real em sua totalidade, e, em assim procedendo, realiza a continuidade da História do Pensamento enquanto fenômeno. Entretanto, afirmar isso não é o mesmo que afirmar o socialismo como o meio de superação do capitalismo por ser o primeiro a negação do último, mas é, primordialmente – haja visto

que isso é uma tese; um abstrato – afirmar o socialismo como a reconciliação (a negação da negação) que, limitada à consciência, só pode funcionar como uma espécie de pôr teleológico da atividade de criação, no real, desse novo modo de reprodução da vida social. Modo esse que, no presente, só pode se apresentar como um vir a ser. Qual é, portanto, o vir a ser que nos leva ao agenciamento da emancipação humana em sua totalidade?

Antes de nos dedicarmos à ciência da História do Pensamento observemos o seguinte. Apesar de termos aqui adotado o real como princípio do movimento entre a consciência e a realidade, o oposto também pode se fazer valer. Nesse caso a simultaneidade antes verificada não se dá entre a identificação totalizante da origem com o fim na consciência e a desassociação individualizante do real em relação à consciência, mas sim entre a identificação do real com a consciência no indivíduo e a desassociação, na totalidade, do fim com a origem. Quando o princípio adotado é um ideal e não o real, o que o sujeito autoconsciente reconhece é a diferença do presente em relação ao passado e a sua agência (a capacidade de intervenção consciente sobre o real) se torna desejosa⁶ da permanência do presente no futuro, ou seja, se orienta apenas para a sua conservação. Do ponto de vista exclusivo da totalidade, e não só do ponto de vista do sujeito, a reconciliação se mostra como uma espécie de eterna reformulação que faz o movimento permanecer. Nas palavras de Hegel fica explicitado que, nesse segundo caso, a essência do ser é apreendida como a própria infinitude, do mesmo modo que o ser-suprassumido é reconhecido apenas como a relação espaço-tempo em si mesma.

A determinação da vida, tal como deriva do conceito ou do resultado universal, com o qual entramos nesta esfera, é suficiente para caracterizar a vida, sem que se deva desenvolver ainda mais sua natureza. Seu ciclo se encerra nos momentos seguintes. A *essência* é a infinitude, como o *Ser-suprassumido* de todas as diferenças, o puro movimento de rotação, a quietude de si mesma como infinitude absolutamente inquieta, a *independência* mesma em que se dissolvem as diferenças do movimento; a essência simples do tempo, que tem, nessa igualdade consigo-mesma, a figura sólida do espaço” ([HEGEL 1807] 2014).

Poderíamos dizer, com isso, que o terceiro momento da dialética hegeliana⁷ tem o seu papel no que é o permanecer do movimento histórico por ser ele mesmo o momento limítrofe e o da reconciliação. A razão para tal pode ser mais bem assimilada quando apreendemos que o limite presente em cada momento – o todo presente – é o próprio

⁶ Para Hegel a consciência de si é desejo.

⁷ Agradeço ao meu amigo e colega de profissão, Sávio Freitas, pelas valiosas conversas e esclarecimentos sobre essa questão.

Absoluto, sendo que, o horror de seu vazio e o sublime de sua imensidão são a própria manifestação da simultaneidade, sempre instantânea, daquilo que revoluciona para se manter e daquilo que se mantém para revolucionar. O fim e o começo. Dessa forma, portanto, deixamos indicado que a dialética hegeliana pode ser assimilada como uma supressão em devir de si mesma.

Inspirados pelo o que o velho Lukács apresenta no segundo volume de sua *Ontologia do ser social* ([1976] 2012), compreendemos que a contraposição entre a objetividade da reprodução econômica do ser social, que, nessa tese é vista como o real em si, e a subjetividade da reprodução ideológica do ser social (o real para si) é a contradição histórica motor sem a qual o vir-a-ser direcionador da supressão que aqui nos interessa não poderia se manifestar. A objetividade da reprodução econômica tem como contradição-motor o que se dá entre a liberdade da agência humana e a estrutura social já posta, enquanto que a subjetividade da reprodução ideológica se movimenta na disputa que se instala na relação entre os sujeitos autoconscientes desejosos por transformação (os proletários) e os sujeitos autoconscientes desejosos por conservação (os burgueses).

Ao tomarmos a supressão como razão, ou seja, considerando que a reconciliação do ser em si com o ser para si – a manifestação do espírito consciente de si mesmo – é a forma fenomênica pela qual o terceiro momento da dialética aparece em sua genuinidade (o vir-a-ser que dá a direção da supressão totalizante), podemos investigar o caminho de supressão da totalidade capitalista pela maneira como a contradição histórica antes mencionada é reconciliada no decorrer do movimento histórico da consciência de si. A História do Pensamento Econômico Crítico é a ciência que, ao investigar esse caminho acaba identificando os momentos de reconciliação da consciência, e, em assim procedendo, manifesta o vir-a-ser que dá a direção da supressão totalizante.

Para a consciência, a superação da contradição é o próprio fim do movimento, enquanto que, para essa mesma consciência que supera algo, é a supressão a superação que faz permanecer a contradição. A superação de uma contradição pela consciência é o ato de negar a negação, e este é um fenômeno distinto da superação de uma totalidade particular (a superação que faz permanecer), que é o ato de revolucionar. A superação do modo capitalista de reprodução não depende da superação da relação de contradição existente entre os sujeitos autoconscientes e os sujeitos desassociados, mas sim da

contradição motor que, no presente capitalista, se refere à contraposição entre a objetividade da reprodução econômica e a subjetividade da reprodução ideológica.

É por isso que aqui defendemos o seguinte: ao agenciar o modo socialista de reprodução, os sujeitos autoconscientes desejosos por transformação passam a requerer, impreterivelmente, a projeção imaginária como aquilo que dá significado e direção a seus respectivos movimentos de vida, porém, como a emergência do modo socialista de reprodução não é um ato de resolução de uma contenda, mas sim um ato de criação do vir a ser, se faz necessário nos perguntarmos qual é a projeção imaginária que concilia a contraposição do ser em si com o ser para si?

O que constatamos com a obra magna de Crítica da Economia Política de Rosa Luxemburgo, cuja investigação se debruça sobre a contradição histórica do ser em si (o problema da reprodução) junto da controvérsia, também histórica, do ser para si (o futuro do capitalismo é desenvolvimento ou crise?), é a oferta de um caminho de resposta para o que é a forma aparente da supressão da totalidade capitalista. Caminho esse que só pode ser um aparecimento, pois, como a Crítica da Economia Política de Luxemburgo é uma intervenção abstrata, ela está necessariamente limitada à afirmação do que pode conciliar a contraposição do ser em si com o ser para si.

A hipótese dessa tese é a de que, para Luxemburgo, a reconciliação da contraposição do ser em si e do ser para si que pode se fazer valer como a aparência autêntica da supressão da totalidade capitalista é a que se dá entre o tempo de trabalho dedicado a reprodução do fluxo rotineiro que mantem e desenvolve a vida orgânica e física (tangível) do ser em si com o tempo de trabalho dedicado às atividades de reprodução do fluxo eventual que mantem e desenvolve a vida espiritual e artificial do ser para si (intangível). Do tempo total de trabalho quanto é tempo dispensado ao trabalho estruturante (objetivações concentradas e tangíveis) e quanto é tempo dispensado nas atividades de criação (objetivações dispersas e intangíveis)? A reconciliação desses tempos é o que nos parece ser a forma pela qual a supressão da totalidade capitalista aparece como horizonte imaginado para Rosa Luxemburgo, haja visto que a nossa autora foi alguém cujo trabalho de História do Pensamento estava devotado a supprassumir a controvérsia acerca do futuro do capitalismo.

1.2. A ciência da História do Pensamento e o capitalismo: o método em História do Pensamento Econômico.

Quando implicados na prática social de produção e expansão do conhecimento, os sujeitos formadores de entendimentos se veem diante do desafio de dar ordem aos momentos, da mesma forma que se faz necessário dar ordem às experiências da consciência. O conhecimento da História do Pensamento se justifica, pelo menos nesse primeiro instante, como um ordenador da prática social do conhecimento capaz de realizar a composição dos momentos com as figuras produtoras dos entendimentos ([HEGEL 1837] 2014).

Contudo, uma diferença extremamente importante deve ser aqui apresentada. Para que possamos distinguir o método que emerge da experiência histórica da consciência-de-si da ciência da História do Pensamento devemos ter em mente que a separação entre ser e pensamento – que é produto do ato de reflexão da consciência – pode assumir o *Eu* Absoluto como a universalidade incondicional (o caso da filosofia hegeliana), ou, assumir a relação sujeito/objeto como a unidade totalizante sempre condicionante (o caso da Crítica da Razão Pura). Ambos os caminhos acabam levando a considerações distintas no que se refere à ciência da História do Pensamento e, conseqüentemente, acaba determinando uma oposição entre o método fundamentado por uma epistemologia e o método fundamentado por uma ontologia. O que observamos a partir disso é que a prática social do conhecimento se forma e se processa em meio a essa oposição.

O que ocorre, no entanto, é o seguinte. Na História das experimentações da consciência, o não reconhecimento da identidade da verdade da consciência da coisa com a verdade da certeza de si mesmo como fenômeno do ato de reflexão da consciência provocou uma relação estranhada do entendimento – que é momento do saber e não o saber em si – com a consciência desejosa do saber. Tomar o todo pela parte, ignorando a História como fenômeno do gênero humano, parece ser uma paixão que só percebe a coisa abstrata como algo vindo de um sensível concebido como o domínio de formas *a priori*. Sem o reconhecimento de que o abstrato é ato de negação da consciência no momento em que ela estabelece a consciência para si e do objeto, os entendimentos passam a ser vistos como as formas de produção do conhecimento universalmente organizadoras do mundo sensível. O que não é o real, ainda que seja uma realidade.

O que a epistemologia moderna pode advogar como uma das potências da verdade – a ciência do mundo capaz de dar domínio e controle ao processo de transformação do próprio mundo – se baseia num fundamento que é em si um pressuposto, pois o entendimento que é resultante da relação sujeito/objeto só o é e só pode sê-lo devido o ato de negação da consciência. Não é possível haver ciência sem consciência, da mesma forma que não pode haver certeza a partir do sensível sem o sensível. A compreensão da relação sujeito/objeto como a totalidade universalizante é um fenômeno próprio ao momento histórico em que se explicitava a verdade da certeza de si mesmo como algo instaurado a partir da verdade do mundo⁸. O humano tomado em sua universalidade também toma o mundo como o mundo humano. O sentido ganha uma forma idealizada e uma cisão entre a ciência do mundo como fenômeno, dada como obra do entendimento, e o conhecimento do sentido (da coisa em si) se estabelece na pretensão desse humano como um universal e, até mais do que isso, um universal incondicional necessariamente separado de sua natureza.

Assim, o domínio da Crítica da Razão Pura passa a delegar ao movimento dialético da consciência uma dificuldade política, dado o lugar estranhado e apartado da ciência que o conhecimento do sentido acaba sendo posto. O meio de vida se desassocia de seu sentido na medida em que o trabalho social é transformado em artífice autômato do mundo. O que faz com que as relações sociais de produção se tornem cada vez mais contraditórias com as condições naturais de reprodução da vida material da sociedade ([MARX 1844] 2015). O domínio da Crítica da Razão Pura se revela, portanto, como uma dominação da natureza e do ser social por este humano pretensamente universal, que, ao nosso ver, se trata do sujeito forjado nas complexas relações constitutivas do trabalho alienado.

É neste momento histórico que o devir se apresenta como contradição entre o ser e o modo de ser. Na forma histórica da atualidade, a contraposição inerentemente presente

⁸ “Os grandes homens que, na França, iluminaram os cérebros para a revolução que se havia de desencadear, adotaram uma atitude resolutamente revolucionária. Não reconheciam autoridade exterior de nenhuma espécie. A religião, a concepção da natureza, a sociedade, a ordem estatal: tudo eles submetiam à crítica mais impiedosa; tudo quanto existia devia justificar os títulos de sua existência ante o foro da razão, ou renunciar a continuar existindo. A tudo se aplicava como rasoura única a razão pensante. Era a época em que, segundo Hegel, “o mundo girava sobre a cabeça”, primeiro no sentido de que a cabeça humana e os princípios estabelecidos por sua especulação reclamavam o direito de ser acatados como base de todos os atos humanos e toda relação social, e logo também, no sentido mais amplo de que a realidade que não se ajustava a essas conclusões se via subvertida, de fato, desde os alicerces até à cumieira. Todas as formas anteriores de sociedade e de Estado, todas as leis tradicionais, foram atiradas no monturo como irracionais; até então o mundo se deixara governar por puros preconceitos; todo o passado não merecia senão comiseração e desprezo. Só agora despontava a aurora, o reino da razão; daqui por diante a superstição, a injustiça, o privilégio e a opressão seriam substituídos pela verdade eterna, pela eterna justiça, pela igualdade baseada na natureza e pelos direitos inalienáveis do homem” ([ENGELS, 1880] s.d., p.55).

entre passado e futuro da relação espaço-tempo, que é algo próprio da maneira como o humano experiencia o devir, é vivenciada sob a égide do modo capitalista de produção e da ciência moderna (ambos em crise). Dado o exercício prático da razão científica, a certeza sensível delega ao pensamento a necessidade política de lidar com essa contraposição de uma maneira em que a prática científica é incapaz de desenvolver a consciência, ao mesmo tempo em que a ciência deve necessariamente, por meio da produção de entendimentos, justificar a existência dessa contraposição como pura ideologia.

Construída sobre essas bases históricas, a teoria econômica possui algo singular a dizer no que se refere à contraposição acima mencionada. A manutenção do presente, enquanto preservação da vida e da existência humana, depende da reprodução do passado em prol de um futuro. O movimento histórico, em sua permanente mudança, faz da tradição e da revolução uma unidade concisa na relação espaço-tempo. Vivenciar o presente consciente de si é, portanto, reproduzir a contradição histórica que deu origem ao modo atual de produção (o trabalho alienado na forma de mercadoria). O pensamento que se levanta junto ao capitalismo (a ciência da Economia Política) possui como ponto nevrálgico as teorizações que buscam compreender o que é o capital. Enquanto puro movimento de autovalorização (sua forma aparente), a reprodução do capital, vista sob a ótica da contraposição entre tradição e revolução, apresenta-se como rentabilidade futura para aqueles que fazem, no presente, o passado de futuro (a tradição), e como condição de crise em permanência para aqueles que fazem o futuro de presente, e o presente de passado (a revolução).

Ambas as teorizações, que se debruçaram sobre o movimento de valorização do capital, investigam no passado as suas causas. As diferenças primordiais aparecem na maneira como essas teorizações produzem análises sobre o futuro. Assim sendo, podemos dizer que a oposição entre a transformação que conserva o presente no futuro (a tradição) e a transformação que preserva o futuro no presente (a revolução) é o conflito central que condiciona o pensamento econômico à essa contraposição e que, ao mesmo tempo, dá a dinâmica do seu movimento histórico.

Porém, devemos indicar o seguinte. A ciência da História do Pensamento Econômico se preserva como unidade entre sentido e significado na medida em que essa contraposição é reconhecida na relação social de origem da realidade prática e ideal do capitalismo: a

relação que reproduz a subsistência física e social da força de trabalho por meio da troca entre o produto final do trabalho vivo empregado na produção das mercadorias consumidas para a reprodução da força de trabalho e o trabalho morto incorporado aos meios de produção socialmente necessários à produção dessas mesmas mercadorias. Com isso, em referência ao movimento da consciência, indicamos que essa relação é a verdade da consciência da coisa, isto é, a substância daquilo que o capital é e a essência de seu movimento histórico. Logo, a identidade da origem com o fim é reconhecida na permanência dessa relação de troca.

Condicionadas à disputa entre as forças conservadoras e as forças de mudança, as formas tradicional e revolucionária da práxis política capitalista se operacionalizam e se desenvolvem no decorrer do processo histórico. O que significa dizer que o domínio prático do conhecimento se estabelece como necessidade social para ambos os conjuntos de força, pois são eles que, no seu fazer histórico, permitem a afirmação de sentidos e a defesa de significados.

O conflito político gerado pela contraposição entre passado e futuro, que é próprio à maneira capitalista de se vivenciar o movimento dialético da realidade e da consciência, se apresenta de modo mais claro e consistente nas diferenças entre os métodos positivista e dialético de produção do conhecimento em Economia Política e em História do Pensamento Econômico. A ciência que se denomina como aquela conhecedora das causas e da natureza da riqueza das nações, ciente do papel que cumpre ao domínio prático do conhecimento, vai sendo forjada por ambos os métodos no seu fazer histórico. Tanto a que justifica a tradição quanto a que promove a revolução se afirmam e se constituem enquanto práticas sociais em torno de um mesmo objeto, ainda que as suas teorizações possam apresentar diferenças inconciliáveis. A cisão entre a ciência do mundo e o conhecimento do sentido determina, dessa maneira, o *locus* social, histórico e político sobre o qual os métodos positivista e dialético de produção do conhecimento em Economia Política e em História do Pensamento Econômico realizam os seus respectivos trabalhos.

Todavia, constata-se que nada nos autoriza a imaginar uma divisão estrita na relação sujeito/objeto de modo a conceber o conhecimento como pura transcendência. Ainda que algumas ciências reclamem para si essa potência, a idealização é, na verdade, uma capacidade de abstração da totalidade real e complexa. Trata-se de um momento reflexivo

que necessita assumir a relação sujeito/objeto porque, do contrário, não seria possível conhecer nada de modo objetivo. O que não é o mesmo que achar que a divisão entre sujeito e objeto é uma realidade empírica expressa diretamente no pensamento. O reconhecimento do real não está, portanto, na ideia, ainda que a ideia seja em si uma manifestação real; uma experimentação consciente do real. A concepção de que a cisão entre o ser e o pensamento é uma realidade imediata é, na verdade, a manifestação de uma consciência que vivencia o real apenas por meio da razão, da lógica e da prática, e que, no limite, confunde o sentido com a razão de ser. Esta consciência é o fenômeno da cisão da ciência do mundo com o conhecimento do sentido manifestado e a razão por ela advogada não se assegura como verdadeira por ser orientada para a prática, mas sim por fomentar um método que incondicionalmente se faz como a verdade instauradora da verdade do mundo.

Quando a unidade do real concreto com o real ideal⁹ é desta maneira vivenciada, a existência do devir humano encontra na História do Pensamento uma poderosa episteme. Como expressão ideal da totalidade do movimento do devir histórico, a História do Pensamento passa a ser, ao mesmo tempo, essa expressão e, supostamente, a forma de conhecer este devir. A historiografia e a História do pensamento se espelham tão simetricamente que passam a ser tanto o método de exposição da teoria quanto a maneira pela qual a teoria é conhecida e elaborada. O que se tem como resultado geral é apenas o reconhecimento de que o real ideal é expressão do real concreto e o real em si e para si nunca é alcançado dado que a forma de conhecer o devir histórico é a própria prática científica do historiografar. Como tal, as separações entre sujeito e objeto e entre ser e pensamento se tornam inerentes e, como não poderia deixar de ser, a discussão sobre o método em História do Pensamento se coloca como uma questão fundante, afinal de contas se é o sujeito que faz o mundo, é o pensamento que forja o ser. Tal questão não poderia deixar de se constituir como questão caso a unidade entre ser e pensamento não fosse ela mesma uma reflexão, dada a pressuposição de sua própria separação.

⁹ Notemos que a formulação já inicia pressupondo uma divisão entre o real concreto e o real ideal.

1.2.1. O positivismo e a dialética na História do Pensamento Econômico¹⁰.

As diferenças fundamentais entre as ciências positivista e dialética se encontram no modo pelo qual elas concebem o movimento histórico do pensamento, a relação entre sujeito e objeto e a unidade do real concreto com o real ideal. Estes são alguns dos critérios de ordem epistemológica que nos fornecem a compreensão das diferenças entre as metodologias e as teorias empreendidos por cada uma dessas ciências ao campo da História do Pensamento Econômico. Porém, longe de achar possível e viável esmiuçar os desdobramentos que estes critérios nos conduzem, o que se pretende é apenas indicar como a reflexão do próprio pensar (o reflexo sobre si mesmo) pode ser um ato de estruturação teórica quando o sujeito produtor do conhecimento é consciente de si¹¹, e não quando o sujeito vivencia apenas a verdade da certeza de si mesmo, seja ela a instaurada como verdade do mundo, como é o caso de uma ortodoxia, ou não, como no caso de uma heterodoxia.

Dado que o conhecimento em História do Pensamento Econômico tem como objeto o próprio pensamento, a discussão sobre método deve reconhecer, preliminarmente, que as formulações teóricas já partem de métodos de investigação, abstração e exposição diferenciados entre si.

No campo da História do Pensamento Econômico a diferença entre as teorias formuladas pelo método positivista e as formuladas pelo método dialético é denunciada quando se observa o que é tomado como ponto de partida do método de exposição. A razão para tal se deve ao fato de o método de exposição ser o momento de estruturação da teoria, ou seja, de ser o momento necessariamente consequente em relação aos métodos de investigação e abstração. Ainda que não seja o fazer teórico em si mesmo, o método de exposição é o que dará à teoria a forma e a aparência apropriados à expressão genuína do conteúdo e da essência descobertos e apreendidos, respectivamente, pelos métodos de investigação e abstração. Isto nos permite constatar que a relação existente entre método de

¹⁰ Esta subseção toma como referência e inspiração o texto de Marx intitulado “Introdução à Crítica da Economia” que consta em HOROWITZ, David. *A Economia Moderna e o Marxismo*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972. (Biblioteca de Ciências Sociais). Além desse texto, essa edição possui outros artigos que versam sobre a questão do método em teoria econômica.

¹¹ A consciência que, na dimensão *onto* do ser, é o retorno da consciência para si ao ser em si e, na dimensão refletida, é o retorno da verdade da consciência da coisa para a verdade da certeza de si mesmo. Se movendo da História para a História do Pensamento, o sujeito consciente de si pode reconhecer o involucro finito que determina a unidade entre o sentido e o significado a partir do que o torna singular diante do todo e o que o torna um universal diante do singular.

exposição e estruturação da teoria é um elemento comum tanto à ciência positivista quanto à dialética. No entanto, as diferenças entre ambas são mais profundas e profícuas¹².

A História do Pensamento positivista possui como ponto de partida o ideal abstrato (produto do método positivista de abstração) e o método de exposição procura formular teorias analíticas capazes de representar elementos da totalidade na forma de sistemas lógicos bem formalizados. A ciência dialética da História do Pensamento, em diferença, toma como ponto de partida o real pensado (produto do método dialético de abstração) – sempre o considerando dentro de um movimento -, e o seu método de exposição almeja formular teorias realistas que descrevam o movimento histórico na multiplicidade de suas relações, identificando causalidades e afirmando generalidades, tendências e contratendências.

Por mais que as diferenças entre os métodos de investigação e abstração sejam importantes, é no momento de síntese teórica – momento exigido pelo método de exposição - que se clarifica sobre o retorno que o ideal abstrato faz ao real-complexo, no caso do método positivista, e sobre o retorno que o real pensado faz ao real-complexo no caso do método dialético.

Para o método positivista de exposição o ideal abstrato se desenvolve e se amplia por meio de deduções lógicas que o tornam uma forma abstrata de representação do que viria a ser o real pensado. Uma complexidade abstrata é assumida como representação da realidade e é este o verdadeiro ponto de partida para o retorno ao real-complexo. Retorno este que não é o real-pensado, mas sim o real idealizado tentado a efetivar-se na realidade como prática de intervenção sobre o seu objeto, assim como comprovação de sua cientificidade autopropelida. É neste sentido que se pode argumentar a existência de um caráter predominantemente idealista por parte da forma positivista de produção do conhecimento. O retorno ao real não é realmente operado, mas sim projetado como a “visão” (o modelo) que servirá de base para a intervenção prática da ciência na realidade. Trata-se, na verdade, de um enquadramento do real na complexidade abstrata, e um dos

¹² A diferença entre as formas positivista e dialética de produção do conhecimento também é fundamental para a percepção das diferenças entre os socialismos. A compreensão dessas diferenças é importante, pois, a principal obra de Crítica da Economia Política de Rosa Luxemburgo apresenta uma forte ligação com a sua crítica à influência positivista na tradição marxista feita pela autora em *Reforma e Revolução?* ([1900], 2015).

seus efeitos mais perigosos é a absolutização da teoria analítica como verdade em constante verificação.

Para o método dialético a representação é apenas um dos aspectos da formulação teórica, e não pode ser tomada com um fim em si mesmo, pois assim se negaria a potência realizadora do saber sobre a realidade em si e, principalmente, sobre a realidade que pode vir a ser. Se negaria o movimento, portanto. O retorno do real pensado ao real-complexo só é método de exposição e elaboração teórica na medida em que ele é trabalho de reflexão do próprio pensar de um sujeito consciente de si. Como a teoria é produzida por um sujeito, ela só pode ser o resultado-síntese do que é o conhecimento da experiência histórica do ser se o sujeito também se reconhecer como parte dessa experiência. Como produto do devir histórico, a teoria é construção reflexiva do humano em constante processo de mudança e permanência, que, na própria atividade de criação e de apropriação consciente do mundo, na relação com o ambiente e com o seu passado, cria também a reflexão da consciência de si. O método de exposição, nesse sentido, só faz revelar a si próprio como parte do trabalho científico, da mesma forma que a teoria é, em si, uma parte ativa do todo.

Reconhecendo o método de exposição como parte conjunta dos métodos de abstração e de investigação, podemos esclarecer o caráter geral das ciências positivista e dialética em História do Pensamento Econômico do seguinte modo: Na tradição positivista elenca-se a análise dedutiva, principalmente a de caráter instrumental, como a determinante do movimento histórico da teoria econômica; que é apreendido, contudo, como evolução em permanente transformação e aperfeiçoamento. Na tradição dialética o movimento histórico do pensamento é apreendido como processualidade em permanente contradição, de modo que podemos constatar o sentido e o significado históricos das problemáticas, que é o que nos permite concluir sobre o desenvolvimento da ciência da experiência da consciência. Junto à conclusão deste desenvolvimento também é possível observar os efeitos dos desalinhamentos causados pelos conhecimentos extrínsecos e apoloéticos.

A título de uma primeira organização e sistematização do movimento histórico do pensamento econômico pode-se indicar que a ciência positivista tem um espaço mais conciso a partir da Revolução Marginalista - ainda que sua iminência possa ser constatada

com a forte influência do positivismo no pensamento de John Stuart Mill¹³ -, enquanto que a ciência dialética ganha a sua proeminência com a Crítica da Economia Política de Marx. Ao longo do século XX, identifica-se três problemáticas como as mais comumente trabalhadas por cada uma dessas tradições:

1. As mudanças na distribuição das quantidades e da renda e os determinantes das variações absolutas e relativas dos valores de troca.
2. A relação entre a acumulação do capital e o crescimento do produto, emprego e renda totais.
3. A relação entre a confluência dos diferentes interesses individuais e os seus efeitos sobre o conjunto da coletividade.

Apesar de ambas as ciências terem como objetivo comum a compreensão e a explicação da realidade social no intuito de mobilizar uma prática sobre a mesma, o sentido da prática da ciência positivista é o da preservação da condição presente para o futuro, ao passo que o sentido da prática da ciência dialética é o da superação da condição presente, tornando o futuro um possível presentemente vivenciado, ainda que em potência.

1.3. A História do Pensamento Econômico e a Crítica da Economia Política em Rosa Luxemburgo.

O pensamento de Rosa Luxemburgo se fez de corpo presente nesse período em que tais questões começavam a tomar os seus próprios rumos na História do Pensamento Econômico do século XX. Assumindo como objeto o problema da reprodução, que tanto caracteriza a atualidade de seu tempo, Rosa Luxemburgo procura estabelecer, desde o início, quais são o sentido geral e o específico da reprodução social. O movimento histórico é tomado em seus termos mais gerais com o intuito de caracterizar, por meio da identificação das diferenças, o que há de especificamente capitalista na reprodução do ser social. Este proceder deixa explicitado o materialismo histórico e a dialética como a filosofia e a lógica que fundamentam o *A Acumulação do Capital: Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo* ([1913] 1985; 2021).

¹³ Um pensador central no período de decadência da Escola Ricardiana de meados do século XIX.

Apesar dessa filosofia e dessa lógica estruturarem a investigação da autora ao longo de toda a sua exposição, a maneira como ambos se apresentam em cada uma das seções é marcadamente diferente. É com essa observação que começamos a identificar a forma pela qual a unidade do ser em si e do ser para si foi trabalhada por Luxemburgo. Nas seções dedicadas à História do Pensamento Econômico (seção II) e à análise teórica (seção I), o materialismo histórico e a dialética estão circunscritos ao âmbito do pensamento, e, na última seção, eles estruturam uma compreensão totalizante do fenômeno presentemente vivenciado naquele tempo. É nesta última seção que o Imperialismo é recuperado e reconstituído em seu próprio movimento, sendo o âmbito do ser o foco norteador dessa seção que traz a conclusão da autora.

Contudo, o que mais nos chama a atenção é o modo pelo qual a identidade entre a Teoria e a História do Pensamento Econômico é trabalhada nas duas primeiras seções. Isto nos levou à percepção de que a última seção não pode ser considerada em isolado e, até mais do que isso, ela não se sustenta enquanto síntese caso a identidade entre a Teoria e a História do Pensamento Econômico, presente nas seções anteriores, não seja compreendida, pois, é esta identidade que substantia o conteúdo da última seção. É, portanto, nas duas primeiras seções que o sentido e o significado do problema da reprodução são trabalhados e um caminho de síntese é vislumbrado no horizonte.

O trabalho simultâneo de reconstituição do significado e de reelaboração do sentido do problema em investigação se demonstra como capaz de teorizar sobre a reprodução do capital social total – uma das principais categorias da obra – na mesma medida em que oferece uma crítica às resoluções que se apresentaram como possíveis ao longo da História. A identidade da Teoria com a História do Pensamento, o lugar comum entre a verdade da consciência da coisa e a verdade da certeza de si mesmo, se vê sempre circunscrita na dualidade do ser em si e do ser para si. Rosa Luxemburgo se debruça tanto sobre a História da reprodução social capitalista quanto sobre a História do pensamento econômico que se dedicou à questão da reprodução. É exatamente pelo fato de trabalhar a unidade do ser em si e do ser para si que Luxemburgo alcança uma teoria crítica singular que é, também, consonante com as questões teóricas de seu tempo presente.

O que há de particular nesta tese é este olhar para a maneira como Luxemburgo trabalha a identidade da Teoria com a História do Pensamento. Diferentemente de outras

propostas que já recuperaram o pensamento econômico desta autora¹⁴, a investigação aqui almejada procura explicitar como esta identidade conflui na direção de uma síntese-crítica de caráter revolucionário. Uma síntese que faz do trabalho de rememoração e reconstituição do movimento histórico da consciência de si uma prática teórica e política que atua na direção da supressão, na realidade, do problema da reprodução, e não na direção de sua simples resolução.

mas qual é a chave mágica que permite a Marx penetrar nos segredos mais íntimos de todos os fenômenos capitalistas, resolvê-los com a facilidade de um jogo, problemas dos quais os maiores espíritos da economia burguesa, tais como Smith e Ricardo, não desconfiavam nem mesmo da existência? Nada mais do que ter concebido a economia capitalista toda como sendo um fenômeno histórico que tem uma história não somente atrás de si, como lhe compreendia no melhor dos casos a economia clássica, mas também diante de si, não somente em relação ao passado que era a economia feudal, mas também notadamente em relação ao futuro socialista” (LUXEMBURG apud LOWY, 1975, p. 101).

O que este novo olhar encontra como um dos aspectos mais fecundos é o entendimento de que as reflexões de Luxemburgo não podem ser avaliadas segundo as questões que o pensamento econômico tradicional impõe como necessidade e regra da prática social que ele mobiliza, ainda que este diálogo seja extremamente frutífero. O seu ponto de partida, a sua ciência, o seu método, a sua prática política e a sua visão de mundo são de outra ordem, e é dessas diferenças que se pode refletir sobre o que foi a contribuição de Rosa Luxemburgo.

Chega-se à conclusão de que a maneira com a qual a autora trabalha a identidade da História do Pensamento com a Teoria se caracteriza, num primeiro momento, pelo reconhecimento de que o sentido, em abstrato, do problema da reprodução só pode se dar naquilo que torna o modo de reprodução do capitalismo uma especificidade na história reprodutiva da humanidade. A essência do modo capitalista de reprodução em sua forma pura (abstrata) exige o contato com a aparência do fenômeno, pois, é partindo da certeza sensível que o fazer teórico se inicia, do mesmo que, em simultâneo, se inicia a história de um conceito. O que é preliminarmente trabalhado é o sentido histórico da problemática em questão¹⁵:

¹⁴ BELLOFIORE (2009); BELLOFIORE, KARWOWNSKI, & TOPOROWSKI (2013); DELHEIM & OTTO WOLF (2016); DOBB ([1937] 1978); GONÇALVES & BARREIRA (2022); HARVEY ([2005] 2014); KALECKI ([1968] 1977); KOWALICK ([1971], 2014); KRATKE (2006); MAURITTI (2014, 2015,); MIGLIOLI ([1981] 2004); NAPOLEONI ([1970] 1982); ROSDOLSKY ([1968] 2011); ROBINSON (1951, [1956] 1960, [1979] 1981, [1980] 1980); SWEEZY ([1942] 1973).

¹⁵ Ver capítulo 1 de DOBB ([1973] 1977).

Na sociedade capitalista, observamos algo diferente. Em certos períodos, verificamos que, apesar de se apresentarem os meios de produção materiais, bem como a mão de obra necessária para o início da produção, e, não obstante, existirem exigências sociais insatisfeitas de consumo, mesmo assim parte da reprodução se interrompe totalmente e parte só se efetua de forma atrofiada. Contudo, nenhuma intervenção despótica é responsável, nesse caso, pelas dificuldades do processo de reprodução. O início da reprodução, nesse caso, não depende somente das condições técnicas, nem simplesmente das condições sociais. Depende, sobretudo, do fato de se fabricarem tão somente produtos cuja perspectiva de realização seja certa, isto é, que possam ser trocadas por dinheiro; que não só possam ser realizados, mas que o sejam com o lucro de magnitude habitual no país. O lucro, como meta e fator determinante, não domina, nesse caso, tão só e simplesmente a produção simples, mas igualmente a reprodução. Assim, preside não só o método e alvo dos respectivos processos de trabalho (bem como da distribuição referente do produto), como também estabelece a proporção e o sentido que tomará o processo de trabalho quando novamente retomado, após a conclusão de um período de trabalho anterior ([LUXEMBURG, 1913] 1985, p. 9).

A autora reconhece que uma das particularidades do modo de produção capitalista é a existência da troca como o único vínculo social que permite a conexão entre os vários produtores privados de mercadorias. O que torna o atendimento das necessidades sociais algo dependente das decisões destes produtores. Como isto é feito apenas com base nas experiências de períodos anteriores de trabalho, que são experiências vivenciadas por cada produtor em particular, o atendimento das necessidades sociais se efetiva em meio aos excessos e insuficiências da quantidade total de mercadorias, produzidas num determinado fluxo de tempo, em relação à demanda solvente (a demanda realizada ao preço normal)¹⁶. É deste caráter marcadamente privado, em oposição ao caráter social das necessidades gerais, que Luxemburgo busca apresentar a particularidade mais aparente do modo de reprodução do capital social total.

A reprodução, no entanto, sempre é reiniciada pelo produtor privado considerando a experiência obtida no período anterior de produção. No período seguinte podem resultar daí novamente, excessos e ou insuficiências já que ramos isolados da produção seguem caminhos próprios, podendo produzir-se, em alguns ramos, insuficiências, em outros excessos. Considerando-se, no entanto, a interdependência técnica existente entre quase todos os ramos singulares da produção, os excessos e insuficiências, em alguns ramos maiores e dominantes, provocam fenômeno igual na maioria dos restantes. Daí ocorrer, de tempos em tempos, alternadamente, excesso ou escassez geral de produtos, em relação à demanda da sociedade. Daí conclui-se de imediato que a reprodução na sociedade capitalista assume uma forma particular distinta de todas as outras formas históricas de produção. Em primeiro lugar, cada ramo da produção passa, dentro de certos limites, por uma fase independente de animação, que, intermitentemente, leva a interrupções maiores ou menores na reprodução. Em segundo lugar, periodicamente, as discrepâncias existentes entre a reprodução dos ramos isolados e as necessidades sociais somam-se umas às outras, resultando em uma incongruência generalizada seguida de uma interrupção geral da reprodução. A reprodução capitalista apresenta, assim, um perfil muito peculiar. Enquanto sob o regime de qualquer outra forma de economia e exceto no caso de

¹⁶ Ver capítulo 3 de *A Riqueza das Nações* ([1776] 1983).

intervenções exógenas impostas a reprodução se processa como circulação regular e ininterrupta, a reprodução capitalista, para utilizar uma conhecida expressão de Sismondi, pode ser representada por uma série de helicoidais distintas e contínuas, cujas espiras inicialmente pequenas vão aumentando progressivamente, sucedidas por uma contração a partir da qual a helicoidal seguinte novamente se inicia com pequenas espiras, formando a mesma figura, até chegar-se à interrupção.

A alternância periódica de expansões maiores da reprodução e suas contrações até a interrupção parcial, ou o que se denomina o ciclo periódico de conjuntura recessiva, auge de conjuntura e crise, é a particularidade mais marcante da reprodução capitalista ([LUXEMBURG, 1913] 1985, p. 9).

Com o objetivo de formular o problema da reprodução do capital social total em seus termos mais gerais, a autora se vê na necessidade de afirmar o que pode ser desejado da discussão teórica sobre as crises. A sua intenção é demonstrar que, por serem manifestações aparentes do problema da reprodução, as crises tensionam as discussões que afirmam um certo conteúdo sobre a reprodução social a partir da imagem que a reprodução capitalista faz de si mesma (o ser para si). O processo de reprodução social sob o domínio do capital se apresenta como processo de circulação regular e ininterrupto e, devido a isso, a discussão sobre o problema da reprodução se viu determinada por um fecho analítico que é, segundo o nosso entendimento, a expressão da relação de oposição e de negação da ótica do capital social total com a ótica do capital individual privado. Sempre ancoradas pela necessidade de se estabelecer esse fecho analítico, as explicações sobre as causas das crises se veem, na verdade, limitadas pelas variações do nível do produto total.

É necessário, contudo, esclarecer, de antemão, que a alternância periódica das conjunturas e das crises, mesmo constituindo aspectos essenciais da reprodução, não representam o problema real, ou seja, o problema da reprodução capitalista propriamente dito. A alternância conjuntural periódica e as crises constituem a forma específica do movimento no modo de produção capitalista, mas não o movimento em si. Ao contrário, para representar o problema da reprodução capitalista em sua forma pura, devemos fazer abstração dessas alternâncias conjunturais periódicas e das crises. [...]. A alternância conjuntural periódica e as crises fazem com que a reprodução capitalista, como regra, oscile em torno do total das necessidades sociais solventes, ora subindo acima dessas necessidades, ora descendo abaixo delas, quase à interrupção total. Entretanto, se considerarmos um período maior de tempo, um ciclo completo com as respectivas alternâncias conjunturais, contrabalançam-se os períodos exponenciais da conjuntura e as crises, ou seja, os momentos de super expansão da reprodução e os de depressão e interrupção. Daí obteremos como média do ciclo em seu conjunto uma grandeza média da reprodução. Essa média não é somente um conceito teórico, mas constitui também um fato real e objetivo. Pois, apesar dos altos e baixos conjunturais, apesar das crises, as necessidades sociais são, bem ou mal, satisfeitas; a reprodução segue adiante em sua marcha complicada e as forças de produção se desenvolvem sempre mais. Como então pode isso ocorrer, se desconsiderarmos as crises e alternâncias de conjuntura? Aqui começa o problema propriamente dito. A tentativa de resolver o problema da reprodução a partir da periodicidade das crises é, no fundo, tão próprio da Economia vulgar quanto a tentativa de resolver o problema do valor a partir das oscilações entre oferta e demanda. No entanto, veremos adiante como a Economia Política continuamente

revelava essa inclinação, sem que disso tivesse plena consciência, ou intuisse o fato de que transformava o problema da reprodução inadvertidamente no problema da crise, fechando assim, para si mesma, o caminho para a solução.” ([LUXEMBURG, 1913] 1985, p. 10).

Presentemente consciente do sentido histórico que o seu objeto de investigação possui, Luxemburgo capta o fenômeno das crises em sua generalidade argumentando que, independentemente do caráter cíclico, a reprodução do capital social total - responsável pela reprodução das necessidades sociais - possui uma característica determinante: a permanência em meio às mudanças. Em sendo a reprodução das necessidades sociais algo que explicita o próprio devir humano, independentemente do capital, a citação acima demonstra bem o porquê o conteúdo crítico da teoria burguesa da reprodução se fez presente em meio à controvérsia clássica sobre as crises. Como poderia uma tradição de pensamento que projeta a ideia de que o modo de reprodução do capital em geral é permanente e absoluto no tempo e no espaço lidar com a iminência, também permanente, de seu fim?

Devemos observar que a maneira pela qual a análise clássica se efetiva como política, ciência e ideologia se encontra incondicionalmente submetida ao domínio da imagem que o capital forja para si mesmo. É esta consciência que estabelece a Crítica da Economia Política como a referência de Luxemburgo. Por mais que se reconheça que o modo capitalista de reprodução permanece em meio às suas próprias mudanças, isto não significa entendê-lo como um absoluto no tempo e no espaço, mas, pelo contrário, significa compreendê-lo dentro de seus limites históricos, que é o tipo de fecho analítico que realmente interessa a uma autora como Luxemburgo. A iminência de seu fim, que é tão presente nos momentos de eclosão das crises, não é só uma prova da irrealidade da imagem que o modo de reprodução do capital projeta de si mesmo (o seu vazio), mas é também o que comprova que a sua essência não é algo puramente abstrato (a natureza humana propensa à troca por exemplo), pois, tal essência possui uma origem e uma História constituídos no próprio movimento do ser social ([LUKÁCS, 1976] 2012).

Tendo em mente o caráter histórico do capitalismo, as análises clássicas sobre o valor, a distribuição, o produto, a renda e, principalmente, sobre a acumulação do capital, só podem ser tomadas como análises que fundamentam uma ciência parcialmente apropriada das condições técnicas e sociais da reprodução do capital social total. Isto se deve à submissão do pensamento clássico à imagem que o capital faz de si, sendo que, é exatamente

essa submissão que o limita a decifrar as condições autônomas e fechadas em si mesmas da reprodução social. Nessa situação, as trocas que realizam a ampliação da divisão social e técnica do trabalho e a extensão dos mercados são as únicas que podem ser observadas e trabalhadas pelo pensamento clássico. A hipótese da reprodução simples (a reprodução circulante do consumo social) é radicalizada e absolutizada pelos clássicos exatamente porque a ótica de análise dos mesmos se limita a apreensão do caráter útil do trabalho social e ao esclarecimento do movimento dos capitais individuais ([LUXEMBURG, 1913] 1985), ou seja, se limita às condições técnicas particulares do modo capitalista de reprodução.

Com base nas trocas que garantem as condições físicas de continuidade da produção capitalista para o futuro, os economistas clássicos elucidaram a razão entre o tempo de trabalho vivo empregado na reprodução do produto excedente e o tempo de trabalho vivo empregado na reprodução do consumo produtivo contido como uma chave analítica sem a qual não se poderia pensar sobre a reprodução capitalista do consumo social total¹⁷. Ainda que essa razão esteja circunscrita ao caráter útil do trabalho social e ao caráter individual do movimento do capital, do ponto de vista da análise da reprodução capitalista do consumo social total em particular, as formulações clássicas se demonstraram como indispensáveis porque foram elas as que apreenderam, compreenderam e expuseram as condições técnicas da reprodução social segundo a lei do valor¹⁸ ([MEEK, 1967] 1971; [DOBB, 1937] 1978).

Já no primeiro parágrafo do *Acumulação do Capital* (1913) Luxemburgo situa o pensamento clássico e o de Marx como partes do movimento histórico do conhecimento científico. Reconhecendo que a discussão sobre a reprodução do capital social total ganha significados próprios com as análises de Quesnay e de Marx, a autora procura indicar como a existência de uma dificuldade na exposição exata do problema da reprodução está relacionada a uma falta de consciência, a uma desassociação, portanto. Isto nos faz pensar que a necessidade de determinar um fecho analítico é algo próprio da natureza do movimento da consciência quando ela se vê diante de sua negação. O que,

¹⁷ Entende-se que a compreensão de SRAFFA ([1951] 1983; [1960] 1997), GAREGNANI (1980; 1991), DOBB ([1937] 1978) e MEEK ([1967] 1971) sobre o problema do valor – identificado por Marx nas *Teorias da Mais Valia* –, é a que melhor evidencia a necessidade analítica de se assumir alguma medida em valor para o produto total de modo a se conhecer a razão padrão (a troca equivalente entre capital e trabalho para Marx). Em outros termos, a razão padrão do produto total é esta que determina do quanto de tempo de trabalho abstrato socialmente necessário à produção do produto total final é trabalho contido e o quanto é trabalho excedente. O que, nos termos de Sraffa, pode ser concebido como a taxa máxima de lucro e nos de Marx como a taxa geral de mais valor.

¹⁸ Um artigo muito interessante que discute as várias compreensões da lei do valor é NETO, João Machado Borges. *As várias dimensões da Lei do Valor*. Revista Nova Economia, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 143 – 158, set-dez. 2004.

consequentemente, nos leva à seguinte reflexão. Se a causa dessa dificuldade reside na relação de oposição e de negação da ótica do capital social total para com a ótica do capital individual privado, a contraposição do ser em si e do ser para si se manifesta na análise de Luxemburgo como a contradição existente entre a ótica do capital em sua totalidade e a ótica do capital em sua particularidade.

A colocação marxista do problema da reprodução do capital social total constitui uma das contribuições perenes do autor à Economia Política teórica. É significativo que na história da Economia Política só se encontram duas tentativas de expor o problema com exatidão: na origem, a de Quesnay, pai da escola dos fisiocratas, e a de Marx, na solução. O problema nunca deixou de atormentar a Economia Política burguesa, mas ela nunca se conscientizou dele, sequer soube apresentá-lo em sua forma pura, isento de outras questões vinculadas ou não a ele, muito menos solucioná-lo. No entanto, dado o significado fundamental desse problema, pode-se, com base nessa tentativa, acompanhar até certo ponto o destino da Economia Política como ciência” ([LUXEMBURG, 1913] 1985, p. 7).

Do que será explorado ao longo da exposição da autora, dois empecilhos são identificados como os mais importantes para o desenvolvimento científico do pensamento econômico sobre o problema da reprodução. A dificuldade em reconhecer, no agregado, as diferenças entre o capital e a renda no período clássico, e, quando o problema da reprodução não poderia ser mais negligenciado, a desconsideração de uma análise das condições gerais de produção e circulação do capital social total se colocou como uma dificuldade implacável para o pensamento econômico que dominava a cátedra na Rússia pré-revolucionária. Esta desconsideração pode ser vista no pensamento clássico tanto nas dificuldades de mensuração do produto em termos de valor, quanto na necessidade de se estabelecer uma teoria sobre o nível do produto como parâmetro de explicação da reprodução simples segundo a lei do valor.

Este segundo empecilho, evidenciado pela maneira com a qual Ricardo concebe o que ele mesmo chamou de Lei de Say, anos mais tarde encontrará um significado particular no pensamento econômico russo de influência marxista. O entendimento de que a reprodução ampliada expressa a reprodução crescente e contínua da acumulação do capital produtivo total é o que mais caracteriza esta tradição de pensamento e, em particular, a proposição teórica de Tugan-Baranovski. Ainda que este tipo de entendimento faça referência, na verdade, ao processo de horizontalização e verticalização que desenvolvem as condições técnicas do modo capitalista de reprodução, o seu ponto de partida lógico é

justamente o tipo de significado que a Lei de Say comumente implica: a taxa de troca proporcional que compensa o fluxo de rendimentos e o fluxo de produção.

No caso de Baranovski esse significado é substituído pelo o de uma taxa de troca proporcional que compensa a variação absoluta do estoque de capital produtivo total com a variação relativa verificada no consumo total. O que nada mais é do que uma visão horizontalizada da ideia de Say de que todo fluxo de produção tem como contrapartida um fluxo de rendimentos. Porém, essa visão horizontalizada não é a mesma que estabelece uma relação de proporcionalidade que compensa as taxas de variação do estoque e do fluxo de produção com as taxas de variação do fluxo de produção e do fluxo de rendimentos, como é o caso da teoria econômica marginalista. Como essa horizontalização é sobre a troca do estoque de capital produtivo total existente no departamento produtor de meios de produção com o fluxo de produção do consumo supérfluo desse mesmo departamento, verificamos que, em Tugan-Baranovski, a afirmação do fecho analítico se dá numa espécie de ponto-borda da Grande Indústria capitalista: a indústria de máquinas que produz máquinas. O que é algo bem diferente do tipo de fecho que a Lei de Say ganha pelas mãos de Ricardo (a troca equivalente entre produção e consumo) e pelas mãos da economia vulgar (a troca equivalente entre o estoque de capital e o estoque de mercadorias finais).

Do que nos parece ser a proposta teórica de Luxemburgo, a apreensão da conexão existente entre Marx e os clássicos é algo preliminar e necessário não só pelos avanços desse último em relação aos empecilhos antes mencionados, mas, sobretudo, pelo fato de algumas incongruências da crítica de Marx às teorias do valor e da distribuição de Smith e Ricardo permanecerem na História do Pensamento marxista. A compreensão das relações de troca entre os valores de uso como a base material sobre a qual a reprodução física do consumo social se concretiza é o que foi nesta tese identificado como esta conexão entre Marx e os clássicos ([MARX, 1905] 1980)¹⁹. Sem isto, a análise das condições capitalistas de reprodução não poderia captar a capacidade da lei do valor em promover a simultaneidade das reproduções física e social do consumo total (o consumo produtivo contido mais o consumo

¹⁹ Entendemos que a principal obra de compreensão da relação da Crítica da Economia Política com a Economia Política Clássica e a Economia Vulgar é o *Teorias da Mais Valia* ([MARX, 1905] 1980).

do produto excedente²⁰) por meio dos inúmeros atos de troca. Isto é, não seria possível teorizar sobre um modo autônomo de reprodução do consumo social.

Do que é exposto pela autora, nos parece claro que o esquema da reprodução simples expressa esta conexão existente entre os clássicos e Marx, pois é este o esquema que representa as condições internas de reprodução do consumo social total. Condições estas que são atendidas pelas trocas que reproduzem, no tempo e no espaço, a razão entre o tempo de trabalho vivo empregado na reprodução do produto excedente e o tempo de trabalho vivo empregado na reprodução do consumo produtivo contido. Assim, o esquema simples é assimilado como a representação de uma totalidade lógica, regular e fechada em si mesma que determina o domínio da análise das condições capitalistas de reprodução do consumo social total²¹. Não se trata, portanto, de uma explicação sobre a garantia da autonomia reprodutiva do consumo total e do aumento da produção do capital produtivo total baseada numa ideia de que trocas proporcionais entre meios de produção e meios de consumo são a causa da reprodução do consumo social total. É a partir dessa percepção que observamos que, no pensamento de Luxemburgo, a análise das condições de reprodução do consumo social total é específica e distinta da análise das condições de reprodução do capital produtivo total²². A explicação desta diferença está no trabalho de História do Pensamento Econômico da autora.

Para além dos dois significados da Lei de Say antes mencionados, um dos resultados mais importantes presentes nessa tese é a identificação de uma mudança de significado que o problema da reprodução adquire com a controvérsia russa em relação ao significado posto na controvérsia clássica. Por girar em torno das condições capitalistas de reprodução do consumo social total, a controvérsia clássica é a que carrega, segundo Luxemburgo, as condições necessárias para a elaboração e exposição corretas do problema da reprodução, mas isto apenas a partir dos avanços de Marx em relação às teorias clássicas do valor e da distribuição. Isto porque foi Marx quem elucidou como a reprodução simples do consumo social total se dá segundo a troca equivalente entre capital variável e força de trabalho²³. Já a controvérsia russa, por um lado, acaba oferecendo as condições não necessárias à

²⁰ Estas categorias serão melhor desenvolvidas na seção I do capítulo 2.

²¹ Ver capítulo IV, intitulado *O Esquema Marxista da Reprodução Simples*, do *A Acumulação do Capital* ([1913] 1985).

²² Ver capítulo VI, intitulado *A Reprodução Ampliada*, do *A Acumulação do Capital* ([1913] 1985).

²³ O que afirmamos ser a verdade da consciência da coisa na seção anterior.

compreensão do problema, como é o caso da maneira como Tugan-Baranovski concebe a Lei de Say, mas, por outro lado, avança no entendimento de que a única demanda por investimento capaz de superar o problema é a de um novo modo de reprodução da vida social.

Nos parece que, para Luxemburgo, a distinção entre as condições de reprodução do consumo social total e as de reprodução do capital produtivo total tem como fundamento histórico a relação capital trabalho mais originária e preliminar: a troca equivalente de valor entre o capital variável e a força de trabalho. Sem esta troca o capitalismo não se constituiria como um modo de produção autossuficiente. Sob a ótica da reprodução simples, esta troca nos mostra o quanto de trabalho incorporado nas mercadorias que são capital variável a classe trabalhadora pode comandar com o valor do capital variável (a reprodução do consumo produtivo contido) e, o quanto que a classe capitalista comanda de força de trabalho para que todo o produto produzido atenda às necessidades de consumo de todas as classes (o produto consumido). Neste caso, as condições de produção do valor que são mantenedoras das condições de reprodução do consumo produtivo contido são dadas pela produção do capital variável, e as condições de realização do valor que são mantenedoras das condições de reprodução das mercadorias finais (meios de produção e de consumo) são dadas pela demanda da classe capitalista por força de trabalho.

Até este ponto o que se tem como resultado é a condição de autossuficiência da reprodução do consumo social total. No entanto, é a partir desse resultado que se costuma indagar sobre como as condições de reprodução do capital produtivo total se realizam. É exatamente aqui que mora o desenvolvimento crítico de Luxemburgo em relação à Marx. Segundo a autora, a compreensão das condições de reprodução do capital produtivo total não pode partir do resultado dado pelas condições de reprodução do consumo social total porque a acumulação do capital produtivo total, ou seja, a ampliação do trabalho incorporado necessário à reprodução do consumo social total, só pode advir, como Marx havia mostrado, de um adiantamento de valor futuro para o presente, porém, esta é uma maneira puramente abstrata de explicar a acumulação, visto que só se leva em conta uma troca de valores no tempo, e não uma mudança quantitativa no trabalho incorporado e no trabalho comandado pelo capital social total.

Com isso, teríamos saído da dificuldade. Mas não é difícil identificar a circunstância que nos facilitou a solução: Marx aborda a acumulação, nesse caso, em sua primeira fase, *in statu nascendi*, brotando como flor da reprodução simples. Do ponto de vista da amplitude do valor, a produção ainda não sofreu ampliação alguma; somente sua organização e seus elementos materiais encontram-se dispostos em ordem diferente. Por isso não é de admirar que também as fontes de dinheiro apareçam como suficientes. Mas a solução encontrada só vale para o momento em que se verifica a passagem da reprodução simples para a reprodução ampliada, ou seja, para um caso concebido apenas em teoria e que não pode ser levado em consideração na realidade ([LUXEMBURG, 1913] 1985, p. 87).

Com esta maneira de lidar com a questão do que explica a acumulação do capital produtivo total, Marx acabou desconsiderando o modo pelo qual o adiantamento de valor futuro para o presente é capaz de oferecer ao capital social total as condições de produção que estão para além da força de trabalho e dos meios de produção ociosos, afinal de contas estas condições estariam supostamente garantidas pela própria autossuficiência reprodutiva do consumo social total, sendo que, é justamente a acumulação de capital produtivo para a reprodução do consumo social total que viabiliza a continuidade da reprodução ampliada de todo o capital social. Marx acaba caindo na falsa imagem de que essa reprodução seria algo autônomo e dependente apenas da ampliação do poder de compra via expansão do crédito. Tal ampliação é assegurada pelo poder que a classe capitalista tem sobre a circulação do dinheiro como capital. Uma “resposta” que marca, na verdade, uma visão radicalmente circulante da reprodução do capital produtivo.

Este ponto decisivo da reflexão de Luxemburgo é o que nos permite observar que a diferença entre as condições de produção do consumo produtivo contido e as de realização do consumo excedente, verificada na análise da reprodução do consumo social total, se reapresenta como a diferença entre as condições de reprodução do consumo social total e as condições de reprodução do capital produtivo total quando se verifica a análise da reprodução do capital social total.

Do ponto de vista da maneira como a autora desenvolve a sua teoria podemos dizer que, por um lado, ela explora a diferença de reprodução do capital constante em relação ao capital variável quando analisa a reprodução simples, e a diferença de reprodução do capital fixo em relação ao capital circulante quando o seu foco é a análise da reprodução ampliada, mas que, por outro lado, ela explora a unidade entre a produção e a circulação do capital social total e a unidade entre as condições técnicas e sociais da reprodução deste mesmo capital. Já do ponto de vista do movimento histórico do pensamento econômico, constata-

se que a teoria de Rosa Luxemburgo tem como sua singularidade o fato de ser a única formulação que não toma a reprodução do capital social total sob a hipótese de domínio absoluto e universal da relação capital trabalho no tempo e no espaço²⁴.

O Imperialismo surge como o sentido e o significado históricos da reprodução do capital social total justamente porque é ele o único modo pelo qual o capitalismo pode se reproduzir sustentadamente na relação espaço tempo. Ele é o único capaz de fazer da reprodução ampliada do consumo social total a reprodução ampliada do capital produtivo total porque ele é o único que pode manter o crescimento escalar da Grande Indústria via expansão dos mercados externos²⁵.

²⁴ Ver o artigo de Isabel Loureiro em SCHUTRUMPF (2016) intitulado “Rosa Luxemburgo, a marxista menos eurocêntrica?”

²⁵ Esta é uma das categorias mais fundamentais da formulação de Luxemburgo. Ela aparece no capítulo 26 do *Acumulação do Capital* ([1913] 1985) e nesta tese será explorada no capítulo 3.

Capítulo 2 – A reprodução simples do capital social total e o problema da reprodução na controvérsia clássica.

2.1. O capital total e a renda na reprodução do consumo social.

A elaboração de uma teoria sobre a reprodução social possui um lugar *sui generis* na História do Pensamento Econômico. Ao final do século XVIII, o domínio que um determinado modo de organização da vida social ganha é expresso num tipo de formulação teórica que assume as condições materiais e sociais necessárias à contínua reprodução da vida como sendo reguladas por uma lei geral abstrata. O que dá o caráter geral e historicamente específico à teoria da reprodução social é resultado de um grande avanço das forças produtivas. O domínio da natureza pelo trabalho humano, alcançado pelas condições técnicas próprias ao modo de produção capitalista, substanciou o nascimento de uma ciência, de uma política e de uma ideologia que possuem como propósito comum a regulação da vida social em prol da acumulação de uma determinada forma de riqueza material: o valor excedente ([MARX 1905] 1980).

É ainda neste brotar mercantil que a separação da questão sobre a origem do Estado da questão sobre o que explica a ordem social se torna a pressuposição ideal inerente ao projeto de ciência da Economia Política (BENETTI, 1987). O conhecimento sobre a ordem social ganha o seu caráter historicamente específico, e a Economia Política se coloca como a ciência que investiga a ordem social perseguindo a forma de governo e de organização da produção que compatibiliza a prosperidade econômica com a estabilidade das relações sociais de produção. O poder e a riqueza se tornam os interesses mútuos de sujeitos implicados numa prática política unívoca: defender e ampliar as relações de dominação e de exploração entre os proprietários dos meios de produção e os despossuídos. É essa, portanto, a prática política que torna efetiva a aliança entre a prosperidade econômica e a estabilidade das relações sociais de produção.

Porém, como a prosperidade econômica e a estabilidade social se coadunam do ponto de vista da reprodução material de toda a sociedade capitalista? Tal compatibilidade só pode ser alcançada quando o crescimento do valor excedente está em simultânea conexão com o crescimento das condições físicas de reprodução do consumo produtivo. O aumento da quantidade de trabalho social sob o comando do capital se expande junto a maior divisão

do trabalho e ao seu consequente efeito sobre a produtividade, sendo de primordial importância o crescimento da produtividade nos ramos de produção dedicados ao consumo produtivo. Por mais que este entendimento só tenha sido explicitado por Adam Smith em *A Riqueza das Nações* (1776), foi por meio da representação fisiocrata que se pôde constatar como a troca de mercadorias operava a reprodução das condições físicas e materiais sem as quais o consumo social não poderia ser totalmente atendido.

A peça teórica que mais evidencia a relação entre o caráter historicamente específico do modo de produção capitalista e as condições físicas de reprodução do consumo social é o quadro sistemático elaborado, em sua primeira versão, por François Quesnay em 1758²⁶. Tendo como cenário a produção agrícola em escala e as relações de propriedade do feudalismo decadente, o *Tableau Économique* é, segundo Marx, a representação de uma sociedade auto reprodutora e autossuficiente que é capaz de manter continuamente as condições materiais de reprodução de todo o consumo social, seja ele o produtivamente necessário ou o excedente. No que se refere à investigação da ordem social nascente, a contribuição de Quesnay se justifica pela própria imagem que produz, assim como pelas reflexões que estimula. O *Tableau* esclarece as relações de troca entre as classes sociais e entre os agregados físicos que compõem o produto total, visto que, são estas as relações garantidoras da reprodução, a uma mesma escala, do consumo social total. Vê-se que uma forma historicamente específica de se reproduzir as condições materiais e sociais se apresenta, pela primeira vez, como autônoma, e isto se deve, fundamentalmente, ao processo de generalização e expansão da economia mercantil.

Ao apresentar a reprodução do capital social total como processo de circulação das mercadorias, o sistema fisiocrata apenas anuncia o prelúdio do que serão os maiores efeitos da generalização da lei do valor sobre o pensamento dos economistas clássicos. A dominação abstrata das relações sociais de produção, implicada no domínio reprodutivo de todo o consumo social, se afirma na política da liberdade comercial e na filosofia do direito natural, ao mesmo tempo em que revela como a relação de troca entre o capital variável e a

²⁶ “Existe, afinal um capital total da sociedade e, em última análise, o que representa esse conceito dentro da realidade objetiva? Essa é a primeira questão que se deve colocar em uma pesquisa científica sobre as leis da reprodução. Quesnay, o pai da escola fisiocrata que já na aurora da Economia Política e da ordem econômica burguesa abordou o problema com sua clássica intrepidez e simplicidade, não hesitou em admitir a existência do capital total como evidente e entendido como grandeza real e atuante. Seu famoso *Tableau Économique*, que antes de Marx ninguém soubera decifrar, apresenta, em poucas cifras, o movimento reprodutivo do capital em seu conjunto, movimento que, segundo Quesnay, deve ser concebido sob a forma de intercâmbio de mercadorias, ou seja, como processo de circulação” ([LUXEMBURG, 1913] 1985, p. 20).

força de trabalho é dada a nível agregado. Portanto, podemos dizer que é neste período de expansão da economia capitalista, ainda em sua versão marcadamente mercantil e manufatureira, que se encontram as chaves analíticas imprescindíveis à compreensão do modo simples de reprodução do capital social total.

A análise do capital, dentro do horizonte burguês, coube essencialmente aos fisiocratas. Essa contribuição faz deles os verdadeiros pais da economia moderna. Primeiro, analisaram os diversos elementos materiais em que tem existência ou se decompõe o capital durante o processo de trabalho. Não se pode censurar os fisiocratas por terem, como todos os seus sucessores, considerado como capital estes modos materiais de existência, instrumentos, matérias-primas etc., separados das condições sociais em que aparecem na produção capitalista, ou seja, na forma em que genericamente são elementos do processo de trabalho, dissociado da forma social, erigindo assim o modo capitalista de produção, em modo eterno e natural de produção. Para eles é imperativo que as formas burguesas da produção configurem formas naturais. Tiveram eles o grande mérito de considerá-las formas fisiológicas da sociedade: formas oriundas da necessidade natural da própria produção, independentes da vontade, da política etc. São leis materiais; o erro estava apenas em ver na lei material de determinado estágio social histórico, uma lei abstrata que rege por igual todas as formas sociais ([MARX 1905] 1980, p. 19).

A teoria fisiocrata se efetiva, portanto, por meio de uma dualidade que é própria ao modo capitalista de reprodução. A consideração da lei material genérica em comunhão com a “a lei abstrata que rege por igual todas as formas sociais” ([MARX 1905] 1980, p. 19) significa que tanto a representação das condições materiais de reprodução do consumo quanto o conhecimento das relações de valor mantenedoras desta reprodução são os elementos teóricos que mais caracterizariam a contribuição da Fisiocracia ao pensamento econômico. Neste momento do desenrolar histórico, o duplo caráter da mercadoria já exigia alguma compreensão da substância do valor, haja visto que era ainda mister a reprodução física de toda uma sociedade segundo à troca de mercadorias. Para a Fisiocracia esta substância se confunde com a necessidade natural de reprodução da vida humana e, em assim sendo, a lei do valor é apreendida como lei que rege as condições materiais da reprodução social, operacionalizando a continuidade de toda a matéria. É este o ponto de contato da Fisiocracia com o pensamento clássico: as teorias do valor e da distribuição do produto entre as classes sociais²⁷.

Assim, portanto, pode-se dizer que é por meio desta dualidade entre a lei material genérica e a lei do valor que se reconhece a associação direta entre o valor e o valor de uso como uma condição analítica própria a primeira forma de aparição da reprodução

²⁷ A relação entre o valor e o valor de troca é expressa nestas teorias. Isto, no entanto, nada mais é do que a própria diferença entre valor e preço.

capitalista: a agricultura em escala²⁸. É neste momento que a questão da diferença entre capital e renda ganha luz.

Como se origina então a mais valia? Não é oriunda da circulação²⁹, mas nela se realiza. O produto é vendido pelo valor e não acima do valor. O preço não excede o valor. Mas, por ser o produto vendido pelo valor, o vendedor realiza mais valia. Isto só é possível porque ele mesmo não pagou o valor todo que vende ou porque o produto contém uma porção de valor não paga pelo vendedor, não substituída por equivalente. É o que sucede com o trabalho agrícola. O proprietário da terra vende o que não comprou. Turgot, de início, considera esse elemento não comprado puro dom da natureza. Veremos, entretanto, que esse puro dom da natureza (essa mera dádiva da natureza), em seus estudos, se transforma furtivamente no trabalho excedente dos trabalhadores, o qual o proprietário da terra não compra, mas vende nos produtos agrícolas. ([MARX 1905] 1980, p. 30)

Donde provém então a mais valia? Quer dizer, donde provém o capital? Este era o problema dos fisiocratas. Seu erro consistia em confundir com o acréscimo do valor de troca, o acréscimo de matéria oriundo dos processos naturais de vegetação e geração, e que distingue a agricultura e pecuária da manufatura. Sua teoria tinha por fundamento o valor de uso. E o valor de uso de todas as mercadorias, reduzido a um universal, como dizem os escolásticos, era a matéria natural em si, que só na agricultura se multiplica em dada forma ([MARX 1905], 1980, p. 39)

A questão sobre a origem do valor excedente, explicada pelos fisiocratas como um dom da natureza que influencia a produtividade da terra, se torna refém do entendimento de que o objetivo da produção social é a distribuição de seu resultado (o produto total) entre as classes por meio da troca de mercadorias. Ainda que este entendimento sirva à análise fisiocrata como caminho de elucidação da reprodução do consumo social total, ele promove uma justaposição entre o valor, o valor de uso e o valor de troca que, por um lado, vela a real origem do mais valor, mas que, por outro, mostra que tal origem não reside numa diferença quantitativa entre valor e valor de troca, supostamente presente nos inúmeros atos de compra e venda. Tanto o avanço quanto o limite da análise fisiocrata podem ser constatados quando se diferencia a associação do valor com o valor de uso da associação do valor de uso com o valor de troca.

O avanço dos fisiocratas está no esclarecimento de que o mais valor é oriundo das condições de produção e não das de circulação, já o limite desses teóricos se encontra, contudo, na percepção de que a substância do valor residiria no caráter natural dos valores de uso. O que esta justaposição entre valor, valor de troca e valor de uso faz é produzir uma

²⁸ “De todos os ramos industriais, a agricultura é o primeiro a empregar as forças naturais na produção em grande escala. Esse emprego na indústria manufatureira só se patenteia quando ela atinge estágio superior de desenvolvimento. Pode-se ver [...] como A. Smith se atém ao estágio anterior à indústria em grande escala, sustentando portanto a concepção fisiocrática, e como Ricardo lhe retruca do ângulo da indústria moderna” ([MARX 1905] 1980, p. 36).

²⁹ “Os fisiocratas portanto viam na produção da mais valia a essência da produção capitalista. Cabia-lhes explicar esse fenômeno. E este era o problema depois de terem rejeitado o lucro de expropriação do sistema mercantil” ([MARX 1905] 1980, p. 39).

confusão entre as relações de troca que garantem a reprodução da lei material genérica com as relações de troca entre as mercadorias em posse das classes sociais. As primeiras relações de troca dizem respeito a associação entre valor e valor de uso, e as outras fazem referência a associação entre o valor de uso e o valor de troca.

Daí as contradições do sistema: embora fosse o primeiro a explicar a mais valia pelo ato de apropriar-se do trabalho alheio e explicar esse ato na base da troca de mercadorias, não vê no valor em geral forma de trabalho social, e no valor excedente, trabalho excedente; ao invés disso, considera o valor como mero valor de uso, mera substância material, e a mais valia, simples dom da natureza, que dá ao trabalho quantidade maior em troca de dada quantidade de matéria orgânica. De um lado, a renda fundiária – isto é, a forma econômica real da propriedade da terra – despojada do invólucro feudal, é reduzida apenas a mais valia, o excedente do salário. Do outro, numa recidiva feudal, a mais valia é derivada da natureza e não da sociedade; da relação com a terra e não das relações sociais. O próprio valor se reduz a mero valor de uso, a matéria, portanto. Demais, nessa matéria só interessa a quantidade, o excesso dos valores de uso produzidos sobre os consumidos, ou seja, a simples relação quantitativa entre valores de uso, o mero valor de troca recíproco, que em última análise se reduz a tempo de trabalho ([MARX 1905] 1980, p. 27).

Para demonstrar como a lei do valor promove a reprodução das condições físicas do consumo social (a lei material genérica), a associação direta entre valor e valor de uso é útil à análise da reprodução do produto social total³⁰ como meio de diferenciar as composições física e em valor deste produto, mas, sobretudo, para que se conheça a parcela do produto realizada como consumo produtivo contido e a parcela realizada como consumo do produto excedente. Este procedimento, entretanto, só é válido sob a hipótese da reprodução simples, ou seja, assumindo que a reprodução capitalista é completamente capaz de manter o fluxo contínuo do consumo social a cada período a um mesmo nível de produção. O que envolve, segundo o desenvolvimento oferecido por Marx com a análise do capital constante nos processos de trabalho e de valorização, explicar a reprodução simples deste mesmo capital como a parte da reprodução do consumo social total que representa o consumo produtivo contido.

Entretanto, quando temos em mente o duplo caráter do trabalho e a diferença entre a substância e a medida do valor, a compreensão do modo pelo qual a lei do valor reproduz

³⁰ Para Marx, assim como para Luxemburgo, a composição do produto social total é dada por uma parcela que representa o valor do capital constante, outra que representa o valor do capital variável e uma outra que representa o mais valor. Como estamos trabalhando com a reprodução simples, do ponto de vista do valor de uso, a parcela do capital constante faz referência aos meios de produção desgastados que devem ser repostos para o próximo período, enquanto que as outras duas parcelas fazem referência aos meios de consumo que são consumidos pelos trabalhadores (o capital variável) e pelos capitalistas e a classe dos dependentes (o mais valor). Esta última parcela só pode ser tratada como consumo dos capitalistas e dos dependentes quando se assume a hipótese implícita de que o valor e o preço do capital variável são iguais, pois, no caso desse preço estar acima do valor, os trabalhadores poderiam ter acesso aos meios de consumo dos capitalistas e dependentes. Além disso, se está considerando que o sustento dos dependentes dos trabalhadores está incluído no valor do capital variável.

a lei material genérica exige a representação da relação de troca entre o capital variável e a força de trabalho como uma troca de mercadorias de tempos de trabalho abstrato socialmente necessário equivalentes, assim como fizera Marx. Este método de integração vertical entre a produção de meios de produção e a de meios de consumo se faz presente no esquema simples e pode ser tomado como a condição-base garantidora da autossuficiência mais elementar da reprodução de todo o capital produtivo (capital constante + capital variável): a autossuficiência do setor reprodutor do capital variável.

Isto se deve pelo seguinte. É durante o tempo de trabalho em que toda a força de trabalho está sendo comandada pelo capital que ela põe em movimento os meios de produção necessários à produção do produto excedente total e reproduz, simultaneamente, as condições físicas, diretas e indiretas, de sua autorreprodução e as condições físicas, diretas e indiretas, da autorreprodução dos meios de produção. Dado um determinado estoque de meios de produção e de terras ociosos, e assumindo um único período de reprodução em que o nível do produto não se altera, poderíamos dizer, com outras palavras, que a garantia da reprodução autônoma da economia capitalista como um todo, que estão representadas no esquema simples, dependem: 1) da quantidade de força de trabalho diretamente empregada nos setores reprodutores dos meios de produção e dos meios de consumo, que nada mais é do que o total da força de trabalho que está sob o comando do capital para a produção do nível do produto que atende às necessidades reprodutivas; 2) da troca equivalente entre os meios de produção que são tempo de trabalho “demandável” (a serem vendidos para os setores produtores de meios de consumo) e dos meios de consumo que também são tempo de trabalho “demandável” (a serem vendidos para os setores produtores de meios de produção), e 3) de que a produção total dos meios de produção seja suficiente para recompor o valor totalmente desgastado do capital constante utilizado em todos os setores, da mesma forma que a produção total dos meios de consumo também deve ser suficiente para recompor o valor do capital variável e o valor do produto excedente de todos os setores.

Neste esquema, segundo a análise aqui depreendida do capítulo IV do *Acumulação do Capital* ([1913] 1985), a troca equivalente entre o trabalho abstrato socialmente necessário à reprodução do capital variável e a força de trabalho comandada pelos setores reprodutores do capital variável, sejam eles os que produzem meios de produção ou meios de consumo,

é a troca que representa a recomposição do valor total do consumo produtivo contido que foi desgastado num único período de reprodução para que se mantivesse o nível do produto. A quantidade de trabalho comandado pelo capital total, na reprodução simples, pode ser decomposta entre a quantidade de trabalho comandado pelo setor verticalmente integrado reprodutor do capital variável e a quantidade de trabalho comandado pelos setores produtores de meios de produção e de meios de consumo para consumo próprio (o trabalho contido em ambos os setores). O que é trabalho contido nos setores reprodutores dos meios de produção e dos meios de consumo é, no agregado, o trabalho abstrato socialmente necessário à produção do produto excedente, e o trabalho demandável que é trocado equivalentemente entre estes dois setores é o que, no agregado, se apresenta como o trabalho contido total. Este último é o que, nesta tese, chamamos de consumo produtivo contido.

Ao mostrar que o esquema da reprodução simples se restringe à análise da reprodução do consumo social total fomentada integralmente pela produção capitalista, Luxemburgo parece ter consciência de que a condição de autossuficiência que permite a decomposição física e em valor do produto total diz respeito à produção de mercadorias reprodutíveis segundo a lei do valor. Assim, portanto, o que a associação direta entre valor e valor de uso do esquema simples permite esclarecer é a diferença entre o que é o capital produtivo (o consumo produtivo contido) e o que é a renda (o consumo do produto excedente) tanto para o produto físico quanto para o produto mensurado em valor.

É por isso que, se partirmos da teoria do valor de Marx, a associação entre valor e valor de uso se revela como uma condição analítica sem a qual não seria possível compreender como a reprodução simples do produto social total também é a reprodução do consumo social total, pois, do contrário, não se identificaria a relação entre a decomposição física do produto total e a sua decomposição em valor. O que há de curioso nesta forma de encarar a questão é justamente o prescindir de uma análise da distribuição do produto total como condição prévia sem a qual não seria possível fazer qualquer afirmação sobre a reprodução de todo o consumo social³¹. Isto porque é o valor, e não o preço de custo, o responsável por manter as condições físicas de reprodução das mercadorias, tangíveis e intangíveis, possuidoras de valor e preço de produção, isto é,

³¹ O que demarca a diferença da análise de Marx sobre a reprodução simples em relação a de Quesnay em seu *Tableau Économique*.

produzidas e distribuídas pela quantidade de trabalho abstrato socialmente necessário à recomposição integral do produto ao mesmo nível de produção³².

No *Teorias da Mais Valia* ([1905] 1980) Marx busca fundamentar o avanço e a retrocesso de Adam Smith em relação aos fisiocratas. Se por um lado a teoria smithiana do valor permite observar a relação física entre o trabalho necessário à reprodução do consumo produtivo contido e o trabalho necessário à reprodução do valor do produto excedente, por outro, a sua teoria dos preços é derivada do entendimento de que os preços são resultado da distribuição do produto total entre as classes sociais detentoras das mercadorias que servem ao capital como meios de produção. Esta distribuição, operada por meio das trocas individuais, promove a associação direta entre os rendimentos e as quantidades das mercadorias que cada uma das classes possui (o trabalho, o capital e a terra³³). O preço de uma mercadoria decomposto pelo somatório entre salário, lucro e renda da terra traz a ilusão de que o valor total do produto social seria dado pela soma dos preços dos capitais individuais. Trata-se do caso em que a lei do valor é observada a partir de uma associação direta entre valor de uso e valor de troca. Desta forma, a diferença entre o preço natural e o preço de mercado, assumida por Smith no livro I de *A Riqueza das Nações* ([1776] 1983) se torna o ponto de partida da discussão clássica acerca da distribuição do produto total. Surge assim o que Rosa Luxemburgo identificou como o dogma smithiano:

...Devemos ressaltar, no entanto, que Quesnay não levantou a menor dúvida sobre a possibilidade de se representar o capital social total ou de este poder reproduzir-se. Já a partir de Adam Smith se estabelece, junto com a análise mais profunda das situações do capital, a confusão no quadro amplo e claro traçado pela concepção fisiocrática. Smith deitou abaixo os fundamentos da configuração científica do processo capitalista em seu conjunto, estabelecendo aquela falsa análise de preços que, a partir dele, vai dominar a Economia burguesa por longo tempo: a teoria segundo a qual o valor das mercadorias representaria, de fato, a quantidade de trabalho nelas investido, enquanto ao mesmo tempo, o preço constituiria, apenas, de três componentes: salário, lucros de capital e renda fundiária. Como obviamente esse pressuposto deve aplicar-se igualmente à totalidade das mercadorias, ao produto nacional, chegamos à

³² Chamar a atenção para isso é, já adiantando algumas questões que estão por vir, evidenciar que, no capitalismo, as mercadorias reprodutíveis são aquelas cuja reprodutibilidade depende do valor e do preço de produção. Além dessas há também aquelas mercadorias reprodutíveis que não possuem valor, mas que possuem um preço de custo capaz de garantir as suas respectivas reprodutibilidades. No geral essas mercadorias são serviços que não produzem mais valor. Dentre essas mercadorias-serviços há aquelas que atuam exclusivamente na distribuição das mercadorias reprodutíveis que possuem valor e preço, alterando assim as condições de oferta dessas últimas sem alterarem as condições de produção. Este é o caso das atividades de transporte e de comércio de mercadorias e de dinheiro (exclui-se o comércio de capital dinheiro). Estas atividades participam da distribuição do mais valor total, mas não alteram a quantidade de trabalho abstrato socialmente necessário à reprodução das mercadorias reprodutíveis. Já as outras mercadorias-serviços que não possuem valor e que possuem preço de custo são aquelas que não atuam na distribuição das mercadorias reprodutíveis, mas que, ao terem a sua demanda ampliada podem alterar as suas próprias condições de produção, alterando, em consequência, as condições de oferta das mercadorias reprodutíveis que entram como insumo em suas respectivas produções. Este é o caso das produções e serviços específicos que atendem a demanda de modo personalizado e não padronizado.

³³ Os preços naturais dos meios de produção segundo Smith.

desconcertante conclusão de que, de fato, o valor total das mercadorias produzidas de forma capitalista representa todos os salários pagos e os lucros do capital, inclusive a renda fundiária, ou seja, a mais valia total, podendo pois, substituí-la conquanto; por outro lado, o capital constante (utilizado na produção dessas mercadorias) não encontra correspondência em nenhuma fração de valor da massa de mercadorias. Segundo Smith $v + m$ é a fórmula do valor do produto total capitalista ([LUXEMBURG, 1913] 1985, p. 21).

O que a autora esclarece como sendo a causa deste dogma é justamente o que demonstra a sua contribuição as discussões sobre a reprodução simples à sua época. A associação direta entre valor de uso e valor de troca quando levada ao nível da análise do capital social total se torna uma associação, também direta, entre produto total e renda total, e a diferença entre o capital e a renda corre o risco de ser perdida e substituída por uma confusão entre o que é o produto total e o que é o capital social total. O que Luxemburgo aponta como a causa deste tipo de operação que iguala o produto total à renda total, e que acaba desconsiderando a diferença entre o estoque de capital fixo e o fluxo circulante do produto à nível agregado, é a redução de todo o capital a fluxo de renda. A autora observa que a dualidade da teoria smithiana do valor que associa o valor de uso ora ao valor e ora ao valor de troca³⁴ se baseia, na verdade, numa extensão para a análise do capital social total o que vale, apenas, para a análise do capital individual.

o que para a sociedade é capital fixo (quer dizer, capital constante) não pode ser capital para o produtor isolado, mas representa renda, fundo de consumo; representa, dentro dos valores componentes do capital fixo, os salários – para os trabalhadores – e o lucro – para os capitalistas” ([LUXEMBURG, 1913] 1985, p. 29).

É este tipo de extensão que explicaria, segundo a visão de Luxemburgo, o significado atribuído por Say à teoria dos preços de Smith. A nível do capital total o capital fixo é tratado como fluxo de rendimentos pagos com salários e lucros de períodos passados. Dando a entender que o capital fixo é “produzido” pelo trabalho e pelo capital de períodos de produção anteriores, Say faz da reprodução do consumo produtivo contido algo dado pela

³⁴ “...Particularizando: ora confunde a determinação do valor das mercadorias pela quantidade de trabalho requerida para produzi-las, com a determinação pela quantidade de trabalho vivo mediante a qual se pode comprar a mercadoria ou, o que dá no mesmo, com a determinação pela quantidade de mercadoria mediante a qual se pode comprar certa quantidade de trabalho vivo; ora substitui aquela por esta determinação. Faz então do *valor de troca* do trabalho a medida do valor das mercadorias. Na realidade faz do *salário* essa medida, pois o salário é igual à quantidade de mercadorias que pode ser comprada com determinada quantidade de trabalho vivo, ou igual à quantidade de trabalho que pode ser comprada com determinada quantidade de mercadorias. O valor do trabalho, ou antes, da força de trabalho, varia como o de qualquer outra mercadoria e em nada se distingue especificadamente do valor das outras mercadorias. Faz-se aí o valor medida do valor e fundamento para explicá-lo: um círculo vicioso, portanto. A seguir mostrar-se-á que essa insegurança e confusão de definições de todo heterogêneas não estorvam as pesquisas de Smith sobre a natureza e a origem da mais valia, pois, na realidade, ao desenvolver as suas ideias sempre se apegam, sem ter clara consciência disso, à determinação correta do valor de troca das mercadorias, isto é, à determinação pela quantidade de trabalho nelas despendidas, o tempo de trabalho” ([MARX 1905], 1980, p. 49).

própria circulação de mercadorias. Ao adiantar o capital produtivo, reproduz-se, via troca de mercadorias por seus preços, as condições físicas necessárias ao atendimento do consumo social. A lei do valor ganha, desta forma, um significado vulgar.

Acompanhando a análise de Marx, Luxemburgo procura demonstrar que os avanços de Smith em relação aos fisiocratas se referem, em essência, a identificação da origem do crescimento acelerado da produtividade do trabalho e da relação deste crescimento com a reprodução do capital fixo. A simbiose entre a divisão social do trabalho e a extensão do mercado identificada por Smith só se efetiva como reprodução autônoma no momento em que a produção manufatureira também permite aumentar a divisão do trabalho entre produtores de meios de produção e produtores de meios de consumo. Foi esta a percepção que permitiu a Smith distinguir o capital da renda e o capital fixo do circulante, ainda que a sua teoria dos preços via somatório dos rendimentos e da consideração do produto total como constituído apenas de meios de consumo sejam os seus retrocessos.

Nesse ponto, Smith toca em uma importante distinção, feita entre operários que fabricam meios de produção e os que fabricam meios de consumo. No primeiro caso, ele observa que o componente de valor que os mesmos produzem para a reposição de seus salários vem ao mundo sob a forma de meios de produção (matérias primas, máquinas etc), ou seja, que a parte do produto destinada à renda do trabalhador existe sob a forma natural cujo consumo imediato é impossível. Quanto à última categoria de trabalhadores, Smith observa que nesse caso, ao contrário, o produto total, ou seja, o componente de valor contido no produto que repõe os salários dos trabalhadores (a renda), bem como a parte restante (que não obstante Smith não o afirmar expressamente, mas em função do sentido dada à frase deveria ser também a parte que representa o capital fixo) aparecem sob a forma de artigos de consumo. Veremos ainda o quanto Smith aproximou-se do ponto crucial da análise, a partir do qual Marx atacou o problema. A conclusão geral à qual, no entanto, Smith se prende pessoalmente, sem prosseguir na questão fundamental, é esta: tudo o que se destina à manutenção e à renovação do capital fixo da sociedade não pode ser contado como renda líquida da sociedade” ([LUXEMBURG, 1913] 1985, p. 26).

Enfim, desenvolvendo sistematicamente (sob a rubrica de capital fixo e circulante) os conceitos de *avances primitives* e *avances annuelles* introduzidos por Quesnay, Adam Smith deixou claro que o setor manufatureiro da produção social necessita de capital fixo – além do circulante – a exemplo do que se verifica na agricultura, e que esse setor também exige, conseqüentemente, a existência de um valor correspondente destinado à reposição do referido capital. Smith encontrava assim o melhor caminho para pôr os conceitos de capital social e de renda em ordem e representá-los corretamente.

Os conceitos de capital total e renda aparecem aqui [na análise de Smith] de forma mais geral e rigorosa do que no *Tableau Économique*: a renda social desligada de sua vinculação unilateral com a agricultura, o capital, em suas duas formas – o fixo e circulante – e mais extenso, como base da produção social total. Em vez da enganosa distinção entre os dois setores da produção, entre agricultura e manufatura, passaram para o primeiro plano outras categorias da importância fundamental: a distinção entre

capital e renda, além da distinção entre capital fixo e capital circulante ([LUXEMBURG, 1913] 1985, p. 25).

Com a elucidação de Marx acerca do que é o capital constante³⁵ se tornou possível compreender a reprodução simples do valor do capital constante tanto a nível do capital individual quanto a nível agregado. Dado um determinado período de produção, é com o tempo do trabalho social dedicado a reprodução dos meios de produção que se pode manter, no presente, as condições de produção e de consumo futuras e, ao mesmo tempo, acumular trabalho passado nos meios de produção e dar continuidade à produção do mais valor, haja visto que a reprodução deste valor é realizada pela força de trabalho no momento em que esta está sob o comando do capital ([MARX 1867] 2013).

Quando a reprodução ampliada do capital constante causa efeitos positivos sobre a produtividade do trabalho em ambos os departamentos, reduzindo a parcela de trabalho contido no produto total e ampliando a parcela do trabalho excedente, a tendência de expansão continuada da taxa geral de mais valor pode ser afirmada. Fica claro que, tanto para Marx quanto para Luxemburgo, o capital fixo não é apenas algo produzido em períodos de produção anteriores, mas sim, um componente do capital constante cuja reprodução só está associada à circulação do capital social total na medida em que uma parte do valor do capital constante é transferida ao valor do produto, ao mesmo tempo em que suas próprias condições físicas se depreciam com o decorrer do processo produtivo.

Ele [Smith] esqueceu, porém, ou melhor dizendo, passou-lhe despercebido o fato de que, além de ter a propriedade de criar novo valor, o trabalho também tem a propriedade de transferir valor antigo que se encontra nos meios de produção para o valor novo produzido por esses mesmos meios de produção” ([LUXEMBURG, 1913] 1985, p. 30).

2.2. A teoria clássica da acumulação de capital e a tradição Say-Ricardo.

Os seguidores de Smith se prendem à dupla teoria exatamente pelo lado errado. Enquanto as teses mais importantes no referente à conceituação exata do problema (apresentadas em seu Livro Segundo) permanecem intocadas até Marx, a análise do preço, que é totalmente equívoca, é aceita como herança valiosa pela maioria de seus

³⁵ “Parece-nos, no entanto, que o dogma de Smith sobre a resolução do valor total em $v + m$ decorre ainda de outra fonte. É inadmissível que Smith deixasse de atentar para o fato de que cada mercadoria produzida não contém, em si, apenas o valor criado na produção imediata, mas igualmente o valor de todos os meios de produção gastos em sua fabricação. É exatamente por voltar sempre a remeter-nos de qualquer estágio de produção para outro anterior (na resolução do valor total em $v + m$), ou, como diz Marx, por enviar-nos de Herodes a Pilatos, que nós notamos que, pessoalmente, ele tem consciência desse fato. No caso, é curioso que ele sempre volte a desmembrar o valor antigo dos meios de produção em $v + m$, fazendo assim com que, finalmente, todo o valor contido na mercadoria desapareça dessa forma” ([LUXEMBURG, 1913] 1985, p. 33).

discípulos, quando não simplesmente aceita, sem preocupação alguma, como no caso de Ricardo, ou reduzida a mero dogma por Say. Onde em Smith havia a dúvida frutífera e contradições animadoras, aparece em Say a imperturbabilidade presunçosa do filisteu vulgar ([LUXEMBURG, 1913] 1985, p. 28).

A teoria clássica da reprodução social é caracterizada por uma análise cujo foco central é a relação entre a reprodução continuada do consumo total e a acumulação do capital produtivo, sendo que, as condições de distribuição da renda e do produto totais são tomadas como dadas. Este recorte analítico, rigorosamente relativo, é derivado da necessidade de se conhecer os preços relativos para que se possa fazer qualquer afirmação sobre duas importantes relações de variação: 1) a relação de variação entre preços e quantidades e, 2) a relação de variação entre a distribuição do produto e a renda totais entre as classes sociais. Ambas as questões delimitam bem o que é a contribuição de Ricardo para o desenvolvimento da teoria clássica da reprodução, porém, o que explica como a segunda relação é uma implicação da primeira é o que revela o mecanismo fundamental sobre o qual a teoria e a análise clássica se levantam.

Se, por um lado, a análise relativa de Ricardo o permitiu explicar os determinantes da relação entre preços e quantidades com base nas diferenças entre as composições técnicas dos capitais produtivos empregados em cada ramo de produção, por outro, a maneira como esse autor procura explicar o nível normal do produto total é justamente o que lhe serve como mecanismo para que a análise relativa ganhe o terreno da análise do capital social total, sem, no entanto, captar a diferença entre a reprodução do capital produtivo total e a reprodução do capital social total. Do que se depreende da análise de Marx nas *Teorias da Mais Valia* ([1905] 1980) podemos afirmar que, em alguma medida, isto se deve à confusão de Ricardo entre o que é o capital constante e o capital fixo, e o que é o capital variável e o capital circulante.

No âmbito da análise relativa as teorias do lucro e da renda da terra de Ricardo esclarecem que as variações dos preços relativos estão condicionadas pelas composições técnicas na medida em que estas são reflexos da distribuição do produto total (meios de produção e meios de consumo) entre os ramos de produção. Ainda que o autor não divida a produção total em dois departamentos como fizera Marx, podemos dizer que a distribuição do produto a qual a formulação de Ricardo faz referência é a que se dá entre a quantidade de trabalho presente empregado no departamento produtor de meios de produção (o trabalho indireto) e a quantidade deste mesmo trabalho no departamento de

meios de consumo (o trabalho direto), pois, o ponto de partida da análise de Ricardo é, a todo o momento, uma economia de reprodução simples. A decomposição física do produto total entre o consumo necessário (os meios de produção e de consumo do setor de 'bens-salários') e o excedente (os meios de produção e de consumo finais) - que expressa este tipo de distribuição do produto - é a base sobre a qual Ricardo explicita a relação inversa entre lucros e salários. No que se refere à análise clássica da reprodução, nos parece que é devido ao fato de partir da análise da distribuição do produto nesses termos e associá-lo diretamente à distribuição da renda entre as classes que Ricardo passa a fomentar a ideia de que a reprodução ampliada do capital social total tem como origem as condições produtivas próprias à reprodução simples.

A associação direta entre o valor de uso e o valor de troca realizada na análise da distribuição do produto e das variações dos preços relativos leva Ricardo a estabelecer, no nível da análise do capital social total, uma associação, também direta, entre as variações verificadas na composição física do produto total (dadas por valores de uso) com as variações na composição da renda total (dadas em termos de valores de troca). Por mais que esta última associação possa ser vista como uma simples identidade entre valor e preço - haja visto a hipótese de reprodução simples -, ela representa o caminho de reformulação da teoria clássica dos preços (em relação aos avanços de Smith) justamente pelo fato da taxa de lucro, que é um preço, ser reconhecida como uma relação de troca entre o consumo necessário e o produto excedente. Algo que não se refere à equivalência posta por Say entre produto, renda e riqueza³⁶.

A determinação física da taxa de lucro e a descoberta da origem da renda diferencial da terra - presentes no pensamento de Ricardo desde o *Ensaio do Trigo* (1815)³⁷ - são conclusões suficientes para que o autor observe que as decisões de gasto da renda de cada classe não são as determinantes dos preços relativos das mercadorias que compõem o consumo necessário, mas sim as condições produtivas dos setores produtores desse consumo em relação aos demais³⁸. Isto porque, para o conjunto do capital, o autor observa o crescimento concomitante dos salários e do produto e, com isso, afirma o aumento da taxa

³⁶ Ver a crítica que Ricardo faz à maneira como Say interpreta a teoria de Smith no capítulo XX dos seus *Princípios de Economia Política e Tributação* ([1817] 1982), intitulado "Valor e Riqueza - suas qualidades específicas".

³⁷ Ver MARX ([1905] 1980) e SRAFFA ([1951] 1982).

³⁸ O que é parte da crítica de Ricardo à medida smithiana do valor em trabalho comandado.

de salário como a única causa possível para uma redução da taxa de lucro. Mesmo em oposição à teoria smithiana dos preços por adição, a identidade entre produto e renda totais é concebida por Ricardo como uma implicação da relação entre a distribuição do produto e o movimento dos preços relativos que fora identificada na análise relativa entre os capitais individuais de cada ramo de produção.

Entendendo que as variações na distribuição da renda total entre lucro, salário e renda da terra mantém relação com as variações na distribuição do produto físico total entre consumo necessário (salários) e consumo excedente (lucro e renda da terra), Ricardo anuncia o mecanismo que faz com que a economia capitalista possa se reproduzir de modo ampliado e contínuo, isto é, acumulando capital produtivo e expandindo o consumo do produto total. A transformação da poupança (a renda não consumida) da classe dos proprietários, que inclui capitalistas e proprietários de terra, em capital produtivo empregado no setor reprodutor do consumo necessário (o setor que podemos chamar aqui de setor de bens-salários) é este mecanismo. A Lei de Say se configura, portanto, como uma lei de troca entre os setores reprodutores do consumo necessário e os setores reprodutores do consumo do produto excedente que é determinada e explicada pelo fluxo de adiantamentos de capital e de pagamento dos rendimentos entre capitalistas e trabalhadores e entre capitalistas produtores de meios de produção e capitalistas produtores de meios de consumo³⁹.

São as variações na distribuição da renda total que, ao afetar a taxa de lucro e de salário, acabam afetando o nível do produto e as condições futuras de efetivação da acumulação de capital produtivo (os meios de produção e de consumo representados pelos bens-salário). Esta lei determina que, para o capital total, a decisão de investimento por parte dos proprietários de capital e de terra só pode ter como base a taxa de lucro, pois a única coisa que explicaria o ato de investir é a necessidade de se ampliar o consumo futuro, e não a acumulação em si. Assim, portanto, observa-se que no âmbito do capital social total Ricardo afirma uma relação de causalidade entre as variações dos preços e as variações das quantidades inversa daquela constatada na análise relativa entre os ramos de produção. A nível agregado são as variações no preço da “mercadoria capital” que determinaria a

³⁹ Deixamos evidente o caráter tautológico em que a Lei de Say se manifesta na teoria de Ricardo. Anos mais tarde, na formulação de Tugan-Baranovski, este caráter aparece novamente, porém, desta vez associado a uma teoria da reprodução ampliada do capital produtivo total e não mais a uma teoria da reprodução ampliada do consumo social total como em Ricardo.

quantidade de capital a ser empregada. O que se refere, na verdade, ao crescimento do setor de bens-salário (a quantidade de trabalho contido presente entre os ramos da produção que produzem as mercadorias mantenedoras da reprodução do valor da força de trabalho).

Como as variações dos preços são explicadas segundo a distribuição do produto, a sua composição física pode ser mensurada de acordo com a quantidade de trabalho direto e indireto. Ou seja, assumindo uma visão estritamente circulante da reprodução simples do capital social total e uma análise relativa da variação dos preços e das quantidades de capital empregadas em cada ramo de produção, a associação direta entre valor de uso e valor de troca nos fornece uma representação das condições básicas de reprodução do consumo produtivo necessário (o trabalho contido) e do consumo excedente (o trabalho comandado/demandável). Com a relação de causalidade posta pela Lei de Say esta representação ganha um significado teórico singular. Neste caso, a associação direta entre valor de uso e valor de troca se torna uma condição imprescindível para que toda a análise da reprodução fique restrita à visão circulante. Isto porque a composição da renda total em salário, lucro e renda da terra pode ser apreendida como uma representação dos preços pelos quais cada classe “ofertaria” a mercadoria que se encontra em sua propriedade: o salário seria o preço pago pelo trabalho em propriedade dos trabalhadores, o lucro o preço pago pelo capital dos capitalistas e a renda da terra pela terra dos proprietários de terra.

Em sendo o volume do capital produtivo algo mensurado por um preço (a taxa de salário), percebe-se que a explicação da gênese do processo de acumulação passa a depender exclusivamente da transformação da parcela da renda total que não é salário (lucro e renda da terra) em “rendimentos do trabalho”. Como toda a reprodução é pensada a partir da troca de mercadorias e as condições de distribuição do produto e da renda totais são tomadas como dadas, a demanda total é entendida como suficientemente determinada pelos gastos realizados por cada uma das classes num único sentido; o do atendimento das necessidades sociais de consumo. Assim sendo, para o capital social total, o preço pago por qualquer mercadoria é o preço que remunera, a taxas médias, a reprodução das condições produtivas socialmente necessárias, valendo isto tanto para a troca entre capitalistas e trabalhadores quanto para a troca entre capitalistas produtores de meios de produção e capitalistas produtores de meios de consumo. A primeira garantiria a reprodução do

consumo produtivo necessário (os “bens-salário” – que, em Ricardo, é visto como o capital produtivo)⁴⁰ e a segunda a do consumo do produto excedente.

A maneira como Ricardo adota o dogma smithiano não converge, por um lado, com a interpretação de Say que associa diretamente o produto total à renda e à riqueza totais, mas, por outro lado, converge com a ideia de que todo o capital empregado é um fluxo de rendas que foram anteriormente adiantadas. Assim, Ricardo encontra em Say o ponto de salvação da teoria da parcimônia de Smith⁴¹, pois, em sendo o capital um fluxo de renda, é possível afirmar que o nível presente da taxa geral de lucro (o “preço” da “mercadoria capital”) está associado à persistência frugal da classe dos proprietários que, no decorrer do tempo, por meio da renúncia ao consumo presente passaram a dispor de uma maior quantidade de trabalho acumulado em seus meios de produção e terras, principalmente no setor reprodutor do capital produtivo total (o setor de bens-salário).

Da observação smithiana, segundo a qual o capital pode ser capital para uns e renda para outros, Say conclui que qualquer distinção entre capital e renda dentro da escala social é um absurdo completo. Mas o absurdo segundo o qual o valor total da produção anual se converte em renda e, como tal, é consumido, esse absurdo é elevado por Say à categoria de dogma, de validade absoluta. Como a sociedade consome por inteiro seu produto total de cada ano, a reprodução social (que se efetua sem meios de produção) transforma-se em repetição anual do milagre bíblico da criação a partir do nada ([LUXEMBURG, 1913] 1985, p. 28).

Por estabelecer uma relação de causalidade entre as variações na distribuição da renda total e as variações na composição do produto físico, a visão estritamente circular da teoria do capital de Say é o que exige de Ricardo a imputação da Lei de Say como uma teoria do produto que explica o nível de produção em que o preço de mercado (a soma de salários, lucros e rendas da terra) realiza o preço natural do produto total (o trabalho incorporado nas mercadorias que são meios de produção e meios de consumo). Porém, isto não se deve só porque se está lidando com duas relações de variação, mas se deve, sobretudo, à hipótese de que a reprodução capitalista é voltada para o atendimento das necessidades sociais de consumo. Ao assumir que é este o sentido da reprodução a análise clássica fica confinada a ideia de que são as condições de circulação as responsáveis pelas variações do nível do

⁴⁰ Trata-se da troca entre capital variável e tempo de trabalho destinado ao capital.

⁴¹ “Tudo aquilo que uma pessoa economiza de sua renda, ela o acrescenta a seu capital: quer empregando-o ela mesma para manter um contingente adicional de mão de obra produtiva, quer dando possibilidade a outra pessoa de fazê-lo, emprestando-lhe o capital a juros, vale dizer, em troca de uma participação nos lucros. Assim como o capital de um indivíduo só pode ser aumentado por aquilo que poupa de sua renda anual ou de seus ganhos anuais, da mesma forma o capital de uma sociedade, que é equivalente à soma dos capitais de todos os indivíduos que a compõem, só pode ser aumentado dessa maneira. A parcimônia, e não o trabalho, é a causa imediata do aumento de capital. Com efeito, o trabalho fornece o objeto que a parcimônia acumula. Com tudo o que o trabalho consegue adquirir, se a parcimônia não economizasse e não acumulasse, o capital nunca seria maior” ([SMITH, 1776] 1983, p. 257).

produto e, conseqüentemente, a diferença entre as condições de reprodução do consumo produtivo contido e as do consumo excedente não podem ser captadas em essência. A decomposição do produto total entre a quantidade de trabalho contido e a quantidade de trabalho comandado fica velada por uma decomposição da renda total entre salários e rendimentos de propriedade (lucro e renda da terra).

A necessidade de definição de um nível normal do produto, isto é, de um nível no qual toda a demanda por consumo é atendida pelas condições de produção próprias à reprodução simples, aparece na análise clássica como uma condição *sine qua non*. Assim sendo, a possibilidade de se deslocar trabalho diretamente empregado no setor de reprodução do consumo necessário para o setor de reprodução do consumo do excedente é garantida pelo fundo de consumo da classe dos proprietários que viabiliza a expansão das trocas entre capitalistas e trabalhadores e entre os capitalistas produtores de meios de produção e os produtores de meios de consumo. Trocas estas que representam a ideia “segundo a qual o capital pode ser capital para uns e renda para outros” ([LUXEMBURG, 1913] 1985, p. 28).

A associação direta entre as variações do produto físico e da renda total, quando concebida desta forma, cria uma relação de unilateralidade entre a poupança acumulada pela classe capitalista e os rendimentos diferenciais obtidos com o deslocamento do trabalho direto da produção de meios de produção para a de meios de consumo. No momento em que esta mudança na distribuição do produto entre os capitais individuais é capaz de acelerar a taxa de crescimento da produtividade do trabalho dos setores de meios de produção em relação à esta mesma taxa nos setores de meios de consumo se observa uma mudança conseqüente na composição da demanda. Se amplia a parcela da demanda realizada nos setores reprodutores do produto excedente em relação a demanda realizada nos setores reprodutores do consumo necessário.

Os produtos sempre são comprados com outros produtos ou com serviços. O dinheiro é apenas o meio pelo qual se efetua a troca. Determinada mercadoria pode ser produzida em excesso e pode haver tal superabundância dela no mercado que não chegue a remunerar o capital nela aplicado. Mas isso não pode ocorrer com todas as mercadorias. A demanda de trigo é limitada pelo número de bocas que devem comê-lo, a de sapatos e de casacos, pelo número de pessoas que os usam. Mas, embora a sociedade ou uma parte da sociedade possa ter tanto trigo e tantos chapéus e sapatos quantos queira consumir, o mesmo não pode ser dito de todas as mercadorias produzidas pela natureza ou pelo trabalho. Alguns desejariam consumir mais vinho se tivessem meios para isso. Outros, dispondo de vinho em quantidade suficiente,

desejariam obter mais móveis ou melhorar a qualidade dos mesmos. Outros desejariam embelezar seus jardins ou ampliar suas casas. O desejo de realizar tudo isso, ou pelo menos parte disso, é próprio de todos os indivíduos. Mas é necessário dispor de meios e só o aumento da produção pode proporcioná-los. Se eu dispusesse de alimentos e de gêneros de primeira necessidade, não faltariam trabalhadores que me fornecessem alguns dos objetos mais úteis e de que mais desejo ([RICARDO 1817], 1982, p. 198)

A diferença entre as condições de reprodução do consumo produtivo contido e as do produto excedente não é apreendida pelo pensamento clássico a partir de uma visão que considera a circulação do dinheiro como capital. Tal diferença é camuflada pela simultaneidade dos atos de troca entre capitalistas e trabalhadores e entre proprietários de capital e de terra de ambos os departamentos da reprodução. O que estes atos de troca explicam é a reprodução da demanda total por consumo e não a transformação de mais trabalho presente em trabalho passado, que é o que, na verdade, faz crescer a produção autônoma e interna de insumos e revela a predominância do mais valor relativo numa economia de Grande Indústria ([MARX, 1867] 2013).

Como se está assumindo a reprodução simples com a circulação simples de mercadorias, a troca entre os capitalistas produtores de meios de produção e os de meios de consumo, que representa a reprodução do consumo necessário (a reprodução dos insumos), é dada pela troca entre capitalistas e trabalhadores na forma de salários adiantados. Deste modo, a troca entre os capitalistas e entre arrendatários e capitalistas é a que opera a transformação da poupança, o fundo de consumo de ambos os proprietários, em investimento (trabalho passado acumulado nos meios de produção e nas terras). Assumindo ser possível esta transformação, a reprodução ampliada do produto físico teria como resultado uma redução da produção de meios de consumo excedente voltados para a classe dos proprietários concomitante a um aumento da produção de meios de produção empregados nos setores reprodutores deste tipo de consumo. O que, do ponto de vista da reprodução ampliada da demanda, representaria o maior crescimento da parcela dos gastos realizados em consumo excedente em relação ao menor crescimento dos gastos em consumo necessário.

A Lei de Say impõe, portanto, uma relação de causalidade que vai da poupança para o investimento, reduzindo a análise clássica da reprodução do capital social total à circulação simples de mercadorias. O que só fortalece a ideia de que o determinante último

da reprodução social é a própria circulação – a troca de mercadorias por mercadorias – e obscurece a diferença entre o que é capital e o que é renda.

...Say se apressa em converter habilmente e com firmeza o erro clássico em simples equívoco. A demonstração de Say baseia-se no fato de que o empresário, a cada etapa produtiva, paga pelos meios de produção (que *para ele* constituem capital), pagamento que é feito a outras pessoas, representantes de etapas produtivas anteriores, que, por sua vez, embolsam parte como renda própria, parte usam para a reposição dos próprios gastos ou de adiantamentos feitos, ou para pagar, ainda, a renda de outras pessoas. A cadeia interminável de processos de trabalho imaginada por Smith transforma-se com Say em uma interminável cadeia de mútuos adiantamentos de renda e de reposições pela venda. O trabalhador aí também se apresenta totalmente igualado ao empresário: com o salário lhe “adiantam” a renda que ele paga, por seu lado, com o trabalho prestado. Assim, o valor final do produto social total se apresenta como a soma de uma série de rendas “adiantadas”, visando o processo de troca a reposição de todos esses adiantamentos. [...]

Say reduz assim a confusão estabelecida por Smith a sua expressão mais simples: a massa total de produtos que é fabricada pela sociedade anualmente apresenta um valor que se reduz integralmente em vendas. Ela se consome anual e totalmente. [...] ([LUXEMBURG, 1913] 1985, p. 24).

Chega-se aqui a um ponto decisivo do argumento de Luxemburgo. A autora sustenta que o caráter necessariamente circulante da teoria clássica da reprodução implica a ideia de que é inerentemente possível ao modo capitalista de reprodução dar início à reprodução ampliada e, ao mesmo tempo, continuar esse processo sem qualquer impedimento interno ou externo. Um caminho de questionamento desta ideia poderia ser a junção da hipótese da reprodução simples com a análise da circulação do dinheiro como capital. Isto poderia nos levar ao entendimento de que a troca física entre os capitalistas produtores de meios de produção e de meios de consumo é uma troca equivalente e que a troca em dinheiro entre trabalhadores e capitalistas e entre capitalistas e arrendatários são trocas não equivalentes⁴².

No entanto, por mais que esse seja um caminho possível de esclarecimento acerca do que determina o nível do produto, no momento em que a ampliação da reprodução simples aparecesse como questão não seria possível dizer que, a longo prazo, não seria necessário um aumento da força de trabalho e da terra sob o comando do capital. Isto se deve ao fato da acumulação do capital produtivo não ter como origem o adiantamento de renda, mas sim a extensão da relação de troca entre o produto final do trabalho vivo empregado na produção das mercadorias consumidas para a reprodução da força de trabalho e o trabalho morto incorporado aos meios de produção socialmente necessários à produção dessas

⁴² Vale a pena já deixar indicado que este caminho é o de Kalecki. No capítulo 3 esta forma de compreensão será mais trabalhada.

mesmas mercadorias. O que nos coloca na necessidade de compreender como a reprodução simples e ampliada do capital produtivo total se apresenta no agregado.

Mas há também a questão do *consumo industrial* das mercadorias que constituem capital constante, consumidas como instrumentos ou material de trabalho, ou de modo que, por meio desse consumo, se convertam em instrumentos ou material de trabalho. De saída é falsa, isto é, unilateral, a ideia de ser acumulação de capital igual à conversão de renda em salário, igual à acumulação de capital variável. Isso leva ao tratamento errado de todo o problema ([MARX, 1905] 1980, p. 907).

Quando a decomposição do produto físico entre consumo contido e produto excedente é pensada junto de um fluxo circular da renda em que a lógica capitalista é assumida, a teoria clássica acaba concebendo o capital como trabalho passado contido nos meios de produção e nas terras. Assim, portanto, para a teoria clássica da reprodução é o crescimento do produto total, dado pela expansão do setor de bens-salário e pelo maior emprego de trabalho e meios de produção neste setor, que determinaria a acumulação de capital produtivo.

A possibilidade de se conjugar a expansão continuada do consumo total com a acumulação, que é o foco da análise e do argumento clássicos, é vista como algo autossuficiente dado que o capital produtivo é reduzido ao setor de bens salários. Construindo a ilusão de que a substância do capital é o trabalho passado, a teoria clássica prova que o materialismo presente em sua teoria do valor e da distribuição está limitado ao reconhecimento do caráter útil e produtivo do trabalho e, mais do que isso, escamoteia a transformação crescente de terras e de tempo de trabalho livres em terras e tempo de trabalho sob o comando do capital⁴³; o que só pode ser alcançado com a extensão contínua e concomitante da venda da força de trabalho e da compra/aquisição de novas terras.

Segundo esta percepção crítica de Luxemburgo, o crescimento mais acelerado da mercantilização da força de trabalho, dos recursos naturais e das terras é o que surge como condição preliminar para que uma economia se reproduza com acumulação contínua de capital produtivo total e crescimento do produto, pois, do contrário, não seria possível reduzir o consumo produtivo contido e aumentar o produto excedente final. Deste modo, a maneira como Luxemburgo explora os problemas da análise clássica nos permite observar que a reprodução ampliada não pode ser entendida a partir da expansão da circulação de

⁴³ “A escola clássica estudou as formas sociais das coisas (valor, salários, lucro, renda) sem perceber claramente que estas não são mais do que uma expressão das relações sociais de produção entre pessoas” ([RUBIN 1989] 2014, p. 367).

dinheiro capaz de realizar o produto excedente, mas sim, a partir da mercantilização da riqueza que é genérica (ainda não capitalizada), pois é este tipo de mercantilização que abre espaço para que o capital produtivo total se reproduza de modo ampliado por meio da incorporação de novas terras e forças de trabalho ao sistema de produção.

2.3. O problema da reprodução e o problema do valor na controvérsia clássica.

É no início do século XIX que o problema da reprodução começa a se apresentar como uma questão de urgência prática e teórica para o pensamento burguês. Sob a aparência de um conjunto de crises comerciais, a condição de crise em permanência dos anos de 1815 e 1818/9 chama a atenção pelo seu caráter generalizado e mercantil. Este é um período histórico em que as desproporções eram sentidas como as causas imediatas de uma nova situação do mercado mundial. O estoque acumulado de mercadorias finais, o desemprego e a piora nas condições de vida do proletariado contrastavam com o grau de riqueza comandada pelo capital inglês. A pobreza e a riqueza eram sentidas em sua plena contrariedade, porém, nas mentes dos economistas burgueses, eram refletidas como relações de desproporcionalidade ([LUXEMBURG, 1913] 1985).

Se perguntando sobre a origem da Revolução Industrial inglesa, Eric Hobsbawn nos fornece os elementos necessários para que constatemos que este período histórico é produto e, ao mesmo tempo, parte de um movimento histórico mais amplo. A expansão do capital mercantil vivenciada nos séculos XVI e XVII e os seus efeitos sobre o crescimento escalar da Grande Indústria do século XVIII, e que foi continuada no século XIX, é a conexão que revela o que há de especificamente histórico neste novo modo de reprodução da vida em sociedade: o modo imperialista, ou, em outros termos, a reprodução ampliada do capital social total.

Em primeiro lugar, a Revolução Industrial não foi uma mera aceleração do crescimento econômico, mas uma aceleração de crescimento em virtude da transformação econômica e social – e através dela. Os primeiros observadores, que concentraram sua atenção nos meios de produção qualitativamente novos – as máquinas, o sistema fabril e tudo o mais –, tiveram o instinto certo, mas por vezes seguiram-se cegamente demais. Não foi Birmingham, uma cidade que em 1850 produzia muito mais que em 1750, mas basicamente à maneira antiga, que levou os observadores da época a falarem numa revolução industrial, e sim Manchester, uma cidade que produzia mais de um modo obviamente revolucionário. No final do século XVIII, essa transformação econômica e social ocorreu numa economia capitalista, e através dela. [...]. De certa forma, a industrialização capitalista exige uma análise um pouco diferente da não capitalista, pois temos de explicar por que a busca do lucro

privado levou à transformação tecnológica, e não é absolutamente óbvio que isso aconteça automaticamente ([HOBBSAWN, 1968] 2016, p. 23).

É neste movimento histórico que vai dos primórdios da Revolução Industrial até o Imperialismo que podemos verificar o que dá consistência e inteireza à reprodução do capital social total. Do que podemos depreender do modo como Luxemburgo trabalha a identidade da teoria com a História do Pensamento, a compreensão do modo imperialista de reprodução passa pela observação de que a apresentação do problema em investigação tem como exigência a concepção de que a reprodução capitalista é algo que se processa dentro de sua própria unidade e contorno, isto é, como um modo de reprodução cujas condições internas lhe são autônomas. Assim, a compreensão do modo imperialista de reprodução exige os avanços presentes na análise clássica acerca da reprodução simples do consumo social total. Se estas condições internas são tomadas como ponto de partida da reprodução ampliada ou não, isto só depende da maneira como a ideia da reprodução simples é compreendida. Na concepção de Luxemburgo esta última significa a reprodução autônoma do consumo social total.

Como a reprodução de uma sociedade depende, no geral, tanto das forças de permanência quanto das forças de mudança, a longevidade do modo capitalista de reprodução é decifrada em sua própria capacidade de promover uma elevação escalar da produtividade do trabalho na indústria designada a reproduzir as condições internas (a mudança que faz permanecer), em simultaneidade com a expansão do mercado consumidor atendido pelo produto excedente (a permanência que faz mudar).

Por chamar a atenção para a unidade existente no movimento histórico que vai da Revolução Industrial ao Imperialismo, Eric Hobsbawn demonstra compartilhar com Rosa Luxemburgo o entendimento de que a constituição de um mercado interno de reprodução autônoma está em conexão direta com um mercado-outra que é de onde relações de diferença e de troca se estabelecem. Podemos concluir, assim, o que delimita o fecho analítico da reprodução ampliada do capital social total. Este fecho é necessariamente aberto porque a reprodução das condições autônomas se dá justamente na relação com este mercado-outra. Em oposição à maneira clássica que só teoriza a reprodução ampliada do consumo social total, este outro tipo de fecho analítico não concebe o capital produtivo total

como oriundo da circulação simples de mercadorias⁴⁴ (como no caso da análise clássica), mas o compreende, sobretudo, como a composição técnica socialmente necessária à reprodução do capital social total.

As condições históricas sobre as quais a controvérsia clássica se desdobrou são limitadas, e é isto que nos impede de assumir qualquer verossimilhança entre as teorias e a realidade histórica daquele tempo. A diferença entre o sentido e o significado do problema, que é algo inerente ao próprio modo de reprodução da imagem do capital, fica completamente obtusa. Para os teóricos clássicos o problema da reprodução não possuía sentido e a justificativa para tal residia na teoria⁴⁵ e não na realidade. O que estes teóricos assumiam como capital e como renda o permitiam submeter as condições de reprodução do consumo social total às condições da circulação simples de dinheiro e, assim procedendo, a contínua reprodução do capital produtivo total era explicada pela própria reprodução do consumo social total.

Podemos observar como o ato de assumir a reprodução simples como aquilo que dá a unidade e o ponto de partida à análise burguesa da reprodução ampliada é o ato que denuncia o principal limite teórico desta análise. O mundo capitalista é tomado e projetado como um todo universal e as condições autônomas e internas de reprodução são vistas como suficientes para que o mercado consumidor se expanda. A reprodução do consumo social total é sempre lida a partir da circulação simples do dinheiro, e a redução do capital produtivo ao setor de bens-salários acaba sendo útil para a maneira como Say transforma o dogma de Smith em tautologia. Isto é, transformando o capital variável em salários adiantados e sedimentando, com isso, a ideia de que é na troca entre capital e renda que se pode garantir a reprodução física e social do consumo total.

Não é por menos que Luxemburgo e Hobsbawn, mais interessados no sentido histórico do problema, observam que o crescimento das condições autônomas de reprodução estava associado ao comércio ultramarino e à expansão das cidades em meio à industrialização do campo. A reprodução ampliada do capital social total se mantém, portanto, por meio da simultaneidade existente entre a redução do tempo de trabalho

⁴⁴ O hiato do produto.

⁴⁵ Pode-se especular aqui sobre o quanto a ideia de que as crises são necessariamente crises cíclicas é, na verdade, uma significação particularmente potente no que se refere à capacidade de ter como horizonte da reprodução capitalista uma de suas formas puras: o ciclo.

contido que é necessário à reposição dos custos materiais do capital produtivo total e a ampliação do produto excedente realizado. Ou, nos termos mais estritos de Marx, na simultaneidade da expansão absoluta da taxa geral de mais valor com o crescimento diferencial do mais valor relativo, cujo reflexo é - apenas para o caso do mais valor relativo - a tendência ao decrescimento da taxa média de lucro da Grande Indústria.

Esta análise de Luxemburgo é o que fundamenta a compreensão de que a tomada da reprodução simples como o ponto de partida lógico da reprodução ampliada é o limite histórico e teórico da controvérsia clássica. Com base nisto, Luxemburgo argumenta que uma das diferenças da tradição de Say e Ricardo em relação aos seus opositores é a de que estes reconheciam a circulação do dinheiro como capital, e não apenas como mercadoria. O ponto comum é justamente este tomar a reprodução simples como o ponto de partida lógico e fecho analítico do que vem a ser uma teoria clássica da reprodução ampliada do produto total; o que não é o mesmo que elaborar a real teoria da reprodução ampliada do capital social total.

Com o “levantar sobre os seus próprios pés” ([MARX 1867] 2017) da Grande Indústria inglesa pôde-se constatar, com clareza, a real diferença entre as condições de reprodução do consumo social total e as de reprodução do capital produtivo total. É justamente por partir da diferença entre capital e renda que a análise de Luxemburgo consegue lidar com estas duas condições de reprodução, entendendo que a expansão ampliada do capital social total - no espaço e no tempo - depende da observação do meio no qual isto se efetiva, pois, é deste meio que provém a oferta de riquezas naturais e de força de trabalho com tempo livre.

A primeira formulação do problema da reprodução aparece no texto de Luxemburgo como concebida a partir da ótica do capital individual, e o efeito disso é assumir que a reprodução do capital constante é suficiente para que se defina uma unidade entre as condições de reprodução do consumo social total e as do capital produtivo total.

...como é possível garantir o abastecimento do mercado com meios de produção e mão de obra, fato que se verifica sem nenhum planejamento? Ou como podem as condições variáveis de venda, imprevisíveis e não planificadas, assegurar ao capitalista quantidades crescentes de meios de produção, mão de obra e possibilidades de venda para suas mercadorias, de acordo com suas necessidades respectivas de acumulação, isto é, em determinadas proporções e tipos? Coloquemos o problema de forma mais precisa. [...]. Suponhamos ainda que o capitalista continue em condições de capitalizar metade de sua mais valia e o mesmo se verifique todos os anos seguintes. Para que

isso se realize, é necessário que ele encontre os meios de produção, a força de trabalho e os segmentos de mercado, não apenas em geral, mas em progressão determinada, que corresponda a seus avanços na acumulação” ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 17).

É neste ponto da análise que se verifica, mais uma vez, a presença da dualidade da teoria do valor de Smith. Tanto o assumir a igualdade entre valor e preço de produção quanto o reconhecer a diferença entre o preço de oferta e o preço de demanda se relacionam com a ideia de que é a reprodução do consumo total que garante a reprodução do capital constante; porém, há uma diferença entre a concepção de que o capital constante é reproduzido segundo o seu valor (o caminho de Marx) e a concepção de que o preço de oferta paga a reposição do custo material do capital constante (o caminho de Say). O que ambas as concepções têm em comum é só a necessidade de explicar a reprodução física segundo a lei do valor.

No primeiro caso a igualdade entre valor e preço de produção se mostra como uma hipótese condicionante à análise devido a necessidade de se mensurar elementos materiais heterogêneos em termos de tempo de trabalho abstrato socialmente necessário. Como, do ponto de vista da reprodução física, o trabalho vivo diretamente empregado é capaz de afetar as condições produtivas que determinam a reprodução social segundo a lei do valor, a quantidade de trabalho contido no consumo produtivo minimamente requerido para a recomposição circular do capital social total através da realização do consumo total pode ser conhecida pela troca de equivalentes entre o Departamento de meios de produção (I) e o Departamento de meios de consumo (II), pois, sem esta troca a condição física de autorreprodução não poderia ser atendida. Quando os produtos excedentes de cada Departamento se trocam em igual proporção, pode-se estabelecer algum parâmetro de referência acerca da relação entre a variação das quantidades e a variação dos preços. Tem-se aqui, novamente, a caracterização do esquema simples de reprodução.

No segundo caso, pelo contrário, o preço de oferta é pensado como soma dos rendimentos naturais do capital, do trabalho e da terra, e o conhecimento das taxas que remuneram cada um destes elementos dependente exatamente da troca entre as quantidades ofertadas e demandadas de capital, de trabalho e de terra⁴⁶. O preço, que é um

⁴⁶ Nota-se aqui a diferença entre o que é entender a composição orgânica como composição técnica medida em valor e o que é entender as mudanças na composição orgânica como explicadas pelas mudanças nas composições técnicas que alteram as composições em valor. Não é por menos que, para Luxemburgo, a teoria da acumulação e da reprodução simples do Livro I de *O Capital* estavam submetidas a análise do movimento do capital individual e de suas relações com o todo.

fenômeno expressado pelas condições de distribuição das quantidades empregadas e consumidas é explicado por aquilo que ele é em si. Uma troca determinada por uma relação de proporção. É a própria distribuição que explica as variações dos preços da mesma forma que os preços explicam as mudanças na distribuição. Além do mais, vale a pena ressaltar a diferença entre o que significa a afirmação de que o capital variável (o trabalho contido) é determinado pelos salários adiantados (o trabalho demandado/comandado dos capitalistas) e o que significa assumir como hipótese a troca equivalente entre o tempo de trabalho contido no capital variável e o tempo de trabalho no qual a mercadoria força de trabalho é produtivamente consumida⁴⁷.

A autossuficiência reprodutiva expressada no esquema simples por meio da troca básica de mercadorias segundo a lei do valor só é capaz de ser defendida como representação geral da reprodução (uma forma abstrata pura) caso se conceba o próprio mundo como mercado capitalista. O termo ultramarino utilizado por Hobsbawm, quando este chama a atenção para as relações da Inglaterra com o “mercado mundial”, tem um significado especial se observarmos que foi este comércio o fomentador do crescimento das condições materiais que viabilizaram, produtivamente, um território nacional que possui os limites naturais que só uma ilha pode possuir quando se fala em autossuficiência reprodutiva⁴⁸. Da mesma forma, na análise de Hobsbawm sobre a transformação das condições produtivas propiciadas pela manufatura na relação entre o campo e a cidade, ele acaba revelando a direção interna da expansão em escala da indústria inglesa. A imagem insular de autossuficiência reprodutiva do capital se verifica para o seu interno, mas é projetada, como uma totalidade absoluta, para aquilo que é lhe é externo; esteja este externo dentro das fronteiras do território nacional ou para o “além-mar”, que nada mais é do que, pasmem! a zona comercial inglesa.

O que há de marcadamente burguês no pensamento econômico inglês deste longo período de transformação é este “se apresentar” como uma unidade integrada em si, dotada de uma lógica interna de reprodução, e que está em relação de diferença e de troca com o

⁴⁷ Em outras palavras pode-se dizer que a redução do capital produtivo à salários pode ser compreendida como redução do capital constante a ser recomposto à capital circulante ou como igualdade entre salários adiantados e quantidade de trabalho produtivo diretamente empregado, sendo que, esta igualdade não necessariamente significa que os lucros futuros sejam oriundos do consumo produtivo presente.

⁴⁸ Fica a questão sobre como uma ilha poderia criar um sistema fabril integrado de reprodução social com as suas condições materiais que lhe são internas?

Continente, com o que foi o seu passado (o feudalismo), e até mesmo com o que pode vir a ser o seu futuro (o socialismo). Não é à toa que um dos principais resultados do trabalho de Luxemburgo é mostrar que toda a controvérsia clássica, que se desenrola entre os vulgares adeptos da doutrina da harmonia social e os seus críticos, é estabelecida sob a ideia de que a conquista das condições materiais internas - capazes de sedimentarem a autossuficiência reprodutiva do mercado nacional - é algo suficiente para que se inicie um processo de reprodução ampliada. O que gera, como será mais adiante explorado, a apreensão do problema da reprodução como problema da realização⁴⁹.

Podemos observar que toda a controvérsia clássica se desenvolveu entendendo que a reprodução ampliada era sinónimo de crescimento do consumo social total, e não de crescimento do capital social total. De acordo com a análise crítica de Luxemburgo, podemos dizer que não é da expansão do consumo do excedente, seja ele mais valor ou sobre produto (o produto produzido para além das condições autónomas de reprodução do consumo social total) que se alcança as condições de acumulação do capital produtivo, e sim, da capacidade de extensão do tempo de trabalho comandado pelo capital global junto ao crescimento quantitativo da riqueza genérica (natureza e força de trabalho) incorporada à reprodução capitalista. Assim, portanto, nos fica claro que a ampliação das condições de reprodução do próprio valor é algo que se dá de forma a “espacializar” o tempo de trabalho comandado pelo capital social total.

Por se empenhar na investigação conjunta do sentido com o significado, a análise de Luxemburgo nos permite constatar que é da natureza do objeto que se verifica esta diferença entre o que a ‘coisa’ é; o que a ‘coisa’ aparenta ser; e o que a ‘coisa’ diz sobre o que ela é; da mesma forma que se deve levar em conta o que a coisa diz sobre o que ela aparenta ser⁵⁰. Isto não é uma conclusão tão simples, até mesmo porque é este tipo de percepção que nos

⁴⁹ Um exemplo claro deste tipo de confusão é o trabalho *Acumulação de Capital e Demanda Efetiva* ([1981] 2004).

⁵⁰ Quando o trabalho do historiador do pensamento se concentra excessivamente no que o objeto diz ser a sua aparência, por vezes reduzindo o pensamento económico ao seu carácter puramente ideológico, pode-se confundir a frutífera conclusão de que a dissociação entre forma e conteúdo reside na natureza fetichizada do objeto com a concepção de que é o sujeito histórico que vive uma dissociação entre a forma e o conteúdo. Por mais que este seja um sujeito reconhecidamente social, e por isso mesmo alguém que vivencia no real a diferença entre o que se é e o que se aparenta ser, não se pode tomar como certo o que se entende como o significado de uma certa categoria sem conhecer o sentido da mesma. A História do Pensamento Económico baseada na ideia de que a diferença entre o ser e o pensamento se apresenta também na realidade é aquela que, como se viu na seção II do capítulo anterior, se justifica como método de formulação de uma teoria totalizante, e não como método de apreensão da totalidade.

informa sobre a sempre iminente possibilidade do erro na investigação em História do Pensamento⁵¹.

É aqui que toda a problemática sobre a medida do valor e a determinação dos preços relativos (o problema do valor) se mostra como um empecilho ao reconhecimento dos efeitos da adoção da hipótese que reduz o capital constante ao capital circulante, e da hipótese que assume proporções fixas entre terra e força de trabalho diretamente empregadas, mensurada a preços de mercado, em cada departamento da produção total. Por mais que seja possível a representação da produção total por meio de setores verticalmente integrados de meios de produção, de meios de consumo dos trabalhadores e de meios de consumo dos capitalistas, esta representação pode ser apreendida de diferentes maneiras⁵².

O entendimento presente em Marx e Luxemburgo é o de que a troca equivalente entre o trabalho comandado do Departamento I com o trabalho comandado no Departamento II garante a reprodução simples de todo o consumo social na medida em que esta troca representa a igualdade do tempo de trabalho requerido à reprodução do valor do capital variável (o setor verticalmente integrado de bens-salários) com o tempo de trabalho socialmente necessário à recomposição das condições físicas produtivamente consumidas. O que essa igualdade realmente denota é que, quando o tempo de trabalho da produção de meios de consumo dos trabalhadores se iguala ao tempo de trabalho da produção dos meios de produção que são empregados para a produção dos meios de consumo dos trabalhadores, o tempo de trabalho socialmente necessário à recomposição das condições físicas produtivamente consumidas está garantido para todo o capital produtivo (constante e variável) que é empregado na reprodução do consumo social total.

O que é algo diferente da ideia de que é na troca segundo os preços de mercado que se garante a reprodução do consumo, do produto, da renda e da riqueza totais. É este tipo de ideia que faz com que a reprodução simples do capital constante seja explicada apenas pelas condições de circulação das mercadorias finais, assumindo um determinado estoque

⁵¹ Ver o capítulo 2 da *Fenomenologia do Espírito* ([1807] 2021) de Hegel.

⁵² Ver o texto “As Equações Marxistas de Reprodução e a Economia Moderna” (1977) de Michael Kalecki, e os capítulos 16 e 17 do “Acumulação de Capital e Demanda Efetiva” ([1981] 2004) de Jorge Miglioli. No entanto, o imprescindível na leitura desses textos, dado o que foi a pouco argumentado, é perceber como a relação entre valor e preço é trabalhada. Vale a pena também salvaguardar a dúvida se a tradição inaugurada por Kalecki possui alguma compreensão sobre o que é o valor.

de terras e força de trabalho como dado. O que é o mesmo que entender que as condições que propiciam a reprodução ampliada de todo o capital social total se encontram nas condições de reprodução do consumo total, e que é na troca entre produto e renda que se encontra o ponto de partida lógico da reprodução ampliada, e que, mais do que isso, promove a elevação da razão entre a renda gerada e o capital consumido à medida que se eleva o nível de produto, consumo e renda.

É o que Say faz com a teoria dos preços de Smith que explica o porquê a controvérsia sobre os lucros e a renda entre Malthus e Ricardo só fazia deflagrar, no âmbito da análise do capital social total, a necessidade de se determinar um mecanismo que garantisse a reprodução deste capital segundo a reprodução do consumo social total. É a discussão acerca da influência de Say sobre Ricardo que nos ajuda a entender o seguinte. O que antes era apenas um dogma dado pela necessidade de mensuração do valor do produto total segundo os preços se torna, a partir da Lei de Say, uma teoria fechada em si mesma da reprodução do capital social total, ainda que entendido apenas pela ótica da circulação simples de mercadorias.

É nesta época que a tradição ricardiana - vulgarizada pela expressividade que Say ganha na teoria de Ricardo - encontra pela frente as críticas que mexeram com as estruturas da análise clássica da reprodução social, e desafiaram a imagem que o capital projeta sobre si e sobre o seu vir a ser. Segundo Luxemburgo, essas críticas são postas por dois teóricos que se concentravam no Continente, e por um terceiro que se inspira no passado manufatureiro e mercantil da Inglaterra. Jean Charles de Sismondi é a voz de oposição que se levanta na Suíça; Karl Rodbertus é a que se levanta na Alemanha⁵³; e Thomas Malthus é o reverendo cuja voz soa mais como um assombro vindo do passado do que como uma luz de futuro⁵⁴. A reflexão de Luxemburgo sobre a controvérsia clássica indica que as críticas

⁵³ A análise da reprodução de Rodbertus, assim como a de Von Kirchmann, não serão analisadas nesta tese porque, segundo a autora, elas não avançam em nada na compreensão do problema da reprodução e acabam se limitando às dificuldades em mensurar a composição em valor do produto social total em termos de preço. Em Rodbertus isso fica bem evidente, pois, para este, a solução do problema da realização do mais valor total requer a suposição de uma igualdade entre o valor da força de trabalho e o seu preço; reduzindo o capital constante a salários adiantados e fazendo do mais valor total o consumo das demais classes. Como o avançar da acumulação, devido ao crescimento acelerado da produtividade do trabalho, faz reduzir a parcela dos salários reais na renda e isto fomenta as crises de subconsumo dado o menor consumo dos trabalhadores, a solução para as crises seria a garantia da ampliação crescente do consumo dos trabalhadores sem a consequente alteração do preço da força de trabalho em relação ao valor. Transformando todo o capital constante em salários reais adiantados, o que em Ricardo é o fundo de salários, em Rodbertus, é o único remédio eficaz contra as crises, e, portanto, se faz imprescindível “estabelecer por lei que a parcela de participação dos trabalhadores no produto nacional seja rerepresentada por uma cota fixa inalterável” ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 166) para que a acumulação tenha prosseguimento.

⁵⁴ Ainda que Keynes tenha visto esta luz.

ao pensamento econômico burguês vieram do que, para o capital inglês, era o estrangeiro, quando se pensa em termos espaciais, e do que não é o presente, quando pensamos em termos temporais.

2.4. A solução do problema da realização e a controvérsia clássica: os mercados externos e o Princípio da Demanda Efetiva.

Diante da situação histórica em crise, a reação defensiva da Escola de Ricardo ganha efetividade com a negação da condição de crise em permanência. Tratando as crises como períodos de ajuste em direção à um suposto equilíbrio, os economistas burgueses que só enxergavam Say na teoria de Ricardo se tornam os baluartes de uma doutrina sistemática de objetivo unívoco: o equilíbrio dos mercados. A potência revolucionária desta Escola surge em meio às discussões socialistas que buscam na redistribuição da renda e do produto a política capaz de conter a expansão da pobreza e da pauperização⁵⁵. No entanto, este é um período em que o pensamento econômico crítico à Escola de Ricardo se vê num lugar especial no que tange ao seu papel mais primordial à esta época: a compreensão do problema da reprodução.

Dada a necessidade histórica e política de preservar a imagem rósea que o capital faz de si mesmo, o pensamento vulgar encontrou como saída lógica uma reformulação simplista da maneira como Ricardo adota a Lei de Say. Diferentemente do sentido discutido na seção anterior, a análise relativa e absoluta acerca dos preços e das quantidades ganhou como novo fundamento explicativo a simples ideia de que são as variações na relação entre a oferta e a demanda que conduzem a reprodução capitalista à uma tendência de equilíbrio entre produção e consumo em todos os mercados. O desequilíbrio dos períodos de crise seriam, portanto, parte do próprio movimento reprodutivo da economia, sendo que, a direção desse movimento é necessariamente o equilíbrio generalizado dos mercados.

Do ponto de vista da História do Pensamento Econômico feita por Luxemburgo, este momento histórico em que o problema da reprodução é emplacado como o centro do debate clássico produziu um efeito particular no que se refere as possibilidades de desenvolvimento do conhecimento científico sobre a reprodução capitalista. Ao mesmo

⁵⁵ Com Sismondi é possível observar como uma certa tentativa de solução para a pobreza e a pauperização poderia levar a expansão do que é a causa comum de ambos os fenômenos: a proletarianização.

tempo em que se vê obrigado a manter a sua imagem por meio da vulgarização, o pensamento econômico burguês necessitou aprofundar a compreensão sobre o problema, pois, do contrário, não poderia mobilizar uma prática política que enfrentasse a realidade econômica em crise. Assim, portanto, tal pensamento se dividiu entre aqueles empenhados na negação da condição de crise em permanência e aqueles que identificavam, apenas em parte, a natureza do problema da reprodução. Dizemos ‘apenas em parte’ porque, segundo Luxemburgo, a compressão desse problema em sua totalidade dependia, do ponto de vista histórico, da maturação da expansão imperialista da Grande Indústria.

O campo do pensamento crítico, afirmando a condição de crise como uma questão objetiva, acaba se colocando como o único terreno possível no qual a compressão do problema poderia dar os seus primeiros frutos. De acordo com o que, nesta tese, é percebido como a compreensão metodológica de Luxemburgo, argumentamos que é na análise da autora da crítica dos opositores da Escola Ricardiana que se encontra a razão teórica para a não apreensão do problema da reprodução em sua totalidade. Para os críticos, a continuidade da reprodução ampliada do consumo social total só tinha como única via possível a ampliação extensiva do consumo próprio ao capital produtivo já instalado no mercado nacional para além das fronteiras da circulação capitalista. Mas por que isso?

Até este momento histórico em que a reprodução simples do capital constante não fora corretamente compreendida e a teoria circulacionista do capital produtivo de Say se fazia como a real representante da Escola de Ricardo, a explicação acerca da ampliação das condições autônomas de reprodução do produto total só poderia depender de uma mudança na distribuição do produto excedente de mercadorias finais entre as que são meios de produção e as que são meios de consumo. No entanto, para que essa mudança ocorresse seria necessário a realização do valor das mercadorias finais num mercado-outro que não o mercado nacional autossuficiente. A lógica por detrás era a seguinte: a elevação do produto total consumido dependia de uma mudança na distribuição do produto excedente de mercadorias finais que favorecesse o consumo produtivo em compensação ao consumo supérfluo. À medida em que a venda de mercadorias finais para nações estrangeiras ou para as “terceiras pessoas” tivesse como contrapartida a compra de mercadorias-insumo em valor proporcional, mais assegurada estava a continuidade das alterações no volume de capital empregado para fins produtivos.

Todos os autores envolvidos na controvérsia clássica acabam concebendo a origem do capital como trabalho passado ou trabalho incorporado, e não foi por menos que as soluções encontradas pela via do comércio exterior estavam todas subjugadas à visão radicalmente circulacionista da reprodução. Esta forma de encarar a reprodução capitalista produz uma associação direta e proporcional entre a taxa de acumulação de capital produtivo e a taxa de crescimento do produto apenas pelo fato do mercado nacional estar em expansão devido ao crescimento da venda de produtos finais para nações estrangeiras e “terceiras pessoas” e à compra de meios de produção e matérias primas desse mesmo mercado-outro. É como se a reprodução ampliada do capital social total pudesse ser realmente explicada pelo saldo positivo da balança de pagamentos.

Contudo, o que as formulações críticas realmente fazem é assumir uma relação de correspondência entre as variações relativas e absolutas que são verificadas, respectivamente, nas mudanças da composição física do produto e nas mudanças da composição da renda nacional. Tanto as variações na composição física do produto, quanto as variações na distribuição da renda entre salários, lucros e renda da terra estão proporcionalmente associadas ao tempo de trabalho incorporado ao produto final, dando a entender que a essência do capital é o próprio trabalho produtivo, e que sua reprodução, no tempo e no espaço, dependeria de duas trocas equivalentes em valor. A troca entre produto e renda, que é interna aos limites da reprodução simples do consumo total de uma nação, e a troca entre renda e riqueza na relação do que é interno e nacional com o que é externo e nacional (as “terceiras pessoas”, a população pauperizada do campo e da cidade) e com o que é externo e estrangeiro (os consumidores de outras nações).

Para que a extensão das trocas entre produto e renda e entre renda e riqueza se realizassem de modo proporcional às mudanças nas composições física e social do produto e da renda totais seria necessário que a expansão da demanda por consumo final do mercado-outro fosse capaz de induzir, simultaneamente e continuamente, a incorporação de novas terras e força de trabalho à reprodução capitalista autossuficiente. Este entendimento que imputa uma progressão entre as mudanças nas composições física e social e as extensões das trocas entre produto e renda e renda e riqueza só pode ser assegurado a partir da ideia de que há vantagens comparativas na exportação de meios de consumo finais e na importação de matérias primas entre nações, e vantagens absolutas no

comércio com os membros não incorporados à reprodução capitalista (os ofertantes da riqueza ainda não incorporada), sendo eles os pobres, como deseja Sismondi, ou os “padres”, como é da vontade de Malthus.

Toda esta forma de conduzir a análise teórica parte das seguintes concepções: 1) as condições de reprodução do consumo social total já lhe são autônomas; 2) é da divisão da renda excedente entre consumo produtivo e consumo supérfluo dos capitais individuais que se pode alterar as condições de acumulação do capital total; 3) o crescimento da composição do capital produtivo pode se dar de modo contínuo e proporcionalmente ajustável às mudanças na distribuição do consumo entre o produtivo e o supérfluo; e 4) a população pobre e pauperizada é o ambiente-condição em que a reprodução capitalista se efetiva.

Ao assumirem como posto analítico fundamental a imagem de autorreprodução que o capital impõe para si e para o que lhe é diferente, os herdeiros teóricos presentes no século XX dos autores críticos à Escola Ricardiana não só perpetuaram a confusão que Say fazia entre a lei do valor e a troca básica e equivalente entre valores de uso, como também acabaram tratando a reprodução capitalista como um conjunto de crises cíclicas. Sustentados por esta percepção empírica, o pensamento destes herdeiros, agora amparados com a reformulação marshalliana da doutrina equilibrada de Say⁵⁶, só tiveram como possível resolução para a controvérsia que se dava entre a negação da condição de crise em permanência e a necessidade de encontrar uma saída prática para o problema da realização, a transformação de um problema concreto em princípio teórico da política econômica. Os teóricos proponentes do Princípio da Demanda Efetiva (PDE) são aqueles que buscam afirmar que o ciclo é a forma natural da reprodução capitalista, e é exatamente devido a isso que a demanda dos mercados outros (externos à reprodução autossuficiente do capital) serve como o meio pelo qual as fases de baixa do ciclo podem ser revertidas e a reprodução capitalista pode ter o seu rumo garantido.

Não se encontra no escopo desta tese a investigação das diferenças entre as formulações do PDE de John Maynard Keynes e Michael Kalecki, no entanto, é impossível deixar de observar que a transformação de um problema prático em um princípio teórico se

⁵⁶ Kalecki foge a essa regra.

conecta diretamente com o que constatamos no capítulo anterior sobre como a simultaneidade entre a identificação, na consciência, da origem com o fim e a desassociação, na realidade, do movimento da consciência em relação ao movimento real denota a permanência do movimento. Ao negar a condição de crise em permanência, os teóricos vulgares só faziam revelar a desassociação da consciência com a realidade, enquanto que os teóricos críticos, ao proporem soluções práticas para um problema concreto (as trocas entre produto e renda e entre renda e riqueza do mercado nacional interno com o mercado-outra), acabavam demonstrando que a continuidade da reprodução capitalista deveria ter como saída a mesma solução que permitiu ao capital permanecer até o presente: a expansão da troca equivalente entre capital variável e força de trabalho sob o comando do capital total.

Com o trabalho de Rosa Luxemburgo nos é possível afirmar que, do ponto de vista teórico, a não superação da “leitura” de Say de Smith junto a constatação do problema da realização como uma questão prática é o que fazia com que a extensão da troca equivalente entre capital variável e força de trabalho comandada pelo capital total fosse apreendida a partir da necessidade simultânea de crescimento da troca entre produto e renda e da troca entre renda e riqueza. Como este tipo de entendimento está necessariamente amparado pela ideia de que as crises de realização se devem a desproporções entre as condições de oferta, dadas na troca entre produto e renda, e as condições de demanda, dadas na troca entre renda e riqueza, a necessidade de saber se é da extensão da troca entre produto e renda que se obtém a extensão da troca entre renda e riqueza, ou se é o inverso, se coloca como a questão a ser respondida. Em termos mais vulgares podemos nos perguntar, fazendo coro a este tipo de perspectiva, se é a oferta que determina a demanda ou se é a demanda que determina a oferta?

Mesmo que o Princípio da Demanda Efetiva advogue que é da extensão da troca entre renda e riqueza que se amplia a troca entre produto e renda, a continuidade da reprodução ampliada do consumo social total só pode ser sustentada caso este mesmo princípio teórico também dê conta de explicar como a taxa de depreciação do capital constante se ajusta a taxa de crescimento do produto realizado pela demanda final. Ou seja, faz-se necessário explicar por que e como o investimento em capital produtivo é induzido pela demanda final. É de fundamental importância notarmos que a explicação deste porquê pode ser uma derivação automática da maneira como Say concebe a origem do capital produtivo

(adiantamentos de renda no tempo), da mesma forma que a explicação do capital produtivo pode ser derivada da maneira como Say transforma a teoria dos preços de Smith em tautologia.

Em ambos os casos o que se faz não é explicar o porquê e como o investimento em capital produtivo é induzido pela demanda final, mas é, na verdade, assumir que a recomposição material do capital produtivo se dá na troca entre capitalistas e trabalhadores e na troca entre capitalistas produtores de meios de produção e capitalistas produtores de meios de consumo segundo os respectivos preços de mercado tanto do trabalho (o salário) quanto do capital (o lucro). Nos fica claro, portanto, que isto não é explicar como o estoque de capital produtivo é ampliado a partir do crescimento do produto, pois isto nada mais é do que assumir que o capital produtivo será renovado a cada período de produção porque o produto final se destina exclusivamente ao consumo. O que não deixa espaço para o esclarecimento sobre como o crescimento do produto final vendido pode induzir a produção de novos meios de produção.

Se o capital produtivo é concebido como uma sequência temporal de rendas adiantadas que se realizam por meio da troca, a troca entre renda e riqueza do mercado capitalista autossuficiente com o mercado-outro só seria capaz de fomentar a troca entre produto e renda na medida em que a riqueza incorporada ao capital produtivo sejam as forças de trabalho e as terras que, no tempo anterior, ainda não estavam submetidas ao comando do capital social total. Isto porque, é só através dessa incorporação que novos meios de produção podem ser produzidos de modo a atender a ampliação contínua da demanda vinda do mercado-outro. Assim, portanto, observamos que, admitindo a ‘teoria do capital’ de Say, a incorporação da riqueza genérica à reprodução pelo valor que é capaz de ampliar continuamente o produto total só poderia se dar pela precificação do mercado-outro que é o fornecedor de novas terras e forças de trabalho.

O mercado-outro é ressignificado como o mercado futuro e a explicação sobre como o investimento do capital produtivo é induzido pela demanda final passa a depender da existência, ou não, de uma relação de determinação entre a variação do preço do capital (a taxa de lucro) e o volume de meios de produção empregados. Em outras palavras poderíamos nos perguntar se são as variações da taxa de lucro (o preço do capital) que determinam o investimento, ou, se são as variações nas quantidades de mercadorias finais

demandadas pelo mercado-outro que determinam o investimento? Neste contexto teórico em que a “teoria” do capital e dos preços de Say não é superada, a segunda opção é a única que permite tornar o Princípio da Demanda Efetiva o fundamento de uma explicação sobre como o investimento é induzido pela demanda final.

É aqui que encontramos o principal ponto de contato dos teóricos do PDE com o que nos parece ser o entendimento de Luxemburgo sobre como o problema da realização se conecta ao da reprodução. Mesmo que a nível dos capitais individuais a reprodução ampliada do consumo dependa da coordenação das variações dos estoques de mercadorias finais e do capital produtivo ocioso com as variações da demanda final, a nível do capital total a explicação para essa coordenação só poderia se dar por um fator exógeno. A demanda por consumo dos mercados que são externos à reprodução autossuficiente do capital social total. Chegado neste ponto podemos apresentar, de diferentes formas, a questão que até hoje se coloca como a principal questão do pensamento econômico que se dedica à demanda efetiva. O que determina a expansão da demanda por consumo dos mercados externos? Qual é a decisão por parte dos capitalistas que os permitem ampliar a demanda por consumo advinda dos mercados externos? O que explica a demanda por investimento capaz de determinar a continuidade da reprodução ampliada? Ou, se quisermos usar de termos mais próximos a tradição kaleckiana: O que explica a decisão de investimento por parte dos capitalistas?

A História do Pensamento Econômico exposta por Luxemburgo é esta que identifica que todo o significado do problema da reprodução está submetido à imagem de reprodução autossuficiente da sociedade capitalista. Ao assumir como ponto de partida da reprodução ampliada do capital social total as condições de reprodução do consumo social total, os teóricos clássicos que investigaram a natureza do problema só puderam encontrar soluções que partem da concepção de que a essência do capital é o trabalho produtivo incorporado no passado; ignorando quase que por completo a diferença entre o que é fixo e o que é circulante na reprodução do capital produtivo total, e o que é constante e variável na reprodução do consumo social total.

Do que foi até o momento exposto, nos parece relativamente claro que, para a autora, a essência do problema da reprodução tem a ver com a impossibilidade de se compatibilizar as condições fixas e circulantes da reprodução do capital produtivo total (a dimensão física

do capital) com as condições constante e variável da reprodução do consumo total (a dimensão social do capital) por meio de alguma relação unívoca entre as variações na distribuição da renda e as variações na composição em valor do produto total. Esta visão de que as relações de troca são suficientes para que se produza algum conhecimento acerca da reprodução autônoma da sociedade capitalista ignora o meio e as condições históricas sobre as quais a lei abstrata geral realiza a sua tarefa de alienação do trabalho social. Ignora, portanto, o que está por detrás da ampliação absoluta da troca entre a mercadoria capital variável e a mercadoria força de trabalho: a expropriação da riqueza genérica.

Antes de investigarmos, no capítulo 3, a reprodução ampliada do capital produtivo, vale a pena nos debruçarmos sobre as especificidades das soluções de Sismondi e de Malthus no que se refere a ideia de que são os mercados externos os integradores da realização do valor excedente contido nas mercadorias finais com a acumulação do capital produtivo.

2.4.1. Sismondi e o caráter mercantil da reprodução capitalista.

A análise clássica da reprodução material da sociedade de classes, orientada para o consumo total, é alicerçada por hipóteses absolutas. São elas: a reprodução autossuficiente, a ótica do capital individual, a circulação simples de mercadorias, o trabalho útil e, talvez, a mais importante, a diferença entre renda e riqueza. No que diz respeito à formulação de uma teoria da reprodução do capital social total, estas hipóteses fomentaram a compreensão de que o nexos causal existente entre as variações absolutas do nível do produto e as variações relativas verificadas na composição técnica do capital produtivo é a problemática central para a análise da reprodução do consumo social total. Não foi por menos que a compreensão de Marx acerca da diferença entre o processo de trabalho e de valorização na reprodução do capital constante era o ponto chave para que uma análise clássica da reprodução tomasse o seu melhor caminho.

Do que nos parece ser a visão de Luxemburgo, é Sismondi quem mais tangencia esta compreensão, e isto pode ser constatado pelo sentido de sua crítica à ideia de Ricardo de que os efeitos da maquinaria sobre o desemprego seriam graduais e monótonos.

No Livro Quarto de seus *Nouveaux Principes*, capítulo VII, de significativo título, “As Máquinas Produzem uma População Excedente”, Sismondi atacara a doutrina espalhada pelos apologetas de Ricardo, segundo a qual as máquinas sempre criam

tantas ou mais oportunidades de trabalho para os assalariados que as tiradas por eles do trabalho vivo. Sismondi combateu ferrenhamente essa assim chamada teoria da compensação. Seus *Nouveaux Principes* foram editados em 1819, dois anos depois da publicação da obra principal de Ricardo. Na terceira edição de seus *Principles*, em 1821, ou seja, logo após a polêmica entre MacCulloch e Sismondi, Ricardo insere novo capítulo (31ª parte principal da tradução de Baumstack, 2ª, ed., 1877) em que sinceramente reconhece seu erro e, perfeitamente de acordo com Sismondi, explica: “que a opinião da classe operária, segundo a qual o emprego das máquinas é frequentemente pernicioso aos próprios interesses, não se baseia em preconceitos ou erros, mas é confirmada pelas leis básicas corretas da economia pública e estatal”. Com isso ele se vê, como Sismondi, obrigado a defender-se da suspeita de ser contrário ao progresso técnico; salva-se da situação, no entanto, de forma menos radical que Sismondi, dizendo que o mal ocorre apenas pouco a pouco: “Para determinar a lei básica, admiti que a maquinaria aperfeiçoada fosse descoberta de imediato, de um só golpe, e aplicada em toda a sua extensão. Na realidade, porém, essas descobertas ocorrem pouco a pouco e atuam mais sobre a retirada do capital investido” ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 132).

Contudo, a compreensão da reprodução do capital constante é perdida no pensamento de Sismondi quando uma associação direta e proporcional é assumida entre a relação capital fixo/capital circulante e a relação capital constante/capital variável. Se, por um lado, se faz necessário assumir a igualdade entre valor e preço de produção para que se mantenha a autossuficiência reprodutiva segundo a troca equivalente entre meios de produção e meios de consumo (como fizera Marx), por outro lado, esta forma de integração entre os setores reprodutores do consumo produtivo contido e os setores reprodutores do consumo excedente acaba por reconhecer o mais valor total como o setor verticalmente integrado de meios de consumo finais da classe capitalista. Em Sismondi, portanto, o dogma smithiano convive bem com a igualdade entre valor e preço de produção haja visto que a diferença entre trabalho produtivo e trabalho assalariado não era percebida como presente nos setores reprodutores dos meios de produção.

Depois de tanto esforço para dividir o produto social total e ter chegado às categorias incomensuráveis do capital fixo, do capital circulante e da mais valia, evidencia-se logo a seguir que Sismondi, quando fala do capital fixo, refere-se, na verdade, ao capital constante; que o capital circulante é de fato o capital variável, pois “tudo o que foi produzido” é destinado ao consumo humano, mas o capital fixo será consumido somente “indiretamente”; capital circulante, pelo contrário: “destina-se ao fundo que se destina à alimentação do operário, em forma de salário” ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 117).

A reprodução capitalista poderia ser representada por Departamentos independentes de capital constante, capital variável e mais valor, sendo o valor dos meios de produção realizado de modo a recompor integralmente e associadamente o capital fixo em termos físicos. Por esta maneira, o produto total seria composto por meios de consumo de caráter circulante (elementos físicos do capital fixo, matérias primas e meios de consumo

finais), cujo valor é realizado pelo consumo social total e determinado pelo capital variável e o mais valor (a renda líquida). A sua divisão entre consumo dos meios de produção e consumo final seria justificada apenas pela diferença entre as mercadorias de caráter circulante destinadas ao consumo produtivo e as destinadas ao consumo social dos indivíduos. Porém, como Luxemburgo procura mostrar, este modo de proceder se alinha a maneira como Sismondi diferencia renda de riqueza.

Como *riqueza*, portanto, se excluem da *renda nacional* todos os meios de produção; essa riqueza se desdobra, porém, em mais valia e força de trabalho, ou, mais exatamente, em seu equivalente, o capital variável. Teríamos, assim, de forma não suficientemente clara, a divisão compreendendo capital constante, o variável e a mais valia. Logo a seguir descobrimos, todavia, que Sismondi entende por *renda nacional* o produto social total anual: [...]. Nesse caso o produto total da sociedade se decompõe, segundo o valor, em duas partes: o capital variável e a mais valia; desaparece o capital constante, o que nos conduz de novo ao dogma smithiano, segundo o qual o preço de todas as mercadorias se decompõe em $v + m$ (ou se compõe de $v + m$), ou ainda, em outras palavras, o produto total é constituído exclusivamente de meios de consumo (para operários e capitalistas) ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 118).

A partir daí, Sismondi passa a abordar a questão da realização do produto total. Como, por um lado, a soma das rendas da sociedade compõe-se de salários e lucros do capital, bem como da renda fundiária, representando $v + m$, e, por outro, o produto total da sociedade também se decompõe (em termos de valor) em $v + m$, “a renda nacional e a produção anual se equilibram” e tem de ser iguais uma à outra (em valor): [...]. A partir daí, Sismondi, no capítulo VI do volume II [...] constituirá, finalmente, a seguinte lei exata da reprodução: “A renda do ano anterior tem de pagar a produção do ano corrente” ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 119).

Dado que Sismondi reconhece o gasto como o ponto de partida da circulação de todo o capital social total, a autossuficiência reprodutiva é garantida pela própria circulação do dinheiro como capital, sendo a única diferença a que se constata entre a circulação que reproduz o consumo produtivo contido e a que reproduz o consumo final. Nos termos de Marx, poderíamos dizer que: enquanto a primeira segue a lógica $M - D - M'$, a segunda se guia por $D - M - D'$. Ao assumir a reprodução autossuficiente junto da circulação simples de mercadorias e do entendimento do dinheiro como capital, Sismondi se limita à ótica da reprodução mercantil do capital social total e acaba superpondo, assim como fizera Ricardo, o trabalho produtivo e o assalariado ao capital constante e circulante. O autor franco-suíço pode ser caracterizado como alguém que não adota a Lei de Say mas que, em consequência, incorpora o dogma smithiano, e a razão para tanto se deve à sua visão estritamente circulacionista do processo de reprodução.

Como pode, então, realizar-se a acumulação sob tais pressupostos? Como o produto total deve ser consumido inteiramente pelos operários e capitalistas, não saímos evidentemente da reprodução simples e o problema da acumulação assim se torna

insolúvel. De fato, a teoria sismondiana acaba declarando, em princípio, impossível a acumulação. Senão, quem vai comprar o produto excedente no caso de uma ampliação da reprodução, uma vez que a demanda social total representa a soma dos salários dos operários e do consumo pessoal dos capitalistas? ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 119).

A existência de uma conexão direta entre a realização do sobreproduto, composto por mercadorias finais e matérias primas⁵⁷, e a acumulação de capital fixo é esta condição sem a qual Sismondi não poderia sustentar a sua teoria da reprodução. No limite, o que o autor realiza é a apreensão da dialética presente na tendência expansionista do capital social, porém, o faz partindo de uma incompreensão do problema da reprodução devida à sua dificuldade em lidar com a reprodução do valor do capital constante e com a mensuração em valor do produto total. Isto nos ajuda a explicar a posição de Sismondi na controvérsia clássica.

A ideia de que o desenvolvimento futuro do capitalismo não seria realizável graças as crises de superprodução, era justificada com base na contradição entre as condições ilimitadas de crescimento da produção com as condições limitadas de crescimento do consumo; todavia, isto não significava a impossibilidade de se destinar o capital produtivo superproduzido para setores que atuassem na compensação do desemprego e do subconsumo causados pelo progresso técnico.

E ele [Sismondi] nos revela as múltiplas dificuldades e conflitos que se vinculam aos progressos da produtividade do trabalho, dentro do sistema capitalista. Demonstra que as alterações na técnica operacional, aceitas por Ricardo, conduzem socialmente às seguintes alternativas, obrigatoriamente: parte dos operários é despedida, em proporção ao crescimento da produtividade e assim teremos, de um lado, um excedente de produtos e, de outro, o desemprego e a miséria, ou seja, um quadro fiel da sociedade atual; ou o produto excedente é empregado para o sustento dos operários em um novo ramo produtivo – a produção de luxo. Chegando a esse ponto, Sismondi nos mostra sua superioridade indiscutível sobre Ricardo. Lembra-se de repente da existência do capital constante e se lança decididamente ao combate contra o clássico inglês ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 134).

Por mais que a tendência ao subconsumo permanecesse e até se aprofundasse com o desenvolvimento do capital produtivo internamente acumulado na Grande Indústria, o problema da realização do sobreproduto poderia encontrar como solução a demanda dos pobres e dos pauperizados, ou, melhor dizendo, daqueles que não possuíam renda mas que possuíam uma riqueza genérica particularmente especial: força de trabalho livre com necessidade básica de consumo. A solução do problema da realização que poderia levar a

⁵⁷ Nota-se aqui a necessidade de se manter a igualdade entre valor e preço da força de trabalho mesmo que não se compreenda em essência a diferença entre trabalho produtivo e trabalho assalariado.

apenas uma aceleração da produção corrente a curto prazo (acumulando capital circulante) se daria na troca entre renda e riqueza operada na compra do sobreproduto pelos pobres e pauperizados por meio da renda a eles paga na forma de salários e na venda do tempo de trabalho dedicado à produção capitalista.

O domínio da circulação na análise clássica da reprodução social pode ser mais bem explorado observando que a redução do capital constante à capital circulante feita por Ricardo não o permitiu associar o aumento de volume do capital produtivo acumulado com a expansão do comando do capital sobre a riqueza genérica, quando este procurou sustentar a ideia de que o aumento da produtividade do trabalho social é um efeito escalar do progresso técnico. É neste ponto, no entanto, que a associação direta entre as relações capital fixo/capital circulante e capital constante/capital variável se revela como um ponto comum de Sismondi com Ricardo num determinado momento, mas que, em outro, é abandonado.

Nesse ponto Sismondi rompe com a fábula da escola clássica, segundo a qual, na ampliação do capital, todo o capital excedente seria gasto exclusivamente em salários, ou seja, em capital variável; ele também se distancia claramente da doutrina ricardiana – o que, de passagem, não o impedirá, três anos depois, de deixar passar, na segunda edição de seus *Nouveaux Principes*, inadvertidamente, todos os erros em que se baseava essa doutrina. Assim, Sismondi contrapõe à doutrina ricardiana da harmonia dois aspectos decisivos: de um lado, as dificuldades objetivas do processo de reprodução ampliada que, na realidade capitalista, não transcorre de maneira tão tranquila, como na abstrusa hipótese de Ricardo; de outro, o fato de que o progresso técnico na produtividade do trabalho social dentro das condições capitalistas, se realiza à custa da classe operária, do sofrimento dessa classe ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 135).

O que Ricardo faz é enfrentar o problema da mensuração do valor do produto social total ressignificando a lei do valor como uma lei da distribuição que necessita ter como parâmetro uma relação de proporcionalidade da composição em valor com a composição física do produto. O que é o mesmo que assumir que os preços expressam relações de proporcionalidade entre valores de uso, e que é por meio da troca, e não da divisão social do trabalho, que se efetiva a integração do consumo produtivo contido com o consumo excedente, que, no caso do circulacionismo de Ricardo, expressa o consumo final.

Ao tomar as trocas como o princípio da análise da reprodução do consumo social total, os economistas ricardianos acabam assumindo a correspondência direta entre a decomposição do valor do produto social total com a decomposição da renda total entre renda bruta e renda líquida. A integração entre os dois departamentos gerais da produção é pensada por meio de um padrão de comércio entre o setor reprodutor do consumo

intermediário e o setor reprodutor do consumo final com vantagens absolutas. Como se a troca entre capital produtivo e produto excedente se igualasse a troca entre salários adiantados e capital futuro pelo simples fato de as variações dos preços de mercado em relação ao preço de produção alterar a distribuição entre salários/lucros. O que seria o mesmo que alterar as composições técnicas dos diferentes ramos de produção visto que, com o tautologismo da Lei de Say, o preço de produção é o preço de oferta das mercadorias trabalho e capital. Trata-se, portanto, de uma forma de se mensurar o valor do produto social total à preços correntes, assumindo um determinado nível de equilíbrio entre oferta e demanda totais.

No entanto, é neste ponto da análise que a diferença entre o trabalho produtivo e o trabalho assalariado se torna decisiva para o pensamento clássico e para o entendimento das diferenças entre Ricardo, Sismondi e Malthus. Quando o preço de produção é confundido com o preço de custo, a decomposição física do produto se daria entre consumo intermediário e consumo final, e, quando o preço de produção expressa o valor do produto social total esta mesma decomposição se daria entre consumo produtivo contido e consumo excedente. Contudo, é a relação de troca entre capital e renda - o preço da mercadoria capital (a taxa de lucro) - que fundamenta a concepção de que existe uma relação de proporcionalidade entre a poupança e o investimento, ou que, com outras palavras, existe uma divisão do mais valor total (a parcela do produto consumida pela classe capitalista) entre consumo presente e consumo futuro.

Bastaria apenas que houvesse uma troca entre trabalho assalariado presente e trabalho produtivo futuro para que se reduzisse a parcela do consumo produtivo contido no produto total e, coordenadamente, aumentasse a parcela do consumo excedente em meio à expansão do mercado consumidor final. Este é o caminho seguido pela teoria da acumulação de Ricardo. Teoria esta que parte da diferença entre valor e riqueza e, por assim proceder, adota a relação de troca entre capital e renda posta por Say sem confundir estoque de riqueza com renda não consumida. Isto é o que leva Ricardo a adotar o “dogma smithiano” como método de mensuração do produto total entendendo a diferença entre as variações nos preços e nas quantidades - quando se diferencia a decomposição física e em valor do produto social total - como uma diferença causada por mudanças na relação salário/lucro. A necessidade de estabelecer uma relação de causalidade entre as variações

nos preços dos bens-salários com as variações nas quantidades demandadas de mercadorias finais é o que explica a estranha convivência da Lei de Say com o reconhecimento da diferença entre renda e riqueza no pensamento de Ricardo. No limite, a pior consequência desta confusão é o entendimento de que todo trabalho assalariado é trabalho produtivo.

É do reconhecimento desta diferença entre trabalho produtivo e assalariado que o problema da realização se conecta ao da acumulação de capital produtivo e as críticas de Sismondi e Malthus passam a pavimentar o caminho de uma teoria da reprodução do consumo social total baseada na demanda por investimento, isto é, na realização do sobreproduto capaz de solver o mais valor capitalizável (o estoque futuro de capacidade produtiva ociosa). A parte capitalizável do mais valor é destinada ao consumo produtivo contido devido a hipótese da reprodução simples, porém, como se reconhece a circulação do dinheiro como capital, o problema da realização surge como a necessidade de solvência das mercadorias finais que são superproduzidas. A causa desta superprodução, e do consequente subconsumo, é a diferença entre o crescimento ilimitado da produtividade do trabalho e o crescimento limitado do consumo final.

Sismondi reconhecia que o comércio interno capaz de expandir a condição de autossuficiência se dava por vantagens comparativas, isto é, pelos diferenciais de produtividade do trabalho verificados nos setores reprodutores do consumo produtivo contido e nos setores reprodutores do consumo excedente. Isto porque, este é o único padrão de trocas entre valores de uso em que as mudanças técnicas na composição física do produto poderiam conduzir a um aumento mais acelerado da taxa de crescimento da produtividade do trabalho empregado no Departamento de meios de produção em relação à taxa de crescimento da produtividade do trabalho empregado no Departamento de meios de consumo. Assim, portanto, não se trata de uma troca entre consumo intermediário e consumo final, mas sim de uma troca entre setores reprodutores do consumo produtivo contido e os setores produtores do consumo excedente.

Por causa disso, Sismondi tenta ‘trazer à terra’ a fantasia de Ricardo de que a reprodução total poderia ser explicada apenas pelas trocas entre valores de uso, reconhecendo, no entanto, a diferença entre as condições materiais de reprodução do consumo produtivo contido e do consumo excedente (a ótica do trabalho produtivo) e as condições de realização da renda líquida (a ótica do trabalho assalariado). O meio de

Sismondi para a consolidação de tal feito é afirmar um padrão de comércio em vantagens absolutas entre o sobre produto capitalista e a riqueza genérica em posse daqueles que não se reproduzem por meio da renda total. Sem esta condição a demanda por investimento não se realizaria, ainda que a tendência mais que crescente da produtividade do trabalho nos setores reprodutores do consumo produtivo contido se mantivesse em relação à crescente produtividade do trabalho nos setores reprodutores do consumo excedente.

Nos limites dados pela controvérsia clássica o problema da reprodução:

...reside na questão de se saber quem são os consumidores e receptores do excedente de produtos que surge quando os capitalistas produzem mercadorias que vão além do próprio consumo e do consumo de seus trabalhadores, ou seja, quando os mesmos capitalizam parte da mais valia e a empregam para ampliar a produção visando a aumentar o capital? Em resposta à questão Ricardo não diz sequer uma palavra com referência ao aumento do capital. Apenas nos pinta um quadro das diferentes etapas da produção mediante o qual sugere um aumento gradual da produtividade do trabalho ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 133).

É desta compreensão essencialmente circulacionista que Sismondi conclui a extensão do comércio entre o sobre produto e a riqueza genérica como a saída para a superação da miséria crescente e do desemprego causados pela maquinaria, mesmo que o problema da realização do sobre produto fosse, a longo prazo, insuperável. A razão para tal é a seguinte. Ainda que as condições ilimitadas de crescimento da produtividade do trabalho permanecessem efetivas, a reprodução com acumulação de capital produtivo – possível pela troca proporcional entre o sobre produto e a riqueza genérica dentro da Nação - teria como tendência a ampliação da separação de todo tipo de propriedade de todo tipo de trabalho, pois, sem isso, não seria possível um crescimento absoluto do capital fixo em posse dos proprietários com uma redução relativa do valor das mercadorias finais que formam o sobre produto. O que, no longo prazo, só causaria uma necessidade crescente de se expandir a troca proporcional entre sobre produto (mais valor sobre produzido a ser capitalizado) e riqueza genérica (capital fixo e força de trabalho sem emprego produtivo)⁵⁸ por meio do emprego e do assalariamento extensivos da força de trabalho sob o comando do capital.

Conclui-se, portanto que, para Sismondi, o desenvolvimento futuro do capitalismo seria impossível graças a tendência crescente do desemprego, da miséria e da pauperização,

⁵⁸ Reaparece a ideia de que, no agregado, é possível pensar as condições da reprodução ampliada a partir da hipótese de que a produção total só demanda uma determinada composição de meios de produção que funcionariam como capital fixo e meios de consumo que funcionariam como capital variável e mais valor.

sendo a solução deste tipo de problemática (o subconsumo) a extensão da economia mercantil de reprodução autônoma (não associada à Grande Indústria). Como o autor se mantém fiel à ideia de que a reprodução capitalista é uma reprodução orientada para o crescimento do produto social total, a superação do modo capitalista de produção exigia, a seu ver, a afirmação de seu passado mercantil como futuro.

2.4.2. Malthus e o caráter mercantilista da reprodução capitalista

Observemos inicialmente como Luxemburgo compara Sismondi e Malthus:

Sismondi é um crítico da produção capitalista; ele a ataca com vigor, é o advogado de acusação. Malthus é seu apologista, não no sentido de negar suas contradições, como faziam MacCulloch ou Say, mas, ao contrário, por conferir a essas contradições o *status* de lei natural e sacramentá-las. Sismondi encontra-se voltado para os interesses do proletariado; seu objetivo – apesar de um tanto geral e vago – é uma reforma profunda da distribuição em favor do proletariado. Malthus é o ideólogo dos interesses daquela camada de parasitas da exploração capitalista, que se alimenta da renda fundiária e da caixa do Estado; o objetivo que ele recomenda é a canalização maior possível de mais valia para esses consumidores improdutivos. O ponto de vista sismondiano é predominantemente ético, socio-reformista: ele *corrige* os clássicos ressaltando que “a razão única da acumulação é o consumo” e defende uma “redução da acumulação”. Malthus, pelo contrário, se expressa francamente a favor da acumulação ilimitada por parte dos capitalistas (já que o fim único da produção é a acumulação), que ele procura completar e garantir pelo consumo ilimitado de seus parasitas. Por fim, o ponto crítico de partida sismondiano era a análise do processo de reprodução, a relação entre o consumo e a renda em escala social. A oposição de Malthus contra Ricardo parte de uma absurda teoria do valor e de uma teoria popular da mais valia decorrente, e assim pretende explicar o lucro capitalista mediante o acréscimo de preço feito sobre o valor das mercadorias” ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 143).

Restringida pela impossibilidade de haver uma expansão do consumo dos trabalhadores sobre as mercadorias de consumo capitalista graças a lei da população, em Malthus a teoria da reprodução do consumo social total se viu diante da divisão do mais valor total entre aqueles que compram e vendem e aqueles que compram sem vender. A possibilidade de se observar uma composição do produto segundo a ótica da demanda se viu aberta em virtude de sua própria condição. A associação entre trabalho produtivo e trabalho assalariado de Smith é recuperada de modo que a diferença entre o consumo induzido pelo gasto realizado a partir de uma renda e o consumo realizado por aqueles cuja função social depende, reprodutivamente, de uma transferência de poder de compra pode ser observada.

Neste caso, a redução ricardiana do capital produtivo circulante ao setor de bens-salário mais ajuda do que atrapalha, pois, da composição física do produto total a parte que

é trabalho contido (o valor-trabalho desgastado e depreciado na circulação do produto total) é substituída pelo preço de custo da mercadoria salário mensurada a preços monetários (o significado malthusiano do trabalho comandado de Smith). Algo totalmente justificável para um autor que não chegou a alcançar o entendimento sobre o que explica a reprodução do valor do capital constante, e nem a diferenciar o capital fixo do circulante.

No que se refere a uma proposição malthusiana acerca da reprodução ampliada do consumo social total poderíamos dizer que a mesma se afirmaria a partir da transformação dos atos de compra sem respectiva venda em atos de venda destinados a ampliação do consumo improdutivo. Em outras palavras, poderíamos dizer que é por meio da acumulação de capital produtivo (entendido como trabalho produtivo assalariado) nas atividades operadas com trabalho improdutivo receptoras de transferências de renda (compram sem vender) que se pode garantir a expansão continuada do consumo social total.

Diferentemente de Sismondi, que identificava um nexos causal entre o consumo contido e o consumo do produto excedente quando a troca entre o sobre produto (o produto para além da condição de troca equivalente do esquema simples) e a riqueza genérica se expandia, Malthus sequer chega a conceber a reprodução do capital social total. Porém, é justamente devido ao fato de, em Malthus, encontrarmos uma proposição teórica sobre a reprodução do consumo social que podemos constatar uma idiossincrasia da História do Pensamento Econômico. A apreensão do problema da realização apartada por completo do problema da reprodução. Por isso o caráter da teoria de Malthus é dito aqui como algo contendo um *q* de “mercantilista”.

O que é decisivo na análise de Malthus é a relação associativa que o mesmo estabelece entre a composição física e a composição em preço da renda total. Do ponto de vista físico o produto total é dividido entre o setor produtor do consumo básico dos trabalhadores, cujo emprego é o de trabalhadores produtivos e assalariados, e o setor produtor do consumo improdutivo que emprega os que vivem de lucros e renda da terra, e a classe parasitária. Como a renda bruta é igualada ao produto total, a renda líquida (o trabalho não pago em Smith) é resultado do desconto do custo com a depreciação (o trabalho pago em Smith) sobre a renda bruta. A associação da composição física com a composição em preços é feita relacionando o custo com a depreciação (renda bruta – renda líquida) aos salários que remuneram os trabalhadores produtivos e, conseqüentemente, o consumo improdutivo

passa a ser relacionado aos lucros e a renda da terra (a renda líquida). É deste último tipo de consumo que se separa os que compram e vendem daqueles que compram sem vender.

Observamos que é este driblar-se do problema do valor, assumindo o preço monetário como uma medida possível do valor do produto total, que condiciona a percepção de Malthus de que a diferença entre os atos de compra com respectiva venda (troca entre produto e renda) e os atos de compra sem a anterioridade da venda (troca entre renda e riqueza) contribui, em última instância, para a reprodução das condições produtivas totais. O consumo dos trabalhadores é induzido pelo gasto da classe proprietária em consumo improdutivo porque ambas as classes compram com a respectiva venda e porque o consumo improdutivo é confundido com o consumo final. No entanto, como o consumo improdutivo não é realizado apenas por estes que compram com a respectiva venda, mas é também por aqueles que compram sem a antecedência de venda (por aqueles que tem as suas necessidades básicas atendidas via transferência de renda), a continuidade da reprodução é garantida na relação dos que compram com a respectiva venda com os que compram sem vender.

A possibilidade de uma teoria da reprodução ampliada do consumo social total ganha evidência neste momento em que as condições de produção são semelhantes às de circulação. Acompanhemos o sintético raciocínio de Luxemburgo sobre a formulação de Malthus, e em especial o quão diferente é em relação à Sismondi.

Malthus confronta Mill, portanto, com a possibilidade de uma superprodução geral: “Em comparação com os custos de produção, todas as mercadorias podem aumentar ou cair (em sua oferta) ao mesmo tempo”. Em segundo lugar Malthus protesta contra o hábito em voga, tão comum em Mill, como em Ricardo e em seus epígonos, de amoldarem suas teses à troca direta de produtos ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 145).

Dado que os custos de produção são menores do que o preço de oferta para cada uma das mercadorias, é a realização no mercado desse valor em diferença (o preço de oferta menos o preço de custo) o que garante, para o conjunto das mercadorias, a realização de todo o consumo improdutivo via ajuste dos preços de mercado ao preço de custo das mercadorias. No entanto, o que está sendo realmente representado para o agregado é apenas a troca equivalente entre mercadorias e quantidade de moeda, pois esse ajuste não é oriundo das diferenças entre oferta e demanda em cada mercado, mas sim da diferença, no agregado, entre as mercadorias reprodutíveis que possuem valor e preço e as

“mercadorias” que são atividades reprodutíveis que possuem um preço monetário de custo (produções e serviços específicos que são ofertados de modo personalizado).

Como é possível vender uma mercadoria por um preço superior ao “valor” (a troca equivalente entre mercadoria e quantidade de moeda) da mesma, pode-se também trocar uma maior quantidade de trabalho incorporado por uma quantidade de dinheiro não correspondente àquela quantidade de trabalho incorporado. É esse mesmo raciocínio que viabiliza a ideia de que se pode acumular trabalho passado nas atividades reprodutíveis que possuem um preço monetário de custo caso este preço esteja ‘inflacionado’, por assim dizer. Não é por menos que a troca monetária ganha destaque no entendimento do reverendo Malthus sobre como as condições de produção são atendidas pelas próprias condições de circulação da mercadoria dinheiro. O que só revela a confusão entre o que é a mercadoria dinheiro (o equivalente universal das trocas) e o que é a moeda (o padrão de medida das trocas).

Recolocando o exemplo crítico que o reverendo apresenta contra James Mill, Luxemburgo busca mostrar o comum e o divergente de Malthus no tocante à tradição de Ricardo.

“O plantador de lúpulo”, diz ele [Mill], “que traz ao mercado cerca de cem sacos de lúpulo está tão interessado na oferta de chapéus e de sapatos quanto em manchas solares. Que pensa fazer então? Que deseja receber em troca de seu lúpulo? O sr. Mill parece achar que seria revelar extrema ignorância em Economia Política dizer que ele quer dinheiro. No entanto, não vejo o menor problema em arriscar-me a ser tachado de ignorante admitindo que é justamente de dinheiro que ele (o plantador) precisa”. Isso porque a renda fundiária do senhor e os salários devidos aos trabalhadores, bem como, finalmente, a compra de suas matérias primas e dos utensílios necessários à continuação do cultivo, só podem ser pagos em dinheiro. Malthus insiste nesse ponto de forma bem explícita: considera simplesmente “espantoso” que famosos economistas políticos prefiram recorrer a exemplos arriscados e impossíveis, em vez de admitir a hipótese da troca monetária. No restante Malthus se contenta em descrever o mecanismo pelo qual uma oferta excessiva leva por si mesma a uma limitação da produção por meio da queda dos preços abaixo dos custos de produção e vice-versa. “Mas essa tendência de corrigir o problema da superprodução ou subprodução pelo curso normal das coisas não constitui nenhuma prova de que esses males não existem”. Vê-se que apesar de defender um ponto de vista contrário sobre a questão das crises, Malthus segue a mesma linha de Ricardo, Mill, Say e MacCulloch: para ele também existe apenas a troca de mercadorias. O processo de reprodução social, com suas categorias maiores e respectivas correlações, processo que absorvia totalmente a atenção de Sismondi, no caso não é levado em consideração ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 145).

Qual é a solução das crises de superprodução? A solução do próprio subconsumo. Do que se pode apreender da análise de Luxemburgo, o foco da controvérsia clássica nas crises comerciais aliado às férreas hipóteses e à frágil teoria do valor fomentaram uma

compreensão circulante da reprodução do capital produtivo total que acaba tendo que lidar com a composição técnica desse capital por meio de uma troca proporcional entre renda e riqueza. O capital produtivo é composto, portanto, por terra e força de trabalho do ponto de vista técnico, e, do ponto de vista social, o produto total é decomposto entre salário e renda líquida. A confusão entre capital e renda permanece, porém, diferentemente de Say que iguala a renda à riqueza, o privilégio da ótica do gasto e a preponderância dada à troca entre renda e riqueza fizeram com que Sismondi e Malthus chegassem ao problema da acumulação. O que determina a demanda por investimento é, assim, a questão a ser “respondida”.

Não obstante procurarem ambos (Malthus e Sismondi) um remédio para a acumulação capitalista, buscando a salvação em uma categoria de consumidores que compre sem vender, Sismondi busca essa categoria com o intuito de transferir-lhe o excedente do produto social que ultrapassa o consumo do operário e do capitalista, ou seja, a parte capitalizada da mais valia que Malthus procura destinar à criação do lucro. Como esses beneficiários de rendas ou do Estado, cujos meios de compra provêm da preferência e necessariamente das mãos do capitalista, conseguem ajudá-lo a se apropriar dos lucros mediante a compra de mercadorias, de preço acrescido, naturalmente continua um segredo que Malthus não nos conta. Em face das discordâncias tão amplas a cooperação bélica entre Sismondi e Malthus se revelou de natureza superficial. E se Malthus transforma os *Nouveaux Principes* de Sismondi em caricatura malthusiana, segundo refere Marx, Sismondi sismondifica fortemente as críticas de Malthus a Ricardo, ressaltando somente o que lhes é comum e o citando apenas como testemunha principal. É claro que, vez ou outra, Sismondi adota parte da teoria malthusiana sobre os gastos do Estado como recurso para acumulação, o que contradiz seu próprio ponto de partida ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 146).

Luxemburgo conclui negando que este caminho de entendimento seja possível. Porém, nos baseando numa análise mais geral sobre o que a leitura da autora acaba levantando explicitamos o seguinte. Em Sismondi a troca proporcional entre renda e riqueza é compreendida como relação entre consumo (trabalho) e renda (propriedade/capital fixo) em escala progressiva; em Malthus, entretanto, a troca proporcional entre renda e riqueza se dá entre consumo e propriedade em diferenciação sucessiva. Isto porque, em Sismondi todo proprietário é proprietário de algo que é empregado na produção capitalista, enquanto que, em Malthus, há o reconhecimento da propriedade de serviços específicos por parte de trabalhadores improdutivos que não estão incorporados a produção capitalista, mas que devem ter o seu sustento viabilizado por essa produção. Assim, portanto, observemos que o aumento do consumo dos que compram sem vender pode se efetivar tanto pela via do aumento do preço de mercado sobre o valor de mercadorias finais destinadas ao consumo social total (o caminho de entendimento de Sismondi para o que é por ele identificado como

sobreproduto), quanto pela via do emprego de trabalhadores improdutivos produtores de serviços específicos que demandam investimento em mercadorias insumo para estes serviços. Logo, podemos notar que, se em ambos há a ideia de que a troca entre renda e riqueza é uma troca proporcional, a superprodução possui uma equivalência com a sobreacumulação.

Para que a primeira via seja uma opção lógica deve-se assumir - dada a falta de rigor de Malthus na análise sobre o valor e a distribuição - uma igualdade entre preços e valores para o conjunto das mercadorias que são consumo dos trabalhadores e uma diferença entre valor e preço para o conjunto das mercadorias que são consumo improdutivo. Neste caso as possíveis diferenças entre o preço de custo e o preço de oferta, no agregado, significariam apenas redistribuições dos lucros entre os produtores do consumo improdutivo, e o aumento do consumo dos que compram sem vender não se realizaria. Ainda que se pudesse verificar a possibilidade de transferência de mercadorias de consumo das classes proprietárias para a classe trabalhadora dado por um aumento do salário monetário acima do preço de custo do salário real, a dinâmica do mercado de trabalho imposta pela lei populacional impediria, para o que é a teoria de Malthus, a afirmação desta possibilidade como tendência de longo prazo.

Já no caso do conjunto das “mercadorias” reprodutíveis em atividades que são serviços específicos ofertados por trabalhadores improdutivos, o aumento do consumo dos que compram sem vender se daria pelo fato da especificidade desses produtos (produzidos pelo trabalho improdutivo) serem uma espécie de riqueza que, a longo prazo, aniquilaria qualquer empecilho a criação de lucro futuro caso a expansão do consumo dessa riqueza específica se desse por uma extensão de sua mercantilização. Este segundo ponto de vista é justamente o que associa os gastos dos que compram sem vender aos gastos dos que compram e vendem. É da ampliação da demanda por serviços específicos que os trabalhadores improdutivos produtores desses serviços passam a demandar dos produtores capitalistas mercadorias que lhe servem como capital.

Existe, pois, uma diferença importante entre resolver a tendência ao subconsumo por meio do aumento extensivo e progressivo do emprego produtivo dos trabalhadores no comércio e transporte, seja ele interno ou externo à Nação, e resolver tal tendência por meio da alienação de serviços específicos. Ainda que ambos possam ser tomados como trabalho

improdutivo cuja reprodução depende da transferência de renda, apenas o segundo representa aquela parcela da sociedade que compra sem a respectiva venda, mas isso se deve, fundamentalmente, ao fato de o serviço ofertado por essa parcela não ser um serviço que atue diretamente na reprodução das mercadorias que possuem valor e preço, mas sim por ser uma “mercadoria” sem valor cuja especificidade determina um preço de custo.

Quando são os que compram com respectiva venda os demandantes dos serviços específicos, o custo material de reprodução desses serviços pode ser correntemente pago caso a demanda dos proprietários seja contínua, e, no caso em que essa demanda é ampliada, a ampliação da reprodução dos que compram com respectiva venda seria garantida caso eles produzissem o capital a ser acumulado para a ampliação dos serviços específicos oferecidos pelos que compram sem vender⁵⁹. Desta forma, podemos perceber que, ao longo do tempo, deve haver uma compensação para que o gasto com serviços específicos possa ser ampliado sem a correspondente redução dos gastos com mercadorias reprodutíveis que possuem valor e preço. Quão proporcionalmente maior deve ser o aumento, no tempo presente, do gasto dos proprietários em mercadorias específicas para que, no futuro, se tenha uma ampliação da demanda dos produtores de especificidades (as “terceiras pessoas”) por mercadorias reprodutíveis (produzidas pelos proprietários) maior do quanto que a renúncia dos proprietários ao gasto no consumo presente das mercadorias reprodutíveis?

O que se tem como possível resultado de uma teoria malthusiana da reprodução ampliada do consumo social total é uma recomposição do consumo improdutivo (a renda líquida), ao longo do tempo, a favor daqueles que compram com a intenção de venda em diferença daqueles que compram sem vender. Para que se sustente a ideia de que não há limites à acumulação de capital numa análise deste tipo é necessário compreender que a ampliação dos gastos com serviços e produtos específicos que induzem a demanda por reprodutíveis deve se dar com ganhos absolutos de mercantilização maiores do que os ganhos relativos advindos de lucros diferenciais das atividades de comércio e transporte da

⁵⁹ Como em Sismondi a troca necessária se dá entre consumo e renda, a acumulação de capital produtivo capaz de solucionar o subconsumo é proveniente da expansão extensiva da economia mercantil simples sobre os pauperizados, e não da mercantilização de produções e serviços específicos ofertados pela classe dos parasitas em troca de consumo, ainda que tanto os pauperizados quanto os parasitas vendam para consumir.

Grande Indústria. O crescimento da mercantilização do trabalho improdutivo produtor de serviços e produtos específicos só poderia conduzir a bons resultados caso a quantidade de trocas que realizam o produto final com o intuito de venda futura cresça a taxas superiores às trocas que não se destinam a uma venda futura.

Capítulo 3 – A reprodução ampliada do capital produtivo total e o problema da acumulação na controvérsia russa.

3.1. Os mercados externos de Rosa Luxemburgo e o problema da reprodução.

No capítulo anterior trabalhamos: 1) o modo pelo qual o pensamento clássico pode sustentar uma teoria da reprodução ampliada do consumo social total e, 2) o modo pelo qual as críticas de Sismondi e Malthus conseguem servir de fomento a ideia de que a ampliação do consumo social total, quando realizada nos mercados externos induz à ampliação do capital produtivo total. Por ora nossa investigação se volta para a explicação de Rosa Luxemburgo sobre o papel dos mercados externos na reprodução ampliada do capital produtivo total⁶⁰. Já devemos deixar esclarecido que o sentido da intervenção da autora não é o de apontar os mercados externos como o *locus* realizador do valor excedente das mercadorias finais que leva à reprodução ampliada do capital social total, pois isto seria o mesmo que dizer que é da solução do problema da realização que se alcança a superação definitiva do problema da reprodução. O que será trabalhado nessa seção é o papel dos mercados externos na solução do problema da acumulação, e não na solução do problema da reprodução. O papel dos mercados externos na solução do problema da reprodução será trabalhado nas seções 3 e 4.

Esta compreensão de que a solução do problema da realização leva à superação do problema da reprodução não encontra respaldo no pensamento da autora, que, em vários momentos de sua arguição, procura mostrar a impossibilidade de explicar a reprodução ampliada do capital social total como algo nascente das condições de produção e de distribuição que determinam a reprodução simples do consumo social total. Este é o ponto da crítica de Luxemburgo à tentativa de Marx de explicar a reprodução ampliada do capital social total por meio de um esquema analítico que desconsidera o desenvolvimento progressivo da produtividade do trabalho. Por mais que possamos explorar o sentido metodológico dessa crítica e discutir quais viriam a ser as reais intenções de Marx com o esquema ampliado, a maneira pela qual a autora formula essa crítica nos permite perceber que seu objetivo é, na verdade, revelar a contradição base da reprodução ampliada do

⁶⁰ Esta explicação é apresentada pela autora no capítulo síntese do *A Acumulação do Capital* (1913), cujo título é extremamente elucidativo para o que é o propósito da Crítica da Economia Política de Luxemburgo: *A Reprodução do Capital e seu Meio*.

capital social total. O que vem a ser o real entendimento de Luxemburgo sobre o que é o problema da reprodução.

Para cumprir esse objetivo, Luxemburgo chama a atenção para o fato de que uma das consequências da acumulação crescente do capital produtivo total é a desproporção entre o aumento da composição material do produto e o aumento da composição em valor do capital produtivo total.

Em todos os países capitalistas, o capital variável, pelo contrário, cresce em termos absolutos; regride apenas relativamente em relação ao crescimento ainda maior do capital constante. Se admitirmos, porém, em conformidade com o andamento real dos fatos, que existe um crescimento mais rápido do capital constante e um mais lento do capital variável, bem como uma taxa de mais valia crescente, então veremos que existe uma desproporção entre a composição material do produto social e a composição do valor do capital ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 232).

Mais à frente é apontada a dependência que o processo de capitalização possui em relação à forma material do mais valor.

O progresso tecnológico, segundo o próprio Marx, deve expressar-se forçosamente no crescimento relativo do capital constante em comparação com o capital variável. Daí resulta a necessidade de alteração progressiva na distribuição da mais valia capitalizada entre *c* e *v*. Os capitalistas do esquema de Marx não estão, porém, em condições de determinar essa distribuição como bem entendem, pois seu negócio de capitalização encontra-se ligado *a priori* à *forma material* de sua mais valia ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 233).

Em seguida Luxemburgo argumenta que o esquema de Marx, por estar sempre pressupondo uma divisão fixa entre o mais-valor a ser consumido e o mais-valor a ser capitalizado, acaba trazendo a ideia de que o aproveitamento integral do mais-valor capitalizável, no decorrer do tempo, só pode se dar por meio de uma troca entre esse mais valor (na sua forma material) e uma quantidade de dinheiro que está fora do fluxo de produção.

Além disso, conforme o esquema de Marx, em cada caso a mais valia capitalizada é aproveitada integralmente no período seguinte de produção, visto que se reveste *a priori* da forma natural que permite seu emprego (excetuada a parte consumível) apenas dessa maneira. O esquema de Marx exclui a formação do entesouramento da mais valia sob a forma de dinheiro, ou como capital passível de inversão. O próprio Marx aceita como possíveis formas de dinheiro, com vistas ao capital individual, as seguintes: primeiro, a sedimentação paulatina do dinheiro que corresponde ao desgaste do capital fixo, destinada à sua reposição posterior; segundo, as somas de dinheiro que representam mais valia realizada, mas que não atingiram ainda a magnitude mínima necessária para novos investimentos. Ambas as fontes de capital livre em forma de dinheiro, no entanto, não entram em consideração, do ponto de vista do capital total. Pois basta antecipar a existência de uma parte da mais valia social realizada sob a forma de dinheiro, ou em busca de investimento, para de imediato se colocar esta pergunta: Quem ficou com a forma natural dessa parte e

quem forneceu o dinheiro para a compra? Se se responde que foram os outros capitalistas, então, segundo o esquema, será necessário considerar essa parte da mais valia como efetivamente investida e empregada na produção (pela classe dos capitalistas), além de distribuída em dois departamentos. Voltamos, assim, ao aproveitamento integral e imediato da mais valia.

Ou então a consolidação de parte da mais valia (em mãos de certos capitalistas), sob a forma de dinheiro significa a permanência de uma parte correspondente do mais produto em mãos de outros capitalistas, conservando sua forma material. À acumulação de mais valia realizada, de um lado, contrapõe-se a não realização da mais valia, de outro lado, já que os capitalistas são, reciprocamente, seus únicos captadores de mais valia, uns dos outros. Com isso, interromper-se-ia, no entanto, o curso normal da reprodução, como também da acumulação, que nos descreve o esquema. Teríamos, em consequência, uma crise, não uma crise de superprodução, mas uma crise devida à acumulação, como Sismondi a imaginava ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 235).

Dado que essa crítica de Luxemburgo nos conduz à explicação de Sismondi do porquê a continuidade da reprodução ampliada do capital produtivo total não é possível sem crise, vale a pena investigarmos como este entendimento de que é por meio da troca entre o mais-valor capitalizado em sua forma material e uma quantidade de dinheiro que circula por fora do fluxo de produção se relaciona com a ideia de que a expansão continuada da demanda oriunda dos mercados externos pode levar à ampliação do capital produtivo total por meio do crescimento do produto. O que nos motiva a essa investigação é o fato dos formuladores do Princípio da Demanda Efetiva guardarem uma relação com as concepções de Sismondi e de Malthus acerca do que são os mercados externos – como visto na última seção do capítulo anterior – e, principalmente, pelo fato desses formuladores destacarem o papel dos estoques de desempregados e de capacidade ociosa para a continuidade do processo de crescimento do produto a curto prazo.

Com base na análise da controvérsia clássica feita no capítulo anterior, conseguimos perceber que Luxemburgo reconhece que os mercados externos de Sismondi e de Malthus servem de solução ao problema da realização e que essas soluções podem levar a acumulação de capital produtivo e, conseqüentemente, à reprodução ampliada do produto. Porém, o produto ampliado é apenas o produto a ser consumido, tanto produtivamente quanto pelos indivíduos, e não o produto a ser acumulado como estoque de capital fixo. Isto não é o mesmo que afirmar a solução do problema da reprodução porque a ampliação da demanda oriunda dos mercados externos de Sismondi e Malthus conduzem à acumulação do capital produtivo circulante e variável nos setores reprodutores dos meios de consumo finais e não nos setores que produzem os meios de produção que entram na reprodução do

capital social total como capital fixo. Vejamos o que Luxemburgo afirma sobre o capital fixo e a reprodução simples do capital constante:

O capital fixo participa, em sua totalidade do processo de produção, mas apenas enquanto conjunto de objetos de uso. Instalações, máquinas e animais de tração são absorvidos no processo de trabalho em sua total corporalidade. Na produção de valor, porém – e aí reside toda a sua peculiaridade como capital fixo –, eles entram somente com parte de seu valor. Já que na reprodução (suposta sempre a reprodução simples) apenas se trata de repor, em sua forma natural, os valores efetivamente consumidos durante a produção anual dos meios de consumo pessoal e dos meios de produção, assim também o capital fixo só interessa à reprodução na medida em que o mesmo integrar de fato a mercadoria produzida. A parte restante do valor, materializada sob a forma do conjunto de utensílios assumida pelo capital fixo, é de importância decisiva para a produção enquanto processo de trabalho, mas inexistente para a reprodução anual da sociedade enquanto processo de formação de valor”. ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 44).

Para que os setores produtores de meios de produção que funcionam como capital fixo passem a operar em reprodução ampliada se faz necessário: 1) um aumento absoluto da força de trabalho e dos recursos naturais diretamente empregados nesses setores – o que logicamente não reduziria a força de trabalho e os recursos naturais empregados nos demais, pois esse aumento absoluto decorre de uma redução do estoque de força de trabalho e de recursos naturais ociosos que estão em propriedade do capital –, 2) a existência de algum capital fixo já anteriormente acumulado nesses mesmos setores⁶¹ ⁶². Esta necessidade de existência prévia de capital fixo acumulado e de força de trabalho e recursos naturais ainda não empregados (em estoque) é o que demonstra que a explicação da reprodução ampliada do capital produtivo total, assim como da reprodução ampliada do consumo social total, não pode prescindir daquilo que não está empregado no fluxo de produção.

No modo de produção capitalista o trabalho passado da sociedade que é acumulado nos meios de produção assume a forma de capital; a questão sobre a origem do trabalho passado, que constitui o fundamento do processo de reprodução, transforma-se na questão da gênese do capital. Isso é evidentemente muito menos legendário; insere-se muito mais com letras de sangue na história moderna como capítulo da chamada acumulação primitiva ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 46).

Mas o próprio fato de não conseguirmos pensar em acumulação simples sem partir do pressuposto da existência de um trabalho passado acumulado, que ultrapassa o trabalho realizado anualmente para a manutenção da sociedade, toca o ponto fraco da reprodução simples e prova que ela é, no conjunto, uma ficção, não somente para a produção capitalista, mas para o progresso cultural ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 46).

⁶¹ Em um caso apenas o esquema marxista da reprodução simples poderia parecer-nos insuficiente ou falho, se considerado do ponto de vista do capital fixo. Isso acontece quando retrocedemos ao período de produção no qual o capital fixo total foi criado pela primeira vez ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 45).

⁶² O trabalho anterior já realizado é sempre o pressuposto do processo social de reprodução, por mais que remontemos ao passado ([LUXEMBURG 1913] 1985, p.46).

É aqui, neste exato momento, que devemos observar o seguinte. Ao pensarmos a reprodução ampliada do capital produtivo total por meio das condições de crescimento do produto, independentemente do que determina esse crescimento ou do fato dos mercados externos serem ou não esse determinante, nos vemos novamente tendo que assumir a hipótese de que há um estoque dado previamente, seja de dinheiro não utilizado no fluxo da produção ou de meios de produção que funcionam como capital fixo. Isto nos traz o esclarecimento de que a troca entre o mais-valor capitalizável em sua forma material e uma quantidade de dinheiro que circula fora do fluxo de produção é a condição imprescindível para que se possa estabelecer o entendimento de que é do crescimento do produto que se obtém o crescimento do capital produtivo total. O que é o mesmo que afirmar que é da solução do problema da realização que se alcança a solução do problema da acumulação.

Nos termos da controvérsia moderna sobre as causas da variação do nível do produto (Lei de Say vs Princípio da Demanda Efetiva) poderíamos nos indagar se a poupança é a quantidade de meios de produção a serem futuramente produzidos e empregados, que é o entendimento keynesiano, ou se ela é a quantidade de dinheiro entesourado pelos capitalistas devido à abstinência ao consumo integral de suas respectivas rendas praticada por eles no passado, que é o entendimento da Lei de Say. O que essa síntese nos mostra é que a explicação do crescimento do produto no presente tendo como causa uma relação desse presente com o passado ou com o futuro, só nos permite conceber a acumulação do capital produtivo como consequência do crescimento do produto caso uma troca entre meios de produção e capital dinheiro seja assumida no tempo. No entanto, o que essa troca realmente explica é a dependência que a reprodução ampliada do consumo social total possui em relação ao estoque de meios de produção, de trabalhadores e de capital dinheiro ainda ociosos.

Assim, portanto, podemos dizer que não é da solução do problema da realização que encontramos a resposta do que determina a acumulação do capital produtivo total, pois, o que explicaria a produção dos meios de produção que entram na reprodução como capital fixo? Visto que o capital produtivo, principalmente a sua parte fixa, é algo produzido e não um estoque “naturalmente” prévio, assumir uma troca proporcional entre um estoque de meios de produção e de dinheiro ocioso que está fora do fluxo de produção (o crédito que financia o investimento) é não explicar a produção dos meios de produção, mas sim a

assumir como um dado já presente na análise. Isto nos traz o esclarecimento de que significar o crédito como um intermediário entre poupadores e investidores não é o que explica a concretização da acumulação do capital produtivo. Contudo, caso a troca entre meios de produção e capital de empréstimo signifique o adiantamento de renda futura, a maior despesa dos capitalistas em investimento pode ser argumentada como a causa dessa acumulação devido ao fato da maior demanda efetiva deles estimular o aumento da produção de capital produtivo. No entanto, isso não explica como a propriedade de força de trabalho e de recursos naturais em estoque nos setores produtores dos meios de produção aumenta.

Mesmo com essa questão, não podemos negar o fato de que a ampliação do consumo social total advinda dos mercados externos de Sismondi e Malthus nos auxilia com o seguinte. O contínuo aumento da demanda de nações estrangeiras e de consumidores improdutivos pelas mercadorias finais que possuem valor e preço leva à redução da parcela do valor do produto total correspondente a depreciação do capital produtivo total acelerando o fluxo do produto total tanto no mercado nacional quanto no mercado mundial. Porém, esse entendimento só pode estar realmente completo com a explicação de Marx sobre como o emprego direto do trabalho vivo reproduz o valor do capital constante a ser recomposto com o desgaste físico dos elementos materiais que compõem esse tipo de capital.

Entretanto, essa explicação não pode servir de fundamento para a reprodução ampliada do capital fixo porque esta última se apresenta sempre como uma demanda específica por uma quantidade de trabalho mais concentrada no tempo que é diferente da quantidade do trabalho social que é correntemente demandada para a reprodução simples. Afirmamos que essa demanda é específica porque a forma material do capital produtivo é um determinante da acumulação desse, pois essa acumulação só pode se fazer valer caso ela seja útil e compatível com a base técnica a qual a reprodução capitalista é operada. Usando como exemplo a reconstrução de uma ferrovia que dura trinta anos, cujo desgaste médio por ano se dá em torno de $1/30$ do valor total, Luxemburgo procura mostrar como a reprodução simples do capital constante é dissociada da reprodução ampliada do capital fixo exatamente pelo fato da construção deste último ser uma demanda externa e específica em relação à demanda da reprodução simples:

Dessa forma, no decorrer de trinta anos (segundo nossa hipótese) a velha ferrovia é substituída por uma nova, gastando a sociedade, ano após ano, a mesma quantidade de trabalho e havendo reprodução simples. Dessa forma a ferrovia foi simplesmente reproduzida, porém jamais seria produzida. Para pô-la em funcionamento e substituir seu desgaste pouco a pouco pelo uso, é necessário que a ferrovia esteja primeiramente completada. Pode-se reparar a ferrovia por partes, mas não se pode torna-la utilizável por partes – montando e utilizando hoje um eixo, amanhã um vagão. Pois é justamente isso que caracteriza o capital fixo: ele entra total e materialmente no processo de produção, como valor de uso, em qualquer época. Para definir inicialmente a forma de uso deste, é necessário que a sociedade de uma só vez concentre maior volume de trabalho em sua produção. Em termos de nosso exemplo anterior, é necessário que, para a produção da ferrovia, os trinta anos de trabalho utilizados no conserto sejam condensados pela sociedade em dois ou três anos de trabalho, por exemplo. Nesse período de fabricação é necessário, pois, que ela realize um volume de trabalho que exceda a média, recorrendo assim à reprodução ampliada, podendo, após o término da produção da ferrovia, retornar à reprodução simples ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 46).

No momento em que passa a discutir a reprodução ampliada do capital fixo total, Luxemburgo deixa claro o caráter *just in time* desse tipo de reprodução em relação a reprodução simples.

É claro que, no caso, não se deve conceber o respectivo capital fixo e total da sociedade como objeto de uso interdependente, ou como complexo de objetos sempre criados de vez obrigatoriamente. De fato, todos os instrumentos mais importantes de trabalho, os edifícios, os meios de comunicação, e as construções agrícolas necessitam, para a sua produção, de um dispêndio mais concentrado de trabalho, o que vale tanto para a ferrovia moderna e para a aeronave, quanto para o machado de pedra lascada e para o moinho manual. Daí se deduz que, em si, a reprodução simples só pode ser concebida em alternância periódica com a reprodução ampliada, fato que não só depende, no geral, do progresso cultural e do crescimento da população, mas também da forma econômica do capital fixo ou da forma dos meios de produção que, em qualquer sociedade, correspondem ao capital fixo ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 47).

É neste momento em que recolocamos a percepção de que a reprodução ampliada do consumo social total é dependente dos estoques de capital fixo e de dinheiro que circula fora do fluxo de produção, e que alcançamos a compreensão de que a reprodução ampliada do capital fixo total pressupõe uma demanda por encomenda, que podemos nos debruçar sobre o que são os mercados externos para Rosa Luxemburgo e como estes determinam a reprodução ampliada do capital produtivo total. São essas duas particularidades as que pavimentam o caminho de elucidação do papel dos mercados externos na acumulação.

Devemos começar explorando as características do que vem a ser o mercado externo na concepção de Luxemburgo evidenciando o que não é a reprodução capitalista na relação espaço-tempo. Segundo o que o capital é em si e para si, a reprodução capitalista é caracterizada por sua autorreprodutibilidade, por sua autossuficiência, por sua propriedade (aquilo que está sob o seu integral domínio) e por seu movimento sempre contínuo e

corrente. Trata-se de um fluxo contínuo no tempo que tem a sua autorreprodução e a sua autossuficiência física e social garantidas pela quantidade de tempo de trabalho e de recursos naturais e humanos em sua propriedade. Assim, portanto, a realização da essência da reprodução capitalista, ou seja, a concretização da extensão do movimento de autovalorização do valor (a acumulação de capital em escala ampliada), só se efetiva como uma realidade no processo de espacialização do tempo de trabalho comandado pelo capital social total. Com mais tempo de trabalho sendo dispensado para a reprodução capitalista, menor é o tempo não dedicado ao trabalho social.

Como esta espacialização depende de uma oferta de recursos naturais e humanos que seja infinita para que, do ponto de vista físico e social, as condições de autossuficiência e de autorreprodução não sejam comprometidas, o fluxo contínuo no tempo deve se realizar por meio de uma expropriação não só do tempo passado e do tempo futuro, mas deve, substancialmente, se realizar por meio da expropriação da natureza e dos modos de vida não submetidos ao domínio do capital social total. Desta forma, chegamos ao esclarecimento de que a reprodução capitalista não é um absoluto em si mesmo, mas é, sobretudo, uma reprodução que só encontra sentido e significado na relação de oposição e de diferença com aquilo que ela não é. Para Luxemburgo, essa relação de oposição e de diferença é a contradição dialética da acumulação capitalista (o limite-fecho superior da análise).

Chegamos, assim, à contradição base do movimento de reprodução ampliada do capital social total, isto é, ao problema da reprodução em sua forma pura. Aquilo que o capital é em si e para si só pode vir a ser na relação com aquilo que o capital não é em si e nem para si: o seu meio, portanto. Como uma totalidade suprassumida de seu meio, o capital se apresenta como um modo autônomo de reprodução de si mesmo, porém, quando em relação com a sua negação, o capital vem a ser aquilo que ele é em si mesmo: o movimento de autovalorização do valor. Logo, a realização do capital em si e para si é tanto mais dependente do seu meio, quanto mais o seu meio vai se tornando dependente do capital.

A contradição da realidade prática do modo de reprodução ampliada do capital social total é refletida em sua realidade ideológica como a controvérsia acerca das condições de desenvolvimento futuro do capitalismo. Os céticos são aqueles que só veem o que o capital não é em si e nem para si (um não absoluto), enquanto que os otimistas são aqueles

que só veem o que o capital é em si e para si (o absoluto). O momento da reconciliação surge na realidade ideológica como a solução da controvérsia que faz permanecer a contradição e não mais a controvérsia, exatamente pelo fato desta ser resolvida apenas no pensamento. Um autêntico cavalo de Tróia que na promessa de paz realiza a conciliação que faz a guerra permanecer e não cessar. Da mesma forma que o capital pode parecer o que ele não é, ele também pode ser aquilo que não aparenta ser, e é justamente por poder estar nesse “meio do caminho” que o capital faz permanecer a sua contradição, e, para permanecer-se contraditório, o capital precisa, em sua realidade prática, aparentar ser o que não é e ser aquilo que não aparenta ser para que a reprodução ideológica se coadune com a prática.

Os mercados externos surgem como a solução do problema da reprodução por serem eles os mercados em que a troca entre o mais-valor capitalizável (aquilo que o capital é, mas não aparenta ser) e a riqueza não capitalista (aquilo que o capital não é, mas aparenta ser) é realizada.

A solução do problema [da reprodução], em torno do qual gira a controvérsia da Economia Política há mais de um século, encontra-se, portanto, entre dois extremos: entre o ceticismo pequeno-burguês de Sismondi, Von Kirchmann, Vorontsov e Nikolai-on, que definiam a acumulação como algo impossível, e o otimismo rudimentar de Ricardo, Say e Tugan-Baranovski, para os quais o capital poderia prosperar ilimitadamente – que significa dizer, como consequência lógica, que o capitalismo é eterno. Segundo a doutrina marxista a solução encontra-se na contradição dialética do movimento de acumulação do capital, que exige um meio ambiente de formações não capitalistas; essa acumulação se faz acompanhar de um intercambio material constante com as mesmas e só se processa enquanto dispõe desse meio ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 251)

A partir disso, nos fica mais claro o entendimento de que, para Luxemburgo, o mercado interno se limita a reprodução simples do consumo social total e a reprodução ampliada do consumo produtivo contido, enquanto que os mercados externos fazem referência aquilo que está em relação de oposição e de diferença com ambas as reproduções. Isto é, com aquilo que está presente no tempo e no espaço e que não é continuamente e correntemente autorreproduzido por meio do domínio da lei do valor. Os mercados externos são, portanto, os modos de produção, sejam eles autossuficientes ou não, de vida social ou de mercadorias e serviços específicos, tangíveis⁶³ e intangíveis, que tem as suas condições de permanência associadas à reprodução capitalista por meio de uma relação de

⁶³ Os elementos materiais necessários à construção do capital fixo são exemplos de mercadorias e serviços específicos que são exclusivamente tangíveis. O que pode haver de intangível no capital fixo é apenas a sua arquitetura.

troca entre o mais-valor a ser capitalizado⁶⁴ (a demanda *just in time* do mercado interno) e a riqueza não capitalista (o estoque de força de trabalho, meios de produção, terras e recursos naturais ainda não empregados ou submetidos à reprodução capitalista). Troca esta que, em essência, estende o tempo de trabalho e os recursos naturais e humanos sob o comando do capital social total e realiza a reprodução ampliada do consumo excedente e do capital produtivo total.

Do ponto de vista da produção capitalista o mercado interno é mercado capitalista, uma vez que essa produção é consumidora de seus próprios produtos e fonte geradora de seus próprios elementos de produção. Mercado externo é para o capital o meio social não capitalista que absorve seus produtos e lhe fornece elementos produtivos e força de trabalho. [...]. Esses conceitos são, como se vê pelo esquema da reprodução, conceitos rigorosos e exatos. No intercambio capitalista interno pode-se, no melhor dos casos, realizar apenas partes determinadas do produto social total: o capital constante utilizado, o capital variável e a parte consumida da mais valia. Em contrapartida, a parte da mais valia que é destinada à capitalização tem de ser realizada externamente ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 251).

Apropriados do entendimento de Luxemburgo sobre o que são os mercados externos, devemos notar que, por mais que partamos do esclarecimento de Marx sobre a reprodução simples do capital constante, a redução da taxa de depreciação em consonância com o aumento do fluxo de circulação do produto nacional não nos informa sobre a redução do valor da reprodução simples do consumo produtivo contido, e nem mesmo como esta última redução se liga à ampliação do valor da reprodução simples do consumo excedente. Isto porque a reprodução simples do capital constante só nos mostra como as condições físicas de reposição dos capitais produtivos individuais podem ser asseguradas pelo valor das mercadorias finais e pelo próprio processo de trabalho que, ao pôr em movimento os meios de produção, repassa o valor desgastado com o uso às mercadorias finais. Contudo, para além disso e até mais importante do que isso, a redução da depreciação e o aumento do fluxo do produto não nos informa como o tempo de trabalho sob o comando do capital social total é ampliado em absoluto.

O entendimento dos céticos de que o contínuo aumento da demanda de nações estrangeiras e de consumidores improdutivos conduz à redução da depreciação e ao aumento do fluxo de produção pode ser, mais ou menos constatado, pela maneira como

⁶⁴ Esta categoria de Luxemburgo mantém alguma relação com a ideia de sobreproduto de Sismondi apenas pelo fato de ser uma produção excedentária em relação à reprodução do consumo social total. No entanto, como se verá mais a frente, a ideia de mais valor capitalizável está mais próxima da concessão de poder de compra que está além dos limites da produção da renda do que da produção de produto final para além das necessidades sociais de consumo de todas as classes.

Sismondi e Malthus procuraram afirmar a solução do problema da realização como um possível *continuum*, ainda que estes mesmos autores só tivessem reconhecido que o que havia de realmente contínuo na reprodução capitalista eram as crises e as desproporções. Se, para Sismondi, o pressuposto necessário à afirmação de que a reprodução ampliada do consumo social total é possível estava no crescimento ilimitado da produtividade do trabalho que levava à superacumulação de capital fixo e ao sobreproduto de mercadorias finais, para Malthus, este mesmo pressuposto se encontrava na identificação da demanda reprimida por aqueles que vivem à margem da reprodução capitalista autossuficiente. Diferentemente desses autores, Luxemburgo não tem como objetivo explicar as crises, ainda mais pela forma como essas aparecem, e nem mesmo buscar os caminhos de solução do problema da realização focando nas desproporções entre as condições de produção e de realização do produto.

O ponto de partida de Luxemburgo é uma outra compreensão sobre o que é o capital. Mas, mais do que isso, o seu objetivo é, em diferença com os de Sismondi e Malthus, explorar o que é a contradição interna⁶⁵ da reprodução capitalista segundo o que ela chama de concepção marxista do processo global capitalista. É neste exato momento que chegamos na compreensão de que a desproporção entre o aumento da composição material do produto e o aumento da composição do valor do capital produtivo total que Luxemburgo fazia referência quando confrontou o Marx da lei da queda tendencial da taxa de lucro com o Marx do esquema da reprodução ampliada se trata, na verdade, da contradição entre as condições ilimitadas de crescimento da produtividade com as condições limitadas de expansão do consumo.

O esquema pressupõe, pois, um movimento do capital total, um movimento que se contrapõe ao andamento real do desenvolvimento capitalista. A história do modo de produção capitalista caracteriza-se, logo à primeira vista, por dois fatos: por um lado, pela expansão periódica, por saltos, do campo integral da produção e, por outro lado, pelo desenvolvimento altamente heterogêneo dos ramos distintos da produção. [...]. Para finalizar, o esquema nega a concepção marxista do processo global capitalista bem como a forma de seu desenvolvimento que Marx descreve no volume III de *Das Kapital*. A ideia básica dessa concepção é a contradição imanente que existe entre a capacidade de expansão ilimitada da produtividade e a capacidade de expansão limitada do consumo social, dentro das condições capitalistas de distribuição ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 236).

⁶⁵ Esta contradição não é a mesma que identificamos mais acima como sendo a contradição base da reprodução ampliada do capital social total.

Por mais que Luxemburgo deixe claro a sua percepção de que há esta contradição⁶⁶, o que é realmente decisivo em sua forma de compreensão da reprodução do capital social total é o que ela identifica como a relação social de origem da realidade prática e ideológica do capitalismo. Na segunda seção do capítulo 1 já explicitamos que essa relação é a verdade da consciência da coisa, ou seja, é o que o capital é em seu genuíno (o em si e o para si idênticos). A troca equivalente entre o produto final do trabalho vivo empregado na produção das mercadorias que compõem o valor da força de trabalho e o trabalho morto incorporado aos meios de produção socialmente necessários à produção dessas mesmas mercadorias é a troca que, quando estendida no tempo, permite a redução da parcela do valor do consumo produtivo contido no produto total. Sem o respectivo aumento do tempo total de comando do capital sobre a força de trabalho, o que se tem como consequência lógica dessa redução, é a ampliação do consumo excedente.

Para Luxemburgo, a condição ilimitada de crescimento da produção só pode ser afirmada devido a extensão, no tempo, da troca equivalente que determina a condição de autossuficiência do capital social total (a verticalização integral da produção do capital variável) porque essa mesma extensão, que é a reprodução ampliada do consumo produtivo contido que reduz a parcela de seu valor no valor do produto total, depende apenas do aumento do emprego de trabalho vivo em simultaneidade com o aumento do estoque de capital fixo e de terras utilizadas pelos trabalhadores direta e indiretamente empregados na produção dos meios de consumo dos próprios trabalhadores. Neste caso, por ser uma troca equivalente que se estende no tempo, o que é exigido, em contrapartida, é apenas o aumento da quantidade de força de trabalho, de capital fixo e terras em propriedade do capital, e não uma extensão do tempo de trabalho comandado pelo capital.

É deste modo, portanto, que a expansão do mais valor relativo se expressa na totalidade. O que evidencia como a extensão, no tempo, da troca que garante a autossuficiência reprodutiva da força de trabalho é também a condição sobre a qual a autorreprodução física e social é garantida pela quantidade de tempo de trabalho e de recursos naturais e humanos sob o comando do capital social total. O que reforça o nosso

⁶⁶ O que não é o mesmo que afirmar que há uma contradição entre as condições de produção e de realização do mais valor.

entendimento de que o mercado interno faz referência a reprodução simples do consumo social total.

Apesar de a capitalização da mais valia ser o objetivo específico e a mola propulsora da produção, a renovação dos capitais constante e variável (assim como a parte consumível da mais valia) constitui, por outro lado, a base ampla e pré-condição da produção. E se com o desenvolvimento internacional do capital a capitalização da mais valia se torna a cada instante mais urgente e precária, de modo absoluto enquanto massa, bem como em relação à mais valia, essa base de capital constante e variável, por sua vez, se torna cada vez maior. Daí o fato contraditório de os antigos países capitalistas representarem, um para o outro, mercados cada vez maiores e imprescindíveis, e se digladiarem ao mesmo tempo mais intempestivamente na qualidade de concorrentes e em função de suas relações com os países não capitalistas. As condições de capitalização da mais valia e as condições de renovação do capital total cada vez mais entram em contradição, o que, de resto, é apenas um reflexo da contraditória lei da taxa decrescente de lucro ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 251).

A maneira como Luxemburgo relaciona, nesta passagem, a contradição interna entre as condições ilimitadas de crescimento da produtividade e as condições limitadas de crescimento do consumo com a contradição base da reprodução ampliada do capital social total nos permite concluir que, para a autora, a expansão absoluta do tempo de trabalho comandado pelo capital social total é o meio segundo o qual esse capital supera a sua contradição interna, pois é assim que ele promove a ampliação das trocas entre mais valor a ser capitalizado e estoque de riqueza não capitalista. Ou seja, é através da expansão da mais valia absoluta que o capital social total supera a contradição interna que é inerente à expansão da mais valia relativa.

São, portanto, os mercados externos os responsáveis por contrarrestarem a lei de tendência a queda da taxa de lucro – lei essa verificada apenas no mercado interno - porque são eles que, ao atuarem na ampliação da reprodução do capital produtivo total e não só do consumo produtivo contido, aumentam a composição orgânica do capital total de modo a elevar a taxa de mais valia mais que proporcionalmente ao aumento da composição orgânica. Como se dá essa atuação dos mercados externos? Ou, em outras palavras, como é a relação do mercado interno com o externo?

Dado que os mercados externos são os modos de produção detentores do estoque de riqueza produtiva a ser empregada, a capacidade de apropriação desse estoque pelo mercado interno depende do uso que os capitalistas fazem do capital dinheiro que está fora do fluxo da reprodução autônoma (o mais-valor a ser capitalizado). Com este poder de compra, que não é renda, os capitalistas podem precificar e comprar o estoque de riqueza

ainda não empregada para satisfazerem as suas respectivas demandas do tipo *just in time* (as demandas por encomenda). No entanto, para que tal troca aconteça é necessário que os produtores dos mercados externos aceitem a moeda de crédito com a qual os capitalistas precificam e compram o estoque devido nos mercados externos.

Lembrando que a permanência desses mercados depende do quão associados ao mercado interno eles estão, a única coisa que pode nos informar sobre uma possível resistência dos produtores dos mercados externos à realização da negociação é a capacidade de autossuficiência e autorreprodução desses produtores. Em havendo essas capacidades o mercado interno passa a adotar mecanismos impositivos⁶⁷ do seu preço de oferta e de sua moeda, porém, o que realmente faz com que a troca seja realizada é a não alternativa dos produtores externos, ou seja, o sucesso desses mecanismos impositivos em limar a capacidade de reprodução autônoma dos produtores externos. Caso as condições de sobrevivência desses últimos estejam comprometidas não há outra possibilidade a não ser aceitar as condições de compra impostas pelo mercado interno. Esta é a forma mais primordial com a qual os mercados externos podem ser criados. Neste ponto de nossa arguição, devemos deixar claro que este raciocínio é o que entendemos como a síntese do argumento de Luxemburgo presente na seção em que ela investiga as condições históricas da acumulação (a seção III).

O que é importante de se chamar a atenção nesse processo é que o mercado interno tem condições de criar os mercados externos tanto pelo fato de possuir o mais valor capitalizável (a renda futura/a capacidade produtiva futura) quanto pelo fato de fazer com que os produtores externos não tenham outra alternativa a não ser a troca de suas riquezas pela moeda do mercado interno, ao preço definido por este. É do ato de criação dos mercados externos que o modo de reprodução capitalista passa a ter as condições de ampliação da reprodução do consumo excedente e do capital produtivo total e, portanto, de superação da contradição interna.

Todavia, há uma diferença quando o mais-valor capitalizável é usado apenas para comprar o estoque ocioso já disponível à venda e quando ele é usado para minar as

⁶⁷ Estes mecanismos estão todos descritos na seção III do *Acumulação do Capital* (1913). Podemos perceber até que a organização temática da seção é feita destinando o protagonismo de cada um desses mecanismos para cada um dos capítulos. A moeda de crédito como mecanismo de mercantilização é destacada no capítulo XXVIII (Introdução à Economia de Mercado) e no capítulo XXX (Os Empréstimos Internacionais) ela atua como mecanismo de capitalização.

condições autônomas de sobrevivência e reprodução dos produtores externos. A primeira diz respeito à acumulação de capital que possibilita o crescimento do produto, enquanto que a segunda viabiliza a ampliação simultânea das condições de oferta e de demanda para o longo prazo. Isto é, garante a reprodução ampliada do capital social total pelo fato do mais-valor capitalizável ser realizado para a expansão da reprodução ampliada do consumo excedente e do capital produtivo total (o que inclui a encomenda dos capitalistas na construção do capital fixo). O primeiro diz respeito ao futuro da produção capitalista e o segundo diz respeito a sua perpetuação.

O tempo de trabalho comandado pelo capital social total é ampliado em absoluto quando a troca entre o mais-valor capitalizável e o estoque de riquezas não capitalistas é acelerada no tempo e estendida no espaço. Isso significa que a reprodução ampliada do capital social total é garantida não só por haver uma incorporação dos produtores externos ao mercado interno, mas sim pelo fato dessa incorporação ampliar a acumulação de capital produtivo total e, em ampliando essa acumulação, se ampliar, por conseguinte, a capacidade de criação dos mercados externos. Isto porque, com a extensão da troca entre o mais-valor capitalizável e o estoque de riqueza não capitalista, os produtores externos adquirem o poder de compra necessário à realização do mais valor a ser capitalizado do mercado interno para além da renda em circulação neste mercado e, ao servirem como a demanda externa que realiza a reprodução ampliada do consumo excedente do mercado interno estimulam a acumulação de capital produtivo total nesse mesmo mercado.

Assim sendo, poderíamos observar que o papel de ofertantes do estoque de riqueza produtiva não capitalista a ser comandada pelo capital total e o de demandantes do mais-valor a ser capitalizado torna os produtores externos um mercado associado ao mercado interno numa relação do tipo “senhor-escravo” (dominados e dominadores). No interior das economias nacionais identificamos os modos de vida e as produções específicas que são responsáveis pela ampliação do estoque produtivo disponível à reprodução autônoma (o exército industrial de reserva, a agricultura camponesa, o setor da construção civil e as reservas de recursos naturais em posse do território nacional) e os modos de vida e as produções específicas que são responsáveis pela ampliação da mais valia capitalizável por meio da expansão da moeda de crédito. O consumo improdutivo do Estado é o exemplo

mais contemporâneo desses modos de vida e produções específicas que atuam pelo lado da expansão do poder de compra dentro do território nacional.

Este processo de extensão das trocas realizadas entre o mercado interno e os mercados externos nos leva à conclusão de que não há um escasseamento dos mercados externos, pois, como é a partir do poder de compra que se cria a demanda efetiva dos mercados externos que é útil à acumulação capitalista, o que realmente acontece é uma incorporação dos produtores externos que afeta o crescimento do produto e que leva a uma consequente recriação dos mercados externos, dada a maior acumulação de capital produtivo. Poderíamos dizer, portanto, que os mercados externos não vão sendo escasseados, mas sim, transformados em mercados extrínsecos – não em sua completude -, mas no sentido de que eles atuam nas bordas da reprodução capitalista como o estoque de riqueza em vias de capitalização.

Podemos ver com maior clareza a transformação do caráter externo desses mercados em caráter extrínseco adotando como fecho o território nacional em que uma Grande Indústria já está instalada. Com isso, observamos que por detrás da troca entre o mais-valor capitalizável e o estoque de riqueza não capitalista está a troca de uma quantidade de dinheiro ocioso que não possui valor, dado que não está no fluxo de produção, mas que possui um preço, haja visto que está ocioso (o estoque de dívida gerada pelo capital de empréstimo de toda a economia nacional), e uma quantidade de riqueza produtiva que não possui preço, mas que possui valor em vias de se tornar mais-valor justamente pelo fato de não estar sendo empregada na reprodução capitalista (o exército industrial de reserva, a agricultura camponesa, a capacidade ociosa do setor de construção civil e as reservas de recursos naturais em território nacional). Da mesma forma que o capital de empréstimo é um derivado do capital industrial, os desempregados, a ampliação da demanda por consumo de alimentos e de formação de capital fixo também são. Considerando os mercados externos do interior de uma nação capitalista, observamos que o estoque de moeda de crédito disponível para a capitalização está associado ao estoque de riqueza em vias de capitalização.

Com tudo isso que foi explorado, podemos concluir que os mercados externos – no sentido de Luxemburgo – são a resolução do problema da reprodução. No entanto, a questão que fica é a seguinte: Como o modo de reprodução capitalista supera a sua contradição base?

Qual é o mercado externo que permite não só a resolução da contradição interna, mas que permite, sobretudo, a superação da contradição base? Com a formulação do Princípio da Demanda Efetiva, encontramos na História do Pensamento Econômico do século XX, autores que lidaram com possíveis respostas à essa questão. Uma questão que, no limite, diz respeito àquilo que determina não só o futuro da reprodução capitalista, mas sim a sua perpetuidade.

Como Kalecki é o único desses autores que faz referência a Luxemburgo, nos vemos na necessidade de investigarmos a maneira pela qual este autor concebe o problema da reprodução e, principalmente, de observarmos em que medida ele avança em relação a Luxemburgo e em que medida ele retrocede. Assim sendo, o nosso próximo passo é analisar a resposta dada pela macrodinâmica kaleckiana ao problema da reprodução: a teoria do ciclo econômico.

3.2. A demanda por investimento e a teoria macrodinâmica do ciclo econômico

No século XX, depois da morte de Rosa Luxemburgo e da constituição da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o problema da reprodução encontra no pensamento de Michael Kalecki a centralidade que o leva a fazer a seguinte afirmação:

Talvez, depois de tudo, o problema dos mercados [o problema da realização do valor excedente] não constitua realmente um obstáculo à reprodução ampliada da economia capitalista. A fim de dar uma resposta completa a essa dúvida é necessário construir uma teoria das decisões de investimento que cubra todos os aspectos da dinâmica da economia capitalista e não apenas os relevantes para o ciclo econômico. Aqui, porém, não desenvolverei tal teoria, que sempre considerei como o problema central da economia política do capitalismo. Tentarei mostrar apenas que a reprodução ampliada [...] de modo algum é óbvia e que ela requer um certo fator de apoio, por exemplo, dependente das inovações técnicas (e, portanto, não necessariamente os “mercados externos” de Rosa Luxemburgo) (KALECKI, 1977, p. 11)

É fato que, do ponto de vista histórico, Kalecki se encontra num lugar privilegiado no que concerne ao processo de desenvolvimento do capitalismo. Afirmar, no século XX, após as duas grandes guerras mundiais, que o problema da realização talvez não constitua um obstáculo à reprodução ampliada e que esta última não é nada óbvia significa, ao nosso ver, expressar que a solução do problema da realização é, em si mesma, o que faz com que o problema da reprodução permaneça a longo prazo. Não é por menos que, para o autor, a reprodução ampliada é a própria tendência ascensionista do ciclo econômico. Tendência esta explicada, segundo a versão mais aprimorada da teoria kaleckiana do ciclo (KALECKI,

1968 [1977]), pelo efeito escalar que as inovações técnicas promovem nas condições de produção.

No entanto, o que é curioso na maneira como Kalecki coloca a importância de uma teoria das decisões de investimento é o caráter necessariamente exógeno que esta explicação precisa ter. Ainda que a demanda proveniente dos mercados externos (aqui entendidos como a demanda das nações subdesenvolvidas e da agricultura camponesa) permita ampliar a reprodução do consumo social total, a suficiência da reprodução ampliada só pode ser realizada por “um certo fator de apoio”: as inovações técnicas. Parece nos, portanto, que, para Kalecki o problema da reprodução tem a ver com a impossibilidade de se compatibilizar, por completo, as decisões de consumo com as decisões de investimento, ou, em outras palavras, com a impossibilidade de a reprodução ampliada do consumo social total ser a única indutora da reprodução ampliada do capital produtivo total. O que é algo no mínimo paradoxal se lembrarmos que Kalecki é um dos formuladores do Princípio da Demanda Efetiva e, se observarmos que ele não considera as inovações técnicas como um mercado externo no sentido que ele julga ser o empregado por Luxemburgo: a demanda exterior capaz de realizar o excedente de mercadorias finais⁶⁸.

Esta forma de lidar com o problema da reprodução nos relembra a primeira formulação de Luxemburgo acerca deste, ao mesmo tempo em que nos remonta ao entendimento - exposto no capítulo anterior - de que a afirmação do Princípio da Demanda Efetiva para o longo prazo depende da indução da acumulação do capital produtivo pela demanda final⁶⁹. É no que há de comum entre essas duas rememorações que encontramos o esclarecimento do como e do porquê, no pensamento de Kalecki, a ideia de que o Princípio da Demanda Efetiva não possui validade completa no longo prazo - ainda que o problema da realização se apresente continuamente - está comungada com a ideia de que as decisões de investimento por parte dos capitalistas são decisões autônomas inerentemente condicionadas pela concorrência.

⁶⁸ Rosa Luxemburgo, como já dissemos, vê a possibilidade de encontrar mercado para o excedente de bens apenas *fora* do sistema capitalista mundial. Ela não quer dizer aqui somente os países subdesenvolvidos, mas também os setores não capitalistas das economias desenvolvidas, como, por exemplo, a agricultura camponesa. Somente as “exportações” do sistema capitalista constituem assim a fonte de desenvolvimento. Daí sua visão pessimista do futuro do capitalismo: solapando a produção não capitalista e penetrando gradualmente em todo o mundo, o capitalismo eliminaria ao mesmo tempo a possibilidade de seu posterior desenvolvimento (KALECKI, 1977, p. 15).

⁶⁹ Variação da demanda que determina a variação nas quantidades.

O que Luxemburgo busca evidenciar no primeiro capítulo de sua obra-magna é o caráter necessariamente individual pelo qual o problema da reprodução se coloca. Vejamos como, ao final desse capítulo, a autora relaciona a passagem do ponto de vista da totalidade para o do indivíduo com a ideia de que é por meio da divisão do mais valor entre meios de produção e força de trabalho que a acumulação do capital produtivo avança:

Do ponto de vista da reprodução a questão se coloca de forma diferente: como é possível garantir o abastecimento do mercado com meios de produção e mão de obra, fato que se verifica sem nenhum planejamento? Ou como podem as condições variáveis de venda, imprevisíveis e não planificadas, assegurar ao capitalista quantidades crescentes de meios de produção, mão de obra e possibilidades de venda para as suas mercadorias, de acordo com suas necessidades respectivas de acumulação, isto é, em determinadas proporções e tipos? Coloquemos o problema de forma mais precisa. Suponhamos que, de acordo com a já conhecida fórmula, o capitalista produza $40c + 10v + 10m$, onde o capital constante é quatro vezes maior do que o variável, e a taxa de exploração é de 100%. A massa de mercadorias representará, então, um valor de 60. Suponhamos que o capitalista esteja em condições de capitalizar metade de sua mais valia e vá acrescentá-la a seu capital antigo, mantendo a mesma composição do capital. A fórmula do período de produção subsequente seria: $44c + 11v + 11m = 66$. Suponhamos ainda que o capitalista continue em condições de capitalizar metade de sua mais valia e o mesmo se verifique todos os anos seguintes. Para que isso se realize, é necessário que ele encontre os meios de produção, a força de trabalho e os segmentos de mercado, não apenas em geral, mas em progressão determinada, que corresponda a seus avanços na acumulação ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 17).

Seguindo essa lógica de achar que a decomposição em valor do capital individual é idêntica a composição material do valor do produto, negando assim o problema do valor e imputando o dogma smithiano, podemos facilmente cair na compreensão de que é a demanda dos mercados externos que soluciona o problema da realização do valor excedente das mercadorias finais. Basta observar que, por essa lógica, o consumo produtivo dos insumos se reproduz como $M - D - M$, e o consumo dos indivíduos, que é sempre consumo final, se reproduz como $D - M - D'$. Assumindo essa lógica, poderíamos responder à pergunta de Luxemburgo, com base no Princípio da Demanda Efetiva à la Kalecki, argumentando que é a demanda dos mercados externos que determina o investimento porque são os mercados externos os ofertantes das mercadorias insumo que, do ponto de vista físico, fazem ampliar o capital produtivo empregado em novos meios de produção, matérias primas e força de trabalho. Este tipo de entendimento acaba tendo como condição absoluta o surgimento de um mercado externo “último-útil” como variável de ajuste das condições de oferta às variações da demanda final.

Mas, mais do que isso, este entendimento parece nos ajudar a dizer como e porque a concepção de Kalecki do problema da reprodução (o ciclo econômico) está comungada com a sua teoria das decisões de investimento quando observamos que, para o autor, as inovações técnicas servem como a única resposta adequada à demanda por investimento do conjunto dos capitalistas, e não para um único capitalista. Isto é, por mais que a decisão de investimento por parte de um único capitalista seja uma decisão autônoma, para o conjunto essa decisão tem como causa inexorável a concorrência. É apenas na medida em que a concorrência ameaça a permanência dos capitalistas individuais que buscam realizar a inovação técnica capaz de redefinir a própria condição concorrencial. Luxemburgo demonstra ter uma compreensão parecida, no entanto, devemos ficar atentos ao modo como ela articula a dimensão individual com a dimensão total e, para além disso, devemos destacar que na sua concepção a concorrência entre os capitais individuais é fundamentalmente por preço, e não por lucro, pois, para ela é “a apropriação de mais valia na progressão mais rápida possível a condição existencial da concorrência capitalista”, e não o meio pelo qual essa concorrência se efetiva. Nas palavras de Luxemburgo:

A determinação das proporções da reprodução [o quanto do mais valor o capitalista individual decide capitalizar e o quanto ele decide consumir] depende, em uma forma privada de economia, da vontade e do arbítrio dos capitalistas individuais. Seu motivo propulsor é, no entanto, a apropriação de mais valia e, sobretudo, a apropriação de mais valia na progressão mais rápida possível. [...]. O modo de produção capitalista engendra, portanto, não somente um motivo permanente para a reprodução em geral, mas igualmente um motivo para a *ampliação* constante da reprodução, para a retomada da produção em proporção sempre maior do que a vigente até então. E não é só. O modo de produção capitalista não somente cria, pela fome de mais valia por parte do capitalista, a força propulsora para a ampliação incessante da reprodução; transforma praticamente essa ampliação em lei propulsora, em condição de existência econômica dos capitalistas individuais. Sob o domínio da concorrência, a mais importante arma do capitalista individual, em sua luta por um lugar no mercado, consiste em oferecer preços mais baratos pelos quais possa vender suas mercadorias. [...]. A própria concorrência impõe cada ampliação parcial da empresa capitalista como condição de sua existência ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 13).

Jorge Miglioli, em sua tese de doutoramento, no momento em que investiga os aprimoramentos feitos por Kalecki na sua equação dos determinantes do investimento nos explica como a crítica deste último à Luxemburgo é o ponto de partida da fundamentação teórica que aponta a concorrência como o elo de conexão da teoria do ciclo com a teoria das decisões de investimento.

Como escreveu Kalecki ao criticar a teoria da acumulação de capital de Rosa Luxemburgo: “Os capitalistas fazem muitas coisas como classe, mas certamente eles não investem como classe”. (“O Problema da Demanda Efetiva em Tugan-Baranovski

e Rosa Luxemburgo”, em *Crescimento e Ciclo das Economias Capitalistas*, p. 15.). Partindo dessa crítica, a seguinte pergunta poderia ser feita: é possível formular uma função do investimento total? ([MIGLIOLI 1981] 2004, p. 306)

Logo em seguida Miglioli procura apresentar uma justificativa do porque esta última pergunta não se refere a um problema de agregação. Antes de irmos ao texto não podemos deixar de evidenciar que a sua defesa é um diálogo direto com Luxemburgo. Isto porque, após apresentar, ao final do capítulo 1, o problema da reprodução relacionando a passagem da totalidade para o indivíduo com a questão da distribuição do mais valor, Luxemburgo explora seguidamente o problema da mensuração do valor do produto total em termos de preço na análise de Smith (o dogma smithiano).

Não se trata de um problema de agregação de diferentes parcelas de investimento que incorporam diferentes equipamentos de capital, isto é, um problema de somar grandezas heterogêneas; não pretendemos levar nossa discussão até esse ponto. Nossa pergunta é outra: é possível formular, numa única equação, os determinantes de todos os investimentos num dado período de tempo, ou seja, os determinantes do investimento de cada capitalista, ou de cada grupo de capitalistas, considerando separadamente, tendo em vista que os capitalistas não investem como classe? [...] Mas não há motivo para a resposta ser negativa. Negar a possibilidade de formular uma equação do investimento total é, metodologicamente, o mesmo que negar a possibilidade de explicar quaisquer outros agregados econômicos, é o mesmo que negar a validade de uma teoria macroeconômica onde os objetos de estudo são constituídos por esses agregados. [...]. Se todos os capitalistas investem – embora separadamente – em função de certos determinantes comuns, então é válido formular uma equação do investimento total a partir desses elementos, como o faz Kalecki ([MIGLIOLI 1981] 2004, p. 306).

Segundo Miglioli, o que faltava para que Kalecki chegasse a sua nova formulação dos determinantes comuns do investimento total era a teoria da concorrência de Marx, mas, no entendimento do autor brasileiro, essa reformulação passava pelo esclarecimento de que não são os lucros os determinantes suficientes para que o investimento total aconteça. Ainda que, segundo a compreensão de Miglioli, os lucros não possam deixar de ter um papel na decisão de investimento - haja visto que a concorrência capitalista é por lucro -, esse esclarecimento reforça o entendimento de Kalecki de que o problema da realização é um contínuo na reprodução capitalista. O que quer dizer que a teoria da concorrência de Marx se torna, ao mesmo tempo, o caminho e o fundamento de uma teoria do ciclo econômico.

Por outro lado, todavia, se é verdade que os capitalistas não investem como classe, e se isto é importante (como realmente o é) para explicar o comportamento deles enquanto investidores, então esse fato deveria também ser levado em conta na equação do investimento total [...] é por causa dessa falha que a equação não explica a seguinte questão fundamental: se existe uma grande e generalizada capacidade ociosa, um aumento de lucro na economia como um todo não é suficiente para estimular o investimento. [...]. Neste sentido, a nova equação dos determinantes do

investimento de Kalecki se aproxima ainda mais do principal motivo dado por Marx para a acumulação de capital ([MIGLIOLI 1981], 2004, p. 307).

Porém, este reforço não se dá na direção de afirmar a validade do Princípio da Demanda Efetiva no longo prazo – o que faria com que os lucros deixassem de ser por completo um dos determinantes do investimento total –, mas se dá, pelo contrário, na direção de elencar as variações da taxa de lucro no tempo como a causa do ciclo. Não podemos deixar de notar que, ao substituir a variação do volume de lucro (uma quantidade) pela variação da taxa de lucro (um preço), Kalecki acaba condicionando a sua formulação a uma análise necessariamente distributiva, dando a entender que é este o papel da concorrência capitalista. Ou seja, para explicar como as decisões técnicas e individuais dos capitalistas levam a alterações na taxa geral de lucro (que ele denomina como “taxa padrão”) é condição necessária estabelecer as variações da taxa de lucro como as determinantes das variações das quantidades. O que é o oposto da relação de causalidade posta pelo Princípio da Demanda Efetiva.

Vamos procurar explicar esse novo elemento. Para começar, voltemos a questão básica: é preciso ter em mente que estamos tratando de uma economia capitalista desenvolvida, onde existe considerável capacidade ociosa e onde, portanto, a produção pode crescer sem que seja necessário ampliar a capacidade produtiva; logo, por que os capitalistas investem, por que acumulam capital? (Como se vê, estamos voltando à questão central levantada por Rosa Luxemburgo). Pela nova explicação de Kalecki podemos inferir que os capitalistas continuam investindo – apesar da existente capacidade ociosa – a fim de obterem um aumento não só de seu volume de lucro mas também de sua taxa de lucro. ([MIGLIOLI 1981] 2004, p. 307).

Podemos perceber que a teoria da concorrência de Marx serve, na verdade, para explicar que no limite o problema da reprodução se perpetua devido a condições de oferta, mas, mais do que isso, ela serve para eclipsar o problema enfrentado por Smith no que diz respeito à mensuração do valor do produto total em termos de preço. A razão para tal se torna mais evidente quando percebemos que o que Miglioli entende como a teoria da concorrência de Marx é uma espécie de aglutinação da concorrência entre os capitais individuais (tratada no Livro I de *O Capital*) e a concorrência entre os ramos de produção (tratada no Livro III)⁷⁰.

É apenas na primeira que a questão das inovações técnicas aparece como elemento de mudança da técnica dominante, enquanto que, na segunda, a questão trabalhada por

⁷⁰ Este tipo de aglutinação aparece em *O Capital Financeiro* de Rudolf Hilferding (1910) e nos teóricos marxistas da tese do capital monopolista. Ver MARTINS (2018).

Marx é como os desvios dos preços de produção em relação aos valores, dadas as diferenças nas composições técnicas entre os ramos de produção, expressam a redistribuição do mais valor total entre os mesmos. No entanto, para o agregado, essa redistribuição do mais valor total não significa que a acumulação do capital depende de que a troca equivalente entre capital e renda seja idêntica a troca equivalente entre produto e renda. Como se o departamento de meios de produção se constituísse como um setor verticalmente integrado reprodutor do capital constante e independente do departamento de meios de consumo, que é encarado como um setor verticalmente integrado reprodutor dos meios de consumo dos trabalhadores e dos capitalistas. Esta forma de proceder é o mesmo que afirmar que é da divisão do mais valor total entre meios de produção e meios de consumo que se obtém a progressão da acumulação. A troca entre a mais valia capitalizável e a riqueza não capitalista é vista como uma relação de compra e venda do setor de bens de capital com o mercado de moeda de crédito.

Por mais que, com isso em mente, questionemos que as inovações técnicas sejam uma resposta adequada à demanda por investimento do conjunto dos capitalistas, observamos também que os países subdesenvolvidos e a agricultura camponesa não poderiam ser os ofertantes de novos meios de produção segundo a compreensão de Luxemburgo do que são os mercados externos – que é diferente da concepção de Sismondi e de Kalecki – porque estes só poderiam ser ofertantes de novas matérias primas e forças de trabalho.

Em Luxemburgo os mercados externos são produções não capitalistas e não necessariamente nacionais associadas à reprodução autônoma da Grande Indústria capitalista. Desta forma, percebemos que a afirmação da continuidade do problema da realização não depende do reconhecimento de que a demanda dos capitalistas por investimento se deve à necessidade de inovação técnica imposta pela concorrência. Concluir isso não é o mesmo que negar que a demanda dos mercados externos induz o aumento da produção e do emprego a longo prazo, aumentando assim o grau de utilização da capacidade ociosa, pois fica claro que conceber as inovações como o mercado externo “último-útil” é o mesmo que adotar como o fecho da reprodução capitalista o dogma smithiano.

O que está por detrás da ideia de que o investimento é completamente induzido pela demanda final dos países subdesenvolvidos e da agricultura camponesa, que é a aplicação

do Princípio da Demanda Efetiva a estes dois mercados externos, tem a ver, na verdade, com a redução do capital produtivo total a capital circulante. Ou seja, tem a ver com o dogma smithiano que fora sacramentado pela forma como Say concebe o valor do capital (como fluxo de rendimentos no tempo). O que nos revela um permanecer da História do Pensamento Econômico: a maneira ricardiana de lidar com a lei do valor. A imputação de uma Lei (literalmente!⁷¹) que estabelece uma proporção de troca equivalente entre produto e renda como razão padrão é exatamente o método ricardiano de lidar com a troca entre o tempo de trabalho contido total (o capital variável) e o tempo de trabalho disponível (o tempo de uso da força de trabalho).

Como a economia clássica concebe a reprodução capitalista como reprodução cujo único sentido é o consumo, seja ele o presente ou o do futuro, o entendimento de que é a igualdade nos fluxos de adiantamento de capital produtivo (meios de produção e meios de consumo dos trabalhadores) e de pagamento dos rendimentos (lucro e salário) que explica a troca entre os setores reprodutores do consumo produtivo contido e os setores reprodutores do produto excedente é o que faz com que o produto total surja como um composto de meios de produção e meios de consumo finais a serem utilizados para consumo futuro. Transformando assim o consumo produtivo contido em consumo intermediário e o consumo do produto excedente em consumo final.

O porque disso é o que se segue: O valor do consumo produtivo contido passa a ser visto como reproduzido por meio das trocas entre capitalistas produtores de meios de produção e capitalistas produtores de meios de consumo dos trabalhadores, e o valor do produto excedente passa a ser visto como reproduzido por meio da troca entre capitalistas produtores de meios de produção e capitalistas produtores de meios de consumo para os capitalistas e as “terceiras pessoas”. O que nada mais é do que a representação, no agregado, da troca entre produto e renda, visto que só se produz para consumir e só se consome o que é produzido.

A mensuração das mercadorias finais em termos de preços de mercado é o que faz com que o fenômeno da valorização, que é o fenômeno da transformação de valores de uso em outros valores de uso, possa ser representado como uma agregação de valores de uso

⁷¹ A Lei de Say.

finais resultantes do processo de produção. No próprio capítulo 1 do *Acumulação de Capital* (1913) encontramos a comparação que Luxemburgo faz entre a questão da mensuração do produto em termos de valor e de preço e a questão da representação cíclica da reprodução capitalista. O que, a nosso ver, parece a colocar num diálogo direto com a proposta teórica de Kalecki.

A reprodução capitalista apresenta, assim, um perfil muito peculiar. Enquanto sob o regime de qualquer outra forma de economia e exceto no caso de intervenções exógenas impostas a reprodução se processa como circulação regular e ininterrupta, a reprodução capitalista, para utilizar uma conhecida expressão de Sismondi, pode ser representada por uma série de helicoidais distintas e contínuas, cujas espirais inicialmente pequenas vão aumentando progressivamente, sucedidas por uma contração a partir da qual a helicoidal seguinte novamente se inicia com pequenas espiras, formando a mesma figura, até chegar-se à interrupção. [...]. É necessário, contudo, esclarecer, de antemão, que a alternância periódica das conjunturas e das crises, mesmo constituindo aspectos essenciais da reprodução, não representam o problema real, ou seja, o problema da reprodução capitalista propriamente dito. A alternância conjuntural periódica e as crises constituem a forma específica do movimento no modo de produção capitalista, mas não o movimento em si. Ao contrário, para representar o problema da reprodução capitalista em sua forma pura, devemos fazer abstração dessas alternâncias conjunturais periódicas e das crises. Por estranho que possa parecer, esse é um método absolutamente racional, na verdade, o único método científico utilizável para a investigação. Para expor e solucionar de forma clara o problema do valor, é preciso fazer abstração das oscilações de preço. A concepção econômica vulgar tenta sempre resolver o problema do valor fazendo referência às oscilações entre a oferta e a demanda. A Economia clássica, de Smith até Marx, abordou o problema de forma inversa, afirmando que as oscilações, na relação recíproca, entre a oferta e a demanda, podem somente explicar as discrepâncias dos preços com relação ao valor, porém não podem explicar o próprio valor. Para averiguar o que é o valor da mercadoria, precisamos analisar o problema partindo do pressuposto de que a demanda e a oferta estão em equilíbrio, ou seja, que o preço e o valor das mercadorias coincidem um com o outro. O problema científico do valor começa exatamente onde cessam os efeitos da oferta e da demanda. Vale exatamente o mesmo para o problema da reprodução do capital social total. A alternância conjuntural periódica e as crises fazem com que a reprodução capitalista, como regra, oscile em torno do total das necessidades sociais solventes, ora subindo acima dessas necessidades, ora descendo abaixo delas, quase à interrupção total ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 10)

Ao concluir o Princípio da Demanda Efetiva partindo de uma reformulação do Esquema marxista da Reprodução Simples, Kalecki (1977) acaba incorporando esse tipo de entendimento que torna a reprodução dos bens de capital independente da produção do consumo final, e que torna possível a definição do valor do produto total a partir da soma horizontal dos preços de mercado de cada mercadoria que compõe o consumo intermediário com os preços de mercado de cada mercadoria que compõe o consumo final.

No tocante à representação da produção total por meio do Esquema simples, o que Kalecki (1977) realmente faz com essa reformulação é, através da medida do produto final

em preços de mercado, representar a composição física do produto total em três departamentos verticalmente integrados: o departamento produtor de meios de produção, que é a representação do valor do capital constante total; o departamento produtor de meios de consumo dos trabalhadores, que é a representação do valor do capital variável; e o departamento produtor de meios de consumo dos capitalistas e das “terceiras pessoas”, que é a representação do valor do mais valor total⁷². Além disso, também devemos indicar que essa representação só leva em conta as mercadorias que são reprodutíveis, isto é, as mercadorias que possuem valor e preço, deixando de lado, portanto, os produtos do trabalho humano que possuem, em potência, valor e não preço, da mesma forma que as mercadorias que possuem preço e não valor também acabam ficando de fora.

A diferença dessa formulação para o agregado de Kalecki em relação a de Smith é que, para o primeiro, o produto final não é composto apenas de meios de consumo finais, e a diferença em relação a de Ricardo é que o produto final não é composto apenas pelos meios de consumo finais e pelos meios de produção finais de caráter circulante. Observamos, portanto, que a formulação de Kalecki nos permite constatar que o produto final é composto de meios de consumo e meios de produção, tanto os de caráter circulante quanto os de fixo.

Entretanto, é de fundamental importância deixarmos claro que isso não invalida a conclusão de Kalecki de que os trabalhadores gastam o que ganham e que os capitalistas ganham o que gastam. O que acontece é que essa conclusão, condicionada a representação do produto total como decomposto em consumo intermediário e consumo final, revela que o gasto dos trabalhadores é limitado à renda, e que o gasto dos capitalistas não o é, mas que, pelo contrário, no caso dos capitalistas, é o próprio gasto que determina a renda e os lucros. Como Kalecki não iguala a renda nacional à riqueza total – o que é feito por Say –, o autor acaba deixando implicitamente indicado, justamente pelo fato dele partir de uma representação da produção total que iguala produto e renda, que as decisões de gasto dos capitalistas dependem do sistema de crédito. O que é o rerepresentar-se da troca entre o setor de meios de produção (bens de capital) com o mercado de moeda de crédito.

⁷² Ver *As Equações Marxistas de Reprodução e a Economia Moderna* (1977).

Por mais que essa forma de representar a produção total seja mais apropriada ao contexto de economias modernas em que se verifica a existência de capacidade ociosa e, por mais que a formulação do Princípio da Demanda Efetiva de Kalecki se mantenha com essa forma de representação, devemos nos fazer duas questões se quisermos pensar um caminho de resposta, diferente do fundamentado na teoria da concorrência de Marx, que explique como a demanda por investimento é realizada pela demanda dos subdesenvolvidos e da agricultura camponesa (os mercados externos no sentido dado por Kalecki) sem incorremos na redução do capital produtivo total a capital circulante. São elas:

Como, a partir do crescimento do produto e do emprego dado pela expansão da demanda dos mercados externos, é possível produzir uma superacumulação de meios de produção que possam permanecer como estoque de capital fixo ocioso? Como que da reprodução circulante do capital constante é possível obter um estoque acumulado de capital fixo?

Sem cair na ideia de que a reprodução ampliada é o próprio ciclo econômico, o que a formulação dessas questões almeja provocar é a reflexão acerca da possibilidade da realização do valor excedente ser o caminho de solução do problema da reprodução, haja visto que, após a morte de Rosa Luxemburgo, o Princípio da Demanda Efetiva surge, no contexto do século XX, compartilhando com a solução da autora uma característica comum: o fato de ser um elemento externo à reprodução autônoma.

A despeito do fato de Luxemburgo mostrar que o problema da reprodução é caracterizado pela incapacidade da reprodução ampliada do consumo social total determinar pôr si só a reprodução ampliada do capital produtivo total, ainda que – a nível dos capitais individuais – os lucros adquiridos com as vendas das mercadorias sejam fundamentais para que os capitalistas alterem as suas demandas por meios de produção e força de trabalho, o fato é que, o surgimento de um estoque de capital fixo ocioso nas economias desenvolvidas do século XX é algo que está associado a capacidade dessas economias em acumular capital em nações que são dependentes comercialmente das primeiras (as colônias). Neste sentido, é sim possível afirmar que a demanda dos países subdesenvolvidos serve como a demanda indutora da construção de mais capital fixo de modo a atender a ampliação da demanda final por meios de produção.

Dessa forma, a resposta para o surgimento desse estoque não pode vir da importação de meios de produção oriundos de nações capitalistas estrangeiras, pois, por essa mesma lógica, deveríamos explicar como teria surgido a superacumulação de meios de produção nessas nações estrangeiras. Ou seja, voltaríamos ao problema que é explicar a origem endógena da acumulação do capital por meio da troca entre produto e renda no mercado nacional interno. O que recoloca mais uma vez a necessidade de chamar a atenção para o papel dos mercados externos (no sentido de Luxemburgo) no processo de desenvolvimento do capitalismo. Assim sendo, já podemos eliminar qualquer tentativa de explicar o surgimento desse estoque com base no comércio exterior, seja ele explicado pela via de compreensão de Sismondi, que reconhece a impossibilidade de haver uma associação proporcional da troca entre produto e renda com a troca entre renda e riqueza⁷³, ou pela via de compreensão de Kalecki que entende o comércio exterior apenas pela troca entre produto e renda⁷⁴, não abrindo espaço, portanto, para o entendimento de que os mercados externos representam a riqueza genérica que ainda não está sob o comando do capital total.

O caminho de resposta mais promissor é o que fora aberto pela ideia malthusiana do consumo improdutivo de serviços específicos, vista no capítulo anterior, e que, graças a maneira como Keynes formula o Princípio da Demanda Efetiva, nos permite perceber que a troca entre renda e riqueza operacionalizada pelo sistema de crédito, que é um sistema de propriedade dos capitalistas, é a troca que realmente faz com que as decisões de gasto desses últimos sejam as determinantes do nível de produto, emprego e renda. É a centralidade que Keynes dá ao papel do consumo financiado por crédito que nos permite observar que, por mais que os capitalistas não invistam como classe, os mesmos gastam como classe. Afinal de contas, todas as demandas dos capitalistas só podem ser concretizadas na medida em que os valores dos títulos de dívida se compensem com o valor do capital dinheiro adiantado na forma de capital de empréstimo, ou seja, na medida em que a troca intertemporal e equivalente de valor entre capital e renda se realize. Keynes, assim, é um autor que segue o dogma smithiano, ainda que seja crítico à Lei de Say.

⁷³ Sismondi reconhece que o problema da reprodução – compreendido ao seu modo – não pode ser superado mesmo que o da realização possa ter o comércio exterior como solução.

⁷⁴ “Para a superestimativa quantitativa do papel dos “mercados externos”, Rosa Luxemburgo contribui com um erro fundamental, que ela comete na análise do impacto desses mercados sobre o desenvolvimento do capitalismo. Ela considera – pelo menos em sua linha principal de argumentação – que o mercado para o excedente é criado na grandeza das exportações *totais* para o setor não capitalista e não apenas na grandeza do *saldo* de exportações sobre as importações” (KALECKI, 1977, p. 15).

Inspirando nos no fato de que Keynes faz referência a Malthus como um precursor do PDE, podemos nos perguntar o quanto que autores que são críticos a Lei de Say e que acabam seguindo o dogma smithiano que iguala o valor do produto ao valor da renda acabam tendo como saída lógica a clareza de que na sociedade capitalista existem aqueles que compram para vender e que vendem para comprar (trabalhadores e capitalistas) e aqueles que compram sem vender e que vendem sem comprar (as “terceiras pessoas”). O que Malthus e Keynes possuem como comum é a identificação da reprodução de um certo segmento da sociedade que, do ponto de vista das condições materiais de sobrevivência, depende da transferência de renda e que, do ponto de vista do trabalho social, são negociantes de serviços específicos que atendem às demandas particulares de trabalhadores e capitalistas.

Pensemos o seguinte. Se os capitalistas possuem uma demanda por mercadorias específicas cujas respectivas produções dependam de uma encomenda que atenda às especificidades de uso que lhe são próprias, essa demanda só pode se tornar efetiva no momento em que ela adquire poder de compra: o momento em que a encomenda pode ser financiada. O que está por detrás dessa forma de pensar é que o poder dos capitalistas de encomendar mercadorias específicas é o que cria os mercados externos. Isto pode ser afirmado no sentido de que o empreendimento que os capitalistas fazem como classe, a partir do gasto financiado por moeda de crédito, serve como a demanda que estimula a ampliação da produção de mercadorias-insumos necessárias a oferta das produções e serviços específicos. Com isso em mente, podemos destacar qual é o mecanismo presente no que chamamos anteriormente de teoria malthusiana da reprodução ampliada do consumo social total.

No capítulo anterior, no momento em que investigávamos a possibilidade de haver uma proposição malthusiana da reprodução ampliada do produto consumido, nos colocamos a seguinte questão: Quão proporcionalmente maior deve ser o aumento, no tempo presente, do gasto dos proprietários em mercadorias específicas para que, no futuro, se tenha uma ampliação da demanda dos produtores de especificidades (as “terceiras pessoas”) por mercadorias reprodutíveis (produzidas pelos proprietários) maior do quanto que a renúncia dos proprietários ao gasto no consumo presente das mercadorias reprodutíveis?

Este é o único tipo de divisão do mais valor total (entre reprodutíveis e especificidades) que pode levar a um aumento contínuo da produção e do emprego caso os capitalistas decidam realizar, também de modo contínuo, investimentos em produções e serviços específicos. Como, no frigar dos ovos, as produções e serviços específicos ofertadas pelas “terceiras pessoas” sempre dirão respeito a uma particularidade que atende a uma demanda que permanece, temporariamente ou perpetuadamente, no futuro, só o aumento mais que crescente da demanda por específicos em comparação a demanda por reprodutíveis conduz a economia mercantil a um aumento contínuo da produção e do emprego.

Com este tipo de mecanismo é possível trabalharmos com a ideia de que os capitalistas podem realizar, como classe, a demanda por investimento, criando, eles mesmos, por meio do gasto, os mercados externos que, neste caso, seriam constituídos por mercadorias específicas. Assim sendo, nos fica a seguinte questão: Quais das mercadorias específicas poderiam fazer do aumento contínuo da produção e do emprego uma reprodução ampliada do capital social total? Ou seja, há alguma mercadoria específica que, ao resolver o problema da realização, conduz o modo capitalista à superação do problema da reprodução?

Rosa Luxemburgo traz alguns elementos que tangenciam uma resposta para essa questão no seu último capítulo, intitulado *O Militarismo como Domínio da Acumulação de Capital*.

3.3 A superação capitalista do problema da reprodução.

Chegamos ao final da seção anterior com a mesma questão que fecha a primeira seção deste capítulo. Porém, chegamos até aqui com o entendimento do que são, e do que não são, os mercados externos para Rosa Luxemburgo e, para além disso, chegamos também ao esclarecimento sobre como os mercados externos atuam na ampliação da reprodução do capital produtivo total e na conseguinte solução do problema da reprodução. Dado que é a troca entre a mais valia capitalizável e a riqueza não capitalista, feita na relação espaço tempo presente, o que promove a reprodução ampliada do capital social total, nos parece que o caminho capitalista de superação do problema da reprodução, ou seja, de perpetuação dessa reprodução, passa necessariamente por uma forma de aceleração temporal desta troca

que é capaz de estender o tempo de trabalho comandado pelo capital total e promover, simultaneamente, a acumulação da riqueza genérica sob o seu domínio.

Se, no passado, o capital se fez valer da destruição dos modos de vida autossuficientes não capitalistas para que ele pudesse ampliar a sua autorreprodução, agora, no presente, que é sempre o limite do tempo vivido, ele pode se fazer valer da destruição de sua própria autorreprodução para continuar se autorreproduzindo. A destruição de sua autorreprodução não deve ser aqui entendida como consequência da falta de mercados externos, mas sim como consequência de seu excesso. Estando os mercados externos numa relação de associação com a reprodução autônoma do capital, é o excesso de extração do mais valor absoluto, em comparação com a do mais valor relativo, que conduz a reprodução ampliada do capital social total ao reencontro com a sua contradição interna, superada antes com a exploração dos mercados externos.

Em outras palavras, podemos dizer que é quando a reprodução ampliada do capital produtivo total se torna mais acelerada do que a reprodução ampliada do consumo social total que apreendemos que o único mercado externo a ser conquistado no futuro é a reconstrução do capital que é destruído no presente. A riqueza não capitalista do passado se transforma na riqueza não capitalista no presente e a mais valia capitalizável do presente se transforma em mais valia capitalizável do futuro. O que nos traz como questão a causa da obtenção de cada vez mais riqueza não capitalista e mais valia capitalizável no presente?

Como estamos tratando da superação capitalista do problema da reprodução só podemos encontrar como única via possível o ponto de encontro do fim com o começo, ou seja, só podemos encontrar o que é o todo sempre presente (o fecho limite/o domínio) na História da reprodução capitalista: a Guerra. A riqueza não capitalista do passado, que só foi apropriada pelo capital graças à destruição dos modos outros de vida operacionalizada pela guerra, se torna a riqueza não capitalista do presente quando a guerra passa a ser o meio de destruição do próprio capital, e não mais de outros modos de vida. Como a guerra, tanto a do passado quanto a do presente, é financiada pela mais valia capitalizável, é a realização dessa mais valia no presente que torna a própria destruição o mercado futuro realizador de um maior volume de mais valia capitalizável. Rosa Luxemburgo expressa o caráter de todo presente do militarismo na criação dos mercados externos, apontando este setor como o promotor da guerra.

O militarismo desempenha, na história do capital, uma função bem determinada. Ele acompanha os passos da acumulação em todas as suas fases históricas. No período da chamada “acumulação primitiva”, ou seja, nos primórdios do capital europeu, o militarismo desempenhou papel decisivo na conquista do Novo Mundo e dos países fornecedores de especiarias das Índias; desempenhou-o também mais tarde, na conquista das colônias modernas, na destruição das comunidades sociais das sociedades primitivas e na apropriação de seus meios de produção, na imposição violenta do comércio aos países cuja estrutura social constituía um obstáculo à economia mercantil, na proletarianização forçada dos nativos e na instituição do trabalho assalariado nas colônias, na formação e extensão de áreas de influência do capital (europeu em regiões não europeias), na imposição de concessões de ferrovias a países atrasados, na execução das dívidas resultantes de empréstimos internacionais do capital europeu e finalmente como instrumento da concorrência entre países capitalistas visando à conquista de culturas não capitalistas ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 311).

Para que possamos nos debruçar sobre como a solução do problema da reprodução baseada no militarismo é capaz de perpetuar a reprodução ampliada do capital social total, devemos recuperar uma conclusão que foi anteriormente exposta na primeira seção deste nosso terceiro capítulo. No momento em que apontamos a diferença no uso da mais valia capitalizável, observamos que quando essa mais valia é usada para comprar o estoque ocioso de recursos produtivos (o que inclui a capacidade produtiva, as terras e os recursos naturais não utilizados e a força de trabalho desempregada) já disponível à venda, ela possibilita o crescimento do produto. Mas, quando essa mais valia é usada para minar as condições de autorreprodução dos outros modos de vida ela viabiliza a ampliação simultânea das condições de oferta e de demanda que garantem a reprodução futura do capital social total. O que nada mais é do que a extensão da troca entre mais valia capitalizável e riqueza não capitalista na relação espaço-tempo (aceleração vs estabilização).

A guerra é a produção extrema (o “último-útil”) – e não externa – que faz com que a expansão da reprodução ampliada do consumo excedente, que é alcançada com o poder de compra dos novos consumidores vindos dos mercados externos e com o maior emprego do estoque de trabalhadores antes desempregados, seja cada vez mais concomitante no tempo com a reprodução ampliada do capital produtivo total, que é alcançada pelo aumento de terras e recursos naturais incorporados ao mercado interno e com o maior emprego da capacidade produtiva ociosa. A razão disso é que é a guerra que faz com que a riqueza não capitalista apropriada do passado e acumulada como capital se transforme, devido a destruição do próprio capital, em riqueza não capitalista no presente e a mais valia capitalizável do presente se transforme, devido à reconstrução do capital, em mais valia capitalizável do futuro. Quando em operação, a guerra é, portanto, o que acelera a troca

entre mais valia capitalizável e riqueza não capitalista no presente; permitindo assim a compatibilização do crescimento do produto com a acumulação do capital produtivo: a resolução da dissonância dos atos de consumo e de investimento.

Além disso, quando caracterizávamos o modo pelo qual os mercados externos atuam na reprodução ampliada do capital social total concluímos que, do ponto de vista da circulação, a troca entre mais valia capitalizável e riqueza não capitalista exige um determinado estoque de moeda de crédito não utilizada no fluxo de produção e, do ponto de vista da classe, a realização dessa troca depende das encomendas dos capitalistas por um maior volume de capital fixo. Com essas duas características nos ficou claro que a realização da mais valia capitalizável tanto para a ampliação da produção do consumo excedente (conseguida com o poder de consumo dos produtores externos) quanto para a ampliação do estoque de capital fixo (conseguida com as encomendas dos capitalistas) faz das reproduções ampliadas do consumo social total e do capital produtivo total a realidade da reprodução ampliada do capital social total. No entanto, por mais que o uso da mais valia capitalizável para a promoção da guerra seja um acelerador da reprodução ampliada, no caso em que este uso se destina à reprodução do setor militar observamos uma diferença importante.

O setor militar não é uma produção externa que foi incorporada à reprodução capitalista graças ao poder de compra conseguido em troca de alguma riqueza produtiva não capitalista em posse dos militares com um preço de venda disponível. Se o considerarmos apenas como consumo, o setor militar nada mais é do que um dos parasitas da sociedade hodierna, ou seja, é um setor que se reproduz por meio da transferência de renda. Todavia, isto não significa que o consumo corrente deste setor está fadado a reprodução simples e nem que a mais valia capitalizável não é um meio possível de ampliação da reprodução desse setor. Quando a mais valia capitalizável é investida no setor militar, este se torna um mercado externo capaz não só de viabilizar, por meio da destruição, o mercado futuro, mas ele é, sobretudo, um dos estabilizadores internos da relação da reprodução ampliada do consumo social total com a reprodução ampliada do capital produtivo total. O que a realização do mais valor capitalizável no consumo improdutivo do setor militar obtém em troca como riqueza ainda não capitalizada é a guerra futura – que,

percebamos, é uma especificidade -, e o que se ganha, no presente, é o aumento do emprego de meios de produção e de força de trabalho neste mesmo setor.

É neste momento em que observamos o seguinte. Da mesma maneira que os capitalistas podem encomendar a ampliação do capital fixo necessário à ampliação da produção do consumo excedente por meio da realização do mais valor capitalizável nos mercados externos, eles também podem realizar esse mais valor para que as suas encomendas por mercadorias específicas sejam satisfeitas. A encomenda dos capitalistas por essas mercadorias que possuem preço de custo, mas que não possuem preço de venda é, no limite, a demanda do Estado por consumo de mercadorias reprodutíveis que são necessárias à oferta das mercadorias específicas que configuram um Estado-Nação. Dentre as mercadorias do Estado que possuem preço de custo mas não de preço de venda e que são, ao mesmo tempo, inalienáveis, encontramos não só o serviço militar como também o serviço de governo, de justiça e de diplomacia. O intangível que compõem esses quatro serviços é o que podemos designar aqui como sendo o próprio poder da Nação⁷⁵.

Assim sendo, a demanda do Estado por mercadorias reprodutíveis, que é atendida pelo mercado interno, serve como um mercado externo que amplia tanto a reprodução do consumo social total quanto a do capital produtivo total, porém, é exatamente pelo fato dessa demanda ser uma demanda por consumo improdutivo que a destacamos aqui como um mercado externo estabilizador e não acelerador do processo de ampliação do capital social total. Sendo este o efeito do investimento do mais valor capitalizável no consumo improdutivo do Estado, o militarismo, segundo o nosso entendimento do que Luxemburgo apresenta, só pode funcionar como uma solução do problema da reprodução capaz de estabilizar a reprodução ampliada total sem fazer da guerra o eterno presente - o que seria o eterno fim - por meio de alguma combinação entre a extração de mais valia relativa e de mais valia absoluta que só aconteça dentro dos limites do mercado interno. Ou seja, solucionando a contradição interna da reprodução do capital dentro do seu próprio interior.

⁷⁵ Além desses, há também as produções e serviços específicos que podem ser demanda do Estado, mas que não são necessariamente inalienáveis como a saúde, a educação, o conhecimento, a ciência, a segurança, a comunicação, o esporte, a arte, e o lazer. A cultura popular, o saber coletivo e a paz de espírito são as três únicas mercadorias específicas que podem ser capitalizados, mas que não podem ser ofertados pelo Estado.

Para Luxemburgo, a extração de mais valia relativa que acontece no interior do mercado capitalista e que possui como efeito a redução da parcela do valor do consumo produtivo contido no valor do produto total é a que se dá no setor reprodutor dos meios de subsistência física e social destinados aos trabalhadores proletarizados, enquanto que a extração de mais valia absoluta, considerando apenas o interior do mercado capitalista, se dá por meio da expropriação da riqueza patrimonial dos consumidores não proletarizados. Esta última, portanto, não é uma mais valia absoluta, mas sim uma renda absoluta. É importante destacarmos que os meios de subsistência física e social consumidos pelos trabalhadores proletarizados só constitui uma parte do valor do capital variável, pois dentre os demandantes do capital variável há também o conjunto de trabalhadores que não são proletarizados, isto é, que não possuem como único patrimônio a própria prole. Estes são os trabalhadores que possuem condições de acumular algum patrimônio, seja ele conseguido por renda não consumida ou por herança. Ou seja, estes são os consumidores não proletarizados que Luxemburgo faz referência no momento em que explicita a extração das rendas absolutas.

Com isso, percebemos que a combinação entre extração de mais valor relativo e de renda absoluta que viabiliza a estabilização se refere, na verdade, a capacidade da demanda do Estado por consumo improdutivo em reduzir a parcela do valor total do consumo produtivo contido no valor do produto total por meio de uma redução da parcela correspondente ao consumo dos proletarizados em relação a parcela que é destinada ao consumo dos não proletarizados no que é o valor total do consumo produtivo contido. O que a demanda do Estado por consumo improdutivo realmente faz é alterar a composição do consumo produtivo contido entre consumo dos proletarizados e consumo dos não proletarizados, a favor dos últimos. Porém, o que se alcança no futuro com esta forma de estabilização é a inviabilização do emprego do patrimônio acumulado nas mãos dos não proletarizados em empreendimentos que empreguem os trabalhadores proletarizados na produção das necessidades de consumo de ambos os tipos de trabalhadores.

Seguindo a análise de Luxemburgo, parece que a demanda do Estado como fator de estabilização interna da reprodução ampliada total diz mais respeito a impossibilidade de os trabalhadores realizarem produções horizontalmente integradas com base em seus recursos acumulados do que ao acirramento da disputa entre eles na distribuição do

produto social. Ainda que este último seja uma consequência possível, a recomposição do valor do consumo produtivo contido a favor do consumo dos não proletários em relação aos proletários se manifesta como uma recomposição material do produto e essa recomposição não se manifesta com a mesma proporção na distribuição da renda. É neste ponto que podemos trazer à baila o esclarecimento de Luxemburgo sobre como os impostos diretos e indiretos atuam sobre o consumo dos trabalhadores proletarizados e dos não proletarizados.

O segredo do modo pelo qual o consumo improdutivo do Estado pode estabilizar a relação da reprodução ampliada do produto total com a do capital produtivo total, quando a reprodução ampliada total está em curso, é fazer com que os impostos indiretos incidentes sobre o consumo dos trabalhadores proletários sejam os promotores da redução da demanda por meios de subsistência desses trabalhadores, e os impostos diretos incidentes sobre o patrimônio dos consumidores não proletários sejam os captadores das rendas absolutas. Para que possamos evidenciar como estes dois tipos de extorsão funcionam para estabilizar a relação entre a acumulação de capital produtivo e o crescimento do produto basta percebermos a diferença que Luxemburgo trabalha no momento em que compara a transferência do custo reprodutivo do consumo corrente do Estado para ambos os tipos de trabalhadores com a transferência do poder de compra destes para o Estado. No primeiro caso é dito o seguinte:

Nesse sentido, a extorsão da classe operária pelo mecanismo do imposto indireto, que assim visa a sustentar a maquinaria estatal com esses fundos, resulta em simples aumento da mais valia, precisamente da parte *consumida* dessa mais valia. [...]. A transferência da maior parte dos custos de manutenção de seus dependentes para a classe operária (e para os representantes da produção mercantil simples, os camponeses, artesãos etc) permite aos capitalistas liberar uma porção maior da mais valia para a capitalização. Ela não cria de imediato a possibilidade dessa capitalização, ou seja, ela não cria por si novo mercado, que lhe permita fabricar, de fato, novas mercadorias com essa mais valia liberada e garantir sua realização. O caso é diferente quando os meios concentrados em mãos do Estado (pelo sistema de impostos) são empregados na produção de material bélico. ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 313)

Já no segundo caso, o que é afirmado é o que se segue:

Posto que não ocorra elevação dos salários que compense o encarecimento dos gêneros de subsistência [...], a tributação indireta significa a transferência de parte do poder de compra da classe operária para o Estado. Cabe a essa classe [a dos operários], portanto, uma parcela menor do produto total. Daí resulta que para a reprodução do capital total passa a reproduzir-se uma quantidade menor de meios de subsistência, menor que aquela que corresponderia à magnitude do valor do capital variável já que, de fato, foi alterada a proporção entre o valor do capital variável e a quantidade de meios de subsistência em que esse capital se realiza. A magnitude da tributação

indireta se manifesta na elevação dos preços dos meios de subsistência, enquanto a expressão monetária da força de trabalho não se altera (conforme nosso pressuposto) ou pelo menos não se modifica na proporção daquela elevação de preços. Em que direção irá manifestar-se essa alteração nas condições materiais da reprodução? Por meio da diminuição relativa da quantidade de bens de consumo necessários para a renovação da energia da força de trabalho libera-se uma quantidade correspondente de capital constante e trabalho vivo. Esse capital constante e esse trabalho vivo podem ser aproveitados em outro setor da produção, desde que se apresente na sociedade nova demanda solvente. Essa nova demanda é representada pelo Estado com sua parte apropriada de poder aquisitivo da classe operária, por ela apropriada mediante a legislação tributária. Só que agora a demanda do Estado não se estende aos meios de subsistência [...], mas a um gênero de produtos especiais, ao material bélico terrestre e naval ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 313).

Por mais que Luxemburgo argumente que no segundo caso ocorre uma liberação de uma quantidade correspondente de capital constante e de trabalho vivo, este argumento não é condizente com o que ela afirma sobre a importância da forma material do capital constante, pois não há garantia alguma que este capital e o trabalho vivo liberados sejam necessariamente empregados no setor militar, e nem se possuem uma adequação técnica às condições físicas de reprodução desse setor. Além disso, a extorsão do mais valor relativo por meio dos impostos indiretos não implica na redução do tempo de trabalho necessário à reprodução do consumo produtivo contido porque esta redução só é realizada quando há uma incorporação mais acelerada de trabalho morto nos meios de produção empregados na produção do valor da força de trabalho combinada com um aumento extensivo do emprego de trabalho vivo empregado nesta mesma produção. O que não acontece com a transferência de poder de compra via impostos indiretos, visto que a suposta mais valia relativa obtida dessa maneira se dá pela redução da demanda por meios de subsistência e não por um aumento na produtividade do trabalho empregado na reprodução do valor da força de trabalho.

Entretanto, o que nos parece ser a real compreensão de Luxemburgo é a de que a extorsão do consumo básico dos trabalhadores proletários e do patrimônio dos consumidores não proletários libera, na verdade, uma quantidade de mais valor capitalizável que, ao ser realizada pela demanda do Estado por consumo improdutivo, permite um aumento do emprego de trabalho vivo e de meios de produção em um ramo que só possui, do ponto de vista estritamente econômico, custos físicos de reprodução. Diferentemente da demanda dos mercados externos que podem estender a troca futura entre mais valor capitalizável e riqueza não capitalista, a demanda do Estado, por ser esse um produtor externo de mercadorias específicas sem preço de venda, só pode garantir a

troca futura entre mais valor capitalizável e riqueza específica; o que só faria dessa demanda uma demanda estabilizadora porque não se teria, por sua via, um aumento garantido da riqueza produtiva não capitalista a ser empregada no futuro. A ampliação do capital constante necessário às produções dos serviços do Estado teria de vir dos outros mercados externos⁷⁶.

Rosa Luxemburgo expressa as vantagens desse mecanismo de estabilização evidenciando o autodomínio atingido pelo capital com a demanda do Estado por material bélico:

Para sua satisfação essa demanda pressupõe, no entanto, a existência prévia da grande indústria, da produção em grande escala, ou seja, das condições mais favoráveis à produção de mais valia e à acumulação. Sob a forma de encomenda de material bélico feita pelo Estado, esse poder de compra concentrado das grandes massas de consumidores escapa, além disso, do arbítrio e das flutuações subjetivas do consumo pessoal, para adquirir regularidade quase automática, um crescimento rítmico. Para finalizar, a alavanca desse movimento rítmico e automático da produção bélica capitalista encontra-se em mãos do próprio capital – mediante o mecanismo da legislação parlamentar e da criação dos meios de comunicação destinados à formação da assim chamada opinião pública. Eis porque esse campo específico de acumulação parece ser dotado, em princípio, de uma capacidade de ampliação indeterminada. Enquanto qualquer outra ampliação do domínio de mercado e da base operacional do capital dependem, em grande parte, de aspectos políticos, sociais e históricos, que atuam fora da esfera de vontade do capital, a produção bélica representa um domínio cuja ampliação sucessiva e regular parece depender antes de mais nada das próprias intenções do capital ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 319).

Logo após, Luxemburgo estabelece uma relação extremamente importante entre a contínua superação da contradição interna pela via do militarismo - que é o que torna a guerra a superação absoluta do problema da reprodução (a contradição base) -, e a revolução social. O que há de imprescindível nessa relação é a ligação entre o caráter internacional e emancipatório da revolução com o caráter cumulativo das crises, das catástrofes e das convulsões políticas (o movimento crítico das massas).

Quanto mais o capital, por meio do militarismo, liquida com a existência de camadas não capitalistas e reduz as condições de vida das classes trabalhadoras, mais a história cotidiana da acumulação de capital no cenário mundial transforma-se em uma série de catástrofes e convulsões políticas e sociais que, em combinação com as catástrofes econômicas periódicas (em forma de crises), inviabilizam a acumulação ao mesmo tempo que tornam imprescindível a rebelião da classe operária internacional contra a dominação do capital, antes mesmo que essa dominação tropece economicamente nas barreiras naturais que ela mesma criou ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 319).

⁷⁶ Lembrando que um desses mercados é o setor da construção tanto de capital fixo quanto de matérias primas a serem utilizadas.

O que pensamos estar por detrás dessa relação é a ideia de que a superação da contradição interna pela via do militarismo, que é sempre um vir a ser, haja visto que a guerra é sempre um possível no futuro, não implica necessariamente numa revolução causada pelo aumento dos conflitos sociais gerados pela superação da contradição interna⁷⁷, mas que, é devido à contínua conflituosidade dessa superação que a revolução se torna uma iminência cada vez mais potente. A continuidade dos conflitos só alimenta a gestação de uma revolução e não determina o seu emergir. Se a superação da contradição interna pelo militarismo nos leva a um futuro em que a guerra se torna um absoluto - e aqui não se trata da guerra entre nações capitalistas, mas sim da guerra entre dominadores e dominados - a ideia de que a iminência de uma revolução social se torna cada vez mais potente não necessariamente se coaduna com a ideia de que a vitória internacional dos dominados sobre os dominadores será o futuro, pois isso seria o mesmo que afirmar um outro tipo de absoluto.

Esta compreensão nos reconduz à ideia, apresentada no primeiro capítulo, de que a superação dialética que está realmente em jogo não é a que nos leva a um absoluto, mas sim a que nos faz permanecer em movimento (a supressão). O que não significa que o futuro imaginado - que não é o absoluto - não cumpra um papel importante na promoção da revolução social e nem que a vitória internacional dos dominados sobre os dominadores não seja possível. O que é impossível é essa vitória não recolocar como novo o velho conflito-motor do ser social (a reprodução econômica) e essa recolocação não depender do que se imagina como futuro (a reprodução ideológica), afinal de contas a disputa realmente relevante é a que se dá entre dominados e dominadores em relação ao futuro e não a que se dá entre as classes em relação ao consumo do produto social total. A supressão de uma contradição não é o fim do movimento (o domínio de um absoluto), mas sim a sua permanência.

Assim sendo, é possível dizer que qualquer reconciliação a ser vista no horizonte da dialética presente na relação dos dominadores com os dominados não aniquilará o conflito-motor (a liberdade da agência humana *vs* a estrutura condicionante), mas, tal reconciliação terá que se a ver, necessariamente, com o quão mais potente este conflito-motor pode vir a

⁷⁷ Devemos nos atentar para o uso do termo rebelião. O aumento do conflito social pode sim levar a rebeliões dos oprimidos, no entanto, isso não é o mesmo que dizer que esses conflitos levam a uma revolução.

ser e o quão mais próximo ele pode nos deixar de uma revolução social que seja verdadeiramente socialista. Logo, a emergência dessa revolução depende do quão próximo do real presente o horizonte imaginado está. Com isso em mente não só revisitamos a compreensão de que se faz necessário um horizonte de futuro que seja capaz de conciliar a contraposição do ser em si e do ser para si, mas, mais do que isso, evidenciamos que quanto mais presentemente real for este futuro imaginado mais potente a revolução socialista pode vir a ser.

Rosa Luxemburgo sintetiza, em seu último parágrafo, a contraposição existente no domínio do imaginário que faz o movimento da reprodução ideológica do capital permanecer no tempo presente. O vir-a-ser a ser concretizado pela via da superação capitalista do problema da reprodução e o vir-a-ser a ser concretizado pela via da supressão socialista dão o fecho do que é o vir-a-ser imaginado por Luxemburgo.

O capitalismo é a primeira forma econômica capaz de propagar-se vigorosamente: é uma forma que tende a estender-se por todo o globo terrestre e a eliminar todas as formas econômicas, não tolerando nenhuma outra a seu lado. Mas é também a primeira que não pode existir só, sem outras formas econômicas de que se alimentar; que, tendendo a impor-se como forma universal, sucumbe por sua própria incapacidade intrínseca de existir como forma de produção universal. O capitalismo é, em si, uma contradição histórica viva; seu movimento de acumulação expressa a contínua resolução e, simultaneamente, a potencialização dessa contradição. A certa altura do desenvolvimento essa contradição só poderá ser resolvida pela aplicação dos princípios do socialismo – daquela forma de economia que por sua natureza é ao mesmo tempo um sistema internacional e harmônico, por não visar à acumulação, mas à satisfação das necessidades vitais da própria humanidade trabalhadora, por meio do desenvolvimento de todas as forças produtivas do planeta ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 320).

O aumento dos conflitos sociais gerados pela superação da contradição interna é o que se apresenta, portanto, como o eterno retorno que gestaciona o momento em que a contradição-base é supprassumida. Momento este de alinhamento das necessidades vitais da humanidade trabalhadora com as forças produtivas do planeta.

3.4. A superação socialista e nacionalista do problema da reprodução: a controvérsia russa.

A única compreensão possível acerca da supressão do problema da reprodução pela via de um mercado externo que é exclusivamente um vir a ser (o modo de reprodução socialista) se encontra na análise de Luxemburgo sobre a controvérsia russa. A disputa entre a tendência populista e a tendência normativa do que viria a ser o futuro da Rússia pode ser mais bem traduzida na seguinte questão: O desenvolvimento do capitalismo na Rússia

deveria seguir o modelo da Europa Ocidental? A partir disso, Luxemburgo mapeou quais eram os segmentos de resposta que se associavam a cada uma das duas tendências.

Para a tendência populista a resposta é não porque o desenvolvimento do capitalismo tende a disputa por mercados externos (no sentido de Sismondi e Kalecki). Tal compreensão leva os socialistas populistas a afirmarem como socialismo futuro o modelo tradicional⁷⁸ da *ochina russa*. Para a tendência normativa a resposta também é não, mas a razão é a de que a reprodução capitalista tende a crises de desproporção. Este entendimento faz do normativismo uma tendência cuja imagem de futuro é, necessariamente, um vir a ser pós-capital. Para os marxistas “legalistas”, ou catedráticos, o desenvolvimento da Grande Indústria (o crescimento progressivo) é o único meio possível para que se atinja o fim socialista.

No contexto da Rússia daquele tempo essas duas tendências representam a contraposição entre a reconciliação com o passado e a conciliação com o presente. O que há de mais profícuo nesse tipo de contraposição é que, de um lado, a conciliação serve como plano de ação de uma tendência que busca a supressão da contradição interna e, por outro, ao buscar a superação dessa contradição, a tendência normativa acredita estar suprassumindo a contradição-base. Assim sendo, a questão que fica nesse dilema entre o superar uma contradição e o suprassumi-la é a seguinte: Quais dos mercados externos - que no caso da Rússia podem ser vistos como mercados excêntricos - é o caminho que leva ao fim socialista? Investir no consumo futuro que as *obchinas* poderão vir a ofertar ou no consumo produtivo contido do capital produtivo total (o trabalho acumulado no setor produtor de máquinas por meio de máquinas)?

O Império da maior nação em território do mundo, no final do século XIX, era um país predominante agrário e que apresentava traços semelhanças à economia feudal. O poder político e econômico se concentrava no clero ortodoxo, na monarquia dos imperadores czares e na nobreza proprietária de terras. Diante deste cenário, a contraposição entre a reconciliação com o passado e a conciliação com o presente é vivenciada num espírito de descrença com o futuro progressivo e harmônico que o capitalismo europeu tanto projetava e que já não era mais uma realidade, e de otimismo

⁷⁸ Talvez seja por isso que, para Luxemburgo, a proposição da tendência populista seja reacionária.

dado pelas ações sindicais dos trabalhadores oriundos do nascente processo de modernização e industrialização do Império.

Aqui não aludimos, evidentemente a um otimismo com referência ao equilíbrio interno da economia capitalista, produzido natural ou artificialmente e de eterna duração, mas a um otimismo no sentido de que o enorme desenvolvimento das forças produtivas proporciona, precisamente em função de suas contradições internas, um campo histórico ideal para o desenvolvimento progressista da sociedade rumo a novas formas econômicas e sociais. A tendência negativa e depressiva do primeiro período do capitalismo, do qual uma vez apenas Sismondi se apercebera e que Rodberthus iria registrar ainda nos anos 40 e 50, agora se encontrava compensada por uma tendência ascensional: a ascensão vitoriosa e promissora da classe operária em sua ação sindical e política ([LUXUMBURG 1913] 1985, p. 181).

A Grande Indústria na Rússia dos anos 70 e 80 do século retrasado, fomentada por tarifas alfandegárias, encontrava na política de encomendas do Estado lucros mais vantajosos do que os praticados no ocidente, enquanto que o avanço da “acumulação primitiva” pelo poder fiscal e pela introdução do mercado monetário de crédito era o responsável pela dissolução da economia camponesa ([LUXEMBURG 1913], 1985). A moderna classe trabalhadora só viria a surgir de forma mais consistente tempos depois, num contexto de pós crise da ação política do socialismo populista.

O socialismo russo “populista” autóctone, que teoricamente se baseava nas particularidade da constituição agrária russa, fora a bancarrota política após o fiasco de sua expressão revolucionária mais significativa – o partido terrorista Narodnaia Volia. Por outro lado, os primeiros escritos de Georg Plechanov, que introduzirão o pensamento marxista na Rússia, surgem apenas em 1883 e 1885, não exercendo nenhuma influência maior por mais de uma década. Durante os anos 80 e 90 adentro, a vida espiritual da intelectualidade russa, particularmente dos intelectuais da oposição socialista, era dominada por uma rara mistura de resquícios autóctones do populismo, junto com elementos extraídos da teoria marxista, mistura cujo traço mais marcante era o ceticismo em relação às possibilidades de desenvolvimento do capitalismo na Rússia ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 182).

A controvérsia russa se colocou no seguinte sentido: o fim a ser alcançado é o modo de reprodução socialista e o seu rumo tem como meio a antiga e decadente estrutura tradicional agrária ou a estrutura moderna da Grande Indústria da Europa Ocidental? O caminho mais curto ao socialismo é o passado próximo ou o futuro distante?

O que interessa a Luxemburgo a esse respeito é a permanência do sentido clássico da controvérsia sobre o futuro da reprodução ampliada em meio a um contexto histórico e social em que esse sentido é ressignificado. Afinal de contas, o que interessa Luxemburgo é como o fim da controvérsia sobre o futuro do capitalismo pode servir de começo da emergência do modo socialista de reprodução. Entre o ceticismo pequeno burguês dos

populistas e o otimismo da oficialidade normativa e catedrática, a controvérsia sobre o futuro da reprodução ampliada se encontra, pela primeira vez, tendo como norte um modo de reprodução da vida social que não é o modo capitalista. Na opinião da autora este novo contexto é, na verdade, uma fase de transição.

O problema das crises já não se sobrepunha, como nos casos anteriores, ao verdadeiro cerne da questão. Pela primeira vez a questão da reprodução do capital total se colocara, em sua forma pura, no centro da discussão. Essa análise já não se perdia como antes em tentativas isoladas de recorrência a conceitos de renda e capital, e de capital individual e total. Ela se apoiava agora em um suporte firme, no esquema marxista da reprodução social. E dessa vez, finalmente, já não assistimos a uma polêmica entre o manchesterianismo e a reforma social, mas entre duas variantes do socialismo. O ceticismo em relação à possibilidade do desenvolvimento capitalista se é representado pela modalidade confusa pequeno-burguesa e populista do socialismo russo, de espírito sismondi-rodbertusiano, e que, no entanto, frequentemente se reporta a Marx, e o otimismo é representado pela escola marxista russa. Processava-se dessa maneira uma alteração completa do cenário ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 183)

Todavia, o que destacamos aqui como sendo a principal mudança de cenário não é o futuro se apresentar como um imaginado em relação de oposição e de negação com o modo capitalista de reprodução, mas sim, o fato desse futuro imaginado ser tratado como o futuro de uma nação. Como a solução do problema da reprodução depende da realização da demanda por investimento nos mercados externos que garantem o crescimento, a longo prazo, da oferta de recursos produtivos e da demanda efetiva de novos consumidores, podemos dizer que é da conciliação das condições técnicas de produção da Grande Indústria do mercado interno (a contradição interna) com as condições internacionais de circulação do capital social total (a contradição-base) que se determina a reprodução ampliada de um Estado-Nação. Esta é, portanto, a referência aqui adotada para que possamos analisar o que há de nacional numa superação socialista.

A progressiva exportação de mercadorias finais para os mercados externos à nação com a progressiva importação de recursos naturais, matérias primas e força de trabalho necessários à base técnica da Grande Indústria interna é a troca que promove a combinação do movimento aceleracionista do mais valor relativo com o movimento ascensionista do mais valor absoluto na relação espaço tempo. Partindo desse ponto de visão podemos encarar a superação nacionalista do problema da reprodução como a conciliação de uma relação de codependência (uma espécie de dialética senhor/escravo). Em que sentido? O crescimento escalar da Grande Indústria com aumentos mais que proporcionais da produtividade do trabalho reprodutor do consumo produtivo contido em relação ao

crescimento da produtividade do trabalho reprodutor do consumo excedente só pode se realizar caso a expansão das trocas entre mais valor capitalizável e riqueza não capitalista se eleve continuamente e em simultaneidade com a base técnica da Grande Indústria nacional. Vale lembrar que a troca entre o mais valor capitalizável e a riqueza não capitalista é a que se dá entre o mercado interno e os mercados externos associados a ele, e não os associados à nação.

Como visto na seção anterior, o efeito disso é que a solução do problema da reprodução com base nos mercados externos, ao superar a contradição-base, acaba recolocando a contradição interna. Ainda que a tendência populista reivindique o seu ceticismo com base num entendimento nacional do que são os mercados externos, a via de superação do modo capitalista de reprodução é pensada por essa tendência tendo apenas a contradição interna como objeto. Para os populistas o caminho de superação do capitalismo que tem como fim o socialismo é um caminho interno e nacional. A superação autóctone da contradição interna é reivindicada por meio da constituição de uma indústria – que vem a ser o modo de produção da futura *obchina* – cujo emprego do estoque de riqueza não capitalista e de trabalho socialmente necessário à reprodução simples do consumo excedente dos proletarizados seja para horizontalizar a produção do consumo total futuro.

Entretanto, o emprego do trabalho e da riqueza não empregados no mercado interno, mas presentes no mercado nacional, numa indústria relativamente independente do mercado interno, é um tipo de conciliação da contradição interna que altera as condições de consumo dos proletarizados sem levar necessariamente ao fim da contradição. Caso os proletarizados desempregados pudessem empregar o seu tempo livre em produções que atendessem à demanda de todos os proletarizados – empregados e desempregados – por consumo excedente, o trabalho e a riqueza acumulados nessas produções serviriam como o estoque de capacidade produtiva de um novo modo de reprodução da vida social. O que poderia vir a ser a capacidade produtiva necessária às produções do consumo total das futuras *obchinas*. A necessidade de concatenação da acumulação de capacidade produtiva com a extensão do consumo total permaneceria para o Estado Nação mesmo que esse tipo de transição obtivesse sucesso, pois, no frigidir dos ovos, a contradição interna passaria a ser vivenciada por essa “nova” indústria.

Segundo a avaliação populista da situação econômica da Rússia, o capitalismo está fadado à estagnação do capital produtivo superacumulado e à convivência com uma concorrência entre nações dominantes e nações dominadas. A Grande Indústria nascente no Império Russo teria problemas de inserção na divisão internacional do trabalho e na conquista por novos mercados externos consumidores de suas mercadorias nacionais. A visão de que a Rússia seria eternamente dependente da disputa por mercados externos – aqui entendido como a demanda de nações estrangeiras – era o que substanciava: 1) a estratégia de socializar os efeitos escalares da Grande Indústria se concentrando na integração horizontal da razão técnica do produto (consumo produtivo contido/consumo excedente)⁷⁹, e 2) a estratégia de socializar o acesso dos trabalhadores às mercadorias do modo de vida popular por meio de uma verticalização da relação mais-produto futuro/produto presente⁸⁰. É esta última, porém, que permitiria ao modo autóctone de vida ir incorporando o volume crescente de trabalhadores dispensados da Grande Indústria, pois, para esta tendência, o mais produto futuro é a capacidade produtiva acumulada do novo modo de vida; que vai sendo cada vez maior com o decréscimo do consumo capitalista dos trabalhadores⁸¹.

São dois os autores analisados por Luxemburgo como os representantes da tendência popular nacional:

...um era Vorontsov, conhecido na Rússia, principalmente pelo pseudônimo literário de “V.V” (suas iniciais), um tipo curioso e totalmente confuso no concernente à Economia Política, não podendo ser levado absolutamente a sério como teórico. O outro, ao contrário, Nikolai-on (Danielson), era um homem de grande cultura e profundo conhecedor do marxismo; foi editor da tradução russa do volume I de *Das Kapital*, amigo pessoal de Marx e Engels, tendo mantido com eles copiosa correspondência (editada em idioma russo em 1908) ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 183).

Para Vorontsov o capitalismo na Rússia não poderia atingir o desenvolvimento do ocidente por falta das condições de existência que são próprias ao seu florescimento, mas,

⁷⁹ A ideia que está por detrás dessa estratégia é a do emprego direto e proporcional dos meios de produção e de força de trabalho em que cada um dos ramos de produção que constituem o consumo produtivo contido e o consumo excedente. Um aumento escalar do produto total que seria obtido pela retirada do estoque de força de trabalho desempregada e dos recursos naturais ainda não incorporados.

⁸⁰ Este é um tipo de verticalização que ocorreria no tempo. O quanto do produto total que deixaria de ser consumido pelos trabalhadores no presente seria equivalente ao quanto de mais produto esses trabalhadores poderão obter no futuro. A relação que está posta é a de que os trabalhadores dispensados da Grande Indústria capitalista são a mão de obra que constituíram a capacidade produtiva do futuro.

⁸¹ Vale lembrar que o processo de verticalização faz referência a troca equivalente entre meios de produção e meios de consumo que, quando alterada, faz a produtividade social do trabalho aumentar por meio da redução do valor do consumo produtivo contido no valor do produto total. A horizontalização, por sua vez, faz referência ao emprego direto de força de trabalho, meios de produção e recursos naturais em novos ramos de produção.

mesmo assim, isto não vem a ser um impeditivo para que florescimento aconteça, mesmo que de modo artificial. Para este autor, a industrialização capitalista pode ter início, fazendo da separação do produtor direto dos meios de produção o seu mote-devir, mas não terá continuidade exatamente pelo fato desta separação ser o seu mote-devir. Por mais que Vorontsov achasse ineficaz a tentativa do Estado russo de usar de tarifas alfandegárias e de encomendas do Estado como medidas de estímulo e fomento da Grande Indústria capitalista na Rússia, para ele, a dependência que a subsistência do capitalismo possuía em relação aos mercados externos era uma restrição que necessariamente viria a se colocar exatamente pelo fato da tendencia não ser o destino da produção para aquele que a produziu. O crescimento do produto produzido pela indústria capitalista não seria capaz de atender o consumo social total, mesmo que se alcançasse um alto grau de separação entre produtores diretos e meios de produção, porque é este mesmo alcance que traz a necessidade de realização da superprodução por populações que estão fora do domínio nacional.

Sua análise se baseava no entendimento de que há uma tendência à super produção de mercadorias finais que deve ser realizada em nações estrangeiras, mas, no caso de Vorontsov, essa super produção não era correspondente ao mais valor total, mas sim a um sobreproduto que estava além das condições internas de reprodução do consumo social total da Grande Indústria. Dado que, para este autor, essas condições eram garantidas pelos próprios custos de produção, o “lucro” efetivo da Grande Indústria só poderia ser realizado por nações estrangeiras ou, no melhor dos casos, pelos trabalhadores, pois, para ele, o verdadeiro limite interno à realização da super produção de mercadorias finais era o consumo limitado dos capitalistas. O “Excedente” do Sr. Vorontsov - título do capítulo de Luxemburgo sobre o mesmo - se trata, na verdade, dessa espécie de taxa de retorno a longo prazo da Grande Indústria capitalista que poderia ser realizada pelos trabalhadores no interior da nação caso não fosse da necessidade do desenvolvimento industrial reduzir os custos de produção por meio do aumento da produtividade do trabalho. Esta última só é conseguida graças a extensão, seja na indústria ou na agricultura, da separação do produtor direto de seus meios de produção.

Diferentemente de Sismondi, o ceticismo populista, com esse tipo de compreensão do que constitui o sobreproduto, o lucro e o limite interno do capitalismo, não poderia

acreditar que a realização do mais valor no mercado mundial levasse à ampliação da reprodução do consumo social total. Este tipo de tese subsonsumista por *excellence*, na opinião de Luxemburgo, é um lavar de mãos haja visto que, para Vorontsov, o passado camponês e popular da Rússia se afirmará, impreterivelmente, como futuro devido ao seu caráter tradicional e doméstico.

Como último dos convidados à mesa do mercado mundial, na concorrência com os países mais antigos do Ocidente, ele [o capitalismo russo] só pode levar a pior; com suas possibilidades no mercado externo, o capitalismo russo também perde sua mais importante condição de existência. A Rússia permanece o “reino dos camponeses” e da “produção popular”. “Se tudo isso for certo”, conclui V.V. em sua dissertação sobre “O Excedente do Abastecimento do Mercado”, “daí decorrem igualmente as barreiras para o domínio do capitalismo na Rússia: a agricultura tem de ser subtraída de sua influência; também na área industrial não se deve permitir que seus efeitos destruam a indústria doméstica, que em nossas condições climáticas (!) é imprescindível para o bem-estar de grande parte da população. Caso o leitor retrucar que o capitalismo talvez não queira assumir tais compromissos, responderemos: pior para ele”. Assim, o Sr. Vorontsov ao fim lava suas mãos e nega qualquer responsabilidade pessoal com relação ao destino futuro do desenvolvimento econômico na Rússia ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 189)

O caminho de análise do mais eminente dos teóricos da tendência populista era uma espécie de subconsumismo mais apropriado das reais condições de crescimento da indústria capitalista. Nikolai-on apreendia a alteração temporal da razão técnica como uma decomposição entre o departamento produtor de meios de produção e o de meios de consumo. Algo próximo a maneira como fizera Smith em sua análise da reprodução. O que Nikolai-on reconhece como crescimento escalar e progressivo das forças produtivas da Grande Indústria capitalista é o mesmo que entender que o aumento da produtividade do trabalho no departamento de meios de produção a taxas superiores ao crescimento da produtividade do trabalho do departamento de meios de consumo é a causa transformadora da produtividade em fenômeno de escala social (KOWALICK, 2014).

O problema da reprodução é capturado por uma medida do produto em renda que permite a Nikolai-on observar que uma redução do salário real leva a um crescimento da produtividade social do trabalho, mas não o permite observar que a redução do salário real leva também a reprodução ampliada do consumo social total, pois, o que ele identifica com esse efeito é apenas a necessidade impreterível do capital em realizar o produto final super produzido, esteja ele composto em meios de produção e de consumo finais, ou não. O que também o leva a argumentar o socialismo como um vir a ser impreterível.

Em última análise, estes [os obstáculos] decorrem do fato de que a produtividade crescente do trabalho, em função de se estabelecer a separação entre produtores diretos e meios de produção, só favorece empresários isolados, não o conjunto da sociedade; por esse processo ele “liberta” certa massa de trabalhadores e de tempo de trabalho e os torna supérfluos, transformando os mesmos não só em perda para a sociedade, mas inclusive em peso. Necessidades reais do povo só podem ser satisfeitas na medida em que prevalece o modo de produção “popular”, baseado na união de produtores e meios de produção. O capitalista, no entanto, se esforça em apossar-se precisamente dessas áreas de produção, destruindo, dessa forma, o principal fator da própria prosperidade. [...]. Toda a nação que trilha a senda do desenvolvimento capitalista, cedo ou tarde é presa dessa contradição opta por esse caminho, mais violenta essa contradição se faz sentir, pois, uma vez satisfeito o mercado interno, ela não encontrará nenhum substitutivo no mercado externo, a essa altura já tomado pelos países concorrentes mais antigos ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 192)

Luxemburgo mostra toda a potência do que há de *prodigious* no subconsumismo de Nikolai-on no que se segue:

Daí decorre que a pobreza crescente estabelece os limites do capitalismo; que essa pobreza determina seu próprio desenvolvimento, pelo qual um número crescente de operários excedentes deixa de possuir qualquer poder aquisitivo. À crescente produtividade do trabalho, que satisfaz de maneira extraordinariamente rápida a quaisquer necessidades efetivamente remuneráveis da sociedade, corresponde uma crescente incapacidade das massas populares em crescimento de satisfazer a suas necessidades mais prementes; a ela corresponde o excedente de mercadorias invendáveis, ou seja, a carência dos bens estritamente necessários em largas faixas da população ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 193)

No geral podemos dizer que, para a superação autóctone do capitalismo, a integração horizontal da razão técnica do produto funcionaria como meio de estabilizar e de autonomizar a reprodução dos trabalhadores proletarizados e desempregados em relação ao mercado interno. A única troca que esse modo de reprodução ainda teria com o mercado interno seria o consumo do capital variável dos trabalhadores proletarizados empregados, pois esses não possuem tempo livre para dar em troca de um emprego numa produção independente. Em síntese, observamos que a ideia guia é a de que a cooperação entre o setor da construção civil e da agricultura camponesa substituiria, a longo prazo, o emprego de tempo de trabalho e de trabalhadores supérfluos na Grande Indústria capitalista.

A não percepção de que é a permanência da contradição interna, e não a sua superação, que leva a ampliação do consumo total é, portanto, o calcanhar de Aquiles do socialismo autóctone. Com a experiência do keynesianismo e do Estado de Bem-Estar social do século XX podemos afirmar que a verticalização da relação mais-produto futuro/produto presente, promotora da reprodução futura dos setores do consumo total dos trabalhadores é facilmente impedida pela política de encomendas do Estado por consumo improdutivo. O que é feito por meio do acesso dos proletarizados à moeda de

crédito e à incorporação desses, seja como trabalhadores ou como consumidores, ao serviço público. Essa incorporação nada mais é do que a demanda *just in point* dos capitalistas que estão afim de constituir a Nação e, para que isso ocorra, é preciso que os serviços públicos tenham a sua reprodutibilidade garantida. No limite o que a experiência do século XX nos trouxe foi a compreensão de que a política de compras do Estado é, na verdade, uma política de incorporação dos proletarizados à sociedade de consumo.

O que é o fim da via autóctone é, contudo, o começo da via autômata. A verticalização, e não a horizontalização, dos setores reprodutores do consumo total (a troca entre meios de produção e de consumo), que é o modo capitalista de reprodução do consumo, é o que o leva à sua ampliação e, por conseguinte, à superação da condição de “reino dos camponeses”. Enquanto que, para uma tendência o futuro deveria vir da garantia do estoque nacional de recursos produtivos, para a outra, ele vem do estoque acumulado de trabalho passado incorporado aos meios de produção. Ao invés de se buscar uma reconciliação com o passado camponês, deve-se apostar, segundo a visão normativa, no caminho aberto pela Grande Indústria capitalista e por sua capacidade escalar, pois a superação socialista só pode se apresentar como um vir-a-ser pós capital quando o ponto de partida dessa superação é o presente capitalista.

Até este momento de nossa exposição só podemos trabalhar a concepção de socialismo como fase de reconciliação do passado capitalista com o futuro socialista que suprime o problema da reprodução por meio de um mercado externo futuro. O trabalho acumulado na indústria de reprodução básica do consumo total, em posse dos trabalhadores, viria a ser o responsável pela reprodução do consumo total dos trabalhadores, estejam estes empregados nessas indústrias ou não. Os não empregados seriam destinados aos setores que, em produção conjunta com a construção civil e, em posse da riqueza natural, seriam os responsáveis pela produção das indústrias-base do futuro socialista. Ou seja, o socialismo, até este momento de nossa investigação, faz referência a um futuro a ser construído e a um presente a ser mantido.

A supressão socialista do problema da reprodução aparece, dessa forma, como uma conciliação do limite superior (a total verticalização do consumo social) do mercado interno com o limite inferior (a total horizontalização do capital produtivo) dos mercados externos. A comunhão da contradição interna com a contradição-base viria do ponto de contato de

seus dois extremos porque o que a via autóctone requeria como superação era o alcance da Indústria capitalista na reprodução do consumo total, enquanto que o que a via autômata almejava superar era o alcance da acumulação futura de capital produtivo. A permanência do movimento histórico que fez a via automata vencer a via autóctone se coloca de modo ressignificado.

Pensar que a reconciliação com o passado camponês foi um passo preliminar à construção do socialismo futuro é algo possível apenas para aqueles que se inspiram em Filosofias da História, porém, o que realmente nos chama a atenção no modo como Luxemburgo relaciona a oposição e a negação das duas tendências é o fato dela deixar indicado como a vitória do marxismo oficial está diretamente relacionada com a sua inserção no domínio da reprodução ideológica. O que muito tem a ver com a ação prática dessa tendência sobre a dimensão ideológica da dominação capitalista.

No condizente à questão que nos interessa propriamente, ou seja, das possibilidades gerais de desenvolvimento do capitalismo, surgiu nos anos 90 uma série de opositores aos dois representantes supracitados do ceticismo, uma geração nova de marxistas russos que, arautos de experiência histórica e conhecimento da Europa ocidental, entram na luta junto com Georg Plechanov: os catedráticos Prof. Kablukov, Prof. Manuilov, Prof. Issaiev, Prof. Skvorzov, Vlad. Iljin, Peter von Struve, Bulgakov, Prof. Tugan-Baranovski e outros. Limitar-nos-emos principalmente aos três últimos, já que cada um deles forneceu uma crítica mais ou menos completa da teoria referente ao domínio que aqui nos interessa [a oposição ao socialismo autóctone]. Esse torneio, em parte brilhante, que manteve em suspense a intelectualidade russa nos anos 90 e terminou com a vitória indiscutível da escola marxista, inaugurou oficialmente o ingresso do marxismo como teoria histórico-econômica na ciência russa. O marxismo “legal” tomou posse, então, publicamente das cátedras, das revistas e do mercado editorial econômico da Rússia, com todos os aspectos negativos inerentes. Dez anos mais tarde, quando as possibilidades de desenvolvimento do capitalismo russo se revelaram contrárias à do marxismo otimista no levante do proletariado, daquela plêiade de otimistas, apenas um será encontrado no acampamento do proletariado ([LUXEMBURG, 1913] 1985, p. 183).

Já que o foco da análise de Luxemburgo são as possibilidades gerais de desenvolvimento do capitalismo, a superação socialista pensada a partir da horizontalização da futura produção autônoma e independente tanto pelos populistas quanto pelos marxistas “legais” tinha como ponto contravertido o campo de acumulação do modo socialista de reprodução. A tese do emprego direto de capital fixo, recursos naturais e força de trabalho para a reprodução do consumo excedente dos proletarizados se encontra, portanto, numa relação de oposição e de negação com a tese do emprego direto de capital fixo, recursos naturais e força de trabalho para a reprodução do capital produtivo do futuro capaz de atender autonomamente o consumo produtivo contido do produto social total.

Por mais que o *pomo da discórdia* fosse o sentido da horizontalização, quis o Páris da História do Pensamento que a segunda tese prevalecesse. Assim como apenas a deusa da beleza poderia receber do justo Páris o pomo inscrito “para a mais bela”, apenas um marxismo normativista, catedrático e oficial – com uma identidade nacional ideologicamente legitimada – poderia planejar o futuro em que o socialismo supera o capitalismo, e que ambos se reconciliam. O momento de deixar de ser só autônomo em relação ao mercado interno capitalista e passar a ser autômato em relação ao capital europeu é, para a intelectualidade marxista russa, o momento de superação e de reconciliação do socialismo com o capitalismo. O cavalo de Tróia que aqui entra em cena é descoberto pela análise de Tugan-Baranovski acerca do Esquema de Reprodução Ampliada de Marx. No que concerne ao objetivo e à hipótese desta tese, o que resta saber é se essa artimanha pode ser a aparência sobre a qual a supressão da totalidade pode vir a se manifestar?

Como o consumo produtivo contido no produto é composto pela troca entre meios de produção e meios de consumo (a verticalização do consumo social total), a completa automatização viria do crescimento progressivamente mais acelerado do autoconsumo dos meios de produção (o trabalho contido do Departamento I⁸²) em comparação ao crescimento do autoconsumo dos meios de consumo (o trabalho contido do Departamento II). Ou seja, a horizontalização do setor de máquinas que produz máquinas é o mercado externo em que a troca entre a mais valia capitalizável e o estoque de riqueza produtiva se realiza numa proporção exata, pois é o crescimento desse setor que faz o desgaste físico e material das máquinas ser recomposto para além da poupança de trabalho que as máquinas geram. Podemos sintetizar a tese do socialismo autômato no seguinte: Se a verticalização dos setores reprodutores do consumo social total é o que leva à ampliação deste, a horizontalização do consumo produtivo contido do capital produtivo total é o que leva o capitalismo a ter como futuro possível o socialismo autômato.

Aqui encontramos o que Luxemburgo designa como a contundência do esquema de Marx da reprodução ampliada. Pelas mãos e pela mente de Tugan-Baranovski essa troca em proporções exatas ganha o status de “lei fundamental” do progresso econômico do ser humano. A teoria de Tugan é a de que “o consumo humano assume importância cada vez

⁸² Usando o esquema simples da reprodução nos fica claro perceber que o autoconsumo do departamento I é igual ao valor do capital constante de I e que o autoconsumo do departamento II é igual aos valores do capital variável e do mais valor do departamento II.

menor e a produção se torna cada vez mais o seu próprio fim” (LUXEMBURG, 1913 [1985], p. 214). O que a sociedade capitalista faz é acelerar esse processo, e a lei básica que regula essa aceleração no tempo é a evolução do desenvolvimento capitalista. Para falarmos em outros termos, o que Tugan descobriu foi a possibilidade da horizontalização do autoconsumo (o trabalho contido) dos meios de produção servir como o mercado externo capaz de operacionalizar a troca entre mais valia capitalizável e estoque de riqueza não produtiva no tempo. A lei de Tugan diz respeito à capacidade da expansão excêntrica do setor de meios de produção que produz meios de produção compensar proporcionalmente a retração concêntrica do setor reprodutor do consumo produtivo contido. Uma forma de superar a contradição-base compensando, e não superando, a contradição interna.

...com a evolução do desenvolvimento capitalista, o departamento dos meios de produção cresce cada vez mais em relação ao departamento dos meios de consumo e à custa deste. Como se sabe, foi precisamente Marx quem apresentou essa lei. Sua descrição esquemática da reprodução funda-se nessa lei, não obstante não ter levado em conta, numericamente, no desenvolvimento posterior do esquema, as alterações introduzidas, visando à simplificação da exposição. É pois aqui, no crescimento automático do departamento dos meios de produção, em comparação com o departamentos de meios de consumo, que Tugan encontrou a única prova objetiva exata para a sua teoria de que, o consumo humano assume importância cada vez menor e a reprodução se torna cada vez mais seu próprio fim. Ele faz desse conceito a pedra angular de toda sua construção teórica ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 215).

A prova objetiva e exata do desenvolvimento econômico humano é, para Tugan-Baranovski, a proporcionalidade entre as quantidades de meios de produção e as de meios de consumo que ajusta compensatoriamente a composição técnica do capital produtivo (meios de produção/valor da força de trabalho⁸³) e a taxa de mais valor do produto social total (consumo excedente/consumo produtivo contido). Em termos temporais, essa compensação em valor pode ser entendida como a relação abaixo. O que a torna necessariamente uma relação de identidade visto que, do ponto de vista do trabalho concreto, essa relação só se verificaria caso a proporção entre meios de produção e meios de consumo fosse fixa.

$$\frac{\Delta \text{tempo de trabalho demandável}}{\Delta \text{tempo de trabalho contido}} \equiv \frac{\Delta \text{consumo excedente do futuro}}{\Delta \text{Desgaste físico e material do capital produtivo empregado}}$$

O que é o mesmo que entender que a variação positiva em valor do tempo de trabalho demandável para a produção do consumo excedente é igual ao crescimento em valor do

⁸³ O valor da força de trabalho é dado pelos meios de consumo que funcionam como meios de produção. Neste caso, são meios de produção da mercadoria força de trabalho.

setor de máquinas que produz máquinas porque a variação negativa em valor do tempo de trabalho contido é igual ao crescimento do setor produtor do valor da força de trabalho que produz a força de trabalho.

Como a razão tempo de trabalho demandável/tempo de trabalho contido é a que reproduz o fluxo do produto e a fração consumo excedente futuro/desgaste físico e material do capital produtivo empregado para produzir o produto presente é a que reproduz a transformação do estoque presente em fluxo futuro, apenas o setor de máquinas que produz máquinas poderia transformar o estoque presente em fluxo de produção porque ele seria o único que serviria de demanda para a redução concêntrica do tempo de trabalho contido, ao mesmo tempo em que também serviria de demanda para que o consumo excedente futuro crescesse. Afinal de contas tanto a redução do tempo de trabalho socialmente necessário à reprodução do consumo produtivo contido quanto a ampliação do tempo de trabalho socialmente necessário à ampliação do consumo futuro dependem, do ponto de vista técnico e produtivo, de uma maior produção de meios de produção.

como as proporções aritméticas se resolvem satisfatoriamente e podem ser continuadas à vontade, *isso prova, pra ele*, efetivamente, que a acumulação capitalista poderia continuar perfeita e infinitamente – desde que se imponha a referida “proporcionalidade” que, como Tugan não poderá negar, nela intervém no princípio ou no fim. Tugan-Baranovski tem, naturalmente, *uma* prova indireta de que o esquema e seus estranhos resultados correspondem à realidade, representando um fiel retrato desta. Essa prova deve-se ao fato seguinte: na sociedade capitalista em perfeito acordo com o esquema, o consumo humano cede lugar, em importância, à produção, transformando-se aquele em meio e esta em um fim em si, da mesma maneira que se equipara o trabalho humano ao “trabalho” executado pela máquina ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 214)

3.4.1. A supressão socialista e a crítica de Luxemburgo à Tugan-Baranovski.

É exatamente com essa prova em mãos que Luxemburgo passa a disputar com Tugan-Baranovski o caminho socialista de supressão do problema da reprodução. Acredita-se que a autora só venha a se colocar neste momento do seu trabalho de História do Pensamento não só para demonstrar o que há de reconciliador na tese do socialismo autômato, mas também para deixar clara a relação dessa tese com os caracteres normativista, catedrático e oficial que o marxismo assumia naquele tempo (o legalismo). Luxemburgo começa pela ótica da reprodução do consumo social total. Indicando que o ajuste da

composição técnica com a da taxa geral de mais valor só pode ser afirmado por meio da verticalização (a troca equivalente entre meios de produção e meios de consumo) do consumo produtivo contido, e não do consumo total, a autora mostra como isso pode ser lido segundo a ótica do trabalho social que, na visão da autora, é a ótica socialista.

O crescimento do capital constante à custa do capital variável é somente a expressão capitalista dos efeitos gerais da produtividade crescente do trabalho. A fórmula $c > v$, traduzida da linguagem capitalista para a do processo do trabalho humano, tanto mais curto será o tempo necessário para que dada quantidade de meios de produção se transforme em produtos acabados. Eis uma lei geral do trabalho humano, com a validade tanto para as formas de produção pré-capitalistas quanto para as futuras, na sociedade socialista. Expressa na forma prática e objetiva do produto social total, essa lei traduz necessariamente um emprego cada vez maior de tempo de trabalho social na produção de meios de produção, em comparação com o destinado à fabricação de meios de consumo ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 218).

Logo após ela expressa que, em possibilidade, o modo socialista de reprodução do produto total alcança um patamar inimaginável de aceleração do trabalho passado acumulado em meios de produção (o estoque de trabalho concentrado). Com isso Luxemburgo procura explicitar como a supressão da contradição-base poderia se dar por meio do emprego das máquinas e da tecnologia. O que é, curiosamente, o sentido da intervenção de Baranovski.

Em uma economia socializada, organizada em moldes socialistas, de orientação planificada, essa alteração deveria ocorrer, inclusive, de maneira muito mais rápida que no caso do capitalismo atual. Primeiro, porque o emprego racional da tecnologia científica em grande escala na agricultura só será possível quando forem eliminadas as barreiras da propriedade privada do solo. Em uma grande área da produção resultará, daí, uma revolução poderosa, a qual terá por resultado geral uma substituição ampla do trabalho vivo pelo trabalho mecânico e a realização de empreendimentos técnicos de grande envergadura, para os quais não existem hoje as condições necessárias. Segundo, o emprego da maquinaria no processo de produção em geral irá apoiar-se em uma nova base econômica. Atualmente a maquinaria não entra não entra em concorrência com o trabalho vivo, mas somente com a parte paga desse trabalho vivo ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 218).

Apresentando a razão fluxo de produção/estoque de trabalho acumulado, e não a proporção fixa entre meios de produção e meios de consumo que funcionam como meios de produção, como a taxa de troca intertemporal necessária ao ajuste da composição técnica do produto total ao que viria a ser a “taxa geral de mais valor” de uma produção socialista, Luxemburgo afirma que o tipo de economia do trabalho promovida pela produção capitalista se preservará na produção socialista, mas que, em diferença, essa economia valerá primordialmente para toda a produção e não só para a reprodução do valor da força de trabalho. Eis aqui o critério sobre o qual a economia, em sua essência, se realiza. Quando

o tempo de trabalho despendido para a produção dos insumos (o trabalho contido) é crescentemente menor do que o tempo de trabalho despendido para a produção dos meios de consumo finais (o trabalho comandado excedente), o tempo de trabalho liberado equivale ao dispêndio de trabalho a ser acumulado na produção de novos meios de produção (trabalho concentrado no tempo).

Em termos formais podemos ver o que viria a ser a taxa de troca intertemporal necessária ao ajuste da composição técnica do produto total ao que viria a ser a “taxa geral de mais valor” de uma produção socialista segundo Luxemburgo em comparação com a proporção fixa entre meios de produção e meios de consumo que funcionam como meios de produção que realizaria o mesmo ajuste na teoria de Tugan.

$$\frac{\Delta \text{tempo de trabalho demandável}}{\Delta \text{tempo de trabalho contido}} = \frac{\Delta \text{fluxo de produção}}{\Delta \text{estoque de trabalho concentrado}}$$

O limite inferior da possibilidade de emprego da máquina na produção capitalista é determinado pelos custos da força de trabalho, substituída por ela. Isso significa que uma máquina só é levada em conta por um capitalista quando – para um mesmo rendimento – seus custos de produção são menores do que os salários dos operários que ela substituirá. Do ponto de vista do processo social, que será o único determinante em uma sociedade socialista, a máquina não terá que competir com o trabalho necessário para a manutenção do operário, mas com o trabalho desempenhado por ele. Isso quer dizer que em uma sociedade na qual os determinantes não são os pontos de vista referentes ao lucro, mas a economia de trabalho humano, o emprego de máquinas seria vantajoso desde que sua fabricação custasse menos trabalho do que ela poupasse em trabalho vivo ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 218).

Se na produção capitalista o aumento da composição técnica dos setores produtores do consumo excedente só pode ser resultante da expansão da troca do mais valor capitalizável com o estoque de riqueza não capitalista que faz com que o aumento da composição técnica dos setores produtores do consumo produtivo contido seja crescente em escala, na produção socialista, então, é a própria quantidade de trabalho liberado devido ao aumento do emprego de máquinas na produção do consumo produtivo contido (os insumos) que serve como o estímulo para que a produtividade do trabalho empregado no consumo produtivo contido permaneça crescendo. É neste sentido que Luxemburgo faz questão de apontar que os efeitos da tecnologia e do emprego de máquinas na sociedade socialista adquire proporções superiores às que podem ser alcançadas pela sociedade capitalista. O que nos leva a questão sobre qual é a troca que funciona como o fecho-limite

da sociedade socialista em diferença com a da sociedade capitalista, que é a troca entre a mais valia capitalizável e o estoque de riqueza não capitalista.

Assim, depois de deixar indicado que a verticalização do consumo produtivo contido também é presente no modo socialista de organização da economia, é posto pela autora que a capacidade de aceleração da acumulação de trabalho passado em relação ao crescimento do consumo total - nesta sociedade em que a economia de trabalho humano é mensurada pela poupança de trabalho vivo -, é “de dimensões incalculáveis” ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 218).

O que quê esse tipo de supressão socialista encontra como a delimitação de um fecho-limite (a razão fluxo de produção/estoque de trabalho acumulado) não é o extremo da produção de máquinas por meio de máquinas de Baranovski, mas sim o ponto de encontro do fim com o começo. Assim como no período da assim chamada acumulação primitiva a riqueza futura era de proporções inimagináveis, a futura riqueza com o socialismo também se apresenta, no agora, como um imensurável. De outro modo podemos pensar esse ponto de contato do fim com o começo observando que da mesma forma que o capitalismo emergiu do trabalho já acumulado pelo feudalismo, o socialismo só poderia vir a emergir do trabalho já acumulado no capitalismo. Nos parece, portanto, suficientemente claro que, para Luxemburgo, é o futuro que contém o que há de incalculável no modo de produção socialista, e é o presente capitalista que contém o que há de calculável no socialismo (a razão tempo de trabalho destinado à reprodução do consumo excedente/tempo de trabalho destinado à reprodução do consumo produtivo contido).

Daí decorre que, com a eliminação do lucro capitalista e com a introdução da organização social do trabalho, os limites impostos à utilização da maquinaria se ampliam de repente, a ponto de atingir as dimensões da mais valia capitalista total, e de se abrir para a máquina um campo enorme, de dimensões incalculáveis. Tornar-se-á evidente, então, que o modo de produção capitalista, que supostamente propicia um desenvolvimento técnico extremo, encontra no lucro - seu pressuposto básico - efetivamente uma forte barreira social que se opõe ao progresso técnico, que, com a ruptura dessa barreira, avançará tão poderosamente, que os milagres técnicos da produção capitalista irão parecer-nos totalmente pueris ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 218)

Tem algo de extremamente singular na maneira pela qual Luxemburgo apresenta o fecho-limite de um modo de reprodução socialista. Pela primeira vez o socialismo não é pensado por meio de algum tipo de horizontalização. Como, tanto a reprodução do produto (o fluxo de produção) quanto a do estoque total de meios de produção (o trabalho

acumulado) estão mensurados com base no trabalho vivo correntemente empregado (o trabalho social), a alteração da composição técnica é a mesma da “taxa de mais valor”, sendo que, essa alteração depende apenas da direção do movimento. O quão concêntrico for o movimento de redução do trabalho vivo empregado para o consumo produtivo contido tanto maior será o movimento excêntrico de acumulação de estoque total de novos meios de produção, pois maior será o tempo de trabalho e o número de trabalhadores liberados para que a acumulação do imensurável (o socialismo a ser construído) se efetive.

Este resultado só poderia ocorrer caso a verticalização não se desse só entre os departamentos de meios de produção e de meios de consumo dos produtos responsáveis pela reprodução do consumo que satisfaz as necessidades do “estômago”, por assim dizer, mas se desse também, com esse mesmo tipo de divisão técnica do trabalho, em produções dedicados à fabricação dos produtos que satisfazem às necessidades que vem da “fantasia”. O que podemos aqui chamar de produtos imensuráveis.

É curioso ver que, escalonando a ideia de Tugan-Baranovski de que uma taxa proporcional de troca serviria como explicação suficiente do que é o mercado externo futuro e socialista, Rosa Luxemburgo relaciona o socialismo a uma sociedade em que a verticalização do consumo produtivo contido e do consumo excedente dos mensuráveis seria coadunada com a verticalização do consumo produtivo contido e do consumo excedente de imensuráveis por meio da troca do consumo excedente de ambas as produções. O que é o mesmo que assumir uma verticalização entre tangíveis e intangíveis, pois o que a produção de tangíveis produz como consumo excedente é o que atende às necessidades que vem do “estômago” dos trabalhadores empregados na produção de intangíveis⁸⁴, e, do mesmo modo, o que a produção de intangíveis produz como consumo excedente é o que atende às necessidades que vem da “fantasia” dos trabalhadores empregados na produção de tangíveis.

$$\frac{\text{tempo de trabalho demandável de tangíveis} = \text{tempo de trabalho contido de intangíveis}}{\text{tempo de trabalho demandável de intangíveis} = \text{tempo de trabalho contido de tangíveis}} = 1$$

Como uma fase de transição, podemos observar que essa verticalização entre tangíveis e intangíveis se refere ao seguinte. É da demanda pelo intangível socialismo que se pode comandar o trabalho vivo e os meios de produção necessários a construção das

⁸⁴ Cuidado para não confundirmos essas necessidades com o consumo produtivo contido de intangíveis.

condições físicas e materiais desse novo modo de reprodução e desenvolvimento do ser social.

Se, no capitalismo, é a troca equivalente entre os trabalhos demandáveis do departamento de meios de produção e de meios de consumo que determina o trabalho do consumo produtivo contido e o crescimento em escala deste consumo depende da relação de troca do mais valor a ser capitalizado no mercado interno com o estoque de riqueza não capitalista presente nos mercados externos, no socialismo a troca entre os trabalhos demandáveis do departamento de meios de produção e de meios de consumo é presente tanto na produção de tangíveis quanto na de intangíveis⁸⁵, mas a possibilidade do consumo produtivo contido de ambos crescerem em escala dependerá da troca entre os consumos excedentes dos dois tipos de produções.

Ainda que seja escalonando a tese de Tugan, pela primeira vez o socialismo aparece no texto de Luxemburgo como um modo econômico de reprodução em direção ao intangível, isto é, como sociedade da abundância em que o tempo livre é todo ele destinado às produções que promovam o desenvolvimento “espiritual” do ser social por meio do desenvolvimento material, e não o inverso como faz a sociedade do capital.

E assim a relação entre os dois departamentos da produção social, na qual os marxistas russos pretendiam ver a expressão específica do aviltamento capitalista, do desprezo pelas necessidades de consumo, na verdade, se revela a expressão correta do domínio progressivo da Natureza por parte do trabalho social, uma expressão que deverá assumir sua forma mais marcante quando as necessidades humanas constituírem o único parâmetro determinante da produção ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 219)

Visto que as necessidades humanas são vindas ou do “estômago ou da fantasia” (MARX, 1867 [2013]), a única possibilidade da concentração de trabalho no tempo (a produção do estoque de novos meios de produção) não demandar trabalho vivo do trabalho necessário à reprodução do produto totalmente consumido é fazer do trabalho vivo empregado nas produções do estoque de meios de produção o trabalho futuro, o que incluiria a capacidade produtiva do consumo futuro. É por esse ângulo que podemos observar o que há de comum entre a análise de Tugan-Baranovski e a de Rosa Luxemburgo: ambas reivindicam o socialismo como uma sociedade do progresso material.

⁸⁵ No capitalismo o crescimento da produtividade do trabalho nas produções dos intangíveis não é condição para a acumulação de capital, mas sim resultado, pois esse aumento só pode vir como consequência do aumento da produtividade do trabalho de produções tangíveis que atendam às necessidades básicas de reprodução da força de trabalho, ainda que do ponto de vista das necessidades sociais de reprodução da força de trabalho entrem produções de intangíveis.

A razão para afirmarmos este ponto como o comum entre as visões de Baranovski e Luxemburgo é a seguinte. Ao afirmar que, depois de superadas as barreiras da propriedade privada do solo, uma “revolução poderosa” ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 218) substituirá trabalho vivo por trabalho mecânico, que “empreendimentos técnicos de grande envergadura” ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 218) se realizarão e que, para a máquina, se abre “um campo enorme, de dimensões incalculáveis” ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 218), Luxemburgo deixa perceptível sua noção de que a aceleração do movimento excêntrico da produção de tangíveis pode ser realmente conjugada com a exponenciação do movimento excêntrico da produção de intangíveis. A acumulação de trabalho passado em novos meios de produção a serem empregados para o consumo futuro de tangíveis e intangíveis em relação ao trabalho vivo empregado para a reprodução do fluxo de produção que atende ao consumo presente, também de tangíveis e intangíveis, só pode se acelerar de modo concomitante, fazendo com que ambas as produções progridam em escala, caso o sentido do consumo futuro seja o aumento do intangível que necessariamente requer o tangível e o sentido do consumo presente seja o aumento do tangível que é impreterivelmente necessário ao aumento do intangível.

No limite o que essa concepção exprime é que apenas o imaginário pode ser o limite superior do real e apenas a natureza pode ser o limite inferior do real. Sendo assim, a única taxa de troca que é possível de ser pensada como o limite-fecho que reconcilia os dois extremos gerais do desenvolvimento humano (a dimensão natural e imaginária) é a troca entre os produtos tangíveis do trabalho humano responsáveis por reproduzir a vida econômica do ser social (o ser em si) e os produtos intangíveis do trabalho humano responsáveis por reproduzir a vida ideológica do ser social (o ser para si).

A partir disso podemos retomar a ideia de que a reconciliação (o terceiro momento da dialética hegeliana) se apresenta como a forma do vir a ser porque, a nível do movimento da consciência, se faz necessário pensar um limite-fecho como um futuro a ser chegado. No entanto, tal reconciliação por estar limitada ao movimento da consciência é, sobretudo, apenas parte do todo em aberto (a História) que faz a contradição permanecer e, por assim ser, é o fim e o começo ao mesmo tempo. Logo, apenas no plano da consciência, um pôr teleológico pode ser afirmado como um vir a ser. Com a dialética do movimento da consciência (a supressão como razão) chegamos à compreensão de que o socialismo não

é apenas um futuro imaginado, mas que ele é, no atual presente, o ser abstrato que funciona como o vir a ser a ser concretizado. Ou seja, ele é a reconciliação do ser em si com o ser para si.

Dado que é no contexto da controvérsia russa que o futuro é tomado como o mercado externo, observamos que o movimento histórico da consciência de si (a ciência da História do Pensamento) tem como conclusão-síntese a descoberta de que o ponto limite-último da reprodução capitalista é o que coloca em relação de contradição o socialismo autóctone e o socialismo autômato. Assim sendo, a conclusão alcançada por essa tese é a de que a forma fenomênica pela qual o terceiro momento da dialética se manifesta na consciência, que é a que revela o vir a ser como por teleológico, é o socialismo capaz de reconciliar a reprodução natural e imaginária do ser social. O caminho de supressão da contradição-base (a essência da reprodução capitalista) reside, portanto, neste tipo de socialismo.

O direcionamento da produção do consumo básico para o desenvolvimento da natureza do ser social – o que é atingido pela produção verticalizada de tangíveis – só se orientaria pela produção do consumo não básico caso este esteja orientado para o desenvolvimento imaginário do ser social, que é atingido, por sua vez, pela produção verticalizada de intangíveis. O que só seria possível na medida em que cada humano usufruísse da liberdade de seu tempo livre trazendo a terra o que só vive nos céus e levando aos céus o que só há na terra.

No capítulo chamado *O fim do Marxismo “Legal”* Luxemburgo mostra que fim levou o sujeito que encontrou na horizontalização do setor de máquinas o limite fecho do sistema capitalista. O que é extremamente curioso e autêntico da parte de Luxemburgo é a referência que ela faz à relação natureza-imaginário no momento em que ela busca afirmar o porquê do fim de Baranovski ter se dado do jeito que se deu. Para o que era a situação presente do sujeito histórico àquela época, este fim representou efetivamente um novo começo para o socialismo na Rússia.

Para finalizar, Tugan-Baranovski, o mais consequente dos três [marxistas “legais”], arranca, com a primitiva alegria de um jovem filho da Natureza, todos os sustentáculos econômicos objetivos da teoria socialista para reconstruir um mundo “mais belo” sobre os fundamentos da “Ética”. “O indivíduo protesta contra a ordem econômica que transforma o fim (o homem) em meio e o meio (a produção) em fim”. Os três marxistas russos nos mostraram, pessoalmente, quanto eram fracos e inconsistentes as novas bases do socialismo, visto que logo após o haverem fundado, novamente lhe deram as costas. Enquanto na Rússia as massas lutavam arriscando as

próprias vidas pelos ideais de uma ordem social que deveria sobrepor o fim (o homem) aos meios (a produção), o “indivíduo” se amoita e encontra em Kant sua paz filosófica e ética. Os marxistas russos “legais” chegam, na prática, ao local para o qual os levaram suas posições teóricas: ao acampamento das “harmonias” burguesas ([LUXEMBURG 1913] 1985, p. 222).

A reconciliação do presente capitalista com o futuro socialista que se funda numa taxa de troca de proporção fixa capaz de fundar a indústria socialista horizontalmente integrada desagua na ética de Kant, enquanto que a reconciliação pelos extremos que compõem o real – a Natureza e o Imaginário - continuou se fazendo como a necessidade presentemente real das massas que se encontravam, naquele tempo, em meio a luta por um ideal de ordem social.

Conclusão

A conclusão elementar desta tese é a de que a ação revolucionária que suprime a contradição-base (o problema da reprodução) no sentido da superação do modo capitalista de reprodução só pode ser aquela que faz o movimento histórico permanecer.

Entendendo ser possível reconhecer, em sua autenticidade, o terceiro momento da dialética da consciência por meio da ciência da História do Pensamento, concluímos que a supressão socialista da contraposição entre a reprodução econômica e a ideológica da sociedade capitalista aparece, na História do Pensamento Econômico, como uma reconciliação das condições de desenvolvimento da natureza desta sociedade com as condições de desenvolvimento do seu imaginário. A partir disso, o que se constatou foi que, independentemente da proporcionalidade, a troca entre o tempo de trabalho excedente dedicado à reprodução constante do próprio trabalho (a natureza do ser social) e o tempo de trabalho excedente dedicado à reprodução alternada das atividades de criação (o imaginário do ser social) é aquela que, em sua aparência, permite a superação da contradição-base do capitalismo sem que a contradição interna dessa sociedade seja preservada.

Observando como o ser em si e o ser para si é trabalhado na investigação de Rosa Luxemburgo sobre a reprodução do ser social, verificamos que o movimento dialético do ser em si e do ser para si se identificam nos momentos em que a verdade da consciência da coisa e a verdade da certeza do sujeito também se identificam. Sendo essa identificação a que fornece a unidade do sentido com o significado, também verificamos como essa mesma identificação se identifica com o que torna o sentido e o significado dissociados (em diferença um com o outro). A identidade do começo com o fim, que é o momento do retorno (o fecho no tempo), e a identidade - que é o *Eu Absoluto* - da totalidade em aberto com a particularidade em si mesma (o fecho no espaço) são as identidades que, a nível da consciência, reapresentam a unidade e a dissociação em simultâneo⁸⁶ e, por causa disso, as entendemos como as delimitadoras da diferença do ser em relação ao seu meio.

São elas, portanto, as identidades que permitem à consciência a afirmação de um todo-complexo suprassumido de seu meio - que é de onde o suprassumido se origina - pois

⁸⁶ O fecho sempre aberto da História.

são essas as que reestabelecem, no espaço-tempo, a unidade e a diferença sempre presentes na relação entre o todo e a parte. Assim sendo, é sempre possível, a nível da consciência, afirmar a eternidade do momento presente como o fecho-limite do que é suprasumido em relação ao todo resto, que é o seu meio (a negação). Logo, para a consciência afirmar o ser suprasumido à parte de seu meio ela depende da identificação dos limites que determinam o invólucro-fecho desse ser, que é ela mesma em reflexo, e, sendo assim, a simultaneidade da unidade e da diferença é algo que sempre devém. Portanto, para lidarmos com uma problemática sobre a relação daquilo que é com aquilo que não é, – o que é a reprodução capitalista e o que não é (o seu meio)? – vimo-nos na necessidade de reconhecer a identidade da sequência de identidades como o fecho-limite que permanentemente aparece no movimento histórico da consciência de si.

Esta ontologia presente na investigação filosófica de Hegel sobre a consciência nos auxilia na compreensão do fenómeno da identidade da sequência de identidades, no entanto, isto não se deve apenas ao reconhecimento da eternidade do presente como o fecho-limite do movimento da consciência, mas, se deve sobretudo, pelo reconhecimento de que tal identidade é a manifestação da unidade fechada em si mesma (o ser suprasumido). Por ser a reconciliação do em si com o para si, tal fenómeno (a suprassunção) faz da permanência do movimento um eterno suprimir de seu próprio momento presente. O modo dialético pelo qual o real em si e o real para si (a consciência de si suprimida do todo-resto) se reapresenta como unidade e como diferença é a verdadeira razão do movimento histórico da consciência do ser. Foi graças a percepção de que é a simultaneidade da diferença que faz suprasumir (singularizar) e da unidade que faz reconciliar (universalizar) a causa lógica do movimento do real na consciência que nos asseguramos sobre o quão possível é para um sujeito numa relação espaço-tempo sempre distinta da do seu objeto (o historiador do pensamento) realizar a síntese em que a aparência do vir-a-ser a ser concretizado se manifesta.

Assim, nos foi permitido alcançar a compreensão de que a identificação da sequência de identidades é o que determina o imaginário como o complexo suprasumido em relação ao complexo da ideologia. Sua natureza é a de ser o delimitador do fecho-limite sempre presente e é devido a essa natureza que o imaginário tem como função central a recolocação do movimento e da contraposição do ser em si e para si. Contudo, quando essa natureza

assume o caráter controvertido, isto é, quando o imaginário está em relação de oposição e de negação com a ideologia, ele se torna a forma pela qual o vir-a-ser a ser concretizado se manifesta. Ou seja, se torna o por teleológico capaz de oferecer o caminho de supressão da totalidade presente por ser ele mesmo o delimitador dessa totalidade, que é também potente de vir-a-ser.

Visto ser esse imaginário, suprassumido da ideologia, o meio pelo qual a unidade e a diferença se fazem como o eterno suprimir do movimento, nos ficou cada vez mais claro que a reconciliação da contraposição do ser em si com o para si se encontra na investigação do movimento dialético da consciência de si, pois é esse que nos permite a diferenciação do imaginário do ser e o do não ser. Entramos, portanto, na realização da ciência da História do Pensamento como síntese que nos informa sobre a aparência da supressão da totalidade presente, que é o por teleológico capaz de realizar a História do Pensamento como fenômeno.

O nosso primeiro resultado é o de que o significado clássico do problema da reprodução está circunscrito à análise da reprodução do consumo social total, enquanto que o significado russo está circunscrito à da reprodução ampliada. A investigação da reprodução simples topa com uma análise, da parte de Luxemburgo, sobre o esquema marxista da reprodução simples cuja base é a controvérsia clássica que se desenrola entre a Escola de Ricardo e seus críticos. Nesta análise a autora argumenta sobre a impossibilidade de tratar a reprodução ampliada partindo unicamente das condições da reprodução simples. Caso contrário, o caminho falacioso da leitura de Say da teoria do capital de Smith (a troca equivalente entre valor de uso e valor de troca) poderia se fazer valer - como é o caso da teoria econômica até hoje - e, conseqüentemente, a lei do valor poderia ser interpretada como uma troca intertemporal entre capital e renda em que as quantidades estocadas de meios de produção e mercadorias finais se ajustariam compensatoriamente em direção a um equilíbrio entre oferta e demanda, que é, na verdade, sempre pressuposto.

Na concepção de Luxemburgo, a origem do capital reside na lei do valor que estabelece a troca equivalente como aquilo que dá o domínio (no sentido do fecho-limite) da produção capitalista, isto é, o que lhe torna um modo de reprodução suprassumido em si mesmo. Já a realização dessa origem em seu movimento histórico - a contraposição do ser em si e do ser para si - é apreendida pela maneira como a reprodução do capital social total

é resultado da conciliação da reprodução simples com a ampliada. A razão para tal, segundo o nosso entendimento do que é o entendimento da autora, é que a reconciliação do capital consigo mesmo (o terceiro momento) se dá com a mercantilização que o conduz à capitalização da produção de mercadorias.

Como é por meio da produção das mercadorias que possuem valor e valor de uso (a mercantilização) que o capital realiza a sua essência acumulativa valorizando o valor (a capitalização), a reprodução continuada do capital depende da troca dos produtos do trabalho humano que possuem valor de uso e valor de troca para além da troca das mercadorias que possuem valor de uso e valor. A reconciliação se efetiva, portanto, na capitalização conduzida pela expansão da mercantilização e, em assim sendo, concluímos que o problema da reprodução surge como o ponto de chegada da solução do problema da realização.

A identidade que reestabelece a diferença do ser em si com a unidade do ser para si demonstra, portanto, que é a extensão do domínio da lei do valor na relação espaço-tempo a causa da reprodução ampliada do capital social total. Ou seja, é partindo da teoria originária da reprodução capitalista (Smith) que poderemos reconhecer os limites da mercantilização e, para além disso, reconhecer a solução do problema da realização que supera o problema da acumulação e recoloca o da reprodução.

A relação que promove a simbiose do processo de ampliação da capacidade produtiva da manufatura (a divisão social do trabalho que envolve simultaneamente a verticalização e a horizontalização) com a capacidade de extensão do mercado (a troca de produtos do trabalho humano que possuem valor de uso e valor de troca) é a relação-chave que explica o fecho-limite da análise da reprodução (o momento do domínio da lei do valor) e, ao mesmo tempo, demonstra o que é o ponto-zero da História do Pensamento Econômico sobre o problema da reprodução. A troca que realiza a expansão da lei do valor para fora de seus domínios é a que recoloca a necessidade de contínua expansão do domínio dessa lei, e, assim sendo, é da expansão dessa troca (a que cria o mercado) que a acumulação se realiza tanto como solução quanto como problema (a diferença no ser em si e a unidade-síntese do ser para si).

No entanto, o que encontramos como o principal resultado de nossa investigação do problema da reprodução no contexto da controvérsia clássica não foi a descoberta de que o fecho-limite da teoria clássica impunha a troca entre produtos do trabalho humano e mercadorias como condição de explicação da reprodução ampliada. O nosso principal resultado foi ver como isso se conecta ao problema do valor. A partir da compreensão clássica da reprodução simples como o fecho-limite descobrimos que, para Luxemburgo, não é da expansão do consumo excedente que se alcança as condições de acumulação do capital produtivo, mas sim, que é da extensão do tempo de trabalho comandado pelo capital social total, em conjunto com o crescimento quantitativo da riqueza genérica incorporada à reprodução capitalista, que essas condições são verdadeiramente alcançadas. É, portanto, a diferença entre o valor como trabalho contido no produto total final e o valor como trabalho comandado pelo capital (a dupla teoria do valor de Smith) que nos informa sobre como a troca entre produtos do trabalho humano e mercadorias realiza a expansão da lei do valor e a acumulação do capital produtivo.

A dificuldade de Smith em encontrar uma mensuração para o valor do produto total é investigada por Luxemburgo nos capítulos 2 e 3 e, em conjunto com os resultados de Marx no *Teorias da Mais Valia* ([1905], 1980) chegamos à conclusão de que a compreensão da autora sobre o problema do valor em Smith é o que fundamenta a diferença entre a reprodução do consumo social total (o ser em si) e o que o esquema marxista da reprodução simples (o ser para si) representa. Concluímos que a unidade do movimento de ambos se encontra no seguinte. Do tempo de trabalho abstrato socialmente necessário à reprodução do consumo social total, quanto é tempo despendido para a reprodução do consumo produtivo contido e quanto é tempo despendido para a reprodução do consumo excedente.

A impossibilidade de Smith em usar a medida do trabalho comandado para o produto total residia no fato dele não conseguir solucionar a troca equivalente entre o consumo produtivo contido e o consumo excedente como o fundamento da troca entre capital e trabalho (ótica do trabalho abstrato) e entre os meios de produção e o produto final (ótica do trabalho concreto). Marx reconhece o tempo de trabalho contido como aquele cujo valor do capital constante desgastado e o valor dos insumos é repostos e o tempo de trabalho excedentemente comandado pelo capital social total - e não o tempo excedentemente não pago pela produção total como pensava Smith - como aquele reproduzidor do consumo do

excedente (a renda despendida). É graças a esse reconhecimento que identificamos a troca equivalente entre o capital variável e a força de trabalho, ou a troca entre os meios de produção empregados para a produção do capital variável e os produtos finais desse mesmo capital, como a troca equivalente que estabelece, portanto, o domínio da lei do valor (o fecho-limite inferior).

A troca equivalente entre o trabalho comandado pelo Departamento I com o trabalho comandado no Departamento II é a que garante a reprodução simples de todo o consumo social na medida em que esta troca representa a igualdade do tempo de trabalho do consumo produtivo contido total com o setor verticalmente integrado de bens-salários (meios de produção e meios de consumo finais consumidos pelos trabalhadores para a reprodução das condições físicas e sociais da força de trabalho totalmente empregada). Este é, portanto, o nosso entendimento sobre o que fundamenta o domínio da lei do valor e o espaço interno da reprodução capitalista do consumo social total. Este fecho analítico, diferentemente da maneira clássica de lidar com a reprodução simples, contrapõe as condições internas de reprodução do consumo social total e as condições externas de reprodução do capital produtivo total, haja visto que a teoria do capital de Say não é assumida como explicação da troca entre capital e renda justamente porque o valor do produto, da renda e da riqueza não são equivalentes e a reprodução do capital não está restringida à reprodução do produto.

Esta solução só foi possível graças ao modo como Luxemburgo trabalha o esquema marxista da reprodução simples. Na concepção da autora ele é a forma pela qual Marx resolve o problema da medida do valor em trabalho comandado de Adam Smith, e é também a representação que nos esclarece sobre como a troca entre capital e produto, e não entre produto e renda, é a condição física para que o valor do consumo social total se reproduza. O que já nos encaminha para o problema da realização, pois, sendo o trabalho comandado pelo capital o reprodutor do valor do consumo social total, a demanda do capital por mais trabalho é a única que pode fazer com que esse valor se altere. Como já havíamos percebido que os problemas em análise estavam associados a troca entre produtos do trabalho humano que possuem valor de uso e valor de troca e mercadorias, observamos a possibilidade dessa demanda se efetivar através da precificação, por parte do capital, dos produtos do trabalho humano não incorporados ao domínio da lei do valor.

O problema da realização surge, assim, como questão a ser superada e a troca que realiza a conciliação da reprodução do consumo social total com a acumulação de capital produtivo pode ser finalmente investigada. Com o esquema simples é possível diferenciar o consumo produtivo contido e o consumo excedente e, mais do que isso, nos permite perceber que a troca entre produto e renda delimita apenas o fecho-limite da reprodução do consumo social total e não da reprodução do capital social total.

Com isso em mãos, observamos que o elemento comum da teoria de Luxemburgo com as teorias do Princípio da Demanda Efetiva é que as condições de capitalização se encontram num mercado-outro que representa um ente sempre externo e absoluto; o que entendemos aqui como sendo o futuro. Com essa semelhança nos ficou claro que a determinação da demanda por investimento em capital produtivo era a questão chave de Luxemburgo, pois, se o problema da reprodução tem início com a solução do problema da realização, descobrir se a demanda por investimento é induzida pela demanda final por consumo de um mercado futuro era o passo fundamental para que a autora argumentasse sobre como condições externas de reprodução do capital produtivo explicam as mudanças do nível do produto a longo prazo.

Para os teóricos cujas preocupações estão orientadas para o que determina o nível do produto, essas variações da demanda final do mercado-futuro é uma espécie de limite-fecho superior que sempre acaba tratando a riqueza patrimonial e financeira como um estoque dado para qualquer consumo, seja ele do presente ou do futuro. Esta forma de conciliar a reprodução simples com a ampliada nos permite observar que a mercantilização capaz de levar à capitalização se dá, para os teóricos do PDE, na troca entre renda e riqueza patrimonial e financeira, enquanto que, para Luxemburgo, ela se dá na troca entre a riqueza genérica não submetida à lei do valor e o capital. Para ela, o limite-fecho superior só poderia ter sentido caso ele se manifestasse como um vir-a-ser a ser necessariamente concretizado (o consumo futuro). Portanto, para a autora, o problema da realização não se refere à realização do mais valor e nem do sobreproduto, mas sim a realização do mais valor a ser capitalizado (o lucro futuro) porque este problema não se refere a troca entre produto e renda (a reprodução simples), mas sim entre capital e produto (a reprodução ampliada).

Dessa forma, nos termos limitados da controvérsia clássica podemos caracterizar o problema da reprodução como a impossibilidade de compatibilizar as condições fixas e

circulantes da reprodução do capital produtivo total com as condições constante e variável da reprodução do consumo social total por meio da realização do mais valor capaz de ampliar o domínio da lei do valor. Tratado nesses termos o problema da reprodução é identificado como uma dissociação permanente no tempo e no espaço que pode ser solucionada, mas que não superada. É neste ponto que nos dirigimos para os críticos céticos da Escola de Ricardo, pois, para eles, as soluções do problema da realização se encontram nos mercados que são externos ao mercado nacional e à Grande Indústria. A ideia é a de que a solução do problema da realização leva à permanência do problema da reprodução justamente pelo fato dessa solução depender da troca entre renda e riqueza. É esta a ideia que conecta os críticos céticos da Escola de Ricardo aos teóricos do PDE.

Dado que, para Luxemburgo, a reconciliação da reprodução simples com a ampliada depende da solução do problema da realização em algum elemento exógeno em relação ao domínio da lei do valor (a reprodução do consumo social total), uma teoria do produto como ponto de conexão das condições de distribuição do produto e as condições de acumulação do capital só poderia se limitar a conclusões acerca da reprodução ampliada do consumo social total. O que deixa em aberto a reprodução ampliada do capital social total visto que essa questão depende fundamentalmente da reprodução ampliada do capital produtivo total. Porém, mais importante que isso, vemos que, por estarem limitadas ao fecho analítico da troca entre produto e renda, as soluções dos céticos se restringiam a percepção de que a troca entre renda e riqueza se equivaleria em termos de valor a troca entre produto e riqueza. A teoria do capital de Say não é, portanto, completamente abandonada.

O ponto de ligação dos críticos da Escola de Ricardo com os teóricos do PDE se clarifica ainda mais quando observamos o seguinte. A única possibilidade lógica da análise clássica da reprodução ampliada se sustentar como uma solução do problema da realização que leva à acumulação de capital produtivo é afirmando que são as variações da demanda final vindas do mercado-futuro as determinantes da reprodução futura do consumo social total. Assim sendo, o real problema dos teóricos do PDE é encontrar o tipo de gasto que realiza a demanda final vinda do mercado-futuro e que, ao mesmo tempo, conduza a economia à ampliação da capacidade produtiva instalada. O que é o mesmo que encontrar o mercado em que a troca entre produto e renda se coordene com a troca entre renda e riqueza, segundo o caminho indicado por Sismondi, ou o mercado em que a troca entre

capital e trabalho se coordene com a troca entre renda e riqueza, como no caminho deixado por Malthus.

Para Sismondi o mercado que coordena as trocas entre produto e renda e entre renda e riqueza é o que se dá entre o sobreproduto e o consumo dos pauperizados, sendo que, este mercado pode atuar na extensão da troca entre capital e trabalho ou não. Sismondi entende, portanto, que é a troca entre produto e renda o fecho analítico da teoria da reprodução ampliada do consumo social total. Percebemos isso como uma confusão entre o que é a lei do valor e o seu domínio com o real sentido do postulado de Say. O subconsumo é visto como o consumo dos pauperizados não incorporados ao mercado de força de trabalho (o que não é o mesmo que os desempregados), e o aparecimento desse consumo está em consonância com o consumo supérfluo, que é visto como a capacidade ociosa instalada e o consumo exuberante da classe capitalista. A troca que realiza o sobreproduto por meio do consumo dos pauperizados é compensada, em termos de valor, por um aumento do consumo supérfluo, seja ele de meios de produção ou de mercadorias finais. A solução do problema da realização do sobreproduto acontece, assim, no comércio dos produtos finais com os mercados estrangeiros e com os pauperizados.

Com a delimitação da reprodução simples como ponto de partida da análise da acumulação, o gasto que realiza a demanda final vinda do mercado-futuro é aquele em que a troca entre renda e riqueza se dá entre as mercadorias que possuem valor de uso e valor e as que possuem valor de uso e valor de troca. Esse é o verdadeiro mercado externo da análise de Sismondi e de Malthus. Isto, porém, na concepção de Sismondi, nada mais é do que conceber esse gasto como uma transferência de renda para a realização do sobreproduto pelo consumo dos pauperizados em troca de um estoque de capacidade produtiva instalada nos setores reprodutores do capital variável (o que implica um estímulo ao consumo exuberante dos trabalhadores). A troca equivalente e intertemporal entre renda e capital permanece sendo explicada por uma variação nas quantidades finais que são compensadas, em termos de valor, por mercadorias insumo e por novos meios de produção.

Como, para Malthus, a coordenação que realmente importa é a que se dá na relação da troca entre renda e riqueza com a troca entre capital e trabalho, o gasto realizador da demanda final do mercado-outro é determinado pela transferência de renda para a realização do consumo exuberante dos trabalhadores em troca de um estoque de capacidade

produtiva instalada nos setores reprodutores das mercadorias específicas, que, no caso de Malthus é a fé. O que diferencia a solução de Malthus da de Sismondi é que o ponto de partida do crescimento a longo prazo do produto no primeiro está no estímulo ao consumo exuberante dos trabalhadores e não na realização do sobreproduto. Este consumo exuberante nada mais é do que o acesso dos trabalhadores e dos pauperizados às produções e serviços específicos cuja produção se refere a “mercadorias” que possuem valor de uso e valor de troca. A inspiração de Keynes na formulação de Malthus pode ser vista, a partir dos nossos resultados, como uma substituição dos serviços oferecidos pela Igreja com a produção da especificidade fé pelos serviços que constituem a especificidade Estado-Nação de Bem-Estar Social.

Ao lançarmos um olhar sobre a relação da troca entre renda e riqueza, que até então vinha se apresentando como sendo o limite-fecho superior, com a troca entre capital e trabalho, que é o limite-fecho inferior, podemos constatar que o real limite-fecho superior (o não capital vs o capital) se encontrava na relação do tangível presente com o intangível futuro, e não na relação do sobreproduto nacional com o estoque de novos meios de produção. A vantagem do caminho malthusiano de compreensão da reprodução ampliada do consumo social total é que ele se estabelece entre dois extremos – a troca entre capital e trabalho e a troca entre renda e riqueza – e, é devido a isso que a reconciliação da reprodução simples com a ampliada pode ser pensada como o caminho do meio. A reprodução ampliada do consumo social total é possível desde que novos mercados sejam criados e que, em seguida, sejam incorporados à reprodução do valor.

Verificamos que o entendimento de que há um mercado em que produtos do trabalho humano com valor de uso e valor de troca são trocados por mercadorias que possuem valor e valor de uso se preservava diante desse caminho de reconciliação. Porém, a compreensão de que é ele o realizador da demanda final do mercado-outro só seria possível com a investigação sobre como a realização dessa demanda afetaria as relações capital/produto e renda/riqueza. Seguindo o sentido dado por Luxemburgo sobre essa questão, concluímos que a troca da natureza e dos produtos do trabalho humano por mercadorias é a que realiza a expansão da troca entre produto e renda, pois é ela que pode, simultaneamente, acelerar a troca entre capital variável e força de trabalho, aumentando o mais valor relativo, e extenuar a troca entre renda e riqueza, aumentando o mais valor absoluto. Esta é a

reconciliação da reprodução simples com a ampliada que é possível para o contexto histórico da controvérsia clássica.

Trata-se, portanto, da reconfirmação da contraposição das condições internas de reprodução do consumo social total com as condições externas (não capitalistas) de reprodução do capital produtivo total. Não restou dúvidas de que o verdadeiro fecho analítico superior se encontrava realmente na relação do capital com o seu meio. Este caminho de reconciliação é válido porque ele recoloca o problema da reprodução e deixa em aberto a questão da reprodução ampliada do capital produtivo, trocando-a pela solução do problema da realização que promove a reprodução ampliada do consumo social total. Unidos da identificação do retorno da contraposição do ser em si com o ser para si, percebemos que a reprodução ampliada do consumo social total era o que evidenciava a simultaneidade da negação e da afirmação. O problema é recolocado ao mesmo tempo em que ele é solucionado.

A troca que concilia as trocas capital/trabalho e renda/riqueza é a que se dava, portanto, entre o capital e a riqueza. Segundo a compreensão de Luxemburgo, as condições exteriores pelas quais a reprodução ampliada do capital produtivo total se efetiva está, portanto, no mercado em que o capital é vendido em troca de maior comando do tempo de trabalho abstrato socialmente necessário e que a força de trabalho e a natureza são vendidas em troca de poder de compra. Como a taxa de troca que realmente importa a Grande Indústria é a que se dá entre o capital variável e a força de trabalho, o maior comando sobre o tempo de trabalho só é útil para a sustentação da reprodução ampliada caso a taxa geral de mais valor (consumo contido/consumo excedente) cresça mais aceleradamente que o tempo de trabalho total despendido para a reprodução do consumo produtivo contido.

Este caminho de reconciliação nos permitiu observar que uma teoria da reprodução ampliada do capital social total poderia ser sustentada por meio da análise da contraposição do capital com a sua negação. A partir disso conseguimos identificar a contradição-base, que é a essência do problema da reprodução, e a contradição interna como as verdadeiros fechos-limite superior e inferior de uma análise dialética. O caminho da reconciliação presente no pensamento de Luxemburgo se vislumbra com o reconhecimento de que as trocas entre capital/trabalho e entre renda/riqueza são as contradições que determinam o involucro do ser suprasumido (a reprodução ampliada do capital social total), e que a troca

entre capital e riqueza não capitalista é a unidade do todo com a parte. Daqui por diante a análise dos mercados externos em Luxemburgo, sua categoria mais central, pode ser encampada, pois, por ora, a compreensão das condições externas de reprodução do capital produtivo total já contava com a descoberta da troca que é realizada no mercado externo.

Ficou esclarecido que é a troca do mais valor capitalizável por riqueza não capitalista o mercado externo que realiza a reprodução ampliada do capital social total segundo a concepção de Luxemburgo. Chega-se finalmente à compreensão de que os mercados externos são os modos de produção de vida social ou de mercadorias e serviços específicos, tangíveis e intangíveis, que tem as suas condições de permanência associadas a reprodução capitalista através da troca entre o mais valor a ser capitalizado (a demanda *just in time* do mercado interno) e a riqueza não capitalista (o estoque de força de trabalho, meios de produção, terras e recursos naturais ainda não empregados ou submetidos à reprodução capitalista). Esta é a troca responsável por estender o tempo de trabalho e os recursos naturais e humanos sob o comando do capital social total e realizar, ao mesmo tempo, a reprodução ampliada do consumo excedente e do capital produtivo total. O mercado interno é, por sua vez, constituído pela reprodução simples do consumo social total e pela reprodução ampliada do consumo produtivo contido.

Em seguida procuramos investigar como os mercados externos poderiam servir de meio para a superação do modo de reprodução capitalista. O que se constatou foi que o mercado externo a ser considerado para uma avaliação como essa é, necessariamente, o futuro. Isto porque a problemática em questão, dado o que foi depreendido da análise de Luxemburgo, consiste em conhecer o mercado que, ao superar a contradição interna, é capaz de nos levar a superação da contradição base. Foi justamente por lidarmos com o futuro da reprodução capitalista como um mercado externo que podemos elucidar os termos nos quais a sua perpetuidade pode ser pensada. Com isso descobriu-se dois caminhos. O caminho em que o capital realiza a sua projeção ideal (a eternidade) e o caminho em que o seu fim é o começo do modo de reprodução socialista. O resultado alcançado com a análise da superação capitalista foi o de que a Guerra é a única mercadoria específica capaz de se colocar como o perpétuo futuro da reprodução capitalista. Como o futuro da reprodução capitalista depende da destruição de outras formas de vida social e das produções não

capitalistas, a sua perpetuidade acaba o conduzindo a fazer da Guerra o verdadeiro mercado externo sem o qual o capital não poderia abrir mão.

A investigação sobre o caminho socialista, no entanto, nos mostrou qual era a contraposição do ser em si e do ser para si que está realmente em jogo quando estamos tratando o modo de produção socialista como o mercado futuro. A controvérsia russa que se dá entre a tese autóctone e a tese autômata nos mostrou que a contraposição ser em si/ser para si faz referência, no contexto de discussão nacional, a oposição entre o popular e o oficial. Adotando o socialismo como o mercado futuro a ser realizado, tanto a via dos populistas quanto a via dos oficialistas tiveram que oferecer respostas sobre como a transição do capitalismo para o socialismo lidaria com o problema da reprodução. Foi neste ponto de nossa investigação que podemos perceber que a contradição em tela dizia respeito a relação de oposição e de negação que o modo de reprodução capitalista assume com a Natureza e com o Imaginário.

Assim sendo, nos ficou claro que estes dois complexos se tratam, na verdade, dos dois extremos a serem considerados no contexto de uma investigação sobre a supressão dialética, pois, é a partir do movimento desses complexos na relação com o modo de produção (o trabalho) que o ser social se reproduz tanto em seu sentido econômico quanto em seu sentido ideológico, independentemente da forma histórica. Com a análise da controvérsia russa percebemos que o socialismo como um vir-a-ser a ser concretizado depende, portanto, da supressão da contradição entre um modo de produção autóctone, conectado com a Natureza, e um modo de produção autômato que é, por sua vez, conectado ao Imaginário (artificial/virtual).

A partir da crítica de Luxemburgo à visão de Tugan-Baranovski sobre o que é o socialismo e como se daria a transição, descobrimos como possível resposta para a questão da supressão socialista do modo capitalista de reprodução a troca entre o tempo de trabalho excedente dedicado à reprodução constante do próprio trabalho (a natureza do ser social) e o tempo de trabalho excedente dedicado à reprodução alternada das atividades de criação (o imaginário do ser social). Assim, portanto, chegamos à conclusão que confirma a nossa hipótese e que cumpre o nosso objetivo, pois os extremos universais se alinham agora a contraposição vivenciada pelo ser social. Esta é a troca que, em sua aparência, permite a

superação da contradição-base do capitalismo sem que a contradição interna dessa sociedade seja preservada.

No decorrer dessa conclusão podemos apresentar não só as descobertas, percepções, entendimentos e compreensões que foram por nós alcançados e sintetizados, mas podemos, sobretudo, dar o sentido integral ao nosso trabalho. Entretanto, o que não pode deixar de ser dito é que, com essa tese, a teoria de Luxemburgo é colocada numa perspectiva completamente diferente da que ela vinha sendo tratada até então, e isso é válido tanto para as discussões e pesquisas no campo da História do Pensamento Econômico e da Teoria Econômica, quanto no campo da Crítica da Economia Política, principalmente no que se refere a economia socialista e a revolução. Nosso trabalho, que se encontra no domínio do abstrato, chega ao fim tendo como principal descoberta o modo pelo qual a palavra de ordem que tanto caracteriza o pensamento luxemburguista – Socialismo ou Barbárie? – se apresenta na principal obra de Crítica da Economia Política da autora: como a contradição presente. Mas, para sermos coerentes com a dialética que essa conclusão carrega, o seu novo começo só pode se dar no domínio do concreto, pois, do contrário, o futuro em disputa não poderá vir a permanecer e nem o início da História se refazer.

Apêndice – Modelo representativo da teoria da reprodução do capital social total de Rosa Luxemburgo.

Produto social total = meios de produção + meios de consumo.

Produto social total = consumo social total (equivale).

Consumo social total = consumo produtivo contido + consumo excedente.

Consumo produtivo contido = meios de produção básicos + meios de consumo básicos.

Consumo excedente = meios de produção não básicos + meios de consumo não básicos + meios de produção supérfluos + meios de consumo supérfluos.

Tempo de trabalho demandado pelo produto social total = tempo de trabalho demandado para a recomposição do valor da força de trabalho + tempo de trabalho demandado para o consumo excedente.

Valor do Produto social total = Tempo de trabalho demandado pelo produto social total.

Valor do Produto social total = Valor do Capital Constante + Valor do Capital Variável + Valor do Mais-Valor.

Capital Constante = meios de produção, insumos e matérias primas.

Capital Constante = capital fixo + capital circulante.

Capital Variável = meios de consumo básicos e não básicos dos trabalhadores.

Mais-Valor = meios de produção e meios de consumo excedentes.

Capital Produtivo = capital constante + capital variável.

O Esquema da Reprodução simples do consumo social total:

Departamento produtor de meios de produção (I) = capital constante (I) + capital variável (I) + mais-valor (I).

Valor do Departamento produtor de meios de produção = Tempo de trabalho demandado para a recomposição do valor dos meios de produção desgastados + Tempo de trabalho demandado para a produção dos meios de produção excedentes.

Departamento produtor de meios de consumo (II) = capital constante (II) + capital variável (II) + mais-valor (II).

Valor do Departamento de meios de consumo = Tempo de trabalho demandado para a recomposição do valor dos meios de consumo desgastados + Tempo de trabalho demandado para a produção de meios de consumo excedentes.

$$\text{Dept. I} \quad C_1 + V_1 + M_1 = C_1 + C_2$$

$$\text{Dept. II} \quad C_2 + V_2 + M_2 = V_1 + M_1 + V_2 + M_2$$

Condição de autorreprodução: Valor do capital constante (II) = Valor do capital variável (I) + Valor do mais-valor (I).

Meios de produção excedentes do Dept. I = Meios de consumo excedentes do Dept. II

Condição de domínio da lei do valor: Tempo de trabalho demandado para a produção dos meios de produção excedentes = Tempo de trabalho demandado para a produção de meios de consumo excedentes.

$$C_2 = V_1 + M_1$$

Valor do Capital Constante (II) = Tempo de trabalho demandado para a produção dos meios de produção excedentes.

Valor do capital variável (I) + Valor do mais-valor (I) = Tempo de trabalho demandado para a produção dos meios de consumo excedentes.

Tempo de trabalho demandado para a recomposição do valor da força de trabalho = condição de autorreprodução.

O Valor do Consumo produtivo contido = Tempo de trabalho demandado para a recomposição do valor da força de trabalho = Tempo de trabalho demandado para a

produção dos meios de produção excedentes = Tempo de trabalho demandado para a produção dos meios de produção excedentes.

Valor do Consumo excedente = Tempo de trabalho demandado para a recomposição do valor dos meios de consumo desgastados + Tempo de trabalho demandado para a recomposição do valor dos meios de produção desgastados.

$$\begin{aligned} \text{Taxa Geral de Mais Valor} &= \frac{\text{Valor do Consumo Excedente}}{\text{Valor do Consumo Produtivo Contido}} = \\ &= \frac{\text{Tempo de trabalho demandado para o consumo excedente}}{\text{Tempo de trabalho demandado para o consumo produtivo contido}} = \frac{C_1 + V_2 + M_2}{[C_2 = V_1 + M_1]} \end{aligned}$$

$$\text{Taxa de Variação do Mais Valor Total} = \frac{\Delta \text{Valor do Consumo Excedente}}{\Delta \text{Valor do Consumo Produtivo Contido}}$$

As condições de circulação no esquema de reprodução simples:

$C_2 = V_1 + M_1$ circula como M – D – M' (vende para comprar)

$C_1 + V_2 + M_2$ circula como D – M – D' (compra para vender)

A classe trabalhadora vende a força de trabalho para comprar o consumo produtivo contido.

A classe capitalista adianta o valor do consumo excedente para realizar o mais valor total.

A classe das “terceiras pessoas” compra sem vender e/ou oferece mercadorias específicas sem comprar.

Esta última classe se subdivide entre: 1) os que apenas compram sem vender; 2) os que compram porque vendem mercadorias específicas.

Consumo parasitário = 1.

Consumo improdutivo = 2 = demanda por encomenda dos capitalistas e dos trabalhadores
= demanda do setor de construção civil + demanda do Estado Nação que compõem o setor

público + demanda da produção exuberante + demanda da produção artesanal e artística + demanda suntuária.

Mercados Externos = Estoque de riqueza produtiva não capitalista + consumo improdutivo

Consumo improdutivo = demandas por encomenda, financiadas pelo estoque de moeda de crédito, de produções de mercadorias específicas que possuem preço, mas que não possuem valor.

A reprodução ampliada do capital social total

Dado que a reprodução ampliada do capital social total só pode ser realizada na medida em que a troca entre mais valor a ser capitalizado e o estoque de riqueza produtiva não capitalista é uma troca equivalente de valor, devemos assumir que:

Mais Valor a ser capitalizado (ou capitalizável) = Mercados Externos.

$$\text{Taxa de Realização do Mais Valor a ser capitalizado} = \frac{\Delta \text{Mercados Externos}}{\text{Produto Social Total}}$$

$$\Delta \text{Produto Social Total} = \frac{\Delta \text{Valor do Consumo Excedente}}{\Delta \text{Valor do Consumo Produtivo Contido}} + \Delta \text{Consumo improdutivo}$$

O Problema da Reprodução se caracteriza pela inequação entre a variação do produto social total e a variação dos mercados externos.

$$\frac{\Delta \text{Valor do Consumo Excedente}}{\Delta \text{Valor do Consumo Produtivo Contido}} \neq \Delta \text{Estoque de Riqueza não produtiva capitalista}$$

A superação capitalista do problema depende de um crescimento mais acelerado da parcela do consumo improdutivo dos setores reprodutores do valor da força de trabalho em relação ao crescimento dos setores reprodutores dos meios de produção e de consumo não básicos e supérfluos.

$$\frac{\Delta \text{Consumo Improdutivo}}{\Delta \text{Valor do Consumo Produtivo Contido}} > \frac{\Delta \text{Consumo Improdutivo}}{\Delta \text{Consumo Excedente}}$$

Como a reprodução de não básicos e de supérfluos depende da reprodução dos básicos, o único tipo de aumento do consumo improdutivo dos setores reprodutores do valor da força de trabalho que se torna mais acelerado do que o aumento dos setores reprodutores dos meios de produção e de consumo não básicos e supérfluos é a guerra.

O setor militar é um setor reprodutor de um consumo não básico (a defesa) e de um consumo supérfluo e específico (a guerra) que no tempo 1 amplia o consumo básico da força de trabalho porque toda ela passa a estar a serviço da guerra, e que, no tempo 2 tem uma demanda futura garantida com condições de oferta prontas a atender essa demanda, pois, com a guerra, quando vencida, incorpora-se ao capital o estoque de riqueza produtiva e se desenvolve a tecnologia já existente (a que levou o capital a guerra).

Referências Bibliográficas

- BELLOFIORE, Riccardo (ed.). *Rosa Luxemburg and the Critique of Political Economy*. Londres: Routledge, 2009.
- BELLOFIORE, Riccardo; KARWOWNSKI, Ewa; TOPOROWSKI, Jan (orgs). *Economic Crisis and Political Economy*. Vol. 2: [Essays in Honour of Tadeusz Kowalik]. Londres: Routledge, 2013.
- BELLOFIORE, Riccardo; KARWOWNSKI, Ewa; TOPOROWSKI, Jan (eds). *The Legacy of Rosa Luxemburg, Oskar Lange and Michal Kalecki*. Vols. 1-2: [Essays in Honour of Tadeusz Kowalik]. Londres: Palgrave Macmillan, 2014.
- BENETTI, C. *Valor excedente e moeda*. (Texto para discussão n. 118). Rio de Janeiro: Instituto de Economia (IE/UFRJ), 1987.
- BENOIT, Hector & ANTUNES, Jadir. *O Problema da Crise Capitalista em O Capital de Marx*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.
- DELHEIM, J.; WOLF, F. Otto. *Rosa Luxemburg: A Permanent Challenge for Political Economy: On the History and the Present of Luxemburg's 'Accumulation of Capital'*. Londres: Palgrave Macmillan, 2016.
- DOBB, Maurice. *Teorias do Valor e Distribuição desde Adam Smith*. Tradução de Álvaro de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1977.
- DOBB, Maurice. *Economia Política e Capitalismo: Ensaio sobre Tradição Econômica*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1978.
- EATWELL, John & MILGATE, Murray (eds). *Keynes's Economics and the Theory of Value and Distribution*. Oxford University Press: New York, 1983.
- ENGELS, Friedrich. Do socialismo utópico ao socialismo científico. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. v. 2. São Paulo: Alfa-Ômega, [s.d.]. p. 303-336.
- FAUSTO, Ruy. *Dialética marxista, dialética hegeliana: a produção capitalista como circulação simples*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Brasiliense, 1997. (Oficina de Filosofia).
- FAUSTO, Ruy. *O capital e a lógica de Hegel: dialética marxiana, dialética hegeliana*. Traduzido por Arthur Hussune Bernardo, Nicolau Spadoni e Paulo Amaral. São Paulo: Editora Unesp, 2021.
- FRANCO, Thiago. Reprodução Social Total e Imperialismo n'A *Acumulação do Capital* de Rosa Luxemburgo. Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E O MARXISMO, 2015, Niterói. *Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2015. p. 123-130.
- FRÖLICH, Paul. *Rosa Luxemburgo: pensamento e ação*. Tradução Nélío Schneider e Erica Ziegler. São Paulo: Boitempo; Iskra, 2019.
- GAREGNANI, Pierangelo. Heterogeneous capital, the production function and the theory of distribution. *The Review of Economic Studies*, Oxford, v. 37, n. 3, p. 407-436, jul. 1970.

- GAREGNANI, Pierangelo. Notes on consumption, investment and effective demand: I. *Cambridge Journal of Economics*, Oxford, v. 2, n. 4, p. 335-353, dez. 1978.
- GAREGNANI, Pierangelo. Sobre a teoria do valor e da distribuição em Marx e nos economistas clássicos. In: *Progresso técnico e teoria econômica*. São Paulo: Hucitec, 1980. p. 1-37. (Coleção Economia e Planejamento: Série teoria contemporânea).
- GAREGNANI, Pierangelo. Two routes to effective demand: comment on Kregel. In: KREGEL, J. A. (Ed.). *Distribution, effective demand and international economic relations*. London: Macmillan, 1983.
- GAREGNANI, Pierangelo & PETRI, F. Marxismo e teoria econômica hoje. Tradução de Luiz Sérgio N. Henriques. In: HOBBSBAWM, Eric (Org.). *História do Marxismo: o marxismo nas ciências sociais e na filosofia*. Vol. 12. [O marxismo hoje]. Tradução de Luiz Sérgio N. Henriques e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 383-474.
- GAREGNANI, Pierangelo. The Labour Theory of Value: 'detour' or technical advance? In: CARAVALE, G. A. (Ed.). *Marx and the Modern Economic Analysis*. Vol. 2: [Values, Prices and Exploitation: The Future of Capitalism and the History of Thought]. Aldershot: Edward Elgar, 1991. p. 97 - 113.
- GOLDMANN, Lucien. *Dialética e Cultura*. Tradução de Luiz Fernando Cardoso, Carlos Nelson Coutinho e Giseh Vianna Konder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967. (Série Rumos da Cultura Moderna, v. 6).
- GOLDMANN, Lucien. *Dialética e Ciência Humanas II*. Tradução de Margarida Garrido e José Vasconcelos Esteves. Lisboa: Editorial Presença, 1973.
- GOMES, Rosa Rosa. *Rosa Luxemburgo: Crise e Revolução*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2018.
- GONÇALVES, G. L.; BARREIRA, C. M. (orgs). *Rosa Luxemburgo: atualidade da análise política, da teoria econômica e da crítica do direito*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2022.
- GUÉRIN, Daniel. *Rosa Luxemburgo e a Espontaneidade Revolucionária*. Tradução Cecília Bonamine. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982. (Coleção Khronos, v. 14).
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. Tradução de Carlos Szlak. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências).
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do espírito*. Tradução de Paulo Meneses; com a colaboração de Karl-Heinz Effen, e José Nogueira Machado. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes: Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2014. (Coleção Pensamento Humano).
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Introdução à História da Filosofia*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2018.

HARCOURT, G. C.; KRIESLER, Peter. *Michal Kalecki and Rosa Luxemburg on Marx's schemes of reproduction: two incisive interpreters of capitalism*. (Discussion Papers, n. 2012-34). Sydney: School of Economics, The University of New South Wales, 2012.

HOBSBAWN, E. J. *Da revolução industrial ao imperialismo*. Tradução de Donaldson Magalhães Garschagen; revisão técnica de Francisco Rego Chaves Fernandes; seleção e coordenação de Fernando Lopes de Almeida e Francisco Rego Chaves Fernandes. 6^a ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

HOROWITZ, David. *A Economia Moderna e o Marxismo*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972. (Biblioteca de Ciências Sociais).

HUDIS, Peter (ed.). *The Complete Works of Rosa Luxemburg*. Vol. 1: [Economic Writings]. Tradução de David Fernbach, Joseph Fracchia e George Shriver. Londres e Nova York: Verso, 2013.

KALECKI, Michael. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. Organização e tradução de Jorge Miglioli. São Paulo: Hucitec, 1977. (Coleção economia e planejamento. Série teoria econômica).

KALECKI, Michal. *Kalecki: economia*. Organização, seleção, tradução e revisão técnica da tradução de Jorge Miglioli. São Paulo: Ática, 1980. (Coleção Grandes Cientistas Sociais; v. 16).

KALECKI, Michal. *Teoria da Dinâmica Capitalista: Um Estudo dos Ciclos Econômicos e do Crescimento Econômico de Longo Prazo*. Tradução de Paulo de Almeida. Apresentação de Jorge Miglioli. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Coleção Os Economistas).

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. Tradução e notas de Fernando Costa Mattos. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. (Coleção Pensamento Humano).

KANT, Immanuel. *Resposta à pergunta: O que é o esclarecimento? :E outros textos*. Tradução de Estevão C. de Rezende Martins. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2022.

KEYNES, John Maynard. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda; Inflação e Deflação*. Tradução de Mário R. da Cruz e Rolf Kuntz. Revisão técnica de Cláudio Roberto Contador. Apresentação de Adroaldo Moura da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas).

KOWALIK, Tadeusz. *Rosa Luxemburg: Theory of Accumulation and Imperialism*. Tradução e edição de Jan Toporowski e Hanna Szyborska. Londres: Palgrave Macmillan, 2014.

KRÄTKE, Michael R. *The Luxemburg. Debate: The Beginnings of Marxian Macro-Economics*. Paper presented to the International Rosa Luxemburg Conference, Wuhan University, March 2006.

KUNTZ, Rolf N. *Capitalismo e Natureza: Ensaio sobre os fundadores da Economia Política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

LENIN, Vladimir Ilich. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. Tradução e apresentação de José Paulo Netto. Revisão com base no original russo de Paulo Bezerra. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas).

- LOUREIRO, Isabel. Democracia e socialismo em Rosa Luxemburgo. *Crítica Marxista*, n. 4, p. 45-57, 1997.
- LOUREIRO, Isabel. *A Revolução alemã (1918 – 1923)*. São Paulo: Editora UNESP, 2005a. (Revoluções do Século XX).
- LOUREIRO, Isabel. *Rosa Luxemburgo: vida e obra*. 2^a ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005b.
- LOUREIRO, Isabel. A centelha se acende na ação: a filosofia da práxis no pensamento de Rosa Luxemburgo. *Revista Margem Esquerda*, n. 15, 2010.
- LOUREIRO, Isabel (org). *Rosa Luxemburgo: textos escolhidos*. Vol. 1-3. Tradução do alemão de Stefan Fornos Klein; tradução do polonês de Bogna Thereza Pierzynski, Grazyna Maria Asenko da Costa. Pedro Leão da costa Neto. 3^a ed. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- LOUREIRO, Isabel. *Rosa Luxemburgo: os dilemas da ação revolucionária*. 3^a ed. São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- LOWY, Michael. *Método dialético e teoria política*. Tradução de Reginaldo Di Piero. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- LOWY, Michael. *Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista*. 10^a ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- LUKÁCS, György. *A ontologia do ser social*. Vols. 1-2. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe: Estudos sobre a dialética marxista*. Tradução de Rodnei Nascimento; revisão da tradução de Karina Jannini. 3^a ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018. (Biblioteca do Pensamento).
- LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma, revisionismo e oportunismo*. Tradução de Lívio Xavier. Rio de Janeiro: Laemmert, 1970.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A Acumulação do Capital: Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo*. In: *Anticrítica* [Apêndice: A Crítica de G. Eckstein]. Tradução de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas. 2^a ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou Revolução?* Tradução de Lívio Xavier. 3^a ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2015.
- LUXEMBURGO, Rosa. *A Acumulação do Capital*. Tradução de Luiz Alberto Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2021.
- MALTA, Maria de Mello. *A Teoria da Acumulação de James Steuart: Controvérsias no contexto da Economia Política Clássica*. 2005. 121 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- MALTHUS, Thomas Robert. *Princípios de Economia Política e considerações sobre a aplicação prática*. In: *Ensaio sobre a População*. Tradução de Regis de Castro Andrade, Dinah de Abreu Azevedo e Antonio Alves Cury. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. p. 21-223; p. 233-378.
- MARCUSE, Herbert. *Razão e Revolução: Hegel e o advento da teoria social*. Tradução de Marília Barroso. 2^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Coleção O Mundo Hoje, v. 28).

MARIUTTI, Eduardo B. *Rosa Luxemburgo: capitalismo, reprodução ampliada e violência*. (Texto para discussão n. 228). Campinas: Instituto de Economia (IE/UNICAMP), fev. 2014.

MARIUTTI, Eduardo B. *Militarismo e imperialismo no pensamento de Rosa Luxemburgo: Uma síntese*. (Texto para discussão n. 250). Campinas: Instituto de Economia (IE/UNICAMP), jan. 2015.

MARTINS, Matheus F. M. D. S. *As origens marxistas do pensamento de Piero Sraffa como retomada da Crítica da Economia Política*. 2016. 75 f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. (Não publicada).

MARTINS, Matheus F. M. D. S. *O Capital Financeiro de Rudolf Hilferding: Uma leitura crítica a propósito de uma interpretação marxista dos aspectos financeiros do capitalismo contemporâneo*. 2018. 136 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. (Não publicada).

MARTINS, Matheus F. M. D. S. *O “A Acumulação do Capital de Rosa Luxemburgo” e a sua teoria da reprodução do capital social total: apontamentos sobre método e revolução*. Cadernos Cemarx, Campinas, Sp, v. 15, n. n.esp, p. 1-39, 2022.

MARTINS, Maurício Vieira. *Marx, Espinosa e Darwin: pensadores da imanência*. 2^a ed. São Paulo: Usina Editorial, 2021. (Coleção Niep-Marx, v. 3).

MARX, Karl. *Teorias da mais valia: História Crítica do Pensamento Econômico (Livro 4 de O Capital)*. Tradução de Reginaldo Sant’anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. 3 v. (Coleção Perspectivas do Homem, v. 135).

MARX, Karl. *As crises econômicas do capitalismo*. Tradução de Vilson F. Ramos. São Paulo: Editora acadêmica, 1988. (Ciência e Cultura).

MARX, Karl. *A origem do capital: a acumulação primitiva*. Tradução de Klaus Von Puchen. São Paulo: Centauro, 2004.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. Supervisão editorial de Leandro Konder; tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Salvini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl. *Cadernos de Paris e Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de Milton Luís Silveira. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Lutas de classes na Rússia*. Tradução Nélcio Schneider; organização e introdução Michael Lowy. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. *Miséria da Filosofia: resposta à Filosofia da Miséria, do Sr. Proudhon*. Tradução José Paulo Netto; revisão de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro 1: o processo de produção do capital*. Tradução de Rubens Enderle. 2^a ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro 2: o processo de circulação do capital*. Tradução de Rubens Enderle. 2^a ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro 3: o processo global da produção capitalista*. Tradução de Rubens Enderle. 2^a ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

- MARX, Karl. *Últimos escritos econômicos: anotações de 1879-1882*. Tradução de Hyury Pinheiro; apresentação e organização de Sávio Cavalcante; e revisão técnica de Olavo Antunes de Aguiar Ximenes e Luis Felipe Osório. São Paulo: Boitempo, 2020.
- MEEK, Ronald L. *Economia e Ideologia: O Desenvolvimento do Pensamento Econômico*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.
- MEEK, Ronald L. Smith, Marx, & after: Ten Essays in the Development of Economic Thought. Londres: Springer US, 1977.
- MENESES, Paulo. *Para ler a Fenomenologia do espírito: Roteiro*. 2^a ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992. (Coleção Filosofia).
- MIGLIOLI, Jorge. *Acumulação de capital e demanda efetiva*. 2^a ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MILGATE, Murray. Capital and Employment: A Study of Keynes's Economics. In: EATWELL, John (Ed.). *Studies in Political Economy*. Londres: Academic Press, 1982. p. 35-68.
- NAPOLEONI, Claudio. *Smith, Ricardo e Marx: Considerações sobre a História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- NAPOLEONI, Claudio. *Lições sobre o capítulo sexto (inédito) de Marx*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Editora de Ciências Humanas, 1978.
- NAPOLEONI, Claudio (org). *O Futuro do Capitalismo*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.
- NETO, João Machado Borges. *As várias dimensões da Lei do Valor*. Revista Nova Economia, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 143 – 158, set-dez. 2004.
- OUVIÑA, Hernán. *Rosa Luxemburgo e a reinvenção da política: Uma leitura latino-americana*. Tradução de Igor Ojeda; revisão técnica de Isabel Loureiro. São Paulo: Boitempo: Fundação Rosa Luxemburgo. 2021.
- PAULO, Sávio Freitas. Considerações sobre o método dialético e a dialética da natureza a partir das considerações de Engels e de Lukács. *Revista da sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 64, p. 176-205, set./dez. 2022.
- PEDROSA, Mario. *A crise mundial do imperialismo e Rosa Luxemburgo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- POSSAS, Mario Luiz. *Dinâmica da Economia Capitalista: Uma abordagem teórica*. São Paulo: Editora Brasileira, 1987.
- RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. Introdução de Piero Sraffa. Apresentação de Paulo Singer. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção Os Economistas).
- ROBINSON, Joan. *Collected Economic Papers*. Vol. 2. Oxford: Blackwell, 1951.
- ROBINSON, Joan. *Economic Philosophy*. Londres: Routledge, 2021.
- ROBINSON, Joan. *Economia Marxista*. Tradução de José Luís S. Miranda. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1960.

- ROBINSON, Joan. *Essays in the Theory of Economic Growth*. Londres: Palgrave Macmillan, 1962.
- ROBINSON, Joan. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Tradução de Waltensir Dutra; revisão técnica de Jaques Kerstenetzky. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- ROBINSON, Joan. *Novas Contribuições à Economia Moderna*. Tradução de Adail Sobral; revisão técnica da tradução de Claudia Heller. São Paulo: Vértice, Editora revista dos Tribunais, 1988.
- ROBINSON, Joan. *Ensaio sobre a teoria do crescimento econômico*. Tradução de Paulo de Almeida. São Paulo: editora Nova Cultural, 1997, p. 122-234.
- ROBINSON, Joan. *Liberdade e Necessidade: Uma introdução ao estudo da sociedade*. Tradução de Christiano Monteiro Oiticica. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997. p. 235-343.
- ROBLES BÁEZ, Mario L.; ESCORCIA ROMO, Roberto. *El Tableau Économique de François Quesnay y los esquemas de la reproducción del capital de Karl Marx: antecedentes fundamentales de la macroeconomía y de la matriz insumo-producto*. México: Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco, División de Ciencias Sociales y Humanidades, 2015.
- ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.
- RUBIN, Isaac Ilich. *A Teoria Marxista do Valor*. Tradução de José Bonifácio de S. Amaral Filho. São Paulo: Editora Polis, 1987. (Coleção Teoria e História, v. 13).
- RUBIN, Isaac Ilich. *História do pensamento econômico*. Tradução do russo para o inglês e organização Donald Filtzer; tradução Rubens Enderle. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.
- SCHÜTRUMPF, Jörn (org). *Rosa Luxemburgo ou o preço da liberdade*. 2ª ed. Tradução de Isabel Loureiro, Karin Glass, Kristina Michahelles e Monika Ottermann; preparação de texto de Karla Lima. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.
- SERRANO, Franklin. *The Sraffian Supermultiplier*. 1996. 147 f. Thesis (Ph.D.) – Cambridge University, Cambridge, 1996. (Unpublished).
- SINNERBRINK, Robert. *Hegelianismo*. Tradução Fábio Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. (Série Pensamento Moderno).
- SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: uma investigação sobre sua Natureza e suas Causas*. Tradução de Luiz João Baraúna. Introdução de Edwin Cannan. Apresentação de Winston Fritsh. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 2 v. (Os Economistas).
- SRAFFA, Piero. *Produção de Mercadorias por meio de Mercadorias: Prelúdio a uma Crítica da Teoria Econômica*. Tradução de Elizabeth Machado de Oliveira. São Paulo: editora Nova Cultural, 1997 p. 14-121
- SWEEZY, Paul M. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- VAZ, Henrique. A significação da Fenomenologia do espírito. In: HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Fenomenologia do espírito*. Tradução de Paulo Meneses; com a colaboração de Karl-Heinz Effen, e José Nogueira Machado. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes: Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2014. p. 11-22. (Coleção Pensamento Humano).

